

Eva Maria Lakatos

Sociologia Geral



atlas

6ª Edição

EVA MARIA LAKATOS

Marina de Andrade Marconi — Colaboradora

Sociologia Geral

6.^a Edição — revista e ampliada

SÃO PAULO

EDITORA ATLAS S.A. – 1990

© 1985 by EDITORA ATLAS S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384 (Campos Elísios)
Caixa Postal 7186 – Tel.: (011) 221-9144 (PABX)
01203 São Paulo (SP)

1. ed. 1976; 2. ed. 1078; 3. ed. 1979; 4. ed. 1980; 5. ed. 1985; 6. ed. 1990; 8ª tiragem

ISBN 85-224-0569-7

Impresso no Brasil/**Printed in Brazil**

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, salvo com autorização, por escrito, do Editor.

Capa
Zenário A. de Oliveira

**Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Lakatos, Eva Maria.

Sociologia geral / Eva Maria Lakatos, Marina de Andrade Marconi, colaboradora. -- 6. ed. rev. e ampl. -- São Paulo : Atlas, 1990.

Bibliografia.

ISBN 85-224-0569-7

1. Sociologia I. Marconi, Marina de Andrade. II. Título.

90-0202

CDD-301

Índice para catálogo sistemático:

1. Sociologia 301

Sumário

Prefácio, 15

Nota da Autora, 17

1 CIÊNCIAS SOCIAIS E SOCIOLOGIA, 19

1.1 Conceituação, 19

1.2 Os três níveis de conhecimento científico: inorgânico, orgânico e super-orgânico, 20

1.3 Ciências sociais ou humanas – classificação, 21

1.3.1 Antropologia cultural, 21

1.3.2 Direito, 21

1.3.3 Economia, 21

1.3.4 Política, 22

1.3.5 Psicologia social, 22

1.3.6 Sociologia, 22

1.4 Campo da sociologia, 23

1.4.1 Sociologia sistemática, 24

1.4.2 Sociologia descritiva, 24

1.4.3 Sociologia comparada, 25

1.4.4 Sociologia diferencial, 25

1.4.5 Sociologia aplicada, 25

1.4.6 Sociologia geral ou teórica, 25

1.5 Sociologias especiais, 26

1.6 Métodos e técnicas da sociologia, 29

1.7 Métodos específicos das ciências sociais, 30

1.7.1 O método e os métodos, 30

1.7.2 Método histórico, 31

1.7.3 Método comparativo, 32

1.7.4 Método monográfico, 32

1.7.5 Método estatístico, 33

1.7.6 Método tipológico, 34

1.7.7 Método funcionalista, 35

- 1.7.8 Método estruturalista, 36
- 1.8 Técnicas de pesquisa da sociologia, 37

2 HISTÓRICO DA SOCIOLOGIA, 39

- 2.1 Origem, 39
 - 2.1.1 Os pensadores helênicos, 39
 - 2.1.2 A Idade Média, 40
 - 2.1.3 A Renascença, 40
 - 2.1.4 O Século XVIII, 41
- 2.2 Pioneiros, 42
 - 2.2.1 Augusto Comte, 42
 - 2.2.2 Herbert Spencer, 43
 - 2.2.3 Karl Marx, 44
- 2.3 Desenvolvimento da sociologia, 45
 - 2.3.1 Émile Durkheim, 45
 - 2.3.2 Ferdinand Tönnies, 47
 - 2.3.3 Gabriel Tarde, 48
 - 2.3.4 Charles H. Cooley, 49
 - 2.3.5 Georg Simmel, 50
 - 2.3.6 Max Weber, 50
 - 2.3.7 Vilfredo Pareto, 51
 - 2.3.8 Pitirim A. Sorokin, 52
 - 2.3.9 Talcott Parsons, 53
 - 2.3.10 Robert K. Merton, 54
- 2.4 A sociologia latino-americana, 56
- 2.5 A sociologia brasileira, 59

3 OBJETO DA SOCIOLOGIA, 63

- 3.1 Fato social – Émile Durkheim, 63
 - 3.1.1 Conceituação, 63
 - 3.1.2 Características do fato social, 64
 - 3.1.3 Natureza, 67
- 3.2 Ação social – Max Weber, 68
 - 3.2.1 Conceituação, 68
 - 3.2.2 Critérios de determinação do caráter social da ação, 70
 - 3.2.3 Caracterização da ação social, 71
- 3.3 Noção de ação – Talcott Parsons, 72
 - 3.3.1 Conceituação, 72
 - 3.3.2 Características, 72
 - 3.3.3 Análise das variáveis-padrão, 74
 - 3.3.4 Mecanismos de controle da ação, 75

4 PROCESSOS SOCIAIS, 77

- 4.1 Isolamento e contato, 78
 - 4.1.1 Tipos de isolamento, 78
 - 4.1.2 Tipos de contato, 81

- 4.2 Interação social – comunicação, 83
 - 4.2.1 Conceito de interação, 83
 - 4.2.2 Formas de comunicação, 83
- 4.3 Cooperação – competição – conflito, 84
 - 4.3.1 Tipos de cooperação, 84
 - 4.3.2 Tipos de competição, 85
 - 4.3.3 Formas de conflito, 86
- 4.4 Adaptação – acomodação – assimilação, 86
 - 4.4.1 Níveis de adaptação, 86
 - 4.4.2 Formas de acomodação, 87
 - 4.4.3 Fatores que influenciam a assimilação, 88
- 5 STATUS E PAPEL, 91
 - 5.1 Status – conceito e origem, 91
 - 5.1.1 Status legal e social, 92
 - 5.1.2 Critérios de determinação do status, 93
 - 5.2 Tipos de status, 94
 - 5.2.1 Status atribuído, 95
 - 5.2.2 Status adquirido, 95
 - 5.2.3 Status principal, básico ou chave, 96
 - 5.2.4 Status posicional, 97
 - 5.2.5 Status pessoal, 97
 - 5.2.6 Princípios que regem as relações dos indivíduos e grupos no que se refere ao status, 98
 - 5.3 Status e papel social, 98
 - 5.3.1 Conceituação de papel, 98
 - 5.3.2 Relações entre status e papel, 99
 - 5.4 Características do papel, 100
 - 5.5 Níveis de comportamento, 101
 - 5.6 Tipos de papéis, 101
- 6 GRUPOS SOCIAIS, 103
 - 6.1 Categorias sociais, 104
 - 6.1.1 Categorias socialmente importantes, 104
 - 6.1.2 Estereótipos, 106
 - 6.2 Agregados – conceitos e tipos, 107
 - 6.2.1 Tipos de agregados, 107
 - 6.2.2 Características e tipos de multidão, 109
 - 6.2.3 Diferença entre público e massa, 110
 - 6.2.4 Opinião pública, 112
 - 6.2.5 Comunicação e cultura de massas, 113
 - 6.3 Grupos sociais, 115
 - 6.3.1 Recrutamento de membros, 115
 - 6.3.2 Características dos grupos, 116
 - 6.4 Classificação dos agrupamentos humanos (grupos e “quase grupos”), 117
 - 6.4.1 A divisão de Gurvitch, 118

- 6.5 Charles H. Cooley – grupos primários e secundários, 120
 - 6.5.1 Conceituação de Cooley, 120
 - 6.5.2 Contribuição de Kingsley Davis, 121
 - 6.5.3 Diferenças entre relações primárias e secundárias, 122
 - 6.5.4 Grupos de referência, 122
- 7 CULTURA E SOCIEDADE Marina de Andrade Marconi, 127
 - 7.1 Natureza da cultura, 127
 - 7.1.1 Conceituação, 128
 - 7.1.2 Localização da cultura, 131
 - 7.1.3 A essência da cultura, 131
 - 7.1.4 Relativismo cultural, 132
 - 7.1.5 Etnocentrismo, 133
 - 7.2 Estrutura da cultura, 133
 - 7.2.1 Traços culturais, 133
 - 7.2.2 Complexos culturais, 134
 - 7.2.3 Padrões culturais, 135
 - 7.2.4 Configurações culturais, 136
 - 7.2.5 Áreas culturais, 137
 - 7.2.6 Subcultura, 137
 - 7.2.7 Tipos: folkways, mores e leis, 137
 - 7.3 Processos culturais, 140
 - 7.3.1 Mudança cultural, 140
 - 7.3.2 Difusão cultural, 143
 - 7.3.3 Aculturação, 143
 - 7.3.4 Endoculturação, 145
 - 7.4 Cultura e sociedade, 145
- 8 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO SOCIAL, 147
 - 8.1 Noções de estrutura e organização social, 147
 - 8.1.1 Proposições de Radcliffe-Brown, 148
 - 8.1.2 Morris Ginsberg, 149
 - 8.1.3 T. B. Bottomore, 149
 - 8.1.4 Brown e Barnett, 150
 - 8.2 Organização social e ordem social, 150
 - 8.2.1 Conceituação e componentes da ordem social, 150
 - 8.2.2 Funções manifestas e funções latentes, 151
 - 8.2.3 Efeitos perversos, 152
 - 8.3 Sistemas sociais, 153
 - 8.3.1 Conceituação, 153
 - 8.3.2 Modelo mecânico, 155
 - 8.3.3 Modelo orgânico, 155
 - 8.3.4 Modelo de processo, 157
 - 8.3.5 Concepções de Parsons e Homans, 157
 - 8.3.6 Conceito de Buckley, 160
 - 8.3.7 Conceito de Antonio Rubbo Müller, 161

9 INSTITUIÇÕES SOCIAIS, 165

- 9.1 Conceito, 166
 - 9.1.1 Conceituação e características, 166
 - 9.1.2 As principais instituições sociais, 167
- 9.2 Instituição família e parentesco (Marina de Andrade Marconi), 169
 - 9.2.1 Família, 169
 - 9.2.2 União e casamento, 171
 - 9.2.3 Sistema de parentesco, 176
 - 9.2.4 Família e parentesco – resumo, 177
- 9.3 Instituições religiosas, 179
 - 9.3.1 Conceito, 179
 - 9.3.2 Teorias sobre a origem da religião, 179
 - 9.3.3 O sagrado e o profano, 181
 - 9.3.4 Crença e ritual, 181
 - 9.3.5 Mito, 181
 - 9.3.6 Religião e magia, 182
 - 9.3.7 Formas de religião, 182
- 9.4 Instituições políticas (Marina de Andrade Marconi), 185
 - 9.4.1 O Estado, 185
 - 9.4.2 Povo, nação e Estado, 186
 - 9.4.3 Funções do Estado, 187
 - 9.4.4 Origem do Estado, 189
 - 9.4.5 Formas de governo, 191
 - 9.4.6 Ideologia, 193
- 9.5 Instituições econômicas, 201
 - 9.5.1 Divisão do trabalho, 201
 - 9.5.2 Propriedade, 204
 - 9.5.3 Troca, 206
 - 9.5.4 Estruturas sócio-econômicas, 207
 - 9.5.5 Empresas, 210
 - 9.5.6 Organizações formais, 211
 - 9.5.7 Burocracia, 214
- 9.6 Instituição educação, 216
 - 9.6.1 Conceito, 216
 - 9.6.2 Histórico da educação, 218
 - 9.6.3 Educação como processo social, 219
 - 9.6.4 A sociedade do conhecimento, 220

10 CONTROLE SOCIAL, 221

- 10.1 Conformidade e desvio, 221
 - 10.1.1 Causas da conformidade, 222
 - 10.1.2 Causas dos desvios, 223
 - 10.1.3 Aspectos relacionados à conformidade e ao desvio, 224
- 10.2 Códigos e sanções, 226
 - 10.2.1 Proposição de Maclver e Page, 226
 - 10.2.2 Tipos de sanções, 228
- 10.3 Controle social – conceito e tipos, 230

- 10.3.1 Classificação dos controles, 231
- 10.3.2 Eficiência dos controles, 232
- 10.3.3 Tipos de controle, 233
- 11 ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL, 235
 - 11.1 Conceito e tipos, 235
 - 11.1.1 Conceito de Max Weber, 236
 - 11.1.2 Conceito de Sorokin, 236
 - 11.1.3 Conceito de Melvin M. Tumin, 237
 - 11.2 Castas, 239
 - 11.2.1 Conceito de Kingsley Davis, 239
 - 11.2.2 Caracterização das castas, 240
 - 11.3 Estamentos, 245
 - 11.3.1 Conceito de Hans Freyer, 245
 - 11.3.2 Conceito de Sorokin, 246
 - 11.4 Classes sociais, 249
 - 11.4.1 Conceito de Karl Marx, 249
 - 11.4.2 Conceito de Max Weber, 259
 - 11.4.3 Conceito de Sorokin, 260
 - 11.4.4 Classes sociais no Brasil, 262
- 12 MOBILIDADE, 265
 - 12.1 Conceito de espaço, distância e posição social, 265
 - 12.1.1 Medida de distância social, 266
 - 12.1.2 Sistema de coordenadas sociais para determinação da posição social, 267
 - 12.2 Mobilidade social e cultural – conceito e tipos, 268
 - 12.2.1 Mobilidade horizontal e vertical, 268
 - 12.3 Características da mobilidade social, 271
 - 12.4 Mobilidade social no Brasil, 276
 - 12.5 Circulação de elites, 279
 - 12.5.1 Conceito de Vilfredo Pareto, 279
 - 12.5.2 Conceito de Gaetano Mosca, 279
 - 12.5.3 Conceito de Wright Mills, 279
 - 12.5.4 Conceito de Guy Rocher, 280
 - 12.6 Tipos de elite, 281
 - 12.6.1 Elites tradicionais, 281
 - 12.6.2 Elites tecnocráticas, 281
 - 12.6.3 Elites carismáticas, 281
 - 12.6.4 Elites de propriedades, 282
 - 12.6.5 Elites ideológicas, 282
 - 12.6.6 Elites simbólicas, 282
- 13 MUDANÇA SOCIAL, 283
 - 13.1 Conceito e características, 283
 - 13.2 Fatores determinantes da mudança social, 287

- 13.2.1 Fatores geográficos, 287
- 13.2.2 Fatores biológicos, 287
- 13.2.3 Fatores sociais, 288
- 13.2.4 Fatores culturais, 290
- 14 MOVIMENTOS SOCIAIS, 293
 - 14.1 Conceito, 293
 - 14.2 Tipologia dos movimentos sociais, 294
 - 14.2.1 Migratórios, 294
 - 14.2.2 Progressistas, 295
 - 14.2.3 Conservacionistas ou de resistência, 295
 - 14.2.4 Regressivos, 295
 - 14.2.5 Expressivos, 296
 - 14.2.6 Utópicos, 296
 - 14.2.7 Reformistas, 296
 - 14.2.8 Revolucionários, 297
 - 14.3 Fases dos movimentos sociais, 297
 - 14.3.1 Agitação (inquietação ou intranquilidade), 297
 - 14.3.2 Excitação (excitamento ou desenvolvimento do *sprit de corps*), 298
 - 14.3.3 Formalização (desenvolvimento da moral e da ideologia ou planejamento), 298
 - 14.3.4 Institucionalização, 299
 - 14.4 Pré-condições estruturais, 299
 - 14.5 Fatores propensores individuais, 300
 - 14.5.1 Mobilidade, 300
 - 14.5.2 Marginalidade, 300
 - 14.5.3 Isolamento e alienação, 301
 - 14.5.4 Mudança de status social, 301
 - 14.5.5 Ausência de laços familiares, 302
 - 14.5.6 Desajustamento pessoal, 302
 - 14.6 Situações sociais propiciadoras, 302
 - 14.7 Características de apoio, 303
- Apêndice – glossário, 305
- Bibliografia, 325

Prefácio

Ciência muito nova, tratando de problemas ante os quais não é fácil assumir atitudes objetivas, a Sociologia ainda se encontra em fase de arriscadas hipóteses e acaloradas controvérsias. As divergências entre as múltiplas interpretações e doutrinas estendem-se à própria linguagem empregada pelos autores mais acatados. E daí as freqüentes confusões e dúvidas experimentadas pelos que se iniciam no conhecimento das respectivas questões.

É principalmente para vir em auxílio de tais estudiosos que Eva Maria Lakatos, muito convenientemente, lança o livro intitulado *Sociologia Geral*. Aproveitando a experiência de valiosos esforços da indagação e vários anos de docência no ensino superior, essa pesquisadora e professora apresenta uma obra que vem atender, de maneira satisfatória, às aludidas dificuldades. Isto porque ela consegue expor, com clareza e proficiência didática, as principais teorias e diretrizes adotadas em nossos dias, explicando com inteira fidelidade os pontos de vista dos líderes consagrados. Trata-se de árdua tarefa, que somente poderia levar a cabo uma especialista de invejável capacidade de trabalho e de espírito lúcido e desapaixonado.

Não se limita a Dr.^a Eva Maria Lakatos a sintetizar com acerto as doutrinas, mas esmera-se em apontar a significação (ou significações) em que são tomadas as palavras-chave utilizadas pelos mais influentes defensores das diversas escolas. E, como não poderia deixar de ser, aponta as soluções para os problemas cruciais da matéria, disso se desincumbindo com exemplar isenção de ânimo.

Sociologia Geral, portanto, além de dar o exemplo de atitudes despidas de dogmatismos ou sectarismos, proporciona as informações básicas, indispensáveis a quantos seriamente tencionam empenhar-se nos estudos referentes à estrutura e mudanças das sociedades.

Deve-se realçar que bastante valorizou a obra a colaboração da antropóloga Dra. Marina de Andrade Marconi, especialmente nos capítulos referentes à cultura e às instituições, cujo assunto se prende tanto à Sociologia como à Antropologia.

Quem tiver ensejo de aproveitar tão oportuno trabalho deixará de ficar perplexo ante os termos integrantes do intrincado glossário sociológico, e poderá formar uma noção adequada das mais difundidas posições doutrinárias da atualidade. Esta publicação surge num momento em que, no Brasil, fortemente se faz sentir a sua necessidade. Logrará, por certo, aceitação tão ampla quão merecida e proveitosa.

R. HADDOCK LOBO

Nota da Autora

Em nova edição, este texto traz uma série de modificações e acréscimos, a maior parte dos quais levando em consideração valiosas sugestões dadas por colegas professores, que adotam o livro. Temos procurado, a cada nova edição, sem perder de vista as finalidades didáticas do texto, incorporar o que de novo se tem analisado na Sociologia, quer as mudanças sejam de natureza teórica — teorias de amplo ou de médio alcance — quer conceituais ou de enfoque. É característico de uma ciência dinâmica, como a Sociologia, seu constante aperfeiçoamento, alterando e ampliando sua estrutura, seu conteúdo, suas relações com as outras Ciências Humanas e sua metodologia. Assim, para quem como nós não compreende a ciência como um todo acabado, há e sempre haverá muito o que modificar, principalmente em se tratando de texto didático que, por sua própria natureza, deve posicionar-se na vanguarda, renovando-se e sendo acrescido das novas correntes que surgem e se afirmam no exame científico da sociedade.

Independente de modificações, este texto, desde sua origem até sua atual forma, muito deve a colegas e amigos, a quem reitero meus agradecimentos:

- Prof. Haddock Lobo, de saudosa memória, incentivador desses escritos em seu nascedouro;
- Prof. Delorenzo Neto, orientador de nossa carreira universitária e crítico sempre estimado desse texto;
- Profa. Marina de Andrade Marconi, amiga e colaboradora, sempre presente com suas sugestões; a troca de idéias e discussões com uma antropóloga, em nosso entender, enriquece sobremaneira o texto, dadas as estreitas relações entre as modernas correntes da Sociologia e da Antropologia, ambas integrando o agrupamento mais amplo das

Ciências do Comportamento. Além de seu apoio, da primeira à última linha desse texto, são de sua autoria o Capítulo "Cultura e Sociedade" e os itens sobre Instituição Família e Parentesco e Instituições Políticas, do Capítulo "Instituições Sociais";

- Professores Pe. Walmor Zucco, Juventino de Castro Aguados, Edina Watfa Elid Duenhas, Juan Antonio Rodrigues Fernandes e Osimar de Carvalho Lyra, cujas proveitosas sugestões foram de grande valia.

EVA MARIA LAKATOS

São Paulo, fevereiro de 1985.

Nesta sexta edição, queremos estender nossa gratidão a:

- Luiz Herrmann, Diretor-Presidente da Editora Atlas S.A., por tornar possível o trabalho de escrever obras didáticas, com seu apoio e compreensão.
- Ailton Bomfim Brandão, Diretor de Marketing da Editora Atlas S.A., pois seus conselhos e orientação foram essenciais à nossa atividade.

1 Ciências Sociais e Sociologia

Este capítulo, abordando o conceito de ciência e as correlações entre as Ciências Sociais ou Humanas, assim como os métodos e as técnicas científicas utilizadas pela Sociologia, permite:

1. Compreender o conceito de ciência, distinguindo os três níveis de conhecimento científico.
2. Entender o enfoque específico utilizado pelas Ciências Sociais ou Humanas na análise de seu objeto de estudo.
3. Definir a Sociologia e descrever as áreas gerais da preocupação sociológica, comparando-as àquelas das outras Ciências Sociais ou Humanas.
4. Reconhecer as áreas básicas em que se subdivide o campo de estudo da Sociologia e as abordagens das Sociologias Especiais.
5. Compreender e utilizar os métodos e as técnicas da Sociologia.

1.1 CONCEITUAÇÃO

Ao conceituar Ciências Sociais, a primeira preocupação é estabelecer noções básicas sobre ciência e, a seguir, distinguir as ciências denominadas Sociais ou Humanas das demais ciências.

Entendemos por ciência uma sistematização de conhecimentos, um conjunto de proposições logicamente correlacionadas sobre o comportamento de certos fenômenos que se deseja estudar. “A ciência é todo um conjunto de atitudes e de atividades racionais dirigidas ao sistemático conhecimento com objeto limitado, capaz de ser submetido à verificação.”

Pode-se conceituar o aspecto lógico da ciência como o método de raciocínio e de inferência acerca de fenômenos já conhecidos ou a serem investigados; em outras palavras, pode-se considerar que o “aspecto lógico constitui o método para a construção de proposições e enunciados”, objetivan-

do, dessa maneira, uma descrição, interpretação, explicação e verificação mais precisas.

A logicidade da ciência manifesta-se através de procedimentos e operações intelectuais que:

1. "possibilitam a observação racional e controlam os fatos;
2. permitem a interpretação e a explicação adequada dos fenômenos;
3. contribuem para a verificação dos fenômenos, positivados pela experimentação ou pela observação;
4. fundamentam os princípios da generalização ou o estabelecimento dos princípios e das leis" (Trujillo Ferrari, 1974: 8).

A ciência, portanto, constitui-se em um conjunto de proposições e enunciados, hierarquicamente correlacionados de maneira ascendente ou descendente, indo gradativamente de fatos particulares para os gerais e vice-versa (conexão ascendente = indução; conexão descendente = dedução).

As ciências possuem:

- **Objetivo ou finalidade.** Preocupação em distinguir a característica comum ou as leis gerais que regem determinados eventos.
- **Função.** Aperfeiçoamento, através do crescente acervo de conhecimentos, da relação do homem com o seu mundo.
- **Objeto.** Subdividido em: a) **material**, aquilo que se pretende estudar, analisar, interpretar ou verificar, de modo geral; b) **formal**, o enfoque especial, em face das diversas ciências que possuem o mesmo objeto material.

1.2 OS TRÊS NÍVEIS DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO: INORGÂNICO, ORGÂNICO E SUPERORGÂNICO

Faz-se, hoje, uma distinção em relação aos três níveis de conhecimento científico: o *inorgânico*, estudado pelas Ciências Físicas; o *orgânico*, investigado pelas Ciências Biológicas; o *superorgânico*, abrangido pelas Ciências Sociais. De acordo com esta concepção, o campo de ação das Ciências Sociais tem início justamente quando os estudos físico e biológico do homem e seu universo terminam. Os três níveis encontram-se inter-relacionados, sendo que a transição de um para outro é gradativa. O *superorgânico* é observado no mundo dos seres humanos em interação e nos produtos dessa interação: linguagem, religião, filosofia, ciência, tecnologia, ética, usos e costumes e outros aspectos culturais e da organização social. Portanto, ao estudar o superorgânico, as Ciências Sociais têm o seu interesse voltado para o homem em sociedade.

1.3 CIÊNCIAS SOCIAIS OU HUMANAS — CLASSIFICAÇÃO

Embora os autores apresentem classificações diferentes em relação às Ciências Sociais ou Humanas, consideramos que elas englobam as especificadas a seguir.

1.3.1 Antropologia Cultural

Estuda as semelhanças e diferenças culturais, origem e história das culturas do homem, sua evolução e desenvolvimento, estrutura e funcionamento, em qualquer lugar e tempo. Inicialmente, a Antropologia Cultural preocupava-se apenas com o estudo das culturas dos povos ágrafos (pré-letrados ou comumente denominados “primitivos”). Mais recentemente, tem-se interessado também pela cultura das sociedades industriais. A abordagem específica da Antropologia Cultural, ao analisar as sociedades, está relacionada com os aspectos culturais e comportamentais que as caracterizam.

Exemplos: ritos de passagem (comportamento dos indivíduos quando do nascimento de um filho, cerimonial que envolve a iniciação dos jovens nas responsabilidades de adulto, formalidades que cercam o casamento, procedimento por ocasião de mortes); tipos de organização familiar; religião e magia; artes e artesanato; mito, meios de comunicação.

1.3.2 Direito

Estuda as normas, expressas com preocupação de precisão, que regulam o comportamento social, estabelecendo direitos e obrigações entre as partes, através dos sistemas legislativos característicos das sociedades. As leis que regem a vida social podem ser escritas ou consuetudinárias (isto é, baseadas nos costumes). A lei ou regra jurídica é estabelecida por um órgão competente, que se apresenta como um poder, e é válida para todos os casos semelhantes. O Direito é um controle social, que, através da aplicação sistemática da força da sociedade politicamente organizada, exerce coerção efetiva sobre os indivíduos. Concentra-se, portanto, na análise dos fatores normativos do comportamento social.

Exemplos: normas de proteção ao trabalhador (direito trabalhista); tipos de contrato e transações comerciais (direito comercial); desquite ou divórcio (direito civil); especificação das penalidades por crimes cometidos (direito penal).

1.3.3 Economia

Estuda as atividades humanas no campo da organização de recursos, isto é, produção, circulação, distribuição e consumo de bens e serviços. Em

outras palavras, a economia se preocupa com a atividade do homem, individual e coletiva, em busca de bens materiais, e com a organização pela qual estes são distribuídos em relação às necessidades humanas. Convém dizer que a Economia, entre as várias atividades humanas, estuda apenas a atividade econômica.

Exemplos: Macroeconomia (estudo das atividades econômicas globais da totalidade dos participantes de uma sociedade) — sistema monetário e valor da moeda; bens e propriedades; renda, consumo, poupança e investimento; Produto Nacional Bruto; distribuição da renda. *Microeconomia* (estudo das atividades econômicas de agentes individuais) — política salarial de uma empresa; produtividade de uma empresa; orçamento familiar.

1.3.4 Política

Estuda a distribuição do poder nas sociedades humanas. Sistematiza o conhecimento dos fenômenos políticos, isto é, do Estado, e investiga o conjunto de processos e métodos empregados para que determinado grupo alcance, conserve e exerça o poder. Portanto, a Política analisa o governo, tanto como organização formal quanto resultante do comportamento de seus componentes, que pode ser determinado pela própria organização ou por suas ideologias ou filosofias de poder. Assim, diremos que a Política se refere à teoria, à arte e à prática do governo.

Exemplos: formas de governo; partidos políticos; mecanismo das eleições; funções do Estado; transformação da liderança política.

1.3.5 Psicologia Social

Estuda o comportamento e a motivação do indivíduo, determinados pela sociedade, e seus valores. O indivíduo recebe estímulo do grupo, e as influências que os contatos sociais exercem sobre a sua personalidade constituem o campo de interesse da Psicologia Social. Esta ciência se ocupa também com todas as reações coletivas, reações de indivíduos que interagem mútua e reciprocamente, alterando suas condutas. Dessa maneira, o conceito central da Psicologia Social é a personalidade moldada pela cultura e pela sociedade.

Exemplos: atitudes grupais perante a natalidade; comportamento em relação à questão racial; procedimento dos adolescentes; comportamento coletivo.

1.3.6 Sociologia

Estudo científico das relações sociais, das formas de associação, destacando-se os caracteres gerais comuns a todas as classes de fenômenos so-

ciais, fenômenos que se produzem nas relações de grupos entre seres humanos. Estuda o homem e o meio humano em suas interações recíprocas. A Sociologia não é normativa, nem emite juízos de valor sobre os tipos de associação e relações estudados, pois se baseia em estudos objetivos que melhor podem revelar a verdadeira natureza dos fenômenos sociais. A Sociologia, desta forma, é o estudo e o conhecimento objetivo da realidade social.

Exemplos: formação e desintegração de grupos; divisão das sociedades em camadas; mobilidade de indivíduos e grupos nas camadas sociais; processo de competição e cooperação.

Há autores que apresentam também como Ciências Humanas ou Sociais ramos de estudo tais como: História, Geografia Humana, Ecologia Humana etc.

1.4 CAMPO DA SOCIOLOGIA

Verificamos, portanto, que o objeto material das Ciências Sociais ou Humanas é o mesmo: o homem na sociedade. Todavia, essas ciências possuem seu objeto formal distinto, apesar de haver o fenômeno de inter-relacionamento e de serem complementares umas das outras.

Quanto à Sociologia, ela apresenta duas diferenças básicas em relação às demais Ciências Sociais: a primeira seria relativa ao universo sócio-cultural; a segunda diz respeito à concepção da “natureza” do homem e às inter-relações dos fenômenos sociais.

A Antropologia Cultural aborda os problemas da cultura; o Direito focaliza o setor normativo do comportamento social; a Economia volta-se para o setor da organização de recursos naturais; a Política preocupa-se com as relações de poder; a Psicologia Social estuda o comportamento individual determinado pela interação grupal. Entretanto, cabe à Sociologia a análise de todos os setores do superorgânico.

Exemplos: a Antropologia Cultural estuda a tribo como uma forma especial de sociedade; o Direito estuda o tribunal como uma variedade de sociedade; a Economia estuda as organizações industriais como tipo especial de sociedade; a Política analisa o Estado como uma forma específica de sociedade; a Psicologia Social estuda o pequeno grupo como uma variação da sociedade. Por outro lado, como especifica Sorokin, a Sociologia estuda a sociedade como um todo, com características e relações que podem ser observadas em qualquer sociedade, ou em suas partes, seja uma tribo, um tribunal, uma empresa industrial, um Estado, um grupo de adolescentes. O fenômeno da dominação e subordinação é analisado em todas as Ciências Sociais: a Antropologia Cultural o estudaria, por exemplo, na tribo; o Direito, em relação aos órgãos competentes encarregados da elaboração de leis; a Economia, dentro das empresas; a Política, no Estado; a Psi-

cologia Social, em relação à pressão grupal sobre o indivíduo. A Sociologia, entretanto, considera o fenômeno da dominação e da subordinação como um processo social geral, assim como a diferenciação e a estratificação, a solidariedade e o antagonismo etc., que aparecem em todos os setores do universo sócio-cultural.

Em relação à natureza do homem, cada Ciência Social concebe um tipo específico, por exemplo, o *homo economicus* ou o *homo politicus*, com características singulares, ou seja, dominado pelo interesse econômico ou pelo desejo de poder. Para a Sociologia, o *homo socius*, é, ao mesmo tempo, econômico, político, religioso, ético, artístico, dominado pelos mais diferentes interesses ou desejos.

O estudo da sociedade como um todo e do homem como *homo socius* requer uma ciência que trate de forma genérica de todos os fenômenos e inter-relações humanas, ou que transcenda o campo de atuação das disciplinas específicas. Compete, portanto, à Sociologia o estudo do homem e do universo sócio-cultural como um todo, analisando as inter-relações entre os diversos fenômenos sociais, pois as outras Ciências Sociais, em virtude de seu caráter especializado, consideram apenas um aspecto, artificialmente isolado do conjunto.

A Sociologia, sem perder seu caráter de Ciência que estuda todos os aspectos do comportamento humano em sociedade, pode ser subdividida em áreas especializadas de pesquisa.

Baseando-se numa classificação do campo da Sociologia elaborada por Karl Mannheim, Florestan Fernandes (1972: 24 e seg.), ampliando-a, indica seis áreas básicas, descritas a seguir.

1.4.1 Sociologia Sistemática

Procura explicar a ordem existente nas relações dos fenômenos sociais através de condições, fatores e efeitos que operam em um campo a-histórico. Subdivide-se em: *Sociologia Sistemática Estática*, que lida com os requisitos estruturais e funcionais da ordem social; *Sociologia Sistemática Dinâmica*, que lida com os processos sociais que podem ser descritos através da operação das condições estruturais e funcionais estáveis ou relativamente instáveis da ordem social.

Exemplos: noções de ação e interação social, de processos sociais de grupos sociais, de instituições.

1.4.2 Sociologia Descritiva

Investiga os fenômenos sociais no plano de sua manifestação concreta, procurando captar os elementos e os fatores sociais nas próprias condições reais em que eles operam.

Exemplos: estudo da escola na sociedade francesa; estudo do cooperativismo no Brasil.

1.4.3 Sociologia Comparada

Pretende explicar a ordem existente nas relações dos fenômenos sociais através de condições, fatores e efeitos que operam em um campo supra-histórico. A Sociologia Comparada estuda os padrões de integração e diferenciação dos sistemas sociais globais de duas maneiras: em uma escala filogenética, acompanhando as gradações assumidas pela interação social nas diversas formas de vida; ou, segundo intuítos classificatórios, procurando evidenciar as categorias ou tipos que convêm para grupos de sistemas sociais globais, que apresentam certas similaridades estruturais e funcionais básicas.

Exemplos: o desenvolvimento da instituição escola ao longo dos tempos; o estudo do cooperativismo no Brasil e em Israel.

1.4.4 Sociologia Diferencial

Procura explicar a ordem existente nas relações dos fenômenos sociais através de condições, fatores e efeitos que operam em um campo histórico.

Exemplos: características da sociedade de classes no Brasil; características da sociedade de castas sul-africana.

1.4.5 Sociologia Aplicada

Investigação especial dos problemas sociais e dos efeitos possíveis que eles comportarem ou das modalidades de intervenção racional que forem admitidas pela sociedade.

Exemplos: estudo, para finalidades de reformulação, do sistema educacional brasileiro; estudo do INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica de Previdência Social) visando introduzir mudanças para um melhor atendimento aos trabalhadores brasileiros.

1.4.6 Sociologia Geral ou Teórica

Examina os fundamentos lógicos da explanação sociológica, suas diversas categorias ou modalidades, os tipos de pesquisa que estas implicam e os critérios de verificação empírica que pressupõem. Em relação à sistematização e unificação dos conhecimentos teóricos, descobertos nas várias áreas da Sociologia, apresenta duas funções: uma, de lógica do conhecimento sociológico, esfera na qual os conceitos básicos, os princípios e os

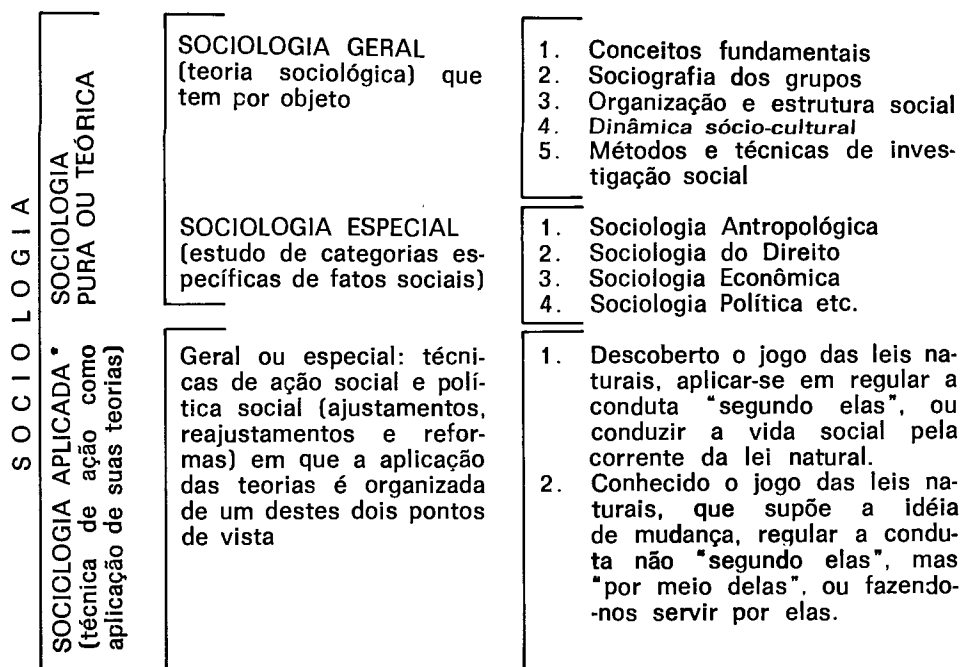
postulados da Sociologia são analisados criticamente; outra, na qual prevalecem os intuítos de síntese, isto é, como integrar as diferentes descobertas da Sociologia em um corpo teórico uniforme e como reduzi-las a expressões simbólicas de conotação universal.

Exemplos: características do fato social; conceito de estrutura e organização social.

Fernando de Azevedo (1964:120) apresenta um outro esquema em relação às regras de estudo da Sociologia, visualizado na Figura 1.1.

(Os conceitos de Fernando de Azevedo, referentes à Sociologia Aplicada, colidem os de vários sociólogos contemporâneos de grande prestígio. Seu esquema, entretanto, apresenta uma distinção clara entre os diversos aspectos dos estudos sociológicos, sendo de utilidade do ponto de vista didático.)

Figura 1.1 *Áreas de estudo da Sociologia, de acordo com Fernando de Azevedo.*



1.5 SOCIOLOGIAS ESPECIAIS

Partindo do esquema de Fernando de Azevedo de que a Sociologia Especial consiste no estudo de categorias específicas de fatos sociais, podemos apresentar as seguintes subdivisões para a mesma:

Sociologia Antropológica ou Antropossociologia. Estuda as correlações que existem entre o fator antropológico e as sociedades humanas.

Exemplo: influência dos grupos étnicos numa sociedade; os quistos étnico-culturais, conseqüências da mestiçagem em uma sociedade.

Sociologia do Direito. Estuda a inter-relação entre o Direito e os processos sociais. Considerando o Direito como um tipo de controle social formal, analisa a uniformização do comportamento dos componentes de uma sociedade, através das leis e regulamentos a eles impostos, e a adequação ou não das normas jurídicas em determinada sociedade.

Exemplo: investigação da possibilidade do divórcio ser fator de desagregação em uma sociedade; repercussões sociais do estabelecimento da pena de morte.

Sociologia Econômica. Estuda a organização de grupos humanos para a satisfação de necessidades materiais, a influência das relações econômicas originadas dessa organização sobre as instituições sociais e o efeito contrário, isto é, a alteração de um fato econômico por um fenômeno social.

Exemplo: conseqüências sociais das greves ou a influência das mesmas na deterioração da moeda; alteração da organização das empresas industriais no sentido da participação dos trabalhadores nos lucros da empresa — PIS (Plano de Integração Social).

Sociologia Política. Estuda a organização política dos diversos tipos de sociedade, as implicações sociais das várias espécies de movimentos políticos e de ideologias; origem, desenvolvimento e funções do Estado em seus aspectos teóricos e práticos de organização; as inter-relações entre Estado e Direito, Política, Economia, com especial destaque às relações de dominação e subordinação, liberdade e coação.

Exemplo: revoluções; falhas sociais que permitem a fraude eleitoral; coronelismo.

Sociologia da Família. Estuda a origem, evolução e função da instituição Família, suas distintas formas e as relações entre seus membros, nas diversas sociedades, no passado e no presente.

Exemplo: relações maritais; o princípio da legitimidade; tipos de sucessão.

Sociologia da Educação, Sociologia Educacional ou Sociologia Aplicada à Educação. Examina o campo, a estrutura e o funcionamento da escola como instituição social, e analisa os processos sociológicos envolvidos na instituição educacional.

Exemplo: problemas da educação rural e urbana; necessidade social do MOBRAL; a escola como agente de socialização e de controle social.

Sociologia da Religião. Estuda a origem, desenvolvimento e formas da instituição Igreja, examinando as mudanças em sua estrutura e função.

Exemplos: a religião como forma de controle social; as mudanças sociais acarretadas pela Reforma Protestante e o Concílio de Trento; repercussões sociais da Encíclica **Mater et Magistra**; o Documento de Puebla.

Sociologia da Comunidade, Sociologia Rural e Sociologia Urbana. Estudam, respectivamente, a organização, os problemas sociais das comunidades e a diferenciação do espaço sócio-ecológico; o modo de vida rural e a natureza das diferenças rurais e urbanas; as alterações sócio-culturais que ocorrem no contínuo rural-urbano, origem e evolução das cidades e o urbanismo como modo de vida: mudanças sócio-econômico-culturais determinadas pela concentração de uma elevada população, de composição heterogênea, em limitada área geográfica.

Exemplos: vizinhança; resistências às mudanças no meio rural; a desumanização do homem na grande cidade.

Sociologia Demográfica e Ecologia Humana. Estudam, respectivamente, a influência do fator demográfico (densidade da população, sua diminuição ou aumento) na organização da sociedade e vice-versa; a distribuição espacial dos agrupamentos humanos, suas relações uns com os outros e fatores determinantes de sua distribuição e relacionamento.

Exemplos: conseqüências sociais da diminuição da taxa de mortalidade; migrações; pólos de atração para o estabelecimento de seres humanos e instituições em determinada área; influência, de âmbito regional, de determinados agrupamentos.

Sociologia do Desenvolvimento. Estuda o processo de desenvolvimento compreendido como uma configuração historicamente concreta de transformações nas sociedades humanas; preocupa-se com a análise das condições estruturais que precedem o desenvolvimento e nele influem de maneira fundamental; verifica as implicações do desenvolvimento, isto é, suas inter-relações, suas conseqüências e seus produtos.

Exemplos: Revolução Industrial e desenvolvimento; dependência, subdesenvolvimento e marginalidade; desenvolvimento industrial e conflito de classes.

Sociologia Industrial e Sociologia do Trabalho. Referem-se ao estudo sistemático das relações sociais e à interação entre indivíduos e grupos relacionados com a função econômica da produção e distribuição de bens e serviços necessários à sociedade. Especificamente analisam o conteúdo dos papéis profissionais, as normas e expectativas a eles associada em diferentes organizações de trabalho.

Exemplos: a influência da indústria no sistema de estratificação; sindicatos e associações profissionais; a motivação para o trabalho; estudo do status profissional.

Sociologia da Burocracia e Sociologia Aplicada à Administração. São expressões mais ou menos equivalentes: ambas estudam os fenômenos que decorrem da estrutura das organizações **enquanto sistemas especiais**. A rigor, a expressão cientificamente mais adequada seria **Sociologia das Organizações**, corrente entre os autores franceses.

Exemplos: conflito de hierarquia; fenômenos decorrentes das disfunções internas (desajustamentos provocados pelos excessos da organização formal); análise da liderança na organização.

Sociologia do Lazer. Estuda os fenômenos decorrentes da redução do trabalho na sociedade industrial. O tecnicismo e a automação provocam uma ampliação do tempo livre, cuja utilização é o objeto de estudo desta área da Sociologia.

Exemplos: desvio de comportamento ocasionado pela má utilização do tempo livre; preferência dos adolescentes por determinado tipo de lazer.

Sociologia Histórica. Estuda as origens e o desenvolvimento de processos sociais e analisa sua influência na realidade social presente; investiga as sociedades do passado com a finalidade de encontrar as origens e obter explicações para as formas atuais de vida social.

Exemplos: evolução da família e sua transformação, passando de família extensa a nuclear; evolução das tradições; lendas e mitos através dos tempos.

Sociologia da Cultura, Sociologia do Conhecimento e Sociologia da Linguagem. Estudam, respectivamente, a influência da cultura de determinado grupo sobre as relações e inter-relações de seus componentes; a influência dos grupos sociais e suas particulares relações sobre o pensamento e o saber; as influências recíprocas entre linguagem e vida grupal.

Exemplos: influência da helenização na sociedade romana; a ascensão da burguesia e Iluminismo; a influência da organização sócio-política na adjetivação.

Sociologia da Arte. Estuda a relação fundamental entre a sociedade e a arte: de um lado, a influência da sociedade sobre os artistas e as obras de arte e, de outro, a influência destes na sociedade.

Exemplos: as lutas religiosas e sua influência no barroco; a influência da arte aplicada à propaganda na política e na economia.

Sociologia da Comunicação. Preocupa-se com o estudo da comunicação entre seres humanos, com ou sem auxílio de meios mecânicos. Analisa os comportamentos sociais em face dos meios de comunicação. Um dos aspectos mais relevantes é o estudo da cultura de massa.

Exemplos: o papel dos meios de comunicação de massa na formação da opinião pública; as interferências provocadas pela imprensa ou televisão numa campanha eleitoral.

Além das áreas mencionadas, existe uma série de outras como: Sociologia dos Pequenos Grupos, Sociologia Biológica, Sociologia Médica, Sociologia Clínica, Sociologia Criminal, Sociologia Militar etc.

1.6 MÉTODOS E TÉCNICAS DA SOCIOLOGIA

Segundo Calderón, método é um conjunto de regras úteis para a investigação, é um procedimento cuidadosamente elaborado, visando provocar respostas na natureza e na sociedade, e, paulatinamente, descobrir sua lógica e leis. Cada ciência possui um conjunto de métodos.

Por sua vez, técnica engloba preceitos ou processos de que se serve uma ciência: consiste na habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática. Na obtenção de seus propósitos, toda ciência utiliza inúmeras técnicas.

A sociologia emprega, em suas investigações, vários métodos e técnicas científicas, na maioria dos casos usados concomitantemente.

A questão da metodologia é importante quando se analisa o quadro de referência utilizado: este pode ser compreendido como uma totalidade que abrange dada teoria e a metodologia específica dessa teoria. Teoria, aqui, é considerada toda generalização relativa a fenômenos físicos ou sociais, estabelecida com o rigor científico necessário para que possa servir de base segura à interpretação da realidade; metodologia, por sua vez, engloba métodos de abordagem e de procedimento (como veremos mais adiante) e técnicas. Assim, a teoria do materialismo histórico, o método de abordagem dialético, os métodos de procedimento histórico e comparativo, juntamente com técnicas específicas de coleta de dados, formam o quadro de referência marxista. Outro exemplo diz respeito à teoria da evolução (Darwin), juntamente com método de abordagem indutivo, método de procedimento comparativo e respectivas técnicas, formando o quadro de referência evolucionista.

1.7 MÉTODOS ESPECÍFICOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

1.7.1 O Método e os Métodos

Um citação de Schopenhauer, feita por Madaleine Grawitz (1975: :I-289), pode servir de introdução para a questão espinhosa do que são “método” e “métodos”. Diz o autor: “dessa forma, a tarefa não é contemplar o que ninguém ainda contemplou, mas meditar, como ninguém ainda meditou, sobre o que todo mundo tem diante dos olhos”.

Tomada ao pé da letra, é uma colocação injusta sobre o tópico em questão, pois a maioria dos autores faz distinção entre “método” e “métodos”; porém, se de um lado a diferença ainda não ficou clara, de outro, continua-se utilizando o termo “método” para tudo — método e métodos — apesar de se situarem em níveis claramente distintos, no que se refere à sua inspiração filosófica, ao seu grau de abstração, à sua finalidade mais ou menos explicativa, à sua ação nas etapas mais ou menos concretas da investigação e ao momento em que se situam.

Como uma contribuição às tentativas de se fazer distinção entre os termos, diríamos que o método se caracteriza por uma abordagem mais ampla, em nível de abstração mais elevado, dos fenômenos da natureza e da sociedade. Assim, teríamos, em primeiro lugar, o *método de abordagem*, assim discriminado:

- a) **método indutivo** — cuja aproximação dos fenômenos caminha geralmente para planos cada vez mais abrangentes, indo das constatações mais particulares às leis e teorias (conexão ascendente);
- b) **método dedutivo** — que, partindo das teorias e leis, na maioria das vezes prediz a ocorrência dos fenômenos particulares (conexão descendente);

- c) **método hipotético-dedutivo** — que se inicia pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos, acerca da qual formula hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela hipótese;
- d) **método dialético** — que penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade.

Por sua vez, os *métodos de procedimento* seriam etapas mais concretas da investigação, com finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos e menos abstratos. Dir-se-ia até serem técnicas que, pelo uso mais abrangente, se erigiram em métodos. Pressupõem uma atitude concreta em relação ao fenômeno e estão limitadas a um domínio particular. São as que veremos a seguir, na área restrita das ciências sociais.

1.7.2 Método Histórico

Promovido por Boas. Partindo do princípio de que as atuais formas de vida social, as instituições e os costumes têm origem no passado, é importante pesquisar suas raízes, para compreender sua natureza e função. Assim, o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época. Seu estudo, para uma melhor compreensão do papel que atualmente desempenham na sociedade, deve remontar aos períodos de sua formação e de suas modificações.

Exemplos: para compreender a noção atual de família e parentesco, pesquisa-se no passado os diferentes elementos constitutivos dos vários tipos de família e as fases de sua evolução social; para descobrir as causas da decadência da aristocracia cafeeira, investigam-se os fatores sócio-econômicos do passado.

Portanto, colocando-se os fenômenos, como, por exemplo, as instituições, no ambiente social em que nasceram, entre as suas condições “concomitantes”, torna-se mais fácil a sua análise e compreensão, no que diz respeito à gênese e ao desenvolvimento, assim como às sucessivas alterações, permitindo a comparação de sociedades diferentes: o método histórico preenche os vazios dos fatos e acontecimentos, apoiando-se em um tempo, mesmo que artificialmente reconstruído, que assegura a percepção da continuidade e do entrelaçamento dos fenômenos.

1.7.3 Método Comparativo

Empregado por Tylor. Considerando que o estudo das semelhanças e diferenças entre diversos tipos de grupos, sociedades ou povos contribui para uma melhor compreensão do comportamento humano, este método realiza comparações com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências. O método comparativo é usado tanto para comparações de grupos no presente, no passado, ou entre os existentes e os do passado, quanto entre sociedades de iguais ou de diferentes estágios de desenvolvimento.

Exemplos: modo de vida rural e urbano no Estado de São Paulo; características sociais da colonização portuguesa e espanhola na América Latina; classes sociais no Brasil, na época colonial e atualmente; organização de empresas norte-americanas e japonesas; a educação entre os povos ágrafos e os tecnologicamente desenvolvidos.

Ocupando-se da explicação dos fenômenos, o método comparativo permite analisar o dado concreto, deduzindo do mesmo os elementos constantes, abstratos e gerais. Constitui uma verdadeira “experimentação indireta”. É empregado em estudos de largo alcance (desenvolvimento da sociedade capitalista) e de setores concretos (comparação de tipos específicos de eleições), assim como para estudos qualitativos (diferentes formas de governo) e quantitativos (taxa de escolarização de países desenvolvidos e subdesenvolvidos). Pode ser utilizado em todas as fases e níveis de investigação: num estudo descritivo, pode averiguar a analogia entre ou analisar os elementos de uma estrutura (regime presidencialista americano e francês); nas classificações, permite a construção de tipologias (cultura de *folk* e civilização); finalmente, a nível de explicação, pode, até certo ponto, apontar vínculos causais entre os fatores presentes e ausentes.

1 7.4 Método Monográfico

Criado por Le Play, que o empregou ao estudar famílias operárias na Europa. Partindo do princípio de que qualquer caso que se estude em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros ou até de todos os casos semelhantes, o método monográfico consiste no estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades, com a finalidade de obter generalizações. A investigação deve examinar o tema escolhido, observando todos os fatores que o influenciaram e analisando-o em todos os seus aspectos.

Exemplos: estudo de delinquentes juvenis; da mão-de-obra volante [SANTOS, Hélio Jorge dos. *Os biroslos de Votuporanga*. Osasco, Faculda-

de Municipal de Ciências Econômicas e Administrativas de Osasco, 1972 (Tese de Doutorado).]; do papel social da mulher [PRESOTTO, Zélia Maria Neves. *Aspectos do mundo feminino bororo*. Franca, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, 1974 (Tese de Doutorado).] ou dos idosos [FAQUIM, Odília. *Aspectos sociológicos da velhice*. São Paulo, Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1975 (Tese de Mestrado).] na sociedade; estudo de cooperativas [MENDES, Ruth Ferreira da Silva Laroca. *Comunidade e cooperativismo* — análise sócio-econômica da cooperativa agropecuária da região de Laranjal Paulista. São Paulo, Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1975 (Tese de Mestrado).]; de um grupo de índios Xavante; de bairros rurais [QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Bairros rurais paulistas*. São Paulo, Duas Cidades, 1973.].

Em seu início, o método consistia no exame de aspectos particulares, como, por exemplo, o orçamento familiar, as características de profissões ou de indústrias domiciliares, o custo de vida etc. Entretanto, o estudo monográfico pode, também, em vez de se concentrar em um aspecto, abranger o conjunto das atividades de um grupo social particular, como no exemplo das cooperativas e do grupo indígena. A vantagem do método consiste em respeitar a “totalidade solidária” dos grupos, ao estudar, em primeiro lugar, a vida do grupo na sua unidade concreta, evitando, portanto, a prematura dissociação de seus elementos. São exemplos desse tipo de estudo as monografias regionais, as rurais, as de aldeia e, até, as urbanas.

1.7.5 Método Estatístico

Planejado por Quetelet. Os processos estatísticos permitem obter, de conjuntos complexos, representações simples e constatar se essas verificações simplificadas têm relações entre si. Assim, o método estatístico significa redução de fenômenos sociológicos, políticos, econômicos etc. a termos quantitativos e a manipulação estatística, que permite comprovar as relações dos fenômenos entre si, e obter generalizações sobre sua natureza, ocorrência ou significado.

Exemplos: verificar a correlação entre nível de escolaridade e número de filhos; pesquisar as classes sociais dos estudantes universitários [MIL-LÊO, Galbas. *Uma análise dos estudantes universitários de Curitiba a partir de aspectos de sua estratificação sócio-econômica*. São Paulo, Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1975 (Tese de Mestrado).]; o tipo de lazer preferido pelos estudantes de 1.º e 2.º graus [DUENHAS, Edina Watfa Elid. *O lazer e o trabalho entre estudantes de 1.º e 2.º graus*. São Paulo, Escola Pós-

-Graduada de Ciências Sociais, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1965 (Tese de Mestrado).].

O papel do método estatístico é, antes de tudo, fornecer uma descrição quantitativa da sociedade, considerada como um todo organizado. Por exemplo, definem-se e delimitam-se as classes sociais, especificando as características dos membros dessas classes e, após, mede-se a sua importância ou a variação, ou qualquer outro atributo quantificável que contribua para o seu melhor entendimento. Mas a estatística pode ser considerada mais do que apenas um meio de descrição racional; é, também, um método de experimentação e prova, pois é método de análise.

1.7.6 Método Tipológico

Habilmente aplicado por Max Weber. Apresenta certas semelhanças com o método comparativo. Ao comparar fenômenos sociais complexos, o pesquisador cria tipos ou modelos ideais, construídos a partir da análise de aspectos essenciais do fenômeno. A característica principal do tipo ideal é não existir na realidade, mas servir de modelo para a análise e compreensão de casos concretos, realmente existentes. Weber, através da classificação e comparação de diversos tipos de cidades, determinou as características essenciais da cidade; da mesma maneira, pesquisou as diferentes formas de capitalismo para estabelecer a caracterização ideal do capitalismo moderno; e, partindo do exame dos tipos de organização, apresentou o tipo ideal de organização burocrática.

Exemplo: estudo de todos os tipos de governo democrático, do presente e do passado, para estabelecer as características típicas ideais da democracia.

Para Weber, a vocação prioritária do cientista é separar os juízos de realidade — o que é — e os juízos de valor — o que deve ser — da análise científica, com a finalidade de perseguir o conhecimento pelo conhecimento. Assim, o tipo ideal não é uma hipótese, pois se configura como uma proposição que corresponde a uma realidade concreta; portanto, é abstrato; não é uma descrição da realidade, pois só retém, através de um processo de comparação e seleção de similitudes, certos aspectos dela; também não pode ser considerado como um “termo médio”, pois seu significado não emerge da noção quantitativa da realidade. O tipo ideal não expressa a totalidade da realidade, mas seus aspectos significativos, os caracteres mais gerais, os que se encontram regularmente no fenômeno estudado.

O tipo ideal, segundo Weber, diferencia-se do conceito, porque não se contenta com selecionar a realidade, mas também a enriquece. O papel

do cientista consiste em ampliar certas qualidades e fazer ressaltar certos aspectos do fenômeno que se pretende analisar.

Entretanto, só podem ser objeto de estudo do método tipológico os fenômenos que se prestam a uma divisão, a uma dicotomia de “tipo” e “não-tipo”. Os próprios estudos efetuados por Weber demonstram essa característica:

“cidade” — “outros tipos de povoamento”;

“capitalismo” — “outros tipos de estrutura sócio-econômica”;

“organização burocrática” — “organização não-burocrática”.

1.7.7 Método Funcionalista

Utilizado por Malinowski. É, a rigor, mais um método de interpretação do que de investigação. Levando-se em consideração que a sociedade é formada por partes componentes, diferenciadas, inter-relacionadas e interdependentes, satisfazendo cada uma das funções essenciais da vida social, e que as partes são mais bem entendidas compreendendo-se as funções que desempenham no todo, o método funcionalista estuda a sociedade do ponto de vista da função de suas unidades, isto é, como um sistema organizado de atividades.

Exemplos: análise das principais diferenciações de funções que devem existir num pequeno grupo isolado, para que o mesmo sobreviva; averiguação da função dos usos e costumes no sentido de assegurar a identidade cultural de um grupo.

O método funcionalista considera, de um lado, a sociedade como uma estrutura complexa de grupos ou indivíduos, reunidos numa trama de ações e reações sociais; de outro, como um sistema de instituições correlacionadas entre si, agindo e reagindo umas em relação às outras. Qualquer que seja o enfoque, fica claro que o conceito de sociedade é visto como um todo em funcionamento, um sistema em operação. E o papel das partes nesse todo é compreendido como *funções* no complexo de estrutura e organização.

Surgindo com Spencer, na sua analogia da sociedade com um organismo biológico, a função de uma instituição social toma com Durkheim a característica de uma correspondência entre ela e as necessidades do organismo social. O autor chega a fazer distinção entre o funcionamento “normal” e “patológico” das instituições. Mas é com Malinowski que a análise funcionalista envolve a afirmação dogmática da integração funcional de toda a sociedade, onde cada parte tem uma função específica a desempenhar no todo.

Por sua vez, Merton critica a concepção do papel indispensável de todas as atividades, normas, práticas, crenças etc. para o funcionamento da sociedade. Cria então o conceito de *funções manifestas* e *funções latentes* (ver item 8.2.2).

1.7.8 Método Estruturalista

Desenvolvido por Lévi-Strauss. O método parte da investigação de um fenômeno concreto, eleva-se, a seguir, ao nível abstrato, por intermédio da constituição de um modelo que represente o objeto de estudo, retornando por fim ao concreto, dessa vez como uma realidade estruturada e relacionada com a experiência do sujeito social. Considera que uma linguagem abstrata deve ser indispensável para assegurar a possibilidade de comparar experiências à primeira vista irredutíveis que, se assim permanecessem, nada poderiam ensinar: em outras palavras, não poderiam ser estudadas. Dessa forma, o método estruturalista caminha do concreto para o abstrato e vice-versa, dispondo, na segunda etapa, de um modelo para analisar a realidade concreta dos diversos fenômenos.

Exemplos: estudo das relações sociais e a posição que estas determinam para os indivíduos e os grupos, com a finalidade de construir um modelo que passa a retratar a estrutura social onde ocorrem tais relações; verificação das leis que regem o casamento e o sistema de parentesco das sociedades primitivas ou modernas, através da construção de modelos que representem os diferentes indivíduos e suas relações, no âmbito do matrimônio e parentesco (no primeiro caso, basta um modelo mecânico, pois os indivíduos são pouco numerosos; no segundo, será necessário um modelo estatístico).

Para penetrar na realidade concreta, a mente constrói modelos, que não são diretamente observáveis na própria realidade, mas a retratam fidedignamente, em virtude de a razão simplificante do modelo corresponder à razão explicante da mente, isto é, por baixo de todos os fenômenos existe uma estrutura invariante e é por este motivo que ela é objetiva; assim, toda análise deve levar a um modelo, cuja característica é a possibilidade de explicar a totalidade do fenômeno, assim como a sua variabilidade aparente. Isto porque, por intermédio da simplificação (representação simplificada), o modelo atinge o nível inconsciente e invariante: resume o fenômeno e propicia sua inteligibilidade. Utilizando-se o método estruturalista, não se analisa mais os elementos em si, mas as relações que entre eles ocorrem, pois somente estas são constantes, ao passo que os elementos podem variar; dessa forma, não existem fatos isolados passíveis

de conhecimento, pois a verdadeira significação resulta da relação entre eles.

A diferença primordial entre os métodos tipológico e estruturalista é que o “tipo ideal” do primeiro inexistente na realidade, servindo apenas para estudar a mesma, ao passo que o “modelo” do segundo é a única representação concebível da realidade.

Exemplos do uso concomitante dos diversos métodos: para analisar o papel que os sindicatos desempenham na sociedade, pode-se pesquisar a origem e o desenvolvimento do sindicato, e a forma específica em que aparece nas diferentes sociedades: método histórico e comparativo. A análise de *Garimpos e garimpeiros de Patrocínio Paulista* — tese de doutoramento da professora Marina de Andrade Marconi — foi resultado do emprego dos métodos histórico, estatístico e monográfico. O tema exigiu a pesquisa, no passado, das atividades dos garimpeiros, suas migrações e métodos de trabalho; na investigação da característica do garimpeiro de hoje, foi empregado o método estatístico; e, finalmente, ao limitar a pesquisa a determinada categoria, utilizou-se o método monográfico.

1.8 TÉCNICAS DE PESQUISA DA SOCIOLOGIA

Documental. Fontes primárias: arquivos públicos e particulares, estatísticas oficiais, censos, Livro do Tombo etc.; fontes secundárias: obras e trabalhos elaborados, jornais, revistas e outros.

Sociometria. Apresentada pela primeira vez por J. L. Moreno. Descrição quantitativa das relações interpessoais visando descobrir, principalmente, os padrões de liderança. Lida com a estrutura interna dos grupos sociais e estuda as formas complexas que emergem das forças de atração e repulsão entre os membros do grupo.

História de Vida. Consiste em obter todos os dados referentes a determinada pessoa, em todas as fases de sua vida.

Entrevista. É o contato direto entre o pesquisador e o informante para, através da conversação, obter informações pertinentes. Pode ser:

- **Dirigida**, quando segue um roteiro.
- **Não dirigida ou livre**, quando leva o entrevistado a manifestar espontaneamente suas idéias.

Questionário. Visa levantar dados através de uma série organizada de perguntas escritas, cujas respostas serão fornecidas pelo pesquisado sem contato direto com o investigador.

Formulário. É uma técnica semelhante à anterior, só que é o investigador quem faz as perguntas e anota as respostas, podendo ampliar os dados com observações complementares.

Observação. Pode ser:

- **sistemática**, quando o pesquisador, durante determinado período de tempo, observa sistematicamente os fenômenos de seu interesse no grupo que escolheu para a pesquisa. Pode ser **direta**, quando observa os fatos pessoalmente no local de trabalho; **indireta**, feita através de outras pessoas;
- **participante**, quando o especialista procura incorporar-se ao grupo que estuda, ganhando sua confiança e participando de suas formas de vida, podendo ou não revelar sua condição de observador.

Cartográfica. Quando o pesquisador usa mapas, cartas, desenhos, gráficos, tabelas e outros, para tornar expressivos dados complexos.

Cada método implica o emprego de várias técnicas.

2 Histórico da Sociologia

Este capítulo sintetiza a origem e o desenvolvimento da Sociologia. Apresenta:

1. As obras dos pensadores sociais da Antigüidade e da Idade Média.
2. As obras mais importantes da Renascença até o Século XVIII.
3. Os pioneiros da Sociologia e suas obras mais importantes, que contribuíram para a formação dessa ciência.
4. O desenvolvimento da Sociologia, através da análise das obras mais representativas dos autores contemporâneos.
5. Características das obras dos autores de sociologia da América Espanhola e do Brasil.

2.1 ORIGEM

Faremos um resumo da evolução dos estudos referentes às relações entre os homens e a constituição dos grupos em que eles se integram (em determinadas condições de interdependência e normas de conveniência), isto é, as sociedades.

2.1.1 Os Pensadores Helênicos

Desde tempos muito remotos, essas relações vinham sendo encaradas sob a forma de preceitos religiosos, de legislações e mesmo de teorias de direito. Pensadores helênicos, notadamente Platão (429-341 a.C.), *A república*, e Aristóteles (384-322 a.C.), *A política*, foram os primeiros a tratar de tais problemas de maneira sistemática e separada da religião, mas não independente dos regimes políticos e econômicos. As obras desses dois sábios iriam ter imensa repercussão e sua influência, na verdade, se faz

sentir até nossos dias. Posteriormente, Santo Angostinho (354-430), *A cidade de Deus*, apresentou idéias e análises básicas para as modernas concepções jurídicas e até sociológicas.

2.1.2 A Idade Média

Na Idade Média Européia, as cogitações relativas aos grupos sociais tornaram-se fortemente influenciadas pela religião. O Cristianismo, então dominante, desde o início traçara diretrizes e normas a que deveria obedecer o comportamento dos homens em seu relacionamento. Destas recomendações (ou mandamentos) estavam ausentes as preocupações de critérios científicos. O mesmo ocorreu com o Islamismo, apesar de ter estabelecido uma legislação bastante minuciosa, por muitos até hoje adotada. O principal pensador oriental, Ibn Khaldun (1332-1406), *Prolegômenos*, constituiu uma exceção, pois deu ao social uma explicação causalista.

No Século XIII, Santo Tomás de Aquino (1226-1274), *Summa theologica*, conquanto inteiramente decidido a não se afastar da orientação cristã, retomou os processos e as idéias de Aristóteles, para manifestar-se sobre as relações inter-humanas.

2.1.3 A Renascença

Durante a Renascença apareceram obras vigorosas em que se propunham normas entrosadas de política e economia, delas destacando-se a de Campanella (1568-1639), *Cidade do sol*, e, sobretudo, a conhecidíssima *Utopia*, de Thomas Morus (1478-1535), romance político e social avançado para a sua época.

A partir de então, com o desenvolvimento do capitalismo comercial, multiplicaram-se os tratados de economia em que eram abordados vários aspectos dos problemas sociais. E a própria evolução política, que não podia deixar de se acelerar, em virtude das constantes modificações econômicas, favoreceu o aparecimento de livros, onde, embora se cuidasse principalmente de relações de mando, consideravam-se também outros aspectos do convívio entre os homens: *O príncipe*, de Maquiavel (1469-1527), e *Leviatã*, de Hobbes (1588-1679); seus autores consideravam ser a vida da sociedade baseada no uso da força. Esses livros tiveram e têm grande influência, assim como *Ensaio sobre o entendimento humano*, de Locke (1632-1704), autor que deu contribuição à Filosofia, Psicologia e Educação.

Ainda no Renascimento, devemos mencionar dois autores cujas inovações foram importantes para o desenvolvimento do pensamento científico: Bacon (1561-1626), *Novum organum*, que preconizou a observação da

natureza, o uso da experimentação e principalmente do raciocínio indutivo; e Descartes (1596-1650), *Discurso sobre o método*. O método cartesiano influenciou as Ciências Sociais e as doutrinas políticas através de seu racionalismo.

2.1.4 O Século XVIII

No Século XVIII apareceram obras de grande valor no campo da política, economia e sociologia. Montesquieu (1689-1775), *O espírito das leis*, analisou o papel da lei e dos poderes políticos na sociedade; Hume (1711-1776), continuador do empirismo de Locke, escreveu *Tratado sobre a natureza humana*; Adam Smith (1723-1790), *A riqueza das nações*, relacionou suas análises econômicas com o conjunto da sociedade. É preciso ainda salientar o impacto das teorias do *Contrato social*, de Jean Jacques Rousseau (1712-1778), de decisiva influência na revolução democrática e, conseqüentemente, na história das instituições; sua primordial importância consiste na apresentação de uma teoria para fundamentar a legitimidade do poder político.

Desse período em diante, sempre sob a inspiração de problemas criados pela evolução econômica, multiplicaram-se as chamadas “doutrinas socialistas”, cujos autores, tentando atenuar as injustiças imperantes na distribuição de riquezas e na exploração dos trabalhadores, criticavam a situação existente e pregavam novas e mais eqüitativas relações entre os homens. Entre eles podemos destacar Fourier (1772-1837), que estabeleceu uma correlação entre os sentimentos e as estruturas sociais, criador dos *Falanstérios*; Saint Simon (1760-1825), verdadeiro fundador do socialismo, autor da famosa frase “de cada um de acordo com sua capacidade, e a cada um, de acordo com sua necessidade”; Owen (1771-1858), *Uma nova visão da sociedade*, fundador das primeiras sociedades cooperativas; Proudhon (1809-1865), *O que é a propriedade*, criador do sistema mutualista.

Os líderes socialistas, para fundamentar suas críticas e seus projetos, procediam à análise da realidade social. A tônica de suas diretrizes residia, entretanto, na intenção de mudar as instituições e costumes vigentes e de criar, através de radicais alterações da ordem política, uma ordem social mais eqüitativa.

Hegel (1770-1831) promove um movimento de íntimo entrosamento entre princípios puramente filosóficos e as ciências sociais. A dialética de Hegel baseia-se no método antitético, dando origem à explicação das mudanças ocorridas no universo, mediante um processo em três tempos: tese, antítese e síntese. Ainda nesse período de transição, aparecem obras de economistas que marcaram profundamente o pensamento econômico e social da época: Ricardo (1772-1823), primeiro teórico da economia política clássica, com a obra *Princípios de economia política*, e que formulou

a lei da renda diferencial; Mathus (1766-1834), *Ensaio sobre o princípio de população*, tornou-se famosa pela sua teoria da população, onde afirma que a correlação entre os recursos materiais e a excessiva fecundidade humana resulta em graves problemas de antinomia demográfica.

2.2 PIONEIROS

2.2.1 Augusto Comte

Em meados do século passado, surgiu o que se pode chamar de “reação positivista” a que deu início o próprio criador da doutrina positivista: *Augusto Comte* (1798-1857).

Este pensador francês lutava para que, em todos os ramos de estudos, se obedecesse à preocupação da máxima objetividade. Em sua classificação das ciências, colocou a matemática na base e, no ápice, os esforços de compreensão de tudo o que se referia ao homem, principalmente as relações entre eles.

Nessa atitude, entretanto, assumia uma posição diferente da dos socialistas. Defendia o ponto de vista de somente serem válidas as análises das sociedades quando feitas com verdadeiro espírito científico, com objetividade e com ausência de metas preconcebidas, próprios das ciências em geral. Os estudos das relações humanas, assim, deveriam constituir uma nova ciência, a que se deu o nome de “Sociologia”. Esta não deveria limitar-se apenas à análise, mas propor normas de comportamento, seguindo a orientação resumida na famosa fórmula positivista: “saber para prever, a fim de prover”.

É verdade que, nos seus escritos sobre a sociedade, Comte esteve bem longe de seguir à risca as suas recomendações de “positividade”. Mas teve enorme repercussão, e ainda tem, a atitude que preconizou quanto ao estudo dos fenômenos sociais, não influenciado pela emotividade, mas levado a efeito com a isenção de ânimo, semelhante à adotada na Química ou na Física. Aliás, inicialmente, em vez do termo “Sociologia”, denominara esta ciência de “Física Social”.

Podemos discernir, nos estudos de Comte, três princípios básicos:

- **Prioridade do todo sobre as partes:** significa que, para compreender e explicar um fenômeno social particular, devemos analisá-lo no contexto global a que pertence. Considerava que tanto a Sociologia Estática (estudo da ordem das sociedades em determinado momento histórico) quanto a Sociologia Dinâmica (estudo da evolução das sociedades no tempo) deveriam analisar a sociedade, de uma determinada época, correlacionando-a à sua História e à História da Humanidade (a Sociologia de Comte é, na realidade, Sociologia Comparada, tendo como quadro de referência a História Universal).
- **O progresso dos conhecimentos é característico da sociedade humana:** a sucessão de gerações, com seus conhecimentos, permite uma acumu-

lação de experiências e de saber que constitui um patrimônio espiritual objetivo e liga as gerações entre si; existe uma coerência entre o estágio dos conhecimentos e a organização social.

- **O homem é o mesmo por toda a parte e em todos os tempos**, em virtude de possuir idêntica constituição biológica e sistema cerebral.

Desses princípios básicos, Comte concluiu ser natural que a sociedade, em toda parte, evolua da mesma maneira e no mesmo sentido, resultando daí que a humanidade em geral caminha para um mesmo tipo de sociedade mais avançada. De tais idéias surgiu a classificação das sociedades denominada “A Lei dos Três Estados”:

- **Estado teológico ou fictício**, em que se explicam os diversos fenômenos através de causas primeiras, em geral personificadas nos deuses. O Estado Teológico subdivide-se em:
 - a) **fetichismo**, em que o homem confere vida, ação e poder sobrenaturais a seres inanimados e a animais;
 - b) **politeísmo**, quando atribui a diversas potências sobrenaturais ou deuses certos traços da natureza humana (motivações, vícios e virtudes etc.);
 - c) **monoteísmo**, quando se desenvolve a crença num deus único.
- **Estado metafísico ou abstrato**. As causas primeiras são substituídas por causas mais gerais — as entidades metafísicas —, buscando nestas entidades abstratas (idéias) explicações sobre a natureza das coisas e a causa dos acontecimentos.
- **Estado positivo ou científico**. O homem tenta compreender as relações entre as coisas e os acontecimentos através da observação científica e do raciocínio, formulando leis; portanto, não mais procura conhecer a natureza íntima das coisas e as causas absolutas.

A característica da filosofia positivista de Comte, desenvolvida em suas obras *Curso de filosofia positiva* (1830-1842) e *Política positiva* (1851-1854), é substituir em toda parte o absoluto pelo relativo.

2.2.2 Herbert Spencer

Na segunda metade do Século XIX, as idéias de Darwin sobre a evolução das espécies influenciaram a maioria dos estudiosos. A Sociologia foi, depois da Biologia, a ciência que maior impacto recebeu da Teoria de Darwin, levando ao aparecimento da Escola Biológica, iniciada pelo inglês *Herbert Spencer* (1820-1903).

Segundo a concepção desse pensador, a sociedade assemelha-se a um organismo biológico, sendo o crescimento caracterizado pelo aumento da massa; o processo de crescimento dá origem à complexidade da estrutura; aparece nítida interdependência entre as partes; tanto a vida da sociedade como a do organismo biológico são muito mais longas do que a de qual-

quer de suas partes ou unidades. Desses princípios básicos chega-se à formulação de uma lei geral, segundo a qual a evolução de todos os corpos (e, por analogia, a das sociedades) passa de um estágio primitivo, caracterizado pela simplicidade de estrutura e pela homogeneidade, a estágios de complexidade crescente, assinalados por uma heterogeneidade progressiva das partes, acompanhadas por novas maneiras de integração.

Especificamente no que concerne às sociedades, para Spencer, a História demonstra a diferenciação progressiva das mesmas: de pequenas coletividades nômades, homogêneas, indiferenciadas, sem qualquer organização política e de reduzida divisão de trabalho, as sociedades tornam-se cada vez mais complexas, mais heterogêneas, compostas de grupos diferentes, mais numerosos, onde a autoridade política se torna organizada e diferenciada, aparecendo uma multiplicidade de funções econômicas e sociais, exigindo maior divisão de trabalho.

Obras mais importantes: *Princípios de sociologia* (1876-1896) e *O estudo da sociedade* (1873).

2.2.3 Karl Marx

Fundador do materialismo histórico, *Karl Marx* (1818-1883), na realidade um filósofo social e economista alemão, contribuiu para o desenvolvimento da Sociologia, salientando que as relações sociais decorrem dos modos de produção (fator de transformação da sociedade), numa tentativa de elaborar uma teoria sistemática da estrutura e das transformações sociais.

O postulado básico do marxismo é o determinismo econômico, segundo o qual o fator econômico é determinante da estrutura do desenvolvimento da sociedade.

O homem, para satisfazer suas necessidades, atua sobre a natureza, criando *relações técnicas de produção*. Todavia, essa atuação não é isolada: na produção e distribuição necessárias ao consumo, o homem relaciona-se com outros seres humanos, dando origem às *relações de produção*. O conjunto dessas relações leva ao *modo de produção*. Os homens desenvolvem as *relações técnicas de produção* através do *processo de trabalho* (força humana e ferramentas), dando origem a *forças produtivas* que, por sua vez, geram um determinado *sistema de produção* (distribuição, circulação e consumo de mercadorias); o *sistema de produção* provoca uma divisão de trabalho (proprietários e não-proprietários das ferramentas de trabalho ou dos meios de produção) e o choque entre as *forças produtivas* e os proprietários dos meios de produção determina a mudança social.

Para Marx, a sociedade divide-se em infra-estrutura e supra-estrutura. A infra-estrutura é a estrutura econômica, formada das relações de produção e forças produtivas. A supra-estrutura divide-se em dois níveis: o primeiro, a estrutura jurídico-política, é formado pelas normas e leis que correspondem à sistematização das relações já existentes; o segundo, a estrutura

ideológica (filosofia, arte, religião etc.), justificativa do real, é formado por um conjunto de idéias de determinada classe social que, através de sua ideologia, defende seus interesses. Sendo a infra-estrutura determinante, toda mudança social se origina das modificações nas forças produtivas e relações de produção. De acordo com esta teoria, Marx, juntamente com Engels, chegou a uma classificação de sociedades segundo o tipo predominante de relações de produção: a comunidade tribal, a sociedade asiática, a cidade antiga, a sociedade germânica, a sociedade feudal, a sociedade capitalista burguesa (comercial; manufatureira e industrial; financeira e colonialista) e a sociedade comunista sem classes (que se instalaria através da ditadura do proletariado).

Obra principal: *O capital* (1867-1895).

2.3 DESENVOLVIMENTO DA SOCIOLOGIA

2.3.1 Émile Durkheim (1858-1917)

Francês, é considerado por muitos estudiosos o fundador da Sociologia como ciência independente das demais *Ciências Sociais*. Ao preconizar o estudo dos fatos sociais como “coisas”, através de regras de rigor científico, determinou seu objeto, próprio dos estudos sociológicos, e sua metodologia.

Sua primeira obra, *A divisão do trabalho social* (1893), combate certas idéias de Spencer e enuncia dois princípios básicos: *consciência coletiva* e *solidariedade mecânica e orgânica*.

Por *consciência coletiva* entende-se a soma de crenças e sentimentos comuns à média dos membros da comunidade, formando um sistema autônomo, isto é, uma realidade distinta que persiste no tempo e une as gerações. A consciência coletiva envolve quase que completamente a mentalidade e a moralidade do indivíduo: o homem “primitivo” pensa, sente e age conforme determina ou prescreve o grupo a que pertence. Durkheim acusa a existência, em cada indivíduo, de duas consciências, a coletiva e a individual; a primeira, predominante, compartilhará com o grupo; a segunda, peculiar ao indivíduo. Nas sociedades “primitivas”, a consciência coletiva subjugava a individual, e as sanções aplicadas ao indivíduo, que fuge às normas de conduta do grupo, são extremamente severas.

A medida que as sociedades se tornam mais complexas, a divisão de trabalho e as conseqüentes diferenças entre os indivíduos conduzem a uma crescente independência das consciências. As sanções repressivas, que existem nas sociedades “primitivas”, dão origem a um sistema legislativo que acentua os valores da igualdade, liberdade, fraternidade e justiça. A coerção social não desaparece, pois a característica da sociedade moderna — os contratos de trabalho — contém elementos predeterminados, independen-

tes dos próprios acordos pessoais. Exemplo: cabe ao Estado determinar a duração do período de trabalho, o salário mínimo e as condições em que se realiza o trabalho físico.

As “primitivas” coletividades humanas são caracterizadas pela *solidariedade mecânica*, que se origina das semelhanças entre os membros individuais. Para a manutenção dessa igualdade, necessária à sobrevivência do grupo, deve a coerção social, baseada na consciência coletiva, ser severa e repressiva. Essas sociedades não podem tolerar as disparidades, a originalidade, o particularismo, tanto nos indivíduos quanto nos grupos, pois isso significaria um processo de desintegração. Todavia, o progresso da divisão de trabalho faz com que a sociedade de solidariedade mecânica se transforme.

O princípio de divisão do trabalho está baseado nas diversidades das pessoas e dos grupos e se opõe diretamente à solidariedade por semelhança. A divisão do trabalho gera um novo tipo de solidariedade, baseado na complementação de partes diversificadas. O encontro de interesses complementares cria um laço social novo, ou seja, um outro tipo de princípio de solidariedade, com moral própria, e que dá origem a uma nova organização social. Durkheim denomina de *solidariedade orgânica* esta solidariedade, não mais baseada nas semelhanças de indivíduos e grupos, mas na sua independência. Sendo seu fundamento a diversidade, a solidariedade orgânica implica maior autonomia com uma consciência individual mais livre.

Em 1895, Durkheim publica *As regras do método sociológico*. É o seu tratado mais importante, pois estabelece as regras que devem ser seguidas na análise dos fenômenos sociais.

Para esse autor, a primeira regra, fundamental, relativa à observação dos fatos sociais, consiste em considerá-los como “coisas”. Somente assim, desvinculada de concepções filosóficas e não subordinada às noções biológicas e psicológicas, a Sociologia pode manipular, com finalidade de estudo e análise, os fenômenos sociais. “Coisas” opõem-se a “idéias”, como as coisas exteriores se opõem às interiores.

Ao escolher seu método de pesquisa, o sociólogo deve selecionar um grupo de fenômenos cujos caracteres exteriores comuns sejam previamente definidos, e analisar todos os que correspondam a esta definição. Ainda mais, sabendo-se que uma mesma causa dá origem a um mesmo efeito, a explicação de um fato social complexo requer o conhecimento de seu desenvolvimento através de todos os tipos de sociedades.

Na análise dos fenômenos sociais como “coisas”, o pesquisador deve abandonar as pré-noções e a pressuposição do significado ou caráter de uma prática ou instituição social. Deve ser objetivo e estabelecer, através da investigação, o próprio significado do fenômeno estudado, dentro da sociedade particular em pauta. Deve considerar somente os fenômenos que se apresentam isolados de manifestações individuais.

Para explicar um fenômeno social, deve-se procurar a causa que o produz e a função que desempenha. Procura-se a causa nos fatos anteriores, sociais e não individuais; e a função, através da relação que o fato mantém com algum fim social.

Durkheim, ao estabelecer as regras de distinção entre o normal e o patológico, propôs: um fato social é normal, para um tipo social determinado, quando considerado numa determinada fase de seu desenvolvimento, desde que se apresente na média das sociedades da mesma categoria, e na mesma fase de sua evolução. Esta regra estabelece uma norma de relatividade e de objetividade na observação dos fatos sociais, como foi ilustrado em sua obra sobre o suicídio. Demonstra, também, que certos fenômenos sociais, tidos como patológicos, só o são à medida que ultrapassam uma taxa dita "normal", em determinado momento, em sociedades de mesmo nível ou estágio de evolução.

Na obra *Suicídio* (1897), Émile Durkheim demonstra que o suicídio varia inversamente ao grau de integração do grupo social do qual o indivíduo faz parte, com algumas exceções por ele apontadas.

A lei do suicídio de Durkheim é considerada uma lei sociológica em virtude de as variáveis relacionadas constituírem fenômenos sociais: a taxa de suicídio, representando um traço característico de um grupo, e o grau de coesão que, além de ser um traço do grupo, aparece também como característico desse grupo. Assim, se a Sociologia estuda fatos sociais, uma proposição que estabeleça relação de regularidade entre eles é uma lei sociológica.

2.3.2 Ferdinand Tönnies (1855-1936)

Alemão, sua obra principal (*Comunidades e sociedades*) apareceu em 1887. Contemporâneo de Tarde e profundamente influenciado pelas correntes psicológicas em voga na época, Tönnies empreendeu a análise dos fundamentos psíquicos das relações sociais, que constituem a trama de toda a coletividade humana. Segundo sua concepção, as relações sociais são criações da vontade do homem, reconhecendo a existência de dois tipos de vontade: a essencial ou orgânica e a arbitrária ou reflexiva. A vontade essencial compreende a tendência básica, instintiva e orgânica, que dirige a atividade humana; a vontade arbitrária é a forma deliberada, propositada, voluntária, que determina a atividade humana em relação ao futuro.

A *vontade essencial* apresenta três formas, correspondendo a diferentes níveis de atividades:

- desejo, que aparece no plano da atividade vegetativa inferior do organismo;

- hábito, relação do organismo com o mundo exterior, no plano de atividade "animal";
- memória, capacidade de reproduzir atos próprios para atingir fins específicos, ao nível das atividades mentais.

Para Tönnies, os dois últimos constituem fundamento da moralidade, pois são adquiridos através da aprendizagem social. O caráter moral particular de cada pessoa advém da disposição entre as três formas de vontade essencial.

A *vontade arbitrária* apresenta-se também sob três formas:

- reflexão, julgamento da intenção ou da finalidade;
- conveniência, justificação da finalidade;
- conceito, significado geral e racional dos objetos ou dos fins.

As duas vontades são opostas por natureza e essa oposição aparece nas atividades individuais e nos indivíduos, nos grupos e nas categorias sociais. Dão origem a dois tipos de relações sociais entre os seres humanos; de acordo com a predominância de um ou de outro, têm-se dois tipos fundamentais de agrupamentos: comunidade e sociedade ou associação.

As comunidades (ou grupos sócio-comunitários) ou são compostas por indivíduos unidos por laços naturais (comunidade de sangue: família, parentesco, tribo, clã etc.), ou são espontâneas (comunidade de lugar, vizinhança; comunidade de espírito: baseada na amizade, na unidade de espírito e de sentimentos), ou são compostas por objetivos comuns, que transcendem os interesses particulares de cada pessoa. Os integrantes estão ligados por simpatia e afinidade, e o sentimento de pertencer ao grupo domina o pensamento e as ações das pessoas, assegurando a união do grupo e a cooperação de cada membro.

As sociedades (ou complexos associativos) são grupos baseados na vontade livre das pessoas que os integram, ou que formam uma associação deliberada para a consecução de determinados fins (políticos, econômicos etc.). Os membros pertencem à associação, em virtude de uma decisão voluntária, por estarem de acordo com seus fins; os contatos entre os indivíduos estabelecem-se na base dos interesses individuais, consistindo em relações de competição, de concorrência ou com um cunho de indiferença.

2.3.3 Gabriel Tarde (1843-1904)

Francês. Obras principais: *Leis da imitação* (1890), *Lógica social* (1894) e *Oposição universal* (1897). É um dos maiores representantes da Escola Psicológica na Sociologia.

Salientou três processos básicos: repetição, oposição e adaptação.

A *repetição* adota a forma de imitação ao nível psíquico e social. Os fenômenos sociais podem reduzir-se às relações entre duas pessoas: uma exercendo influência mental sobre a outra. O modelo básico do processo

social está, portanto, no ciclo invenção-imitação. A invenção corresponde às atitudes individuais e envolve um elemento de transformação. Segue-se a imitação (por parte de outros indivíduos), que passa por uma graduação do inferior ao superior, tendo todos a tendência de imitar espontaneamente as pessoas, grupos ou sociedades que a seus olhos têm maior prestígio ou autoridade.

A *oposição* toma as formas de:

- ritmo, que é a tendência de os fenômenos sociais flutuarem periodicamente, como, por exemplo, as ondas de migrações, de crimes, os ciclos de prosperidade e depressão, a ascensão e queda das civilizações;
- conflito, que se manifesta de diferentes formas, como, por exemplo, concorrência na atividade econômica, polêmica na religião, direito, teorias científicas, e a guerra, quando há total oposição entre dois grupos ou sociedades.

A *adaptação* é o fenômeno que dá origem a um novo equilíbrio, depois da oposição. Cada nova adaptação é, na realidade, uma invenção, de modo que o processo se repete continuamente: invenção-imitação, oposição e adaptação.

2.3.4 Charles H. Cooley (1846-1929)

Norte-americano, tem como obras principais: *Natureza humana e ordem social* (1902), *Organização social* (1909) e *Processo social* (1918).

O enfoque primordial da Sociologia de Cooley é a *Teoria Orgânica*, segundo a qual a sociedade se origina de um complexo de forças e processos que evoluem através do processo de interação, criando um todo unificado, onde cada uma das partes tem influência sobre as demais. Em sua teoria, não considera a hereditariedade e o meio social como forças isoladas, mas abstrações da realidade: na vida do indivíduo, esses dois elementos fundem-se em um todo, o processo orgânico total. Desta forma, ele se coloca equidistante da divergência existente entre os estudiosos da época, que, na determinação da conduta humana, consideravam importante ou a hereditariedade ou o meio social.

Para ele, sociedade é mais do que a soma dos indivíduos, é uma “unidade” que coincide com a “unidade da mente social”, constituída pela organização e não por acordos entre os indivíduos. Assim, é fundamental para a sociedade o fenômeno da comunicação entre os seres humanos.

Fundamenta sua posição dizendo que o indivíduo não tem existência isolada, não vive à margem de seus semelhantes, a tal ponto que a auto-consciência é inseparável da percepção da sociedade ou consciência social. O indivíduo dificilmente pode pensar em si, desligado do grupo social de que faz parte.

Sociedade e indivíduos são simplesmente aspectos provenientes da mesma coisa, e não fenômenos separados: um grupo, ou uma sociedade, não existe fora de uma visão coletiva das pessoas, assim como o indivíduo, ou pessoa social, não existe isolado do grupo.

O conceito de grupo primário, de Cooley, será estudado no Capítulo 6.

2.3.5 Georg Simmel (1858-1918)

Obra principal: *Sociologia*, editada em 1908. Os estudos sociológicos de Simmel, de origem alemã, tiveram início com a análise do processo de transformação social, para a qual procurou dados em exemplos históricos.

Para esse autor, a sociedade refere-se aos indivíduos em suas múltiplas relações recíprocas, e os processos sociais têm origem principalmente nas interações sociais. Em sua obra *Sociologia*, Simmel indica “formas de socialização” tendo por base a interação social. Portanto, a Sociologia é, para esse autor, a ciência que estuda as maneiras pelas quais as interações sociais se repetem constantemente. O processo de socialização seria resultante da forma que mais se repetisse, a mais importante. Simmel entendia por *forma* o elemento relativamente estável, padronizado, da vida social, distinto do *conteúdo*, que é variável. Existem formas semelhantes de organização, com conteúdos completamente diferentes, orientados para interesses diversificados, ao passo que conteúdos sociais similares podem ser encontrados em formas diversas de organização social. Entretanto, as formas sociais, como as relações de autoridade e subordinação, a divisão do trabalho, a concorrência e outras, são análogas, apesar das múltiplas variações do conteúdo.

Na socialização, a oposição desempenha uma função importante, pois o conflito contribui para a coesão social, isto é, para a identificação com os interesses do grupo. A oposição externa ocasiona a socialização interna.

2.3.6 Max Weber (1864-1920)

Max Weber era alemão. Obras principais: *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1905) e *Economia e sociedade*, publicação póstuma (1922).

Segundo Max Weber, a Sociologia é o estudo das interações significativas de indivíduos que formam uma teia de relações sociais, sendo seu objetivo a compreensão da conduta social. Esta ênfase dada à compreensão subjetiva levou Weber a definir *ação social* como a conduta humana, pública ou não, a que o agente atribui significado subjetivo.

Para Weber, a conduta social se apresenta em quatro formas ou categorias:

- a conduta tradicional, relativa às antigas tradições;
- a conduta emocional, reação habitual ou comportamento dos outros, expressando-se em termos de lealdade ou antagonismo;
- a conduta valorizadora, agindo de acordo com o que os outros indivíduos esperam de nós;
- a conduta racional-objetiva, que consiste em agir segundo um plano concebido em relação à conduta que se espera dos demais. (Maiores detalhes no Capítulo 3.)

A contribuição de Max Weber à metodologia foi a distinção preconizada entre o método científico de abordar os dados sociológicos e o método do valor-julgamento: a validade dos valores é um problema de fé, não de conhecimentos e, em consequência, as Ciências Sociais devem libertar-se dos valores. O principal objetivo da análise sociológica é a formulação de regras sociológicas. Weber desenvolveu um instrumento de análise dos acontecimentos ou situações concretas que exigia conceitos precisos e claramente definidos — o *tipo ideal*. (Ver Capítulo 1.) Quando a realidade concreta é estudada desta forma, torna-se possível estabelecer relações causais entre seus elementos. Sua obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo* permite verificar esta relação.

Por “espírito”, o autor entendia um sistema de máximas de comportamento humano. Estudando as sociedades capitalistas ocidentais e depois confrontando seus dados com estudos realizados na China e na Índia, Weber chegou à conclusão de que o surgimento do capitalismo não é automaticamente assegurado só por condições econômicas específicas; deve haver pelo menos uma segunda condição. Essa condição deve pertencer ao mundo interior do homem, isto é, existe forçosamente um poder motivador específico, qual seja, a aceitação psicológica de idéias e valores favoráveis a essa transformação.

2.3.7 Vilfredo Pareto (1848-1923)

Italiano, tem como obra principal, publicada em 1915: *Tratado geral de sociologia*.

A maior contribuição de Pareto, para a Teoria Sociológica, foi a concepção da sociedade como um sistema em equilíbrio, entendendo por sistema um todo consistente, formado de partes interdependentes; assim, a mudança em qualquer parte afeta as outras e o todo.

Segundo sua concepção, dentro de cada sociedade existem forças que tendem a manter a forma ou configuração alcançada pela sociedade, ou que asseguram uma transformação contínua, sendo que, no último caso, o equi-

líbrio é dinâmico. Ainda dentro da forma geral de equilíbrio, Pareto afirmava que, se um dado sistema social fosse sujeito a pressões de forças externas, as forças internas da própria sociedade se manifestariam no sentido da restauração do equilíbrio.

Em qualquer tempo, o estado de um sistema social é determinado por algumas condições:

- a) meio extra-humano, condições físicas, isto é, tipos de solo, clima, flora e fauna;
- b) elementos exteriores à sociedade estudada, ou seja, outras sociedades e/ou estados anteriores à mesma;
- c) elementos internos, representados por conhecimentos, interesses e sentimentos, cujas manifestações são os resíduos e derivações.

Por *resíduos*, Pareto compreendia impulsos elementares existentes em todas as sociedades, expressos pelos seus membros individuais, através de determinadas manifestações de sentimentos que podem ser classificadas em seis tipos:

- instinto de combinação;
- persistência de agregados;
- expressão de sentimentos por meio de atos visíveis (sociabilidade);
- manutenção da estrutura disciplinar da vida em comum (atividade);
- a integridade do indivíduo, seus privilégios e posses; e, finalmente,
- a influência do apetite sexual e hábitos de pensamento.

Derivações, ou justificações, são ideologias e teorias, abrangendo: asserções, autoridade, concordância com sentimentos e provas verbais. Pareto ainda dividia a atividade humana em dois tipos principais: o lógico (fins atingíveis e adequação dos meios para atingi-los) e o não-lógico (fins inatingíveis ou nenhum fim, e utilização de meios inadequados).

2.3.8 Pitirim A. Sorokin (1889-1968)

Russo, naturalizado norte-americano. Obras principais: *Mobilidade social* (1927), *Teorias sociológicas contemporâneas* (1928) e *Sociedade, cultura e personalidade* (1947).

Sorokin conceitua “Sociologia” como o estudo das características gerais comuns a todas as classes de fenômenos sociais, da relação entre essas classes e da relação existente entre os fenômenos sociais e os não sociais. A *interação*, portanto, seria a unidade em que os fenômenos sociais deviam ser analisados (ver conceito de *superorgânico* no Capítulo 1). O conceito de interação sócio-cultural inclui três componentes inseparáveis e inter-relacionados:

- **personalidade** — sujeito da interação;
- **sociedade** — total das personalidades interatuantes;

- **cultura** — conjunto das intenções, valores e normas pertencentes às personalidades interatuantes, e a soma dos veículos que tornam objetivas, socializáveis e transmissíveis essas intenções.

Para Sorokin, os grupos de indivíduos que interagem formam uma unidade *causal-funcional*, onde os seus componentes são interdependentes; cada grupo forma um sistema social.

Foi importante a contribuição de Sorokin relativa ao conceito da cultura, que, para ele, era a totalidade do que é criado ou modificado pela atividade consciente ou inconsciente de dois ou mais indivíduos, que interagem e condicionam mutuamente sua conduta. No relacionamento de uns com os outros, os fenômenos culturais podem ser integrados ou solidários, não integrados ou neutros, contraditórios ou antagônicos.

Dois ou mais fatos culturais estão integrados ou são solidários quando há entre eles uma mútua coerência lógica. Exemplo: a doutrina política da democracia liberal e a declaração dos direitos do homem e do cidadão (Revolução Francesa). Dois ou mais fatos culturais não estão integrados ou são neutros quando não mantêm entre si qualquer relação, quer de coerência quer de incompatibilidade, limitando-se a coexistirem. Exemplo: um romance naturalista, o futebol e a teoria da relatividade. Dois ou mais fatos culturais são contraditórios ou antagônicos quando são incompatíveis, lógica ou espiritualmente, apesar de poderem coexistir de fato num indivíduo ou num grupo. Exemplo: a fé cristã e o materialismo.

Quando dois ou mais fenômenos culturais, casualmente ligados (interatuantes), apresentam coerência lógica, ficando integrados, formam sistemas sócio-culturais. O sistema sócio-cultural total de uma dada população é denominado supersistema, e cada supersistema caracteriza-se por um tema ou idéia central, baseado no ponto de vista da verdade predominante em determinada cultura. Encontram-se quatro tipos:

- quando a validade última é atribuída às impressões dos sentidos, o supersistema é denominado **sensivo**;
- quando se acredita que além do testemunho dos sentidos existe uma outra realidade, mais profunda, o supersistema denomina-se **ideacional**;
- sendo harmônica a combinação dos dois primeiros, recorre-se a um terceiro sistema de verdade, o da razão, que revela o supersistema **idealístico**;
- quando os dois sistemas básicos de verdade — sensivo e ideacional — se justapõem, o supersistema é **misto**.

O fundamento da teoria de transformação social de Sorokin é constituído por esta classificação dos estilos básicos da cultura.

2.3.9 Talcott Parsons (1902)

Norte-americano. Obras principais: *Estrutura da ação social* (1937), *Ensaio de teoria sociológica pura e aplicada* (1949) e *Sistema social* (1951).

A primeira contribuição de Parsons foi a indicação do objeto de estudo da Sociologia, isto é, a ação social (ver Capítulo 3).

O tema central da Teoria Sociológica de Parsons é o funcionamento das estruturas. Para ele, a estrutura é a resultante do processo de institucionalização, ou seja, tradução dos elementos culturais — idéias, valores e símbolos — de caráter geral em normas de ação. Por exemplo: o valor geral da “educação” (conhecimento) institucionaliza-se no papel do professor, da escola, dos órgãos educacionais em geral; o valor geral da “justiça” institucionaliza-se no papel do juiz, dos tribunais etc. Desta maneira, a institucionalização é um processo de integração e de estabilidade, formando laços entre a sociedade e a cultura, e entre a personalidade e a motivação. O processo de institucionalização realiza-se ainda pela formação de “conjuntos estruturais concretos”, isto é, instituições sociais; família, escola, direito etc.

Para Parsons, os componentes estruturais fornecem à análise do sistema social um alicerce de elementos constantes, mas o conceito de ação social encerra uma perspectiva dinâmica. Assim, o sistema social é aberto, estando em constante relação com o meio ambiente, quer físico, quer relativo ao organismo biológico, à personalidade e à cultura de seus componentes. Havendo mudança, há necessidade de modos funcionais de ajustamento.

Segundo Parsons, podem-se identificar quatro problemas fundamentais de ajustamento, enfrentados por qualquer sistema social, considerados seus “imperativos funcionais”, já que, para sobreviver, qualquer sistema social deve, constantemente, resolvê-los. Assim, distinguem-se, dentro do sistema social, quatro funções específicas, devendo atender aos seguintes problemas:

- **estabilidade normativa**, função menos dinâmica, que consiste em levar os membros das sociedades a conhecerem os seus valores, a aceitá-los e a conformarem-se com suas exigências;
- **integração**, função que tem por finalidade assegurar a necessária coordenação entre as partes ou unidades do sistema, especificamente no que diz respeito a contradições entre elas e a organização, ou ao funcionamento do conjunto;
- **consecução** de fins, que diz respeito à definição e à obtenção de objetivos, para a totalidade do sistema, para suas unidades constituintes ou para ambas;
- **adaptação**, conjunto de meios de que lançam mão o sistema e seus membros, para a consecução de seus fins.

2.3.10 Robert K. Merton (1910)

Norte-americano. Obra principal: *Teoria social e estrutura social* (1957).

Embora funcionalista, Merton combate a pressuposição básica de que todos os elementos da cultura são funcionalmente inter-relacionados, isto é, que os itens culturais e individuais se integram em sistemas. No terceiro capítulo de sua obra *Teoria social e estrutura social*, que versa sobre funções manifestas e latentes, o autor critica três postulados interligados, emanados dessa pressuposição básica:

- o postulado da unidade funcional da sociedade, que pretende que as atividades padronizadas ou itens culturais sejam funcionais para todo sistema cultural ou social;
- o postulado do funcionalismo universal, segundo o qual todos esses itens sociais e culturais preenchem funções sociológicas;
- o postulado da necessidade, que preconiza, conseqüentemente, serem os itens culturais e sociais indispensáveis.

Merton desenvolveu novos conceitos funcionais destinados a tornar relativos esses postulados:

- a) Noção de **equivalente funcional** ou de **substituto funcional**. Assim como um só elemento pode ter várias funções, uma só função pode também ser desempenhada por elementos intermutáveis. Isto significa que a um dado elemento cultural podem corresponder vários equivalentes ou substitutos funcionais, ou que um elemento cultural pode estar ocupando o lugar (sendo substituto) de outro que seja mais eficaz. Exemplo: o *curandeirismo* pode substituir um tratamento médico adequado.
- b) Noção de **disfunção**. Considerando que as funções são conseqüências de práticas que contribuem para a adaptação ou ajustamento de um determinado sistema, as disfunções são conseqüências que perturbam a adaptação ou o ajustamento do sistema. Exemplo: na Índia, as práticas religiosas proíbem o abate da vaca, por ser animal sagrado, aumentando assim o problema da subnutrição. Partindo da constatação de que certas crenças ou práticas religiosas ou mágicas podem resultar em conseqüências danosas para o indivíduo ou para a sociedade, isto é, no mau funcionamento de uma função, Merton propõe o termo **disfunção** para tais casos, e não **função**.
- c) Distinção entre **função manifesta** e **latente**. As funções manifestas são conseqüências objetivas de práticas compreendidas e desejadas pelos participantes do sistema, por contribuírem para o ajustamento ou adaptação dos mesmos ao sistema. As funções latentes, ao contrário, constituem conseqüências de práticas não pretendidas nem previstas, ou somente perceptíveis para o observador. Exemplos: Elton Mayo, em suas pesquisas nas oficinas Hawthorne, procurando correlacionar a produtividade dos trabalhadores com a luminosidade no local de trabalho, separou dois grupos de operários, mantendo a luminosidade constante para um deles e aumentando-a para outro. Neste último, como já era esperado, a produtividade aumentou, mas o mesmo ocorreu com o primeiro grupo, levando Mayo a concluir ser outro fator (psicológico e social), e não a luminosidade, que influiu na produtividade dos trabalhadores. Nesta experiência, a **função manifesta** é a correlação entre iluminação e produção; a **função latente** é a conseqüência social da experiência sobre os indivíduos. O uso do machado pelos índios é outra **função manifesta**; e como outro exemplo de **função latente**, temos os ritos relativos à chuva, entre os índios Pue-

blo, onde o observador verifica que, sem efeito sobre as condições meteorológicas, a cerimônia serve para reforçar a identidade do grupo, congregando-o numa atividade comum.

2.4 A SOCIOLOGIA LATINO-AMERICANA

Desenvolvendo-se primeiramente sob a influência da sociologia americana e européia, marcada profundamente em seus primórdios pelo positivismo, mais tarde sob o impacto das posições marxistas, a Sociologia na América Latina foi aos poucos voltando-se para questões pertinentes aos países do chamado Terceiro Mundo, características de sociedades subdesenvolvidas ou em vias de desenvolvimento.

Em ordem alfabética e com sucinta referência às suas posições, encontramos os seguintes pensadores, segundo o levantamento feito por Alfredo Poviña (1976).

- Jeannette **Abouhamad de Hobaica** (Venezuela) — apresenta uma visão global do ensino de sociologia em seu país.
- Roberto Daniel **Agramonte y Pichardo** (Cuba) — analisa problemas característicos de sociedades dependentes e refere-se a "sociologias indianistas".
- Juan Carlos **Agulla** (Argentina) — *examina conceitos básicos acerca da realidade social, além de ter uma obra sobre correlação entre educação e mudanças sociais.*
- Juan Bautista **Alberdi** (Argentina — Século XIX) — representante teórico da corrente realista.
- Lázaro **Barbieri** (Argentina) — aborda temas de sociologia geral e específica, principalmente a problemática argentina e latino-americana e sociologias da educação e do trabalho.
- Pedro A. **Barboza de la Torre** (Venezuela) — volta-se para os aspectos da apresentação didática da sociologia.
- Rafael **Bunal Jiménez** (Colômbia) — analisa principalmente a natureza e a atuação de fatores condicionantes dos fatos sociais.
- Ernesto Eduardo **Borga** (Argentina) — divide-se igualmente entre sociologia jurídica, rural-urbana e dimensão sociológica do homem no mundo das idéias.
- Luis **Bossano** (Equador) — escreve sobre os problemas básicos da sociologia, sobre democracia e o campesinato de seu país.
- Carlos Octavio **Bunge** (Argentina — início do Século) — consagrado nos domínios da psicossociologia, sociologia jurídica e educacional.
- Rafael **Caldera** (Venezuela) — dedica-se especificamente ao estudo da sociologia jurídica e da sociologia da Venezuela.
- Antonio **Caso** (México) — apresenta uma obra técnica com aspectos culturais e preocupação humanística.
- Julio César **Castiglioni** (Argentina) — volta-se para a história e métodos da sociologia, assim como os campos de estudo das sociologias especiais.

- **Alfredo Colmo** (Argentina — início do Século) — além do estudo dos princípios sociológicos, dedica-se à análise dos países latino-americanos.
- **Mariano H. Cornejo** (Peru) — examina os fatores que atuam na vida social, tanto físicos como psicológicos; parte de sua obra é dedicada à sociologia política.
- **Fernando N. A. Cuevillas** (Argentina) — seus trabalhos reunidos na obra **Sociologia americana e ibero-americana** destacam a teoria sociológica geral e a hispano-americana.
- **Reinaldo Chalbaud Zerpa** (Venezuela) — volta-se principalmente ao ensino da sociologia em cursos de Direito.
- **Pedro Rubín David** (Argentina) — especializado em sociologia do Direito.
- **Antonio Dellepiane** (Argentina — início do Século) — combate a *sociologia naturalista* e sua obra tem caráter marcadamente espiritualista.
- **Carlos Alberto Echánove Trujillo** (México) — divide-se igualmente entre sociologia descritiva e aplicada.
- **Esteban Echeverría** (Argentina — Século XIX) — sem ser precisamente um sociólogo, desenvolve estudos dessa ciência na Argentina.
- **José Manuel Estrada** (Argentina — Século XIX) — representante da filosofia da história.
- **Miguel Figueroa Román** (Argentina) — sua obra volta-se ao problema da *planificação sociológica das regiões*.
- **Isaac Ganon** (Uruguai) — Influenciado por Durkheim e Sorokin, propõe uma sociologia como ciência natural, baseada na investigação dos fatos concretos.
- **Juan Augustín García** (Argentina — início do Século) — tenta particularizar a sociologia, voltando-a para os estudos de seu país.
- **Rolando I. Gioja** (Argentina) — arquiteto e sociólogo, procurou através dessa ciência humanizar a vida nas regiões urbanas.
- **Juan Ramón Guevara** (Argentina) — explana sobre os grandes problemas referentes à teoria da sociologia: histórico, conceitos, objeto e métodos.
- **Miguel Herrera Figueroa** (Argentina) — além da sociologia, preocupa-se com a filosofia e o direito.
- **Eugenio María de Hostos** (Porto Rico — Século XIX) — construtor de um sistema sociológico concreto, primeiro na América Latina.
- **José Luis de Imaz** (Argentina) — enfoca a realidade social argentina da atualidade através de vários trabalhos de campo.
- **José Ingenieros** (Argentina — início do Século) — autor de numerosas obras na área médico-psiquiátrica, de conteúdo moral, assim como de psicologia, história e sociologia (nessa última faz uma tentativa de conciliar a sociologia biológica com o materialismo histórico).
- **Aníbal Ismodes Cairo** (Peru) — voltado ao aspecto pedagógico da sociologia.
- **Georgina Jiménez de López** (Panamá) — expõe as modernas tendências da sociologia latino-americana.

- Ricardo **Levene** (Argentina) — realiza um estudo histórico das idéias sociais.
- Vicente Fidel **López** (Argentina — Século XIX) — apresenta principalmente obras de história e filosofia.
- Roberto **Mac-Lean y Estenós** (Peru) — faz um exame analítico e complexo das forças sociais que são propulsoras do sexo, do espírito coletivo e da sociologia peruana.
- Benigno **Mantilla Pineda** (Equador/Colômbia) — enfoca os rumos da sociologia latino-americana perante a sociologia mundial.
- Alejandro Dagoberto **Marroquín** (El Salvador) — dedica-se à sociologia das comunidades e examina as conseqüências da mestiçagem no surgimento de características nacionais de seu país e sentimento de unificação centro-americana.
- Enrique **Martínez Paz** (Argentina) — volta-se, ao lado de temas de sociologia geral, à análise da evolução histórica das doutrinas sociológicas argentinas.
- Leopoldo **Maupas** (Argentina — início do Século) — pertence à corrente positivista, procurando ver na realidade social uma "abstração" que explica os fatos concretos.
- Lucio **Mendieta y Núñez** (México) — sua obra divide-se em quatro campos: questões agrárias, obras indigenistas, sociologia do trabalho, da burocracia e do poder e questões universitárias.
- Bartolomé **Mitre** (Argentina — início do Século) — representa a culminação histórica do realismo social argentino.
- Abel **Naranjón Villegas** (Colômbia) — de características didáticas, seu trabalho sofre influências de Max Weber e Ortega Y Gasset.
- Raúl A. **Orgaz** (Argentina) — considerado como o maior sistematizador da sociologia argentina.
- Alfredo **Poviña** (Argentina) — divide-se igualmente entre sociologia geral e sociologias especiais, tendo publicado também obras de história.
- Justo **Prieto** (Paraguai) — de formação clássica, sua sociologia recebe influências de tipo psicológico e espiritual.
- Ernesto **Quesada** (Argentina) — além de sociologia (da corrente positivista) publica numerosas obras de direito, história e literatura.
- Francisco **Ramos Mejía** (Argentina — Século XIX) — seu trabalho é uma tentativa de aplicação, à história argentina, da teoria sociológica.
- José Maria **Ramos Mejía** (Argentina — início do Século) — neto de Francisco, exerce também a profissão de médico e destaca em sua obra a influência da loucura na história da humanidade.
- Benjamin **Rattenbach** (Argentina) — especialista na análise da sociologia militar.
- Luis **Recasens Siches** (Guatemala) — volta-se simultaneamente à análise da sociologia do Direito e à produção de obras didáticas.
- Daniel **Sánchez de Bustamante** (Bolívia — início do Século) — cria uma sociologia de características geográficas e nacionais.
- Domingos Faustino **Sarmiento** (Argentina — Século XIX) — Ministro e Presidente da República, produz numerosos trabalhos filiados à corrente do realismo social.

- Eduardo **Tamayo-Gasare** (Venezuela) — volta-se para uma profunda análise sociológica do município.
- Astolfo **Tapia Moore** (Chile) — seu trabalho sofre influência da escola francesa; dedica-se à sociologia urbana e política.
- Oscar **Uribe Villegas** (México) — divide-se entre estudos de estatística social e sociolingüística.
- Alfredo E. **Ves Losada** (Argentina) — analisa profundamente o Direito como forma de controle social.

2.5 A SOCIOLOGIA BRASILEIRA

Em um artigo publicado na *Revista Interamericana de Sociologia*, Alfonso Trujillo Ferrari faz uma análise do desenvolvimento da Sociologia no Brasil, que complementa em sua obra *Fundamentos de sociologia* (1983: 44-55). Estes trabalhos servem-nos de orientação para tentar sintetizar os rumos tomados pelo estudo dessa ciência em nosso país.

Três grandes etapas podem ser identificadas no desenvolvimento do pensamento social no Brasil:

- 1) a dos precursores, até mais ou menos 1928;
- 2) a da afirmação da ciência perante profundas modificações político-econômicas, entre 1929 e 1964, compreendendo três fases, ou seja,
 - a) de 1929 a 1945, em que se consolida o estudo da sociologia pela sua introdução nas escolas;
 - b) de 1945 a 1954, período de pós-guerra e fim do Estado Novo, volta de Getúlio e seu suicídio;
 - c) de 1955 a 1964, em que se firma a revolução burguesa e ocorre o golpe militar;
- 3) o da crise e reação da ciência, também dividida em duas partes, isto é,
 - a) crise e tensão sob o jugo militar, entre 1965 e 1979; e
 - b) reafirmação do papel do sociólogo, com o reconhecimento da profissão em 1980.

O primeiro período — dos precursores — caracteriza-se pelo exame da particular situação do País, principalmente a escravidão, até sua abolição. A influência, nessa etapa, é das correntes de pensamento do positivismo e do evolucionismo, aqui trazidos por estudantes que foram para as grandes universidades européias, e que serviram de base para a análise da nossa problemática social e crescente nacionalismo.

Os trabalhos nesse período voltam-se para: escravidão, aspectos de etnologia e etnografia, discussões sobre a formação da unidade nacional e o início das pesquisas de campo.

Nomes representativos, entre outros, são: F. A. Brandão Jr., Joaquim Nabuco, Silvio Romero, Tobias Barreto, Euclides da Cunha, Alberto S. M. Torres, Oliveira Vianna.

O segundo período — o da afirmação da ciência — divide-se em três etapas. Na primeira, introduz-se o ensino de Sociologia, começando em escolas normais (Colégio Pedro II, Escola Normal do Distrito Federal, Escola Normal de Recife) e, depois, em nível universitário, com a fundação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (1933), seguida da Universidade de São Paulo (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras) e da Universidade do Rio de Janeiro (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras). Nessa fase, a Sociologia recebe o reforço de professores dos Estados Unidos, como Horace Davis, Samuel Lowrie e Donald Pierson e da França, Roger Bastide, George Gurvitch, Jacques Lambert e A. R. Radcliffe-Brown.

As principais obras voltam-se ao exame da formação da sociedade brasileira, agrário-escravocrata e híbrida, às contribuições do índio e do negro africano, o deslocamento do eixo de dominação campo-cidade e a afirmação dos trabalhos de pesquisa empírica. Também nesse período lançam-se publicações de textos para o estudo da disciplina.

Os nomes que se destacam são: Emílio Willems, Romano Barreto, Gilberto Freyre, Fernando de Azevedo, C. Delgado de Carvalho, Carneiro Leão, Tristão de Ataíde, Luiz A. Costa Pinto, Florestan Fernandes, Antonio Cândido, Gioconda Mussolini e outros.

Na segunda etapa, as violentas modificações do pós-guerra, do fim do Estado Novo, o retorno de Getúlio, a corrupção, as dificuldades econômicas, o suicídio de Vargas são fatos político-econômicos que Trujillo chama de “paradoxos e crise da dominação burguesa, isto é, ‘na dominação do capitalismo crioulo e na proliferação do capitalismo das multinacionais’ ” (1983:47).

A produção sociológica analisa os problemas sociais, oferece subsídios para os problemas salariais, faz levantamentos de padrão de vida e aprofunda os estudos de comunidades rurais.

Os principais estudiosos são: Luiz A. Costa Pinto, J. A. Goulart, Emílio Willems, Gioconda Mussolini, Donald Pierson (com seu estudo de *Cruz das Almas*), A. Trujillo Ferrari, Azis Simão, Oracy Nogueira, A. Rubbo Müller, Azevedo Diegues Jr., Octavio Ianni, J. B. Borges Pereira, Hiroshi Saito e outros.

A terceira e última etapa desse período vê ocorrer, primeiramente, a política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, a construção de Brasília e conseqüentemente interiorização da capital, a formação das ligas camponesas, a eleição e renúncia de Jânio Quadros, a posse de Goulart, e uma fase passageira de Parlamentarismo, a inquietação social, as reformas propostas e, finalmente, o golpe militar de 1964.

Sintetizando a afirmação dos trabalhos sociológicos dessa etapa, vemos o desabrochar de preocupações com pesquisas educacionais e, principalmente, econômicas, sob a ótica do desenvolvimento.

Entre outros, destacam-se os seguintes autores: M. A. Joly Gouveia, João Bosco Pinto, Luiz Pereira, Ophelina Rabello, A. B. de Carvalho Oliveira, Oracy Nogueira, M. Alice Foracchi, Guerreiro Ramos, Caio Prado Jr., Celso Furtado, Florestan Fernandes, Álvaro Vieira Pinto, Guerreiro Ramos, Darcy Ribeiro, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Juarez Brandão Lopes, L. A. Costa Pinto, C. Procópio Ferreira de Camargo, M. Isaura Pereira de Queiroz.

No terceiro período podemos destacar duas etapas. Na primeira, marcada pela crise e estado de tensão da sociedade, em decorrência da tomada do poder pelos militares, temos uma quase que sistemática perseguição aos sociólogos, muitos obrigados a se “aposentarem” das universidades. É a época dos Atos Institucionais, do bipartidarismo e de uma euforia econômica, convencionalmente chamada de “milagre brasileiro”, que começa a desmoronar depois da crise do petróleo (1973) e do crescente endividamento externo do País.

A temática dos trabalhos dessa fase são os problemas sócio-econômicos e políticos, o posicionamento da Igreja Católica que entra em choque com o governo militar e uma tentativa de renovação social de esquerda.

Os sociólogos apresentam ampla produção e, dentre eles, destacam-se: Octavio Ianni, Luiz Pereira, Marcos Freyre, Paul Singer, Fernando Henrique Cardoso, Lúcio Kowarick, M. Cecília P. Machado Paoli, Leôncio Martins Rodrigues, Gilberto Velho, M. Isaura Pereira de Queiroz, Caio Prado, Florestan Fernandes, A. Delorenzo Neto, A. Trujillo Ferrari, J. B. Borges Pereira, José Pastore.

A segunda etapa inicia-se com o reconhecimento da profissão de Sociólogo, em 1980, e irá desenvolver-se sob o marco de um período de redemocratização, com a posse, após vinte e um anos de poder militar, de um Presidente civil. Compreendemos esse período como o da profissionalização da Sociologia.

3 Objeto da Sociologia

Uma ciência caracteriza-se pelo seu objeto e pelos seus métodos. Quanto à Sociologia, o seu objeto se encontra no exame dos fenômenos coletivos, através de teorias e métodos próprios. À medida que reconhecemos a categoria de ciência à Sociologia, há uma exigência maior de objetividade na análise desses fenômenos. Nem todos os autores estão de acordo com relação ao objeto da Sociologia, envolvendo uma diversificação teórica. Podemos destacar três notáveis conceituações nas teorias de Durkheim, Weber e Parsons.

Desta forma, o capítulo abrange:

1. A análise do conceito de fato social, proposto por Durkheim, que possibilita a compreensão da sociedade e das relações nela existentes, através de um enfoque objetivo, característico desse autor.
2. O exame do conceito de ação social enunciado por Weber, que permite compreender a conduta humana em sociedade e que fornece a explicação causal de sua origem e de seus resultados.
3. O estudo do conceito de ação social proposto por Parsons, que evidencia os elementos constitutivos da ação social e o reconhecimento da sua importância na orientação do homem em suas relações sociais.

3.1 FATO SOCIAL — ÉMILE DURKHEIM

3.1.1 Conceituação

O estudo científico da sociedade sofreu indiscutível impacto, no Século XX, com a contribuição de Durkheim. Ele formulou, com firmeza e convicção, uma assertiva que fortemente repercutiu nas interpretações sociológicas. Qualificou, com efeito, o fato social como uma “coisa”, e preconizou que, para estudá-lo, fossem aplicados os métodos e processos, isto

é, os recursos experimentais empregados nas ciências exatas. Para a explicação do fato social havia a necessidade, segundo ele, de investigação das causas sociais e não meramente históricas, psicológicas e biológicas.

O pensador francês, em defesa do seu posto de vista, apresenta uma definição clara, compreensível e mesmo correta: "*É fato social* toda maneira de agir, fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior, que é geral na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter" (1966:12).

3.1.2 Características do Fato Social

De sua definição podemos tirar as características específicas do fato social:

- **exterioridade**, em relação às consciências individuais;
- **coercitividade**, a coerção que o fato social exerce ou é suscetível de exercer sobre os indivíduos;
- **generalidade**, em virtude de ser comum ao grupo ou à sociedade.

Exterioridade. O conceito de exterioridade dos fatos sociais baseia-se na concepção durkheimiana de consciência coletiva, por ele definida como o conjunto das maneiras de agir, de pensar e de sentir, comum à média dos membros de determinada sociedade e que compõe a herança própria dessa sociedade. Essa herança persiste no tempo, transmitindo-se de geração para geração. As maneiras de agir, de pensar e de sentir são exteriores às pessoas, porque as precedem, transcendem e a elas sobrevivem.

Exemplo: quando desempenhamos nosso papel de cidadãos, de filhos, de adeptos de determinada religião, ou de comerciantes, estamos praticando deveres definidos fora de nós e de nossos hábitos individuais, no direito e nos costumes.

Até mesmo quando essas leis e costumes estão de acordo com sentimentos que nos são próprios, e que nos levam a sentir, interiormente, sua realidade, esta não deixa de ser objetiva: não fomos nós que criamos essas leis e costumes, estes nos foram transmitidos através da educação. Como cidadãos, ao atingirmos determinada idade, devemos cumprir certos deveres para com o Estado, que é anterior e independente da nossa existência particular. Como filhos, já encontramos estabelecidas as normas que regulam a instituição família em nossa sociedade. Se nos tornarmos adeptos de uma particular religião, constatamos que seus dogmas de fé e sua organização precederam a nossa existência e continuarão a existir, mesmo que as reneguemos. Como comerciantes, verificamos que a sociedade possui todo um código regulativo de nossa atividade nesse campo. Se viermos a

falecer, o Estado, a instituição família, o credo religioso e o direito comercial continuarão a existir.

Essas características de anterioridade e posterioridade levam à conclusão de que os fatos sociais transcendem os indivíduos, e estão acima e fora deles, sendo, portanto, independentes do indivíduo em particular.

Coercitividade. As normas de conduta ou de pensamento são, além de externas aos indivíduos, dotadas de poder coercitivo, porque se impõem aos indivíduos, independente de suas vontades.

Quando, através da educação, aceitamos como válidas as maneiras de agir, de pensar e de sentir de nosso grupo, conformando-nos com elas, de bom grado, não sentimos essa coerção, pois ela se torna, então, inútil, o que não significa que deixe de existir. A força coercitiva aparece assim que tentamos opor resistência à mesma.

Exemplo: ao atingirmos determinada idade, possuindo as qualificações que a lei determina, se não quisermos exercer o direito e o dever de votar, ou a obrigação de prestar serviço militar (referente ao elemento masculino, na maioria das sociedades), esta coerção se fará sentir através das sanções legais de que lança mão a sociedade para punir a nossa atitude. Se, como comerciantes, deixarmos de cumprir as obrigações legais que temos para com os nossos fornecedores e clientes, a sociedade exercerá sanções que podem consistir, inclusive, em pena de prisão.

A coerção não necessita ser drástica; igualmente são eficazes o riso, a zombaria, o afastamento dos amigos, quando nosso comportamento não constitui transgressões às leis, mas às convenções da sociedade. Exemplo: não portar-se corretamente à mesa, vestir-se inadequadamente, falar de modo impróprio.

As sanções podem ser também indiretas. No mundo dos negócios, se não usarmos as modernas técnicas para vencer nossos concorrentes, a lei não nos punirá, mas provavelmente iremos à falência.

Os usos e costumes de uma sociedade não são estáticos, eles se transformam continuamente; alguns com maior, outros com menor rapidez. Geralmente, invenções que servem para aperfeiçoar ou facilitar a execução de um trabalho são imediatamente aceitas; a moda, praticamente, modifica-se a cada ano; as regras de cortesia, geralmente, a cada década; a Constituição de um país perdura mais tempo e há necessidade de determinadas pressões ou de uma nova configuração da sociedade para mudá-la. Os dogmas e ritos religiosos são os que se modificam mais lentamente. Portanto, podemos verificar que no campo da cultura material as mudanças são mais rápidas do que no da espiritual.

As transformações significam que a sociedade possui inovadores, elementos que, pela sua atitude individual, modificam as normas e os costumes das sociedades, mas a coerção não deixa de existir. Todos os que, na

realidade, quiseram libertar-se de regras, e o fizeram com sucesso, foram obrigados a lutar contra elas. Todo inovador sofre e sofrerá pressões sociais.

A pressão dos fatos sociais manifesta-se de duas maneiras: *subjetivamente*, quando se impõe às nossas consciências; *objetivamente*, através da reação que provoca no grupo a nossa não-submissão a eles.

Generalidade. A consciência coletiva, isto é, o conjunto das maneiras de agir, de pensar e de sentir, é característica geral de determinado grupo ou sociedade; dará feição particular a uma sociedade e permitirá distinguir, por exemplo, um brasileiro de um boliviano. Entretanto, Durkheim reconhecia a existência de duas consciências, sendo que a segunda, a consciência individual, se manifesta através dos traços de caráter ou de temperamento e de acúmulo das experiências pessoais, o que permite uma relativa autonomia no uso e na adaptação das maneiras de agir, de pensar e de sentir.

De acordo com a pessoa, essa consciência individual pode ser mais ou menos desenvolvida. Entretanto, o que interessa, ao analisar a característica de generalidade do fato social, é que a consciência coletiva, que é geral, pode impor-se às pessoas com maior ou menor força, isto é, deixando as consciências individuais com variados graus de autonomia. Nas sociedades "primitivas", a generalidade do fato social é vista com maior clareza, em virtude da homogeneidade de seus grupos componentes e do fato de a consciência coletiva dominar, quase totalmente, as consciências individuais. Nas sociedades modernas, tecnologicamente desenvolvidas, a generalidade do fato social continua a existir (é essencial para caracterizar o fato social), mas a relativa autonomia deixada às consciências individuais faz com que estas sociedades congreguem grupos que, sob determinados aspectos, possuam caracteres distintivos. Por esse motivo, podemos falar em certa divergência encontrada nos costumes de brasileiros do Norte e do Sul.

Esta relatividade dos fatos sociais pode ser constatada nos seguintes exemplos: a maneira de encarar a instituição família variou e varia nos diversos países e entre as diferentes religiões. A religião cristã, por exemplo, foi a primeira a considerar o casamento um sacramento indissolúvel, influenciando a maioria das sociedades ocidentais.

Entretanto, deu-se a separação entre os poderes do Estado e os da Igreja, levando ao aparecimento, nos países do mundo ocidental cristão, do casamento civil; em decorrência deste, surge o divórcio (concedido com maior ou menor dificuldade), ou então o desquite. Por seu lado, em uma tribo africana, após a cerimônia, a mulher casada passa a usar brincos; e, quando os retira, indica simplesmente que não mais ama o marido, ocorrendo, automaticamente, a separação. Antigamente, eram os pais que escolhiam os cônjuges para seus filhos, na maioria das sociedades ocidentais; hoje, são os jovens que cortejam e tomam a iniciativa de propor casamento à moça de sua escolha. Todavia, em certas regiões do Oriente Próximo,

além de a escolha ser feita pelos progenitores, o noivo, ainda hoje, só poderá ver o rosto da noiva no dia do casamento; entre determinadas tribos da África, cabe à mulher a iniciativa de fazer a corte ao homem de sua predileção.

Para Durkheim, o fato social é geral ainda porque “coletivo, isto é, mais ou menos obrigatório, e está bem longe de ser coletivo por ser geral. Constitui um estado de grupo porque se repete nos indivíduos e a eles se impõe. Está bem longe de existir no todo devido ao fato de existir nas partes, mas, ao contrário, existe nas partes todaś porque existe no todo” (1966:8).

3.1.3 Natureza

Os fenômenos sociais devem ser tratados como coisas, segundo Durkheim. “A coisa se opõe à idéia como se opõe entre si tudo o que conhecemos a partir do exterior e tudo o que conhecemos a partir do interior. É coisa todo objeto do conhecimento que a inteligência não penetra de maneira natural, tudo aquilo de que não podemos formular uma noção adequada por simples processo de análise mental, tudo o que o espírito não pode chegar a compreender, senão sob condição de sair de si mesmo, por meio da observação e da experimentação, passando, progressivamente, dos caracteres mais exteriores e mais imediatamente acessíveis para os menos visíveis e mais profundos” (1966:19).

Assim, se é da natureza dos fatos sociais serem tratados como coisas, eles podem e devem ser estudados objetiva e cientificamente.

Os fatos sociais são explicados por causas sociais. “Quando procuramos explicar um fenômeno social, é preciso buscar separadamente a causa eficiente que o produz e a função que desempenha... A causa determinante de um fato social deve ser buscada entre os fatos sociais anteriores, e não entre os estados de consciência individual... a função de um fato social deve ser sempre buscada na relação que mantém com algum fim social” (1966:88 e 102).

Durkheim usou o termo função, em vez de fim ou objetivo, por considerar que os fenômenos sociais, em geral, não existem apenas visando aos resultados úteis que possam produzir. Segundo o autor, o que é necessário determinar é se há uma correspondência entre o fato que se considera e as necessidades gerais do organismo social, em que consiste esta correspondência, sem que a preocupação seja descobrir se é intencional ou não. Exemplo: um indivíduo seqüestra e mata uma criança, apesar de ter recebido resgate de seus pais; descoberto, é preso e condenado a uma longa pena: o castigo é uma reação social devida à intensidade dos sentimentos coletivos causada pelo crime. O castigo tem, por outro lado, uma função útil: manter esses sentimentos em determinado grau de intensidade, pois,

sem isso, se exacerbariam, podendo, inclusive, ocorrer o linchamento do culpado.

Os fatos sociais são interdependentes. As transformações que se produzem no meio social, segundo Durkheim, "sejam quais forem as causas, repercutem em todas as direções do organismo social e não podem deixar de afetar, mais ou menos, todas as suas funções" (1966:107). Exemplo: o PIS (Plano de Integração Social), determinação que emanou do setor administrativo do Estado (setor político), alterou a configuração das empresas (setor econômico).

São inegáveis os serviços prestados por Durkheim aos estudos sociais em geral, graças ao seu esforço de delimitação do conceito de fato social e do realce que deu aos respectivos característicos de coercitividade e exterioridade. Há quem o acuse de não ter reconhecido suficientemente a importância da historicidade e das contribuições psicológicas individuais. É certo, porém, que em seus trabalhos não negou nem uma coisa nem outra, e que também não esqueceu o papel da interação. Outro mérito seu reside no empenho em classificar e situar adequadamente as diversas modalidades de estudos sociais e em propor uma metodologia para tais estudos.

Os críticos de Durkheim, entretanto, acusaram-no de obscuridade quando se trata de características de *exterioridade* dos fatos sociais. Um fato como, por exemplo, a obrigação de vestir-se é exterior a certo indivíduo. É anterior a ele. Mas, em primeiro lugar, é possível que antepassados seus tenham andado nus e que *alguns indivíduos*, dentre eles, hajam decidido generalizar o uso de vestimentas. Mais tarde, outros indivíduos as modificaram. Assim, a obrigação de vestir-se, recebida "fora e acima" dele, não era nem exterior nem superior a antepassados seus, pois emanou desses indivíduos. Nós mesmos, aliás, podemos concorrer para trazer modificações relativas ao uso das vestimentas e até, talvez, contribuir para a generalização do nudismo. Logo, há certa imprecisão quando se diz que o fato social é exterior ao indivíduo, sugerindo que é *independente* dos indivíduos. Seria incorreto afirmar que os fatos sociais são *exteriores aos indivíduos considerados em diversas gerações*.

3.2 AÇÃO SOCIAL — MAX WEBER

3.2.1 Conceituação

Com Émile Durkheim, a definição do objeto da Sociologia — fato social — tem caráter objetivo, porque determina o caráter social da ação a partir da coerção exercida do exterior sobre a conduta dos indivíduos. Max Weber, quando conceitua de modo subjetivo a ação social — objeto da Sociologia —, baseia-se em critérios internos dos indivíduos participantes.

Weber considerava que as Ciências Sociais tinham certas vantagens sobre as Ciências Naturais, havendo a possibilidade de uma espécie de compreensão, baseada no fato de que os seres humanos são diretamente conscientes das suas ações. Assim, por exemplo, no estudo dos grupos sociais, pode-se ir além da demonstração de relações funcionais e de uniformidades; podem-se compreender as ações e intenções subjetivas dos membros individuais.

A ação social, segundo o autor, seria a conduta humana, pública ou não, a que o agente atribui significado subjetivo; acentua a importância de ser a ação social uma espécie de conduta que envolve significado para o próprio agente.

Esta “compreensão ao nível do significado” pode ocorrer de duas maneiras.

Em primeiro lugar, a compreensão por observação direta do significado subjetivo do ato de outra pessoa (compreensão *atual* do sentido pretendido de uma ação ou manifestação). Exemplos: alguém declarar que a Terra é redonda ou que $\sqrt{4} = 2$ (compreensão racional, *atual*, de pensamentos); lançar um anzol à água, disparar uma arma de fogo (compreensão racional, *atual*, de ações); um momento de raiva que leva um indivíduo a proferir impropérios e a quebrar objetos (compreensão irracional, *atual*, de emoções). Compreendemos o significado dessas atitudes partindo da consciência das intenções subjetivas que orientam ações iguais de nossa parte.

Em segundo lugar, chega-se à compreensão do motivo, reproduzindo em nós o raciocínio do agente, ou, em caso de ação irracional, compreendendo o contexto emocional em que ocorreu sua ação (compreensão explicativa). Exemplos: se alguém, no contexto de uma demonstração científica, indicar que a Terra é redonda ou, no decorrer de um cálculo técnico, colocar a proposição $\sqrt{4} = 2$, compreendemos, através de seus motivos, o sentido dado por quem os afirmou ou escreveu, as razões por que os fez, precisamente nesse contexto ou com essa conexão. Em outras palavras, as proposições alcançam uma “conexão de sentido” compreensível. Compreendermos o pescador ou a pessoa que dispara uma arma de fogo, tanto pelo modo *atual*, quanto pelos seus motivos, já que sabemos que o pescador executa sua ação por necessidade de sobrevivência ou distração (racional), e quem dispara a arma de fogo o faz contra alguém, para defender-se ou à sua Pátria — guerra (racional), ou por vingança (afetiva e, nesse sentido, irracional). Por último, compreendemos a manifestação de raiva ou de cólera, pelos seus motivos, já que sabemos que por trás de tais atos existem preocupações, ciúmes, vaidade ou honra ferida (afetivamente condicionada: compreensão irracional por razões).

A Sociologia, na interpretação de Weber, é uma ciência que tem por objeto compreender claramente a conduta humana e fornecer explicação causal de sua origem e resultados. Se são as atitudes que explicam a con-

duta social, faz-se necessário pesquisar a natureza e a operação desses fatores, levando-se em consideração, principalmente, serem estas atitudes afetadas ou modificadas por motivos e ações de outros indivíduos. Padrões e categorias de validade sociológica revelar-se-iam através da atividade do indivíduo em suas relações com outras pessoas.

A conduta social seria, então, o caminho para a compreensão da situação social e o entendimento das intenções. Portanto, a compreensão social deve envolver a análise dos efeitos que o ser humano procura conseguir.

Weber sugeriu dois tipos de compreensão:

- a **real**, baseada no conhecimento da conduta visível dos outros, revelando a intenção imediata ou indireta;
- a **explanatória**, voltada para o campo mais amplo dos motivos. Assim, para a compreensão do social, deve o sociólogo ser um técnico no diagnóstico da significação ou das intenções que motivam a conduta do indivíduo.

A ação humana, para Max Weber, “é social à medida que, em função da significação subjetiva que o indivíduo ou os indivíduos que agem lhe atribuem, toma em consideração o comportamento dos outros e é por ele afetada no seu curso” (*Apud* Rocher, 1971:I 42).

3.2.2 Critérios de Determinação do Caráter Social da Ação

Temos, portanto, segundo a análise de Guy Rocher, três critérios de determinação do caráter social da ação:

- As pessoas devem levar em consideração a **existência e a presença de outros, assim como o seu comportamento**. Vejamos os seguintes casos: a) **Interação rudimentar** — crianças de pouca idade, brincando lado a lado, em atividades isoladas. Suas presenças influem, uma sobre a outra, apenas no sentido de permanecerem no mesmo local. b) **Interação inexistente** — um indivíduo caminhando em meio à multidão, imerso em seus pensamentos, sem reparar nos demais. c) **Recusa da comunicação** — marido e esposa, brigados, sentados na mesma sala, isolando-se na leitura. Nesses três exemplos deixa de aparecer o primeiro critério necessário à ação social.
- Significado. A ação de um indivíduo deve ter o seu **valor de símbolo para os outros e vice-versa**. Assim, para que a ação seja social, não é suficiente levar em consideração o comportamento dos outros; é necessário, ainda, que se indique, através da ação, a compreensão das expectativas dos demais, a intenção de corresponder-lhes ou não. Exemplo: uma pessoa, ao encontrar-se com outra, emprega uma forma de saudação por meio de gestos ou vênias convencionais. Espera-se que o indivíduo saudado responda ao cumprimento. Se não o fizer, o outro pode perceber, pela sua atitude, se a abstenção foi causada por distração ou por recusa voluntária.

"Ligar significado à conduta própria e à dos outros é atribuir a ela um sentido simbólico suscetível de ser transmitido e compreendido, graças a um código de índices ou de signos e mais exatamente ainda, é inserir essa conduta num sistema de comunicação" (1971: 144-5).

O sentido que se atribui aos sinais nem sempre é igual para o emissor e o receptor, sendo comum na vida social a interpretação imperfeita dos sinais.

- Toda conduta de indivíduos empenhados em uma ação social deve sofrer influência da **percepção do significado da ação dos outros e da sua própria**. Isto significa que, através do seu comportamento, os indivíduos devem provar que entenderam as expectativas dos outros e que concordaram ou não em corresponder a elas. Exemplo: em uma festa de casamento, espera-se que os convidados demonstrem, por suas atitudes, aprovação ao enlace e desejo de felicidades aos noivos. Se os pais de um dos cônjuges se mantêm carrancudos, distanciando-se das manifestações de alegria, não respondendo aos cumprimentos, visam, com esta atitude contrária às normas sociais e, portanto, às expectativas dos demais, mostrar sua desaprovação ao casamento, sendo tal fato compreendido por todos.

3.2.3 Caracterização da Ação Social

Para Weber (1974:21-2), a ação social, da mesma maneira que toda ação, pode ser:

- a) **racional, visando aos fins**: determinada por expectativas em relação ao comportamento, tanto de objetos do mundo exterior quanto de outros homens, sendo essas expectativas utilizadas como "condições" ou "meios" para alcançar fins próprios, racionalmente avaliados e procurados;
- b) **racional, visando aos valores**: determinada pela crença consciente em um valor (ético, estético, religioso ou qualquer outro) próprio de uma conduta específica, sem relação alguma com o resultado, ou seja, baseada nos méritos desse valor;
- c) **afetiva**: especialmente emotiva, determinada por afetos e estados sentimentais;
- d) **tradicional**: determinada por um costume arraigado.

Poucas vezes a ação, principalmente a social, orienta-se exclusivamente por um ou outro desses tipos.

O indivíduo atua racionalmente, visando aos fins, quando orienta sua ação pelos fins, meios, ou conseqüências envolvidas, comparando racionalmente os meios com os fins, os fins com as conseqüências envolvidas, e os diferentes fins possíveis entre si.

Atua estritamente de modo racional, visando aos valores, aquele que, sem levar em consideração as conseqüências previsíveis, age baseado em suas convicções sobre o dever, a dignidade, a beleza, a crença religiosa, a piedade, ou em nome de uma "causa".

A atuação de um indivíduo é afetiva quando satisfaz sua necessidade premente de vingança, prazer, contemplação mística, ou dá vazão às suas paixões (ignóbeis ou sublimes). A ação afetiva, da mesma maneira que a racional, visando aos valores, não se baseia, para o indivíduo, no resultado, mas na própria ação.

A ação rigorosamente tradicional encontra-se no limite (e muitas vezes além dele) daquilo que se pode denominar uma ação com sentido. Pois, em geral, não representa mais do que uma obscura reação a estímulos habituais, que tendem na direção de uma atitude arraigada.

3.3 NOÇÃO DE AÇÃO — TALCOTT PARSONS

3.3.1 Conceituação

Talcott Parsons sofreu forte influência de Max Weber na definição do objeto de estudo da Sociologia: *a ação social*.

Ao expor um esquema de referência para o estudo da ação, Parsons distinguiu três elementos imprescindíveis: o *agente* (ator), a *situação* e a *orientação* desse agente em relação à situação.

Analisando a orientação do agente, dividiu-a em dois componentes: orientação motivacional e orientação de valor.

- **Orientação motivacional.** Refere-se aos aspectos da orientação do agente (ator) a respeito de sua situação, relacionados com a gratificação ou com a privação (atual ou potencial) das necessidades. Consiste nas disposições do ator e fornece a energia a ser gasta na ação, apresentando três modalidades: **cognitiva**, significando a percepção da situação pelo agente, tendo como referência a disposição de seus sistemas de necessidades — o ator, em seus esforços para atingir determinado objetivo, necessita ter idéias e informações acerca dos objetos relevantes para consecução desse objetivo; **catética**, processo pelo qual o agente dá ao objeto um significado emocional ou afetivo, compreendendo os sentimentos acerca do objeto em relação às suas necessidades — catexia positiva ou negativa enraizada nos objetos, segundo as capacidades que estes possuem de dar ou negar gratificação às necessidades, ou impulsos do agente; **avaliativa**, através da qual o agente, que possui vários interesses, seleciona os que mais lhe interessam e distribui entre eles sua energia, buscando alcançar o mais eficiente para a satisfação de seu objetivo — abrange os processos pelos quais o ator organiza as anteriores (cognitiva e catética) de forma racional. Sua importância reside na resolução de conflitos entre diferentes interesses e diversas interpretações cognitivas.
- **Orientação de valor.** Em contraposição às necessidades, que constituem o centro da orientação motivacional, a orientação de valor indica a observância de normas e padrões sociais, consistindo na submissão do ator às suas determinações. A orientação de valor apresenta, tam-

bém, três modalidades: **cognitiva**, baseada em padrões cognitivos — diferentes formas de subordinação às normas (referentes aos dados apropriados e à importância diferencial dos vários problemas), através das quais se determina a validade dos juízos cognitivos; **apreciativa**, fundamentada em padrões apreciativos de adequação — determina a propriedade ou constância da catexia de um ou mais objetos, sendo o critério das normas apreciativas a determinação das conseqüências, tanto para o indivíduo quanto para a coletividade, das diferentes ações; **moral**, firmada em padrões morais de virtude — variadas formas de subordinação às normas (que definem a responsabilidade do ator diante das conseqüências), através das quais podem ser predeterminadas as conseqüências das diferentes ações. Especificamente as normas orientam as diferentes opções do ator, levando em consideração as conseqüências relativas à integração dos sistemas sociais dos quais faz parte.

3.3.2 Características

Por sua vez, a situação em que está integrado o agente (ator) é composta de:

- **objetos físicos**, meios e condições da ação;
- **objetivos sociais**, outras pessoas (*alter*);
- **objetos culturais**, elementos simbólicos da tradição cultural.

Toda ação social é caracterizada pelo processo de interação, em que cada ator (*ego*) se dirige sempre a outra pessoa (*alter*), levando em consideração as reações desta pessoa, assim como as influências que poderá exercer sobre ela. Portanto, toda ação social envolve a expectativa da provável reação do *alter* à possível ação do *ego* e, podendo esta reação ser prevista com antecedência, tal fato afeta de maneira fundamental as opções de que dispõe o ator.

Por esse motivo, a interação supõe uma cultura comum, que possibilite, por parte do *ego*, a interpretação das prováveis reações do *alter*, da mesma maneira que possibilita ao *alter* o conhecimento da motivação do *ego*. Não se trata aqui da interpretação da intenção, mas de sentidos normativos, estabelecidos por um sistema de símbolos dominantes. A observância dessa cultura comum é condição necessária para que o *ego* seja compreendido pelo *alter* e para que o *ego* obtenha o tipo de reação que espera do *alter*.

Gradualmente, surge um padrão de expectativas mútuas que se transforma num conjunto de normas aceitas por *ego* e *alter*, como obrigatórias para si próprios, que define as condições particulares de suas interações.

Segundo Parsons, o processo de interação entre *ego* e *alter* pode ser entendido como microcosmo dos sistemas sociais, pois contém os elementos constitutivos dos sistemas sociais: sistemas partilhados de crenças, sen-

timentos e valores, critérios culturalmente padronizados de avaliação técnica, estética e moral.

O autor indica que cada agente ou ator, em dada situação social, defronta-se com cinco pares de dilemas, e os sistemas sociais podem, até certo ponto, ser caracterizados pelas soluções que fornecem a cada um dos dilemas e, principalmente, pela combinação das soluções a serem encontradas em cada tipo de sistema social. Esses pares de dilemas são denominados variáveis-padrão.

3.3.3 Análise das Variáveis-padrão

Parsons (e Shils, 1968:101 e seg.) conceitua: “A variável-padrão é uma dicotomia, em que um dos pólos deve ser escolhido pelo ator antes que o significado da situação seja determinado para ele e, em consequência, antes que possa atuar nessa situação.”

As variáveis-padrão são as seguintes: afetividade — neutralidade afetiva; especificidade — difusão; qualidade — desempenho; universalismo — particularismo; orientação para si próprio — orientação para a coletividade.

- **Afetividade — Neutralidade afetiva.** Esta variável-padrão envolve o dilema da gratificação do impulso, isto é, a expressão livre de sentimentos em relação a outros, ou tentativa de obter satisfação imediata em determinada situação social, contra a **disciplina**, ou seja, o controle disciplinar dessa expressão, ou disposição para adiar essa satisfação.
- **Especificidade — Difusão.** Esta dicotomia representa o dilema do âmbito de **significação**: orientação para com os outros numa relação com um propósito específico e limitado, ou um único interesse (vendedor — freqüês), ou orientação para os outros através de uma relação que abarca a personalidade total dos membros ou que envolve certo número de interesses, sendo, portanto, difusa (relação de parentesco).
- **Qualidade — Desempenho.** Variável que representa o dilema da **modalidade**: deve-se tratar outra pessoa em termos de quem ela é, julgá-la e avaliá-la com base em seus atributos inerentes ou socialmente atribuídos (idade, etnia, classe social), ou deve-se tratá-la em função de suas realizações, segundo o que ela produz ou o que pode resultar de suas ações (realizações profissionais).
- **Universalismo — Particularismo.** Esta dicotomia consiste no dilema da **transcendência versus imanência**: diz respeito ao julgamento do desempenho do papel dos outros, que pode ser com base em normas universalmente aplicáveis, isto é, em termos de critérios independentes de quaisquer outras características que possa ter (preceitos jurídicos), ou pode ser avaliado de acordo com a relação particular mantida com ele, com seu grupo ou coletividade (imunidade diplomática).
- **Orientação para si próprio — Orientação para a coletividade.** Tal dicotomia representa o dilema entre o **interesse privado** e o **coletivo**: deve-se dar ênfase a nossos interesses, escolhendo uma atuação dirigida a metas privadas ou, ao contrário, enfatizar o interesse coletivo, agindo desinteressadamente ou dirigindo a ação a metas coletivas.

Esse dilema é resolvido pelo ator, dando primazia aos interesses, metas e valores que compartilha com os membros da coletividade a que pertence ou dando primazia a seus interesses pessoais, sem levar em conta os efeitos de tal opção sobre a coletividade.

3.3.4 Mecanismos de Controle da Ação

Por outro lado, a ação social, para Parsons, situa-se sempre simultaneamente em quatro contextos ou sistemas: *biológico*, onde se originam as necessidades e as exigências do organismo; *psíquico* ou da *personalidade*, sistema de motivos, afetos e idéias, tal como se encontram interiorizados em cada indivíduo; *social*, pluralidade de agentes individuais, interagindo uns com os outros, ou sistema de papéis inter-relacionados, prescritos pelas normas partilhadas, sustentados pelos valores fundamentais; *cultural*, que pode ser subdividido em três classes de padrões:

- sistema de idéias ou crenças;
- sistema de símbolos expressivos (formas de arte);
- sistema de orientação de valor (padrões integrantes).

Segundo este autor, só é possível estabelecer uma distinção entre os quatro contextos ou sistemas no plano analítico ou teórico, porque qualquer ação concreta é, na realidade, global, ou seja, insere-se simultaneamente em todos os sistemas, sendo o resultado da interação de forças ou influências originadas em cada contexto.

Os quatro sistemas são complementares e mantêm entre si relações de interdependência, significando que, ao analisar um deles, sempre se deve levar em consideração os outros três.

Além das relações de interdependência e complementaridade, os quatro sistemas estão correlacionados segundo uma ordenação hierárquica. Este fato é importante, se levarmos em consideração que cada um dos quatro sistemas possui mecanismos de controle da ação. Assim, de acordo com o controle que exercem sobre a ação, verificamos que a disposição hierárquica apresenta o sistema biológico na parte inferior da escala, vindo a seguir os sistemas da personalidade, o social e o cultural.

Essa hierarquia deve-se ao fato de que o sistema cultural compõe-se de elementos simbólicos (conhecimentos, valores, ideologias) que conduzem e controlam a ação pelas informações de que dispõem. Por outro lado, o sistema biológico conduz e controla a ação através da energia que desenvolve e que irradia.

Um sistema exerce tanto maior controle sobre o outro, quanto mais elevado estiver na hierarquia. Desta maneira, o sistema cultural exerce controle sobre o social; este, sobre a personalidade, que, por sua vez, controla o organismo biológico.

Por conseguinte, quando se afirma serem os sistemas interdependentes, isso não significa uma interdependência horizontal, “também não se trata de uma interdependência que significaria confusão ou mistura das ordens. A hierarquia evidencia que se trata mais precisamente de uma estrutura de interdependência fundada na justaposição sucessiva dos mecanismos de controle da ação” (*Apud* Rocher, 1971:IV 18).

Assim, qualquer explicação aprofundada da ação humana global exige que se faça referência aos quatro sistemas.

Os dois sistemas situados na parte inferior da hierarquia — organismo biológico e personalidade — situam-se no plano da pessoa; os outros dois — sistema social e cultural — ocupam o topo da hierarquia, e dizem respeito à coletividade.

O sistema cultural, formado pelos valores, conhecimento e ideologias, constitui o *aparelho simbólico*, fonte de inspiração da ação social, e o sistema social compreende o conjunto de interações existentes na coletividade. Os dois sistemas se interpenetram, seja qual for o tipo ou tamanho da coletividade; o sistema social só não existe nas comunidades mortas, desaparecidas, onde restam apenas peças arqueológicas.

4 Processos Sociais

Este capítulo enfoca os diferentes tipos de processos sociais através dos quais a personalidade individual se desenvolve e se relaciona com a sociedade, indicando ainda o inter-relacionamento entre os dois. Dessa forma, permite:

1. Reconhecer a necessidade, por parte do indivíduo, de sociabilidade e de participação nos grupos.
2. Observar as possíveis conseqüências psicológicas dos diferentes tipos de isolamento, tanto nos indivíduos quanto nos grupos sociais.
3. Distinguir os aspectos dinâmicos das relações sociais, através das diferentes formas de processo social:
 - a) **Contato social**, aspecto primário e fundamental, do qual dependem os outros processos ou relações sociais.
 - b) **Interação social**, compreendida como reciprocidade de ações sociais.
 - c) **Comunicação**, forma importante de interação, fundamental para o ser social e para a cultura.
 - d) **Cooperação**, requisito indispensável para a manutenção e continuidade dos grupos e sociedades.
 - e) **Competição e conflito**, fatores dissociativos, que alteram as relações entre indivíduos e grupos, no seio da sociedade ou entre sociedades.
 - f) **Adaptação, acomodação e assimilação**, fatores associativos que sucessivamente propiciam um certo grau de adesão e conformidade às normas estabelecidas; a diminuição do conflito e o estabelecimento de um **modus vivendi**; a integração sócio-cultural entre indivíduos e grupos, no âmbito de uma sociedade.

4.1 ISOLAMENTO E CONTATO

4.1.1 Tipos de Isolamento

O isolamento pode ser entendido como a falta de contato ou de comunicação entre grupos ou indivíduos. No mundo atual, praticamente não existe isolamento absoluto. Raros são os grupos humanos que não mantêm, mesmo que esporadicamente, contatos com outros grupos ou indivíduos; encontramos, isto sim, variações no grau de isolamento. Assim, ao nos referirmos a uma comunidade isolada, queremos significar que ela mantém contatos pouco frequentes com outras comunidades. Por outro lado, o isolamento pode ser individual, isto é, do indivíduo dentro do seu grupo ou sociedade.

Park e Burgess indicaram quatro tipos de isolamento: espacial, estrutural, funcional e psíquico. Outros autores citam ainda o habitual.

Isolamento espacial ou físico. É a ausência de contatos ocasionada por fatores segregadores de caráter geofísico, ou seja, montanhas, vales, florestas, desertos, pântanos, rios, oceanos. Estes fatores e a distância entre as comunidades funcionam como isolantes, quando os meios de comunicação e os transportes de que dispõe a comunidade são rudimentares. É o nível tecnológico de uma comunidade que vai determinar a sua capacidade de contornar esses fatores.

Através do Projeto Rondon, universitários brasileiros puderam comprovar o isolamento em que vive o homem na zona rural; em algumas localidades, isoladas pelo difícil acesso e pela falta de estradas, qualquer meio de locomoção que não fosse de tração animal era praticamente desconhecido.

O Isolamento Físico, relativo ao indivíduo, pode ocorrer entre presos em solitária, ou, voluntariamente, no caso dos eremitas.

Isolamento estrutural. É constituído pelas diferenças biológicas tais como sexo, raça, idade. A sociedade atribui funções e atividades diversas a homens e mulheres e, em consequência, cria diferença de interesses. É praticamente geral, em todas as sociedades, esta diferenciação por sexo; entretanto, é condicionada pela cultura particular do grupo. Este aspecto cultural originará as diferenças entre as sociedades como, por exemplo, em países do Oriente Médio (muçulmanos), a segregação dos sexos era estritamente rígida e, nas raras ocasiões em que a mulher pudesse estar em presença de outros, que não seus familiares, deveria ter o rosto coberto por véu. Na Arábia Saudita, por exemplo, foi necessária uma atitude firme por parte do rei Faiçal para que a educação fosse extensiva ao sexo feminino. Mas o costume da separação de sexos determinou a criação de unidades especiais, inclusive nas universidades, onde as alunas, em salas separa-

das, acompanhavam a lição do professor através de um circuito interno de televisão. Na sociedade industrialmente desenvolvida, os movimentos feministas não extremados, que lutam pela igualdade da mulher, em todos os campos, principalmente o profissional, demonstram bem que, mesmo hoje, em nossa sociedade, existe essa diferença determinada pelo sexo.

O relativo isolamento de grupos étnicos pode ser observado nos *guetos* de judeus (afastamento obrigatório, no passado, em muitas sociedades); no *Harlem* negro, nos Estados Unidos (New York); na reunião dos japoneses no bairro da Liberdade, em São Paulo.

A idade também acarreta isolamento nas sociedades, em virtude de os grupos de idade serem, até certo ponto, segregados. Os movimentos da juventude de hoje, formando "colônias" próprias, é um bom exemplo desse tipo de isolamento. Ainda dentro do fator idade, vamos encontrar o isolamento dos velhos que se está transformando num problema da sociedade atual.

Isolamento funcional. Tem origem nos defeitos físicos — cegueira, surdez, mudez e outras limitações físicas. Essas deficiências impedem, muitas vezes, a comunicação, como no caso mais conhecido de Hellen Keller, cujo processo de socialização só foi possível quando sua preceptora, extremamente dedicada, conseguiu vencer a barreira formada pela sua deficiência física, que a isolava do mundo.

Os portadores de defeitos físicos, mesmo quando vencem a barreira da comunicação, têm sua participação limitada em muitas das atividades grupais.

Isolamento psíquico. Ocasionado por motivos baseados na própria personalidade, como interesses diferentes, gostos, temperamentos, pontos de vista, atitudes e sentimentos existentes entre indivíduos pertencentes a uma mesma cultura. Essas diferenças originam-se do fato de que, fazendo parte de grupos sociais diversos, a sua experiência, embora membros da mesma sociedade, seja diferente. É o isolamento que se verifica entre o cientista e o analfabeto, entre o homem do campo e o da cidade. Reforça o isolamento psíquico a pluralidade de grupos diferentes que coexistem na sociedade. Clubes, partidos políticos, seitas, sociedades secretas dão aos seus participantes características e interesses diversos. Mesmo o sistema de classes contribui para o isolamento psíquico, já que caracteristicamente cada classe social tem determinado tipo de ocupação, modo de vida e interesses particulares.

Isolamento habitual. Diz respeito à separação ocasionada pela diferença de hábitos, costumes, usos, linguagem, religião e outros fatores. O primeiro e mais óbvio exemplo é o daqueles que não falam a mesma língua, cuja comunicação só poderá ser feita através de gestos. Mas essa diferença de linguagem não é a única diferença entre eles. Diferentes po-

vos, em virtude de sua cultura característica, criam diferenças de hábitos e até de perspectivas em relação ao mundo. Torna-se difícil compreender os valores de um povo que pratica o canibalismo, o infanticídio ou a eliminação de pessoas idosas — gerontocídio. Muitos hábitos de higiene corporal e de alimentação causam espanto, às vezes até repugnância. Os esquimós, por exemplo, comem carne deteriorada e o conteúdo semidigerido do estômago do caribu.

O etnocentrismo concorre para o isolamento, pois é uma atitude de supervalorização das características do “nosso grupo” e de menosprezo por tudo o que é do “grupo alheio”. Antigamente, o fanatismo religioso levava a uma total impossibilidade de comunicação entre elementos de credos diversos. Há sobrevivência deste fato na Índia. Hoje, a tolerância religiosa permite, no Ocidente, uma possibilidade de diálogo, principalmente depois da atividade ecumênica do Papa João XXIII.

Consequências do isolamento no indivíduo e no grupo. Em relação ao indivíduo, é importante salientar a época em que ocorre o isolamento, em virtude de seus efeitos serem diferentes: antes de ser socializado, isto é, nos primeiros anos de vida, se a criança for afastada inteiramente do convívio de outros seres humanos, tornar-se-á o chamado *homo ferus*. Muito poucos são os casos devidamente estudados por cientistas sobre crianças que foram encontradas vivendo isoladas ou em companhia de animais. De todos os casos relatados, o mais famoso é o das “meninas-lobo” da Índia. Quando encontradas, apresentavam características de animais: andavam sobre os quatro membros, soltavam grunhidos e tinham apurada visão noturna.

Se o afastamento for pronunciado, mas não total, temos uma mentalidade retardada. Kingsley Davis cita o caso de duas meninas ilegítimas que, até a idade de mais ou menos 6 anos, permaneceram trancafiadas em um quarto. Ana permaneceu sozinha e somente as suas necessidades biológicas de sobrevivência foram satisfeitas; Isabel foi mantida em reclusão juntamente com a mãe, surda-muda. Ambas as crianças, ao serem descobertas, apresentavam mentalidade retardada. Ana assemelhava-se a um bebê: imóvel e indiferente a tudo; Isabel procedia quase como um animal selvagem, manifestando receio e hostilidade. Nenhuma das duas falava. Após um processo de socialização, apresentaram progressos notáveis, mas, infelizmente, faleceram em poucos anos.

Depois que o indivíduo estiver socializado, o isolamento prolongado provocará a diminuição das funções mentais, podendo chegar à loucura. Foram constatados tais casos entre prisioneiros e também entre eremitas.

Quanto ao grupo, o isolamento produz costumes sedimentados, cristalizados, que praticamente não se alteram, porque a estrutura da sociedade é altamente integrada, sendo as atividades dos indivíduos padronizadas. Há um máximo de estabilidade e acomodação pessoal, reduzindo-se ao mí-

nimo a desorganização pessoal e a possibilidade de mudança social. Exemplos: habitantes de uma área rural de Quebec, Canadá, que falam francês arcaico e mantêm inalterados os seus costumes desde sua imigração; povo que vive nas montanhas do sul dos Estados Unidos, oriundo da Inglaterra e Escócia, que conserva intata sua cultura original de mais de duzentos anos.

4.1.2 Tipos de Contato

Ao nos referirmos às relações sociais, devemos compreendê-las em seus aspectos dinâmicos. Os indivíduos, através das relações sociais, podem aproximar-se ou afastar-se, dando origem a formas de associação ou dissociação. A este aspecto dinâmico damos o nome de processo social.

No processo social, podemos ver um aspecto primário, fundamental, que é o contato social. Esta denominação de primário ou fundamental deriva do fato de que dependerão do contato todos os outros processos ou relações sociais. Podemos dizer que o contato é a fase inicial da interestimulação, e que as modificações resultantes são denominadas de interação. É importante fazer uma distinção, no que se refere aos contatos, entre os meios físicos e o significado, isto é, a transmissão de idéias, valores e atitudes. Os meios físicos são apenas os instrumentos: o aperto de mão, o sinal de cabeça, o assobio, o piscar de olhos (meios físicos, porque fundamentados em percepções sensitivas, através dos sentidos da visão, olfato, audição e tato) significam algo, pois são atribuídos significados específicos, convencionais, a esses elementos. Verificamos que o importante no contato social não é apenas o estímulo-reação, mas a interpretação, o aspecto social do contato que está baseado na comunicação de significados. Vejamos como podem ser os contatos.

Contatos diretos. Ocorrem por meio da percepção física; portanto, realizados face a face, e *contatos indiretos*, realizados através de intermediários ou meios técnicos de comunicação: telefone, carta, telegrama, rádio, telex, periódicos, livros e outros. Exemplo: *contato direto*: o médico atendendo pessoalmente seu paciente; o técnico dando instruções aos jogadores; o professor ministrando aula a seus alunos. *Indireto*: qualquer acontecimento, hoje, é imediatamente conhecido em quase todos os países do mundo, através de ligações telefônicas, radiofônicas, de telex, inclusive com o uso de satélites. Desta maneira, informantes e informados estão em contínuo contato indireto.

Contatos voluntários. São contatos sociais derivados da vontade própria dos participantes, de maneira espontânea, sem coação. Opõem-se aos *contatos involuntários*, que derivam da imposição de uma das partes sobre a outra. Exemplo: contatos entre guardas e prisioneiros.

Contatos com o passado. Têm por finalidade a transmissão da herança social através do estudo histórico ou do intercâmbio com gerações

vivas, mas velhas, e *contato com o presente*, cuja finalidade é acolher idéias ou atitudes de outros grupos, dando origem a um processo de mobilidade e mudança. É de importância fundamental.

Contatos primários (Cooley). São pessoais, íntimos e espontâneos, em que os indivíduos tendem a compartilhar de suas experiências particulares; envolvem elemento emocional, permitindo certa fusão de individualidade que dão origem aos “nós”. O contato é completo, considerado como um fim em si mesmo. Exemplos: família, grupos de amizade e de vizinhança. *Contatos secundários*. Formais, impessoais, racionais e calculados, geralmente superficiais, envolvendo apenas uma faceta da personalidade. Exemplos: aeromoça e passageiros de um avião; comprador e vendedor de um grande magazine.

Contatos de “nosso grupo” (Summer). Fundamentados no fenômeno do etnocentrismo, com a supervalorização da cultura e dos costumes. Há uma tendência para a identificação com os membros do grupo, mantendo relações baseadas em simpatia, sentimento de lealdade, amizade e até mesmo altruísmo. Os membros do grupo são conscientes de suas semelhanças. O “grupo alheio” é constituído por estranhos, cuja cultura e costumes são menosprezados. Considerados estranhos, forasteiros, adversários ou inimigos, os sentimentos que eles despertam são de indiferença ou inimizade.

Os conflitos armados, ao mesmo tempo que acentuam a diferença entre os grupos em choque, servem também para exacerbar o etnocentrismo. O bairrismo, o regionalismo e o nacionalismo fanáticos são também formas de etnocentrismo.

Nas sociedades em geral, as religiões e as ideologias têm certas características universais, numa tentativa de fazer com que o código do “nosso grupo” seja universal. *Exemplos*: na religião cristã, temos o preceito “amai-vos uns aos outros”, isto é, amar até aos próprios inimigos. Certas ideologias, por sua vez, também tendem a se tornar universais, independentemente de grupos, sociedades, Estados ou nações, mas referentes a *determinada classe social*: “trabalhadores de todo mundo, uni-vos”.

Contatos categóricos (Shaler). Resultam da classificação que fazemos de uma pessoa desconhecida, baseada em sua aparência física, cor da pele, feições, profissão etc., de acordo com as características atribuídas a ela pelo “nosso grupo”. Esta espécie de classificação facilita nossos contatos com estranhos, pois permite que assumamos atitudes, em relação a eles, em função de uma dada categoria. *Exemplos*: ao nos ser apresentado um indivíduo, como advogado, passamos a adotar a atitude que, em geral, se tem para com esse tipo de profissional. Ao vermos um elemento maltrapilho, nossa atitude, em relação a ele, será diferente daquela que teríamos em relação a um bem vestido. O uniforme e as indumentárias específicas nos revelam a profissão de um indivíduo, mas nada nos dizem sobre as suas qualidades pessoais. *Contatos simpatéticos* são contatos ba-

seados em qualidades manifestadas pelos indivíduos e não em características de categorias. Os contatos categóricos podem vir a se transformar em simpáticos. Geralmente isso ocorre entre professor e aluno.

Os vários tipos de contato não são mutuamente exclusivos — todos os contatos primários são simpáticos, mas nem todos os contatos simpáticos são primários.

No mundo moderno, nas sociedades complexas, há um número maior de contatos secundários e categóricos, e os contatos tendem a tornar-se cada vez mais superficiais e passageiros.

4.2 INTERAÇÃO SOCIAL — COMUNICAÇÃO

4.2.1 Conceito de Interação

Interação social é a ação social, mutuamente orientada, de dois ou mais indivíduos em contato. Distingue-se da mera interestimulação em virtude de envolver significados e expectativas em relação às ações de outras pessoas. Podemos dizer que a interação é a reciprocidade de ações sociais.

4.2.2 Formas de Comunicação

A comunicação, forma importante de interação, é fundamental para o homem, enquanto ser social, e para a cultura. Ela pode dar-se através de:

1. Meios não vocais, como expressões, traços fisionômicos etc. Determinadas expressões de alegria, tristeza, desagrado ou raiva, movimentos de olhos, trejeitos da boca e suspiros, o ruborizar-se, empalidecer, chorar ou rir, expressões corporais como a postura e movimentos de mãos e ombros etc. condicionam respostas que são baseadas em seus significados, interpretados através de experiências anteriores.
2. Sons inarticulados, baseados em emoções e inflexões de voz. Determinados sons, mesmo que não se articulem em palavras, são por nós interpretados ainda com base em experiências pessoais; as inflexões de voz são importantes, pois, muitas vezes, reagimos não às palavras, mas à maneira como são ditas.
3. Palavras e símbolos. Dentre todos os animais, somente o homem desenvolveu a capacidade de linguagem, isto é, a atribuição de significados a fonemas, a um conjunto de sons articulados. A interação através da linguagem também é condicionada pela cultura: em primeiro lugar, as sociedades desenvolveram linguagem diferentes; em segundo lugar, uma mesma linguagem, em dada sociedade, apresenta variações, quer seja pelos "regionalismos", quer pela própria diversidade e riqueza, com várias palavras para exprimir o mesmo sentimento ou emoção, ou significados diversos para uma mesma palavra. Assim, podemos dizer que, em dada sociedade, se os indivíduos que

se comunicam pertencem a diferentes subculturas, é possível que o significado de suas palavras não seja o mesmo para um e outro. Determinadas categorias profissionais, grupos étnicos e regiões geográficas têm significados específicos para grande parte dos vocábulos de uma linguagem comum. Os símbolos, por sua forma e natureza, evocam, perpetuam ou substituem, num determinado contexto, algo abstrato ou ausente. **Exemplos:** cruz, bandeira, escudos etc.

A medida que as sociedades se desenvolvem e se tornam complexas, apresentam condições para o aparecimento e aperfeiçoamento de meios técnicos de comunicação: imprensa, rádio, telégrafo, televisão, satélites.

4.3 COOPERAÇÃO — COMPETIÇÃO — CONFLITO

4.3.1 Tipos de Cooperação

A cooperação é o tipo particular de processo social em que dois ou mais indivíduos ou grupos atuam em conjunto para a consecução de um objetivo comum. É requisito especial e indispensável para a manutenção e continuidade dos grupos e sociedades.

A cooperação pode ser:

- a) **Temporária.** Os indivíduos se reúnem para a execução de uma tarefa durante um período determinado. Exemplos: Fazer uma lição em conjunto, mutirão. **Contínua** — quando ocorre entre indivíduos ou grupo que, fixados em determinado local, necessitam sempre da colaboração uns dos outros. Exemplo: controle da poluição.
- b) **Direta.** Os indivíduos ou grupos realizam, em conjunto, coisas semelhantes. Divide-se em: **trabalho associado** — amigas fazendo compras juntas em supermercado; **trabalho suplementar** — mutirão; **integração de trabalhos diversos** — cuja característica principal é que os trabalhos diferentes visam à consecução de objetivos comuns. Exemplo: construção de uma residência, havendo a necessidade do trabalho de diferentes especialistas. **Indireta** — é a realização de trabalhos diferentes. A cooperação surge, inevitavelmente, pelo fato de que nenhum indivíduo é auto-suficiente, tendo de especializar-se em determinado ramo. Podemos citar como exemplo um engenheiro que necessita da colaboração do médico, do agricultor, do industrial etc.

São numerosos e complexos os interesses que levam os indivíduos e os grupos à cooperação. Pode ser a obtenção de algum bem material, interesses pessoais ou grupais, lealdade ao grupo e seus ideais, temor às pressões ou ataques de outros grupos, ou a própria necessidade estrutural, decorrente da mútua interdependência em virtude das funções especializadas. Resumindo, podemos dizer que a cooperação é a solidariedade social em ação.

4.3.2 Tipos de Competição

Em todas as sociedades existem deferências de capacidades e de desejos entre os seus componentes. Para a satisfação de suas necessidades e aspirações, os indivíduos (e também os grupos menores, integrantes do grupo total) competem entre si, com maior ou menor energia. Essa porfia pode ser considerada universal, conquanto inúmeras vezes os próprios indivíduos dela não se apercebam. Isso leva alguns sociólogos a afirmar que a competição é a “forma mais elementar e universal de interação”, consistindo em “luta incessante por coisas concretas”. Alguns acrescentam, ainda, que se trata de uma contenda “contínua” (o que é certo), “inconsciente” e “impessoal”.

Para Hamilton, existe competição quando os recursos de uma sociedade (alimentação, bens materiais, posições sociais, poder etc.) são inflexíveis e inadequados perante uma população portadora de desejos insaciáveis.

Como exemplo de competição, assim entendida, podem ser citados os esforços visando adquirir êxito nos estudos, na vida econômica, em relação à posição social, na capacidade profissional, artística, intelectual e mesmo esportiva. Todas as formas de empenho em progredir e obter uma situação satisfatória, seja quanto ao bem-estar próprio, seja quanto à opinião dos outros, não visam, na maior parte das vezes, suplantar esta ou aquela pessoa. Elas se exercem, principalmente, com a finalidade de assegurar a consideração alheia ou de conquistar aquilo que o indivíduo considera “melhores condições de vida”. De semelhante dispêndio de energia pode, geralmente, estar ausente a preocupação de tirar algo de alguém ou de impedir que alguém atinja determinadas metas. Admitimos que tais competições possam obedecer a motivos subconscientes e mesmo que, às vezes, sejam conscientemente despendidas energias para alcançar melhores posições. Entretanto, temos reservas em relação à asserção de que a competição é *necessariamente* “inconsciente e impessoal”. Os indivíduos que competem, na maior parte das vezes, podem ignorar *por que*, no fundo, estão competindo, mas geralmente têm uma noção do que almejam. Quanto à “impessoalidade”, esta é muito relativa.

Muitos autores reconhecem existir, freqüentemente, entre os competidores, uma *rivalidade definida*. O aluno que se bate pelo primeiro lugar quer suplantar colegas seus perfeitamente conhecidos. O mesmo se dá com o desafiante que pretende tomar o lugar do campeão, ou com o negociante ansioso por ostentar maior riqueza que um concorrente. Em política, ou na luta por colocações e postos administrativos, não é nada fácil delimitar onde acaba a competição e onde começa o conflito. Estas observações justificam a seguinte tese: entre a natureza da competição e a do conflito há apenas uma diferença essencial — a primeira não é necessariamente pessoal e não implica necessariamente hostilidade, como acontece ao conflito.

4.3.3 Formas de Conflito

Verificamos que competição consiste em esforços de indivíduos ou grupos para obter melhores condições de vida. Quando uma pessoa se interpõe no caminho da satisfação ou dos desejos da outra, surgem os choques, no sentido de uma das partes eliminar os obstáculos levantados pela outra. A luta, então, torna-se *pessoal*. Cada um dos contendores tem a consciência de que, para alcançar os próprios propósitos, precisa fazer com que o outro não atinja os seus. Aí surge a *hostilidade*, que comumente reforça a energia necessária aos esforços de suplantação. A esse tipo de luta, consciente e pessoal, dá-se o nome de conflito. A conceituação mais aceita de conflito é, pois, uma contenda entre indivíduos ou grupos, em que cada qual dos contendores almeja uma solução que exclui a desejada pelo adversário.

O conflito pode apresentar-se de diversas maneiras:

- **Rivalidade**, que compreende ciúme e antagonismo. Exemplo: duas moças que querem conquistar o mesmo rapaz.
- **Debate**, controvérsia a respeito de pontos de vista, idéias ou crenças diferentes, entre indivíduos ou grupos. Exemplo: debate em torno do celibato dos sacerdotes da Igreja Católica.
- **Discussão**, forma de debate mais acalorada, com troca de palavras ásperas. Exemplo: alteração entre torcedores exaltados de diferentes times de futebol.
- **Litígio**, demanda judicial entre partes contrárias. Exemplo: disputa entre herdeiros.
- **Contenda**, briga entre indivíduos ou grupos. Exemplo: entre gangs juvenis.
- **Guerras**, luta com armas entre nações ou partidos. Exemplos: Revolução Francesa; Guerra Civil Espanhola; Segunda Guerra Mundial.

De acordo com o nosso ponto de vista, deve-se atribuir às competições e aos conflitos as seguintes consequências, de decisiva importância para a vida social:

- a) divisão do trabalho;
- b) desenvolvimento de uma ordem econômica;
- c) distribuição das instituições no espaço social;
- d) efetivação de uma configuração espacial das populações;
- e) estabilidade ou modificações da própria ordem política;
- f) mudanças que se operam nas relações e na importância relativa de grupos distintos (ou classes), integrantes da sociedade.

4.4 ADAPTAÇÃO — ACOMODAÇÃO — ASSIMILAÇÃO

4.4.1 Níveis de Adaptação

A adaptação do indivíduo ao meio social realiza-se principalmente em três níveis:

- **Biológico e psicomotor.** O indivíduo desenvolve determinadas necessidades fisiológicas, gostos e atitudes corporais através do conhecimento de seu organismo neurofisiológico, e de seu aparelho sensitivo-motor. Podemos distinguir um brasileiro de um argentino ou italiano a partir de determinados hábitos alimentares, gestos e atitudes, ou modos de comportamento, que os caracterizam. O corpo e os gostos dos indivíduos sofrem uma socialização que tende a adaptá-los a determinado ambiente sócio-cultural.
- **Nível afetivo.** Em que podemos verificar, por exemplo, a modificação quanto aos sentimentos entre pessoas que se casam: hoje, incentiva-se o namoro e o desabrochar do amor entre os jovens, para servir de base ao casamento, contrapondo-se à conveniência ou aos interesses entre as respectivas famílias.
- **Nível de pensamento.** Quando as faculdades intelectuais se desenvolvem através da incorporação dos elementos da cultura. O indivíduo adapta-se a determinadas representações de imagens, categorias mentais e conhecimentos, estereótipos e maneiras de pensar de seu grupo.

A adaptação social de um indivíduo ao grupo não significa necessariamente conformidade social, mas supõe a utilização de certa margem de liberdade ou de autonomia que o meio concede. Esta liberdade ou autonomia varia de sociedade para sociedade, exigindo algumas delas uma conformidade mais completa e estrita do que outras. Mas é evidente que, para a sobrevivência da coletividade, deve existir um certo denominador comum entre os componentes e um certo grau de adesão e conformidade às normas estabelecidas.

4.4.2 Formas de Acomodação

Acomodação é um processo social com o objetivo de diminuir o conflito entre indivíduos ou grupos, reduzindo o mesmo e encontrando um novo *modus vivendi*. É um ajustamento formal e externo, aparecendo apenas nos aspectos externos do comportamento, sendo pequena ou nula a mudança interna, relativa a valores, atitudes e significados. O *modus vivendi* é uma espécie de arranjo temporário, que possibilita a convivência entre elementos e grupos antagônicos e a restauração do equilíbrio afetado pelo conflito. O antagonismo é temporariamente regulado e desaparece como ação manifesta, embora possa permanecer latente. A acomodação pode ser muito duradoura e aparentemente permanente, como no caso das castas, ou então transitória, como a existente entre as classes, numa sociedade aberta. Essa forma de processo social, decorrente do conflito, resulta em mudança de *status* de indivíduos ou grupos e/ou numa nova ordem social.

A acomodação pode assumir diversas formas:

- a) **Coerção.** Através da ameaça ou do uso da força, quando as partes envolvidas têm poderes desiguais; o mais forte domina a parte mais fraca. Exemplo: armistício após a guerra.

A subordinação aparece em caso de rendição incondicional, em caso de vitória de uma das partes envolvidas na guerra. A escravidão é também uma forma de acomodação por coerção.

- b) **Compromisso.** As partes, em luta, possuem igual poder e chegam à acomodação através de concessões mútuas. Este tipo de acomodação é comum nas disputas parlamentares, lutas econômicas e diplomacia. Nesta última é também muito empregada a arbitragem.
- c) **Arbitragem.** Neste caso, a acomodação é obtida por meio da atuação de um terceiro, que funciona como árbitro ou mediador. No Brasil, ocorre muitas vezes em disputas trabalhistas.
- d) **Tolerância.** Constitui o grau mínimo de acomodação, pois não significa necessariamente a solução das divergências, mas uma maneira de impedir o conflito manifesto. Exemplo: a **détente** entre países com ideologias opostas, visando a uma cooperação e a uma convivência para não chegar ao estado de beligerância. Na realidade, as divergências originadas por ideologias e concepções religiosas diferentes, ou quando interesses vitais estão em jogo, não podem ser resolvidas, pois são inconciliáveis e não fazem concessões. A única possibilidade de evitar a coerção reside na tolerância, como ocorre com os grupos religiosos dentro de alguns países.
- e) **Conciliação.** Forma consciente de acomodação; envolve mudança de sentimento com a diminuição da hostilidade; há harmonização entre os antagonistas. Exemplo: o respeito mútuo e a amizade que se podem desenvolver entre cientistas que elaboraram e defendem teorias opostas sobre o mesmo assunto.

4.4.3 Fatores que Influenciam a Assimilação

Assimilação é o processo social em virtude do qual indivíduos e grupos diferentes aceitam e adquirem padrões comportamentais, tradição, sentimentos e atitudes da outra parte. É um indício da integração sócio-cultural e ocorre principalmente nas populações que reúnem grupos diferentes. Os indivíduos assimilam-se entre si, partilham sua experiência e sua história, e participam de uma vida cultural comum.

São vários os fatores que influenciam o processo de assimilação:

- **Contatos primários.** O processo da assimilação ocorre naturalmente quando é possível contatos primários, como, por exemplo, nos grupos de amizade. Quando os contatos são indiretos e superficiais, isto é, secundários, é mais provável a acomodação do que propriamente a assimilação.
- **Linguagem.** Uma linguagem comum ou bastante semelhante colabora na rapidez da assimilação, já que é importante para manter contatos primários, e também para a comunicação. É através desta que as atitudes, valores e sentimentos podem ser compartilhados e assimilados.
- **Ausência de caracteres físicos distintivos.** A assimilação é facilitada, quando os indivíduos se assemelham fisicamente entre si, sem qual-

quer característica física que os aponte imediatamente como pertencentes ao "grupo alheio".

- **Número e concentração de indivíduos.** Quando imigrantes se estabelecem em grande número, em determinada região, sua assimilação é mais difícil em virtude de que, no convívio entre si, mantêm vivos sua língua, tradições e padrões culturais. Ao contrário, quando se estabelecem em número reduzido, a convivência com o grupo local torna-se maior, facilitando o processo de assimilação.
- **Prestígio da cultura.** À medida que imigrantes se estabelecem em determinado país, cuja cultura tem prestígio, isto é, em que desejam ser considerados como membros efetivos do novo grupo ou da nova sociedade, sua assimilação é mais rápida. Tal se verifica principalmente em países onde os imigrantes além de não serem hostilizados, logo adquirem um sentimento de segurança e dispõem de facilidades para o trabalho e a vida em geral.

5 Status e Papel

Este capítulo aborda a teia de posições ou status existente nos grupos e nas sociedades e os processos pelos quais a sociedade distribui os seus membros por estas posições, conferindo-lhes atribuições (direitos e deveres) ou papéis que deverão ser desempenhados. Proporciona:

1. A compreensão dos mecanismos através dos quais os indivíduos recebem uma posição ou status, tanto no interior dos grupos de que participam quanto no seio da sociedade.
2. O entendimento de que diferentes sociedades têm diversas formas de atribuição de status.
3. A distinção entre as características específicas dos status.
4. A diferença entre a posição ocupada (status) e o papel desempenhado (direitos e deveres).
5. A correlação entre as expectativas dos componentes da sociedade e o desempenho dos papéis.
6. O reconhecimento de que cada papel social possui diversos níveis de comportamento sujeitos a sanções.

5.1 STATUS — CONCEITO E ORIGEM

Status é o lugar ou posição que a pessoa ocupa na estrutura social, de acordo com o julgamento coletivo ou consenso de opinião do grupo. Portanto, o status é a posição em função dos valores sociais correntes na sociedade.

A origem do status remonta aos primeiros agrupamentos humanos, em que determinadas funções eram caracterizadas por prestígio e direitos diferentes dos demais. Com a ampliação das coletividades, uma série de posições passou a ter um conjunto de direitos e deveres, privilégios e obriga-

ções, defendido e sustentado juridicamente. Exemplo: o direito romano apresentava determinadas designações como *status libertatis* (situação jurídico-social relacionada ao fato de ser um homem livre ou escravo), *status civitatis* (indicando se era cidadão romano ou estrangeiro), na sociedade medieval, uma distinção fundamental em matéria de status era, também, em relação aos “livres” e aos servos ou “não livres”, a quem era negado o direito de liberdade pessoal e a posse de propriedades.

5.1.1 Status Legal e Social

Atualmente os sociólogos usam a palavra status também para posições que não são definidas por lei. Dessa maneira, a primeira diferenciação que devemos fazer é entre status legal e social. Status legal é uma posição caracterizada por direitos (reivindicações pessoais apoiadas por normas) e obrigações (deveres prescritos por normas), capacidades e incapacidades, reconhecidos pública e juridicamente, importantes para a posição e as funções na sociedade. Os direitos e obrigações do status legal consistem no comportamento legalmente sancionado. Quando as reivindicações de uma pessoa são apoiadas pelas normas, constituem os seus direitos; quando as obrigações são prescritas pelas normas, temos os deveres. A porcentagem das vantagens e desvantagens (direitos e deveres) não é necessariamente proporcional; dessa maneira, as obrigações de cada pessoa e as reivindicações ou os privilégios a que tem direito do tipo de estrutura social e da posição que a pessoa ocupa dentro desta estrutura: o seu status. Esta distribuição desigual de privilégios e deveres precisa estar suficientemente institucionalizada, para permitir reciprocidades previsíveis. Quanto mais complexa uma cultura, mais necessidade tem de status diversificados, legalmente aprovados e interdependentes. Exemplos de status legais: status de pais, de professor, de juiz, de presidente da República.

O status social abrange características da posição que não são determinadas por meios legais. É o comportamento socialmente esperado e/ou aprovado, de ocupante do status, assim como o comportamento adequado dos outros em relação a ele. Exemplos: o status de amigo é tipicamente social, já que não implica direitos e deveres juridicamente determinados; além dos deveres e privilégios que a lei concede a um pai, a sociedade espera que ele ame seus filhos, trate-os com bondade, dê-lhes o melhor de si; da mesma maneira que espera dos filhos amor, respeito e obediência aos pais. Além dos direitos e obrigações determinados pelo status legal de professor, espera-se que ele mantenha relações harmoniosas com seus alunos, orientando-os moralmente, e tenha um comportamento digno e sério; da parte do aluno deve haver consideração e respeito, do diretor, compreensão e justiça etc. Ao lado das funções específicas que o juiz desempenha dentro da sua carreira, pretende-se que seja guiado por sentimentos de

humanidade. O status social difere do legal por ser mais amplo e abranger outras características de comportamento social além das estipuladas por lei.

Nas sociedades "primitivas", em geral, existem poucos status, mas em todas vamos encontrar categorias de idade, sexo e parentesco; chefe e curandeiro. Na regulamentação do casamento, surge o status de marido e de mulher e, através do ciclo da vida, aparecem regras relativas a direitos e deveres para crianças, jovens, adultos e velhos. Há poucos status nestas sociedades, porque poucos são os grupos diferenciados. À medida que as sociedades se tornam mais complexas, a diferenciação de funções aumenta, aparecendo outros status, tais como posições políticas (eletivas ou nomeadas), ocupações (empregador, empregado, industrial, comerciante, banqueiro, médico, engenheiro, advogado) e outras.

Quando as pessoas se ajustam, surgem posições que não se constituem status institucionalizados, pois resultam desses ajustamentos; as posições não são prescritas, mas forçadas e inventadas por um indivíduo em busca de prestígio, relação e lucro e/ou de poder. Essas posições são tentativas de novos status, pois ainda não fazem parte da estrutura tradicional. Sendo toda posição social uma atividade recíproca — voluntária ou coercitiva —, essas tentativas acabarão sendo estabelecidas (incorporadas) por uma pessoa ou grupo, com o consentimento ou submissão de outras pessoas ou grupos. Se no início tal posição é temporária ou precária, com o passar do tempo pode estabelecer-se como um conjunto de direitos e deveres, aceitos e transformados em status.

5.1.2 Critérios de Determinação do Status

Como já dissemos, o status é a posição em função dos valores sociais correntes nas sociedades, e varia muito a importância por estas atribuída aos determinantes do status. Ao se dizer que o status é algo definido socialmente, consideramos que é determinado por fatores extrínsecos às pessoas e, desta forma, existem certos critérios universais, contidos nos valores sociais, para a atribuição de status. Esses determinantes ou fatores, universalmente encontrados nas diferentes sociedades, podem estar acentuados em maior ou menor grau e combinados de diversas maneiras. Nenhum dos elementos componentes, isoladamente, é suficiente para avaliar o status e, por isso, devem tais elementos ser considerados em conjunto.

- **Parentesco.** Em todas as sociedades, mesmo nas democráticas, o parentesco pode conferir uma posição superior ou inferior, tendo-se em conta certos fatores, como, por exemplo, a origem "alta" ou "baixa" da família, sua reputação, tradicionalismo, legitimidade ou não. Em muitas sociedades dá-se valor social ao aspecto étnico — diferenças

entre europeus, africanos, asiáticos — ou os aspectos nacionais: brasileiro, paraguaio, mexicano, austríaco, húngaro, francês e outros.

- **Riqueza.** Independente da forma, a riqueza é um critério universal, claro e objetivo, desde que consiste em coisas tangíveis, possíveis de serem contadas e medidas. É visível, pois permite ostentar um nível de vida, além do conforto e bem-estar. Geralmente a origem da riqueza também tem importância social: de um lado, há prestígio quando ela é adquirida de maneira socialmente aprovada ou herdada; menos prestígio é dado à riqueza "mal" adquirida ou recente: haja vista o sentido pejorativo conferido à expressão "novo-rico".
- **Utilidade funcional (ocupação).** Relaciona-se com a função que a pessoa exerce na sociedade. O prestígio das diferentes profissões decorre principalmente de três fatores: a importância funcional em relação à sociedade, o grau de conhecimento exigido para o exercício da função e a escassez de pessoal em relação à procura. Por exemplo, o médico, em qualquer sociedade, é sempre valorizado, muito mais do que o vendedor ambulante; outras categorias são tidas em alta conta: engenheiro, advogado, cientista, mais valorizados que o lixeiro, garimpeiro, coveiro.
- **Educação.** Também é determinante de status. Nas sociedades, em geral, há uma diferença marcante entre o analfabeto e o alfabetizado, o erudito e o inculto; o título de doutor é símbolo de status, em nosso país, principalmente se obtido em faculdade de alto nível, com Banca Examinadora composta por afamados especialistas, indicados por órgão superior de Educação.
- **Religião.** É outro fator determinante de status: numa sociedade onde haja diversidades de religiões, os grupos religiosos procuram classificar-se numa hierarquia, em virtude da qual o prestígio social de seus membros varia. Quando há apenas uma religião, a importância do status será determinada pelo fato de se pertencer a ela, assim como pela posição ocupada em sua hierarquia. Nas sociedades onde a religião não é valorizada, os indivíduos ou grupos a ela pertencentes não têm o mesmo prestígio, e podem até perder status.
- **Fatores biológicos (características biológicas).** Em todas as sociedades são concedidos determinados status aos diferentes grupos etários: crianças, jovens, adultos e velhos. A importância relativa desses grupos de idade varia de sociedade para sociedade. Exemplo: os idosos têm maior prestígio na sociedade japonesa e chinesa, ao passo que em outras sociedades, como a norte-americana, dá-se maior valor aos adultos e jovens. O sexo também é um critério universal. Nas sociedades em geral, os status dos homens e das mulheres diferem, sendo o dos homens mais elevados; entretanto, em algumas sociedades, em diferentes lugares e épocas, tem havido uma tendência para a igualdade entre os sexos. Em sociedades mistas, do ponto de vista social, certas características físicas, como, por exemplo, a cor da pele, são altamente valorizadas.

5.2 TIPOS DE STATUS

Na sociedade, duas são as principais formas pelas quais o indivíduo obtém seu status:

- **atribuído** por circunstâncias que independem da sua vontade.
- **adquirido** através de suas qualidades, capacidades e habilidades específicas.

As sociedades diferem em relação à predominância de um ou outro tipo de status. Na sociedade de castas, os status são quase exclusivamente atribuídos e nas sociedades de classes abertas predominam os status adquiridos. Até hoje, nenhuma sociedade apresentou apenas uma forma de obter status: tanto podem ser atribuídos quanto adquiridos, variando apenas o grau de predominância de um ou de outro critério.

5.2.1 Status Atribuído

O status atribuído independe da capacidade do indivíduo; é-lhe atribuído mesmo contra sua vontade, em virtude de seu nascimento. Idade, sexo e etnia têm importância maior ou menor, dependendo da sociedade. Em algumas sociedades, onde há uma rígida estratificação de sexo, de idade, ou há preconceito racial, por exemplo, a pessoa terá, de início, uma vantagem ou desvantagem em relação ao sexo, etnia ou ao grupo etário de que faz parte. Em outras, a ordem de nascimento é mais importante para a atribuição de status: sistema de primogenitura e de ultimogenitura, herança de bens, liderança da família. O parentesco é outro status atribuído, que em determinadas sociedades assume papel primordial: no sistema de castas, o indivíduo tem determinada a sua atividade futura, social e profissional. Mesmo nos sistemas de estamentos e classes sociais, há uma grande diferença entre nascer numa família real ou numa de camponeses, entre família rica ou pobre. Na sociedade pré-industrial, geralmente, a atuação social do indivíduo era determinada pelo nascimento, já que, além da condição econômica, a pessoa geralmente seguia a profissão paterna. Outro critério ligado ao nascimento, e de relativa importância nas sociedades, é o da legitimidade. A adoção, o falecimento de um dos pais, ou o divórcio entre eles, geralmente afeta a posição da criança, independente de sua vontade.

5.2.2 Status Adquirido

Por mais rígida que seja a estratificação de uma sociedade e numerosos os status atribuídos, há sempre uma possibilidade de o indivíduo alterar seu status através de habilidade, conhecimento e capacidade pessoal. Esta conquista do status deriva, portanto, da competição entre pessoas e grupos, e constitui vitória sobre os demais. Dessa maneira não podemos dizer que o indivíduo seja um receptor passivo de status atribuído, pois, através de

suas realizações ele pode elevar ou rebaixar sua posição na sociedade. Quando se trata de status atribuído, a pessoa, desde seu nascimento, é educada e preparada para ocupar a posição que lhe é determinada na sociedade. O mesmo não ocorre em relação ao status adquirido, que depende do esforço e aperfeiçoamento pessoal. Exemplos: status políticos, econômicos e profissionais, obtidos através do esforço individual. (Em algumas sociedades, os status político e econômico são totalmente herdados.)

A medida que a sociedade se torna mais complexa, surgem novas posições que deverão ser preenchidas na base da capacidade; aumenta a competição e o status adquirido tende a superar em importância o atribuído. Ralph Linton afirma que, numa sociedade em mudança, o critério da capacidade pessoal é importante para preencher as posições da sociedade. Mas, à medida que a sociedade se torna estável, o status atribuído passa a ter maior valor, criando empecilhos para a competição, que passa a ser rigidamente delimitada. Na sociedade moderna, a educação, assim como a profissão funcionam como canais de ascensão, permitindo ao indivíduo elevar o seu status.

Alguns autores consideram ainda um terceiro tipo de status, o *assumido* ou *opcional*, que depende de escolha; portanto, a eleição do indivíduo é voluntária. Exemplos: opção quanto ao casamento, ter descendência, escolher determinada profissão.

5.2.3 Status Principal, Básico ou Chave

Cada pessoa ocupa mais de um status na sociedade. Na realidade, ela terá tantos status quantos forem os grupos em que participa. Exemplo: um chefe de família (status do grupo familiar), com determinado emprego (status ocupacional), pode fazer parte de uma associação de "amigos do bairro" (status de vizinhança), ser membro de um clube (status no grupo de recreação), pertencer a uma igreja (status no grupo religioso), estar filiado a um partido político (status no grupo político) etc.

A determinação do status principal, básico ou chave depende do status atribuído, adquirido e também dos valores selecionados pela sociedade a que o indivíduo pertence. Portanto, é o status mais significativo para a sociedade que leva o indivíduo a se sobressair. O status básico é central, e os demais de menor importância social. Exemplo: ser presidente de uma nação é um status básico. A pessoa que ocupa este status pode ser um pai de família, membro de um partido, sócio de um clube, participante de uma irmandade religiosa ou elemento ativo de outros grupos. Entretanto, seu status-chave é ser o chefe da nação, pois este cargo lhe dá maior prestígio, poder e ascendência sobre os outros, ao mesmo tempo que lhe con-

cede maiores privilégios. Todos os seus outros status serão secundários em comparação a este.

Para Hiller, a perspectiva social é determinada pelo status principal, por três motivos:

- O valor da pessoa tem por base o status principal que a classificará não apenas no grupo restrito de que participa, como também na sociedade em geral. Exemplo: o advogado desempenha sua função no sistema jurídico, em contato com seus clientes, juizes, promotores, integrantes dos Tribunais ou de outro grupo específico, mas o seu status de advogado o acompanha em quase todas as relações que venha a estabelecer na sociedade.
- O status principal influencia a participação da pessoa em outros grupos e até mesmo na posição que ocupará nesses grupos. Exemplo: um engenheiro e um operário não especializado. A remuneração que percebem vai determinar a maneira como poderão satisfazer às necessidades de suas famílias, suas possibilidades de ingressar em clubes, associações ou em outros círculos sociais, suas oportunidades de educação e diversão. O engenheiro, sob este aspecto, tem mais vantagens e melhores condições de participar de maior número de círculos sociais.
- As vantagens que o indivíduo pode usufruir em diversos campos dependem também desse status principal. Exemplo: conforto — casa, carro, aparelhos eletrodomésticos etc.: diversões — sócio de clubes, viagens, acontecimentos culturais; oportunidades de educação.

5.2.4 Status Posicional

Quando determinados aspectos (família, educação, ocupação e renda) e alguns índices exteriores (modo de falar, maneira de se portar etc.) caracterizam o indivíduo como representante de determinado grupo ou classe social, sendo portador de certo prestígio. Exemplo: médico, professor.

5.2.5 Status Pessoal

Determinado médico ou professor, por exemplo, pode possuir atributos não característicos do grupo, obtendo status social diferente do mesmo. Exemplo: Dr. Christian Barnard, Dr. Euryclides Jesus Zerbine, Prof. Sérgio Buarque de Hollanda (historiador), Prof.^a Maria Montessori possuem status social — pessoal — superior ao dos médicos e professores em geral.

Para Marshall, o *status social pessoal* é “a posição social real determinada pelas atitudes e comportamentos daqueles entre os quais o indivíduo vive e se movimenta”, e o *status social posicional* é “a posição social atribuída pelos valores convencionais correntes na sociedade, ao grupo ou categoria do qual o indivíduo é um representante” (1967:153).

5.2.6 Princípios que Regem as Relações dos Indivíduos e Grupos, no que se refere ao Status

Na atuação dos indivíduos e grupos, podemos verificar cinco princípios básicos que regem suas relações no que se refere ao status:

- Os indivíduos geralmente lutam por um status mais elevado, ou para manter o que já possuem.
- Sendo a procura do status universal, e havendo mais pretendentes do que vagas para o preenchimento de determinados status, o conflito entre indivíduos e grupos torna-se mais agudo.
- De acordo com os valores correntes na sociedade, os status distribuem-se de maneira hierárquica. No sistema de classes abertas, a possibilidade de mobilidade (passagem de um status inferior para um mais elevado, ou vice-versa) é maior, e por este motivo há uma rivalidade entre indivíduos e grupos, que ocupam status próximos, pois os que se encontram no escalão inferior querem melhorar sua situação, e os do escalão superior pretendem, pelo menos, conservar-se na sua posição. A rivalidade entre grupos que ocupam status distanciados não é tão acentuada.
- Por sua vez, quando ocorre uma disputa para obter determinado status entre indivíduos ou grupos bem distanciados, o conflito torna-se mais acirrado do que o é normalmente, provocando afastamento ainda maior entre as partes.
- A igualdade de status para todos os indivíduos e grupos é utópica. Os que ocupam as mais altas posições lutam para mantê-las; os que se encontram nos escalões inferiores, nada tendo a perder, lutam para ocupar posições melhores e reclamam igualdade de status, o que nem sempre conseguem. Além do mais há as diferenças individuais de capacidade e habilidades para o preenchimento dos status.

5.3 STATUS E PAPEL SOCIAL

5.3.1 Conceituação de Papel

Newcomb, ao conceituar papel e seu relacionamento com o status (usando a palavra “posição”), indica que “as maneiras de se comportar que se esperam de qualquer indivíduo que ocupe certa posição constituem o papel associado com aquela posição... papéis e papéis prescritos, portanto, não são conceitos que se referem ao comportamento real de qualquer indivíduo considerado. O comportamento do papel, por outro lado, refere-se ao comportamento real de indivíduos específicos, à medida que assumem os papéis”. Dessa maneira, papel é compreendido como “comportamento do papel” (*Apud Marshall, 1967:174-5*).

5.3.2 Relações entre Status e Papel

Ao considerarmos determinado status (por exemplo, o de pai), vamos verificar que se pode aplicar o termo papel a três níveis:

- O comportamento esperado dos pais em determinada sociedade.
- O comportamento adotado por determinado indivíduo (consciente ou inconscientemente) ao desempenhar seu papel de pai.
- O comportamento total desse mesmo indivíduo nos seus diversos relacionamentos como pai.

Os enfoques de status e papel diferem-se: o primeiro tende para a análise da estrutura em elevado nível de abstração, e, o segundo, para o comportamento individual, analisando situações concretas. O status salienta a posição tal como é concebida pelo grupo ou pela sociedade que a mantém, e o papel destaca a pessoa que ocupa a posição.

Se o status realça o fato de que nos grupos sociais relevantes existem expectativas de tipo normativo, o papel enfatiza os elementos que compõem o comportamento esperado.

Ely Chinoy exemplifica a relação status-papel da seguinte forma: uma das normas básicas das sociedades humanas tem sido “não matarás”. O assassinato, em geral, é punido em todos os grupos, com maior ou menor severidade, indo as sanções desde a expulsão da comunidade e prisão, até a pena capital. Todavia, esta norma não se aplica a todas as pessoas e em todas circunstâncias. O agente da polícia, no cumprimento de suas funções, o carrasco executando a sentença de um tribunal e o soldado durante a guerra podem matar sem que tais mortes sejam consideradas assassinatos e sem que estejam sujeitas a críticas e sanções. Portanto, policial, carrasco público e soldado referem-se a status, cada um determinando uma série de normas que deve ser seguida pela pessoa que ocupa este status, em certas circunstâncias. Essas normas constituem o papel. Para Chinoy, “status é a posição socialmente identificada; papel é o padrão de comportamento esperado e exigido de pessoas que ocupam determinados status” (1971: 69).

O sistema de status define um padrão de relações que irá governar a interação entre os membros de um grupo e determinadas condutas são consideradas mais apropriadas para expressar a relação existente entre as pessoas que ocupam diferentes posições na hierarquia do status. A maneira pela qual as pessoas se comportam em suas relações com ocupantes de status superior e/ou inferior são aspectos do papel social. A importância dada ao status, pelos diferentes grupos, reflete-se nas formas de tratamento dadas a determinadas pessoas. Exemplo: Vossa Santidade, ao Papa; Vossa Majestade, a reis; Vossa Alteza, a príncipes; Vossa Excelência, a presidentes; Meritíssimo, a juízes etc.

5.4 CARACTERÍSTICAS DO PAPEL

Mendras, analisando o assunto, descreveu um *campo de papéis* que abrange as relações de dado papel com *papéis associados* ou *contrapapéis*, e seu exemplo versa sobre o papel do professor correlacionado com os papéis dos colegas, estudantes, diretor e pais de alunos. O papel do professor é definido pelas “expectativas” dos outros papéis: os colegas esperam cooperação e compreensão; os alunos almejam receber instrução e ter um bom relacionamento; a direção supõe o cumprimento das normas e regulamentos, e também cooperação; os pais confiam em que seus filhos possam obter bom rendimento e, por meio dos conhecimentos adquiridos, possam aspirar a um status mais elevado.

Deste enfoque podem-se tirar algumas ilações:

- a) Em relação ao papel do professor, as expectativas dos demais papéis são diferentes, pois cada um deles cria uma imagem diferente do papel do mestre, e este deve tentar corresponder a estas expectativas.
- b) Os status e os papéis existem além das pessoas que os ocupam. Exemplo: em determinada faculdade, uma disciplina deixa de ser lecionada, durante um semestre, por falta de um profissional. A ausência do professor não significa a inexistência do status e do papel, porque este é definido pela sociedade e pela escola.
- c) Um mesmo papel pode ser desempenhado por vários indivíduos, e uma só pessoa pode desempenhar grande número de papéis. Continuando no exemplo do professor, sabemos que ele ocupa outras posições ou status; portanto, desempenha outros papéis fora da escola, isto é, na família, na igreja, no clube, no partido político etc.

Uma pessoa é a mesma personalidade básica, independente do grupo de que participa, mas espera-se que se comporte de forma diferente em cada grupo. Não se pode agir de maneira idêntica numa igreja, numa empresa comercial ou na família, pois a função varia em cada grupo, havendo situações distintas em cada caso. Desta maneira, há três elementos que se combinam — situação-função-grupo —, constituindo uma diferenciação a que o indivíduo deve corresponder, a fim de realizar o seu papel.

As expectativas dos outros, baseadas em normas socialmente aprovadas, determinam a maneira pela qual cada um deve desempenhar seu papel; entretanto, existe certa amplitude nessa determinação, permitindo variações individuais. Nas diferentes culturas, cada papel social está mais ou menos generalizado e estandardizado; alguns são mais elásticos, permitindo maior variação, e outros, ligados aos rituais religiosos, são mais rígidos. Mesmo nas culturas tradicionais, relativamente imutáveis, não há uma conformidade absoluta e completa em relação aos requisitos de comportamento dos papéis sociais; há uma possibilidade de variações, embora

pequena. Quanto mais complexa e mutável for uma cultura, maiores serão essas variações.

5.5 NÍVEIS DE COMPORTAMENTO

Cada papel social, dentro da sociedade, possui diversos níveis de comportamento, sujeitos a sanções:

- **Comportamento exigido.** Fundamental para o desempenho do papel. Exemplo: o papel de sócio de um clube exige que ele tenha seu pedido de ingresso aprovado, pague as taxas, obedeça aos regulamentos.
- **Comportamento permitido.** Isto é, comportamentos para os quais o grupo ou a sociedade não estabelecem normas fixas e rígidas. Exemplo: o sócio do clube pode escolher, entre as diferentes modalidades de lazer ou esportivas, aquela que mais lhe convém.
- **Comportamento proibido.** É aquele contra o qual reage o grupo e a sociedade, através de sanções negativas. Exemplo: não é permitido depredar as instalações, incentivar a desordem, vestir-se inadequadamente. O desempenho adequado do papel social ocorre quando o indivíduo se acomoda às exigências do primeiro nível de comportamento e evita o último.

5.6 TIPOS DE PAPÉIS

Há a considerar o ajustamento do indivíduo aos papéis que deve desempenhar, o que se dá de dois modos: atribuído e assumido.

- **Atribuído.** Quando são conferidos externamente ao indivíduo; de acordo com o tipo de papel social, esta atribuição pode efetuar-se de duas maneiras: **automaticamente**, com certos papéis familiares que não dependem da decisão do indivíduo — filho, irmão, primo, tio, avô; **intencionalmente**, na adoção de um filho.
- **Assumido.** Quando se assume um papel voluntariamente, por decisão pessoal. Exemplo: casar-se, seguir uma profissão, estudar numa faculdade. Esta distinção de papel atribuído e assumido não é total; pode haver num mesmo papel, as duas características. Exemplo: os pais de uma criança podem atribuir a um amigo ou parente o papel de padrinho de seu filho, mas depende de o escolhido assumir ou não este papel.

Por menor que seja uma coletividade, ela apresentará certa diferenciação de funções entre pessoas ou grupos, de maneira que cada um dê uma contribuição específica. A ação dos indivíduos que ocupam uma posição ou função particular num grupo ou numa coletividade está sujeita a normas, que compõem o papel social. Os testes sociométricos, realizados

em grupos pequenos, demonstraram a divisão por funções: um assume a liderança, outro exerce influência marcante, apesar de oculta; há quem traga informações e quem forneça idéias novas; outros podem exercer funções de críticos. Condutas particulares vão corresponder a cada uma das funções, respondendo às expectativas dos outros; portanto, além das normas comuns que se aplicam a todos os membros do grupo, existem as específicas, servindo de guia aos diferentes membros, de acordo com as funções que desempenham.

Segundo Rocher, "são esses modelos específicos de uma função ou de uma posição, numa coletividade, que constituem o papel social. O papel social vem assim caracterizar modelos que, transcendendo as diferenças e as adaptações individuais, servem para orientar a ação dos sujeitos que ocupam uma dada posição" (1971:I 80-1). Verificamos, dessa maneira, que não se deve confundir papel social com função social. O papel social não é a função que certa pessoa desempenha, nem a sua contribuição para o funcionamento de um grupo ou coletividade; é, mais precisamente, o conjunto de maneiras de agir que caracteriza o comportamento dos indivíduos no exercício de determinada função em determinada coletividade.

6 Grupos Sociais

A análise dos grupos adquiriu uma posição clássica na propedêutica sociológica, pois, sem eles, historicamente, não podemos compreender a evolução da sociedade. Os grupos, como unidades fundamentais e elementares, antecedem o exame de outros fenômenos sociais. O capítulo focaliza:

1. As categorias sociais, sua importância na análise da sociedade e a distinção das categorias que implicam valores sociais.
2. Os estereótipos e sua atuação como fatores de atração e repulsão nas relações entre indivíduos e grupos.
3. Os agregados, suas características e tipos, e a análise da relação do indivíduo com o agregado.
4. O conceito de público e massa e as diferenças entre ambos.
5. A caracterização da opinião pública e da cultura de massas.
6. O fato de o homem, como ser social, viver em grupo, o que implica o surgimento contínuo de novos grupos, que requerem formas de recrutamento.
7. As características dos grupos sociais, que os diferenciam dos "quase grupos" (categorias e agregados).
8. A classificação dos agrupamentos humanos.
9. A distinção entre grupos primários e secundários, o que permite a compreensão do significado de ambos na sociedade.
10. A indicação do que são e como atuam os grupos de referência.

6.1 CATEGORIAS SOCIAIS

Em todas as sociedades, os censos nacionais permitem obter um quadro geral das “características da população”. Esse quadro será tanto mais completo quanto maior o número de itens significativos abrangidos pelos censos. Além das grandes divisões de sexo, idade, estado civil, naturalidade, origem étnica, religião e profissão podem-se obter dados sobre remuneração, tipo de residência, propriedade da casa, número de aposentados, posse de utensílios domésticos etc. Esses dados permitem caracterizar o nível de vida da população, através de combinações de diversos itens, juntamente com a comparação das estatísticas de vários anos, e salientar tendências e mudanças.

A análise dos dados estatísticos, obtidos nos censos, é de grande importância na previsão e atuação de órgãos públicos. Por exemplo, sabendo-se a taxa de natalidade e a de mortalidade até sete anos, de determinada população, em dada área geográfica, podem-se prever a necessidade de salas de aula e o número de professores para atender à demanda de crianças que ingressam no 1.º ciclo, em certo ano. Além dos órgãos públicos, todas as entidades ou organizações que pretendem realizar planejamentos, visando a grandes massas de população, necessitam de conhecimento das categorias estatísticas. Exemplo: as empresas de produção industrial.

6.1.1 Categorias Socialmente Importantes

Os dados estatísticos, principalmente os obtidos através dos censos, constituem-se fonte para o estabelecimento de categorias sociais; essa formação é um processo mental, apesar de as categorias não serem imaginárias: “uma categoria social é uma pluralidade de pessoas que são consideradas como uma unidade social pelo fato de serem efetivamente semelhantes em um ou mais aspectos” (Fichter, 1973:85). Não há necessidade de proximidade ou contato mútuo para que as pessoas pertençam a uma categoria social. Exemplos: adolescentes, operários, soldados, analfabetos etc.

Em relação aos aspectos semelhantes entre as pessoas, só nos interessam aqueles que têm significação sociológica, e mesmo estes variam de acordo com o objetivo do estudo. Exemplo: se quisermos analisar os padrões de comportamento religiosos, a classificação abrangeria as categorias de crentes, ateus, cristãos, judeus, budistas e outras; homens, mulheres, jovens, adultos e idosos.

As principais categorias estudadas pela Sociologia são as que implicam valores sociais. Embora estes variem nas sociedades, alguns constituem determinantes quase que universais de status e, portanto, servem de base para a classificação das categorias sociais significativas.

- **Parentesco.** Reúne as pessoas em função de sua procedência familiar e/ou étnica. A primeira grande distinção seria a separação entre nobres e plebeus; entre as famílias tradicionais, poderosas e os novos ricos; entre as legalmente constituídas e as ilegais etc. Outra distinção que pode ser observada relaciona-se com os nativos e os estrangeiros. Entre alguns imigrantes ou, principalmente, entre seus filhos, nota-se, às vezes, o desejo de modificação do nome para se assemelharem mais aos que prevalecem na sociedade de "adoção".
- **Riqueza.** A posse de bens, ou sua ausência, pode indicar diferentes camadas sociais de uma sociedade. Esta divisão é importante, principalmente para aquelas que dão mais valor às coisas materiais. A classificação baseada na riqueza agrupa os indivíduos em determinada categoria, por exemplo: rico, pobre, remediado.
- **Ocupação.** Relaciona-se com os diversos tipos de atividades e profissões, e sua valorização. Exemplo: professores, funcionários públicos, agrônomos, pedreiros etc. A diferenciação dá-se também em relação às atividades não remuneradas, como por exemplo, donas-de-casa. Nos países socialistas, a classificação pela ocupação assume grande importância.
- **Educação.** Distingue analfabetos de alfabetizados, aptidões e habilidades de incapacidades, graduações escolares e cargos de ensino. Baseando-se neste item, temos ainda as categorias de cientistas, literatos, humanistas e outras.
- **Religião.** Parte do ponto de vista da manifestação de valores religiosos. Em primeiro lugar temos a distinção entre "sagrado" e "secular", entre os grupos que ministram a religião e os fiéis. Católicos e protestantes, muçulmanos e confucionistas, conservadores e modernistas, crentes e ateus, também formam categorias sociais. Muitas vezes, até as minorias de uma sociedade são rotuladas através da categoria religiosa.
- **Fatores Biológicos.** As principais diferenciações neste item dizem respeito a sexo, idade e cor da pele. As categorias de sexo e idade têm importância sociológica, em virtude de, nas sociedades em geral, os homens e as mulheres, as crianças, os adolescentes, os adultos e os idosos ocuparem status diferentes e, em consequência, desempenharem papéis diversos. Dentre as características físicas, como textura de cabelo, formato do nariz, cor dos olhos e da pele, grossura dos lábios, o critério de "cor da pele" representa, em muitas sociedades, um valor social mais importante. Tipos físicos, que envolvem padrões de beleza (estatura, peso, traços fisionômicos), servem também para a classificação de categorias.

6.1.2 Estereótipos

Ao lado das categorias, construções mentais baseadas nos fatos, encontramos os *estereótipos*, construções mentais falsas, imagens e idéias de conteúdo alógico que estabelecem critérios socialmente falsificados.

Os estereótipos baseiam-se em características não comprovadas e não demonstradas, atribuídas a pessoas, coisas e situações sociais, mas que, na realidade, não existem. Os principais estereótipos referem-se à classe, etnia e religião. Pelo fato de um estereótipo salientar qualidades em vez de defeitos, não significa que deixe de ser estereótipo.

As generalizações *o japonês é trabalhador, o sírio é ladrão, o português é burro, o paulista é dinâmico, o carioca é boa-vida, o mineiro é apegado ao dinheiro, a francesa é elegante, o inglês é fleumático* são igualmente estereótipos, portanto, falsas.

A formação de estereótipos favoráveis ou desfavoráveis depende principalmente da posição social e cultural dos indivíduos e dos grupos. Teríamos assim os estereótipos do “branco explorador” ou do “mulato traíçoeiro”; do capitalista como “explorador do operário” ou como “pessoa bem-sucedida”.

Mais do que criações do indivíduo, os estereótipos são criações do grupo e, à medida que o mesmo se isola, diminuindo a oportunidade de experiências novas, os estereótipos tendem a se fortalecer, o mesmo acontecendo com o estereótipo que se propaga e passa a ser aceito por maior número de pessoas. Os meios de comunicação de massa colaboram na criação e difusão de estereótipos.

O estereótipo se desenvolve por generalização e por especificação. Entendemos por *generalização* o processo mental através do qual tendemos a associar, a toda uma categoria de pessoas, certas características que uma ou poucas pessoas conhecidas possuem. Exemplo: alguém que teve problemas de trânsito, causados por um jovem, pode concluir que todos os jovens são motoristas imprudentes; um indivíduo que sofreu prejuízos financeiros com um italiano pode generalizar, concluindo que todos os italianos são ladrões; se o doente foi desinteressadamente socorrido por um médico, pode vir a pensar que todos os médicos são abnegados; e aquele que foi enganado por um advogado, englobará todos como desonestos.

A *especificação* é um processo inverso e mais comum; consiste na atribuição a determinada pessoa das qualidades ou defeitos considerados pertencentes a todas as pessoas da mesma categoria. Exemplo: o estereótipo de que os judeus são inteligentes leva à consideração de que cada judeu é inteligente.

Toda cultura possui inúmeros estereótipos positivos ou negativos; determinada pessoa pode ser classificada pelos seus componentes, de acordo com as qualidades ou defeitos imaginários atribuídos à sua categoria. Exemplos: todo garimpeiro é aventureiro; todo caboclo é indolente; todo corinthiano é fanático; todas as enfermeiras são dedicadas.

6.2 AGREGADOS — CONCEITOS E TIPOS

Agregado é uma reunião de pessoas frouxamente aglomeradas que, apesar da proximidade física, têm um mínimo de comunicação e de relações sociais.

6.2.1 Tipos de Agregados

As características dos agregados podem aparecer em maior ou menor grau, dependendo do seu tipo. Da mesma forma existe uma variação no que se refere ao aspecto quantitativo de indivíduos.

Os principais agregados, segundo Fichter, são: manifestações públicas, agregados residenciais e agregados funcionais, e os diferentes tipos de multidão.

a) *Manifestações públicas*

São agregados de pessoas reunidas deliberadamente com um determinado objetivo. Não são passivos, isto é, meros espectadores ou ouvintes, mas participam de determinada ação coletiva, seguindo, geralmente, um plano preestabelecido. As manifestações públicas podem ser: *repetitivas*, como o desfile de 7 de Setembro, a procissão de *Corpus Christi*, o desfile de escolas de samba, no carnaval; ou *isoladas*, como a comemoração do tricampeonato brasileiro de futebol, regozijo coletivo pelo fim da Segunda Guerra Mundial, pela passagem de um século.

b) *Agregados residenciais*

Diferem da vizinhança porque, apesar de seus componentes estarem próximos, se mantêm relativamente estranhos; não há, entre eles, contato e interação e também não possuem organização. A vizinhança, ao contrário, significa contato, interação e intercâmbio entre pessoas que se conhecem. Encontramos vizinhança, com maior probabilidade, na área rural e/ou na área urbana, em locais residenciais tradicionais. Por outro lado, os agregados aparecem principalmente na área urbana, especialmente em

“zonas de transição”, como pensões, hotéis, grandes prédios de apartamentos, e onde há uma população flutuante.

c) *Agregados funcionais*

Constituem uma zona territorial onde os indivíduos têm funções específicas. Diferem dos agregados residenciais em virtude de possuírem uma função concreta. Constituem agregados funcionais os distritos policiais, as zonas escolares etc.

d) *Multidão*

Agregado pacífico ou tumultuoso de pessoas ocupando determinado espaço físico (ver detalhes mais adiante).

A relação do indivíduo com o agregado apresenta os seguintes aspectos:

- a) **Presença física:** sendo característica fundamental para a formação de um agregado social a proximidade física entre seus componentes, o indivíduo tem de estar necessariamente presente no agregado social.
- b) **Ausência de status:** o agregado, não sendo estruturado, não pode conferir ao indivíduo um status, já que este implica a posição que a pessoa ocupa em relação a outros, de acordo com o julgamento coletivo. Entretanto, o tipo de agregado de que um indivíduo faz parte pode influir em seus diferentes status, de acordo com os grupos a que pertence.
- c) **Padrão de comportamento:** as formas de comportamento dos indivíduos variam de acordo com o tipo de agregado social em que se encontram, em determinado momento. Essa variação resulta, portanto, no tipo de agregado e não na integração com os outros elementos. Por exemplo, quem assiste a um concerto, a uma partida de xadrez, uma ópera, permanece em silêncio; todavia, quem presencia um jogo de futebol, uma luta livre, um torneio de basquete, manifesta ruidosamente sua apreciação ou desagrado.
- d) **Comportamento coletivo:** nos agregados, as pessoas manifestam comportamento coletivo e não social. No comportamento social existe comunicação, contato e interação; no coletivo, esses processos podem aparecer em grau mínimo, mas não são obrigatórios. As ações são simultâneas e análogas.
- e) **Anonimato:** no agregado social há a tendência para o indivíduo tornar-se anônimo, não necessariamente por uma atitude voluntária, mas como consequência da natureza dos agregados sociais.
- f) **Diminuição da responsabilidade pessoal:** em decorrência de os agregados sociais serem temporários e compostos de elementos anôni-

mos, a responsabilidade pessoal diminui, pois o indivíduo não age isoladamente, mas participa da manifestação coletiva.

Diferenciação entre categoria, agregado e grupo social: o diretório do PMDB em determinada cidade é um grupo social; os indivíduos que comparecem a um comício promovido por este diretório formam um agregado social, e os partidários do PMDB, em todo o País, constituem uma categoria social.

6.2.2 Características e Tipos de Multidão

Reunindo as características físicas da multidão com as características sociais e psicológicas, Kingsley Davis (1964:II 74 e seg.) apresenta o seguinte esquema:

- A multidão é **desordenada**. Apesar de poder ter um líder, não possui divisão de trabalho nem sistema de posições.
- A interação se mostra **descontrolada**: espontânea, amorfa e imprevisível.
- É constituída de **unidades uniformes**. A falta de organização não permite a utilização das diferenças individuais e torna os membros iguais.
- A multidão é **anônima**. Os componentes são anônimos, pois não carregam sua posição social ao se integrarem na multidão.
- Os fins e os sentimentos estão enquadrados pelo **mais baixo denominador comum**, pois a interação não leva em consideração às personalidades sociais distintas.
- A interação manifesta-se em termos de **emoções generalizadas** e de sentimentos comuns a todos os integrantes do grupo.
- A multidão pode ser **fanática**, perseguindo um objetivo sem restrições ou considerações pelas possíveis conseqüências.
- A multidão é **desinibida**. Seus participantes perdem as peculiaridades que os distinguem como personalidades diferentes.
- Os participantes adquirem **segurança e poder**, pela presença de outros que procedem da mesma forma, cedendo a impulsos que, geralmente, seriam reprimidos.
- A multidão apresenta uma **idéia fixa**. Sua atenção focaliza-se sobre uma única coisa.
- O grupo pode dar expressão aos **motivos inconscientes**, pois seus componentes não reprimem as manifestações de seus impulsos.
- O efeito precedente é reforçado pelo caráter **cumulativo e circular** de interexcitação da multidão — seus componentes se deixam perder, momentaneamente, no “espírito da multidão”.

As multidões podem ser assim classificadas:

- **Multidões casuais.** Têm existência momentânea, organização frouxa e raramente apresentam unidade. Exemplos: pessoas reunidas, observando a decoração de uma vitrina, contemplando a implosão de um prédio, um incêndio ou a construção do metrô.
- **Multidões convencionais ou auditórios.** O comportamento se expressa de um modo preestabelecido e regularizado, possuindo duração limitada. Exemplos: espectadores de uma partida de futebol ou de qualquer outra competição desportiva, pessoas reunidas para assistir a um recital, concerto, **show** ou qualquer espetáculo recreativo.
- **Multidão ativa, turba ou turbamulta.** Caracterizada pela existência de um alvo ou objetivo para o qual se canaliza a ação, que, em geral, é agressiva e destrutiva. Exemplos: grupos de pilhagem, motins, sublevações populares, revoltas, linchamentos.
- **Multidões em pânico.** O interestímulo dentro do grupo exalta e intensifica a sensação de pânico, aumentando o caráter irracional da ação, voltada para a fuga de um perigo comum. Exemplos: pessoas que fogem de um edifício em chamas, de um terremoto, de inundações ou de qualquer outra catástrofe; soldados em debandada no campo de batalha; populares que fogem da ação violenta da polícia ou do exército ao dispersar manifestações de protesto.
- **Multidão expressiva.** A excitação é descarregada, sem regras preestabelecidas, através do simples movimento físico que tem a finalidade de afrouxar a tensão; não se dirige a um objetivo determinado. Exemplos: o comportamento orgiaco observado durante a Idade Média, nas multidões dançantes; o carnaval; as comemorações de rua em regozijo por uma conquista esportiva, militar ou política.

6.2.3 Diferença entre Público e Massa

Mills (1968:355 e seg.) indica as diferenças entre público e massa, que podem ser analisadas em quatro dimensões:

- A diferença proporcional entre os que formam a opinião e os que recebem a opinião já formada. Podemos considerar dois extremos de uma linha graduada: no primeiro, teremos duas pessoas que conversam e discutem pessoalmente; no segundo, uma pessoa que fala, sendo sua opinião transmitida, de maneira impessoal, por meio de uma rede de comunicação, a um elevado número de ouvintes e/ou espectadores. Entre esses extremos encontraremos uma graduação que engloba pequenos ou médios grupos, onde todos os participantes fazem uso da palavra ou são dominados por um só indivíduo; círculos de discussão livre, mesa-redonda, debates em tribunais, sessões parlamentares, assembléia de partidos políticos, simpósios, congressos etc.
- A possibilidade de responder ou de revidar uma opinião sem que tal ato provoque represálias. Encarando duas situações diametralmente

opostas, teríamos: na primeira, regras informais e/ou formais que permitem a diferentes pessoas externarem suas opiniões através do "direito de resposta", e que garantem o direito de as pessoas conhecerem todos os aspectos e pontos de vista referentes a determinado assunto. Na segunda, a situação apresentaria o monopólio dos meios de comunicação, por um determinado grupo, que não permite uma reação, nem sequer "em particular", a outras pessoas.

- A correlação entre a formação da opinião e a possibilidade de ela se concretizar no ato social, e a facilidade de participação efetiva nas decisões. A posição que a pessoa ocupa na estrutura do poder e as próprias características do sistema de autoridade podem limitar, permitir e até estimular essa correlação; a ação pode ainda ser contínua ou intermitente.
- Grau de penetração da autoridade institucional, no público, através das sanções do controle social, e o grau de autonomia real do público em relação a essa autoridade. Duas situações opostas se apresentariam: de um lado, um público autônomo, sem a pressão de agentes da autoridade formal; do outro, uma uniformidade obtida através de métodos coercitivos e de um clima de suspeita, formado pela infiltração de informantes.

De acordo com essas dimensões, teríamos as características do público e da massa.

Público. Conjunto de indivíduos em que:

- a) é praticamente igual o número de pessoas que expressam e recebem opiniões;
- b) a organização da comunicação pública permite uma resposta imediata e efetiva a uma opinião publicamente expressa;
- c) a opinião, formada através dessa discussão, encontra possibilidades de se transformar em ação efetiva, mesmo contra o sistema de autoridade vigente, se necessário;
- d) as instituições de autoridade não têm penetração: o público é, portanto, mais ou menos autônomo em suas ações.

Massa. Conjunto de elementos em que:

- a) o número de pessoas que expressam opiniões é incomparavelmente menor do que aquele que as recebe; a massa é uma coleção abstrata de indivíduos, recebendo impressões e opiniões já formadas, veiculadas pelos meios de comunicação de massa;
- b) a organização da comunicação pública impede ou dificulta a resposta imediata e efetiva às opiniões externadas publicamente;
- c) as autoridades controlam e fiscalizam os canais por meio dos quais a opinião se transforma em ação;
- d) os agentes institucionais têm maior penetração; a massa, portanto, não tem autonomia, sendo reduzida a formação da opinião independente através da discussão.

A predominância de determinados tipos de comunicação é, assim, uma característica que distingue o público da massa: o meio de comunicação básico, numa comunidade de públicos, é a discussão, que pode ser ampliada e animada pelos veículos de comunicação, se existirem, estabelecendo-se, desta forma, um elo entre "públicos primários". O tipo de comunicação que predomina, numa sociedade de massa, é o veículo formal, e as pessoas, expostas ao conteúdo desse veículo de comunicação de massa, tornam-se receptáculos mais ou menos passivos de opiniões já formadas.

6.2.4 Opinião Pública

Dois autores, James Bryce (*A comunidade americana*) e Hans Speier (*Desenvolvimento histórico da opinião pública — Jornal Americano de Sociologia*) conceituam, respectivamente:

Bryce: "Só existe opinião pública quando os indivíduos de uma sociedade têm acesso livre e total às informações da atualidade e, em consequência, podem formular opiniões autoconscientes. Por isso, nas sociedades anteriores à revolução burguesa, como não existiam meios capazes de desencadear livremente todas as informações, quaisquer tendências de manifestação das opiniões estariam vinculadas à elite ou a uma parte da sociedade. O povo, em sua grande maioria, estaria desvinculado do processo de circulação de informações. É preciso entender que o processo de formação de opinião pública pressupõe o acesso potencial de todos os cidadãos às informações estereotipadas que os meios de comunicação divulgam. Diante dessas informações, que cada indivíduo recebeu (ou pode receber) livremente, em igualdade de condições com os demais, afigura-se a etapa de tomada de posição: pessoal, grupal, coletiva [através da livre discussão]."

Speier: "Consideramos como opinião pública as opiniões sobre assuntos de interesse da nação, livre e publicamente expressas por homens que não participam do governo e reivindicam para suas opiniões o direito de influenciarem ou determinarem as ações, o pessoal ou a estrutura de governo."

Em decorrência desses conceitos, três características básicas sobressaem na opinião pública: o acesso à informação, a livre discussão e a tentativa de fazer com que a opinião se transforme em ação efetiva. A estas, Berger (*Apud* Augras, 1974:16) acrescenta as seguintes:

- a) **a opinião é consciente**, isto é, tende a afirmar-se e exprime um juízo;
- b) **carrega em si uma intenção de racionalidade**, pois procura a objetividade e deseja justificar-se;
- c) **tem um aspecto apaixonante**, já que se situa sempre no plano emocional e no das crenças;

- d) **consiste em um fenômeno social**, ou seja, "existe apenas em relação a um grupo, é um dos modos de expressão desse grupo e difunde-se utilizando as redes de comunicação do grupo".

Respeitante à conscientização, ocorrem dois aspectos ou etapas que não se encontram em oposição, mas são complementares e afloram em momentos distintos, numa cadeia de sucessão praticamente infundável: um estado de opinião latente que, apesar de apresentar o mesmo esquema básico de referências, mostra-se diversificado ao nível individual; consiste em um sentimento geral, "uma disposição latente em relação a determinado assunto", recebendo a designação de *opinião estática*; e uma *opinião dinâmica*, que corresponde ao aparecimento, "progressivo ou repentino, de uma tomada de posição perante o problema", ocorrendo o fenômeno da conscientização nesse nível. As opiniões estática e dinâmica revezam-se continuamente.

6.2.5 Comunicação e Cultura de Massas

Entende-se por comunicação ou relação comunicativa aquela que tanto supõe quanto produz uma interação bilateral, isto é, em que os dois pólos — transmissor e receptor — apresentam relação de ambivalência, podendo o transmissor passar a receptor e vice-versa.

Entende-se por meios de comunicação não apenas o emprego de símbolos por parte dos homens para significar, expressar e comunicar o saber — as diferentes linguagens — mas, principal e concretamente, os canais artificiais utilizados para veicular entre seres racionais — transmissores-receptores — essas mesmas linguagens. Assim, em seu sentido mais amplo, os meios de comunicação seriam, de um lado, todas as linguagens, cuja característica é serem mais convencionais do que artificiais e, de outro, todos os meios técnicos ou tecnológicos capazes de excitar um receptor, através da transmissão de um sentido ou significado, tanto oral quanto visual (sinais de fumaça, desenhos, cartazes, rádio, televisão, satélites, microcomputadores etc.).

O tipo e o nível de cultura que os diferentes grupos sociais possuem encontram-se em relação direta com os meios de comunicação do saber e esta será tanto mais causal quanto mais subdesenvolvida se encontrar dada cultura. Na atualidade, em virtude da especialização necessária para a utilização desses meios, obrigatoriamente o saber passa pelas mãos de um reduzido núcleo de agentes transmissores. Em decorrência, esses elementos atuam como funcionários e *experts* representando grupos de pressão estranhos às esferas culturais: seu papel é canalizar o saber e enviá-lo a

um círculo largo de pessoas receptoras. Quando a bilateralidade da autêntica intercomunicação é atrofiada pela enorme desproporção entre os agentes transmissores e os receptores, e quando o primeiro se assenhora e monopoliza o papel de informador, reduzindo os segundos a um papel de pessoas passivamente informadas, de modo irreversível a força expansiva e autocriadora do saber diminui, ficando reduzida sua função a uma relação unilateral entre dois pólos: uma oligarquia informadora, convertida em *elite*, e uma pluralidade indiferenciada de receptores, transformada em *massa*.

Considera-se cultura de massa o resíduo de todas as mensagens em que há um predomínio da informação sobre comunicação, veiculadas pelos agentes e sedimentadas no pólo receptor que se constitui numa sociedade de massas. A cultura em transformação e crescimento somente encontra-se em sociedades onde a relação transmissor-receptor permite a retroalimentação; em outras palavras, onde há comunicação nos dois sentidos, não há cultura de massas, pois sua característica mais acentuada é sua esterilidade para as finalidades do saber compartilhado, por tratar-se de uma veiculação sem canais de retorno; fundamenta-se no dizer ordenado alienante, não-seletivo, do tipo "um-para-todos". Define-se a cultura de massa justamente pela sedimentação das formas de saber, que induzem condutas, ideologias e motivações, depositadas sem contestação na consciência do homem-massa. Podemos fazer duas distinções claras em relação às formas do saber: uma estática, semi-inconsciente, intranscendente e outra racional, mutante, superior e dinâmica. Dessa dicotomia conclui-se que a massificação de uma coletividade de receptores de informações de mão-única só pode ser equivalente à exaltação e universalização dos componentes estáticos do saber. Em outras palavras, um círculo vicioso de automatismos expressivos, mitos, linguagem popular, costumes etc., a expensas do congelamento ou "coagulação" da dinâmica criadora: linguagem literária, filosofia, arte, direito, política, ciência etc.

Indo mais além, cultura de massa pode ser decodificada como uma fossilização progressiva para engrossar a região da estática cultural, como um eufemismo para designar um retrocesso na história da civilização. "A massificação de uma cultura representa, pois, do ponto de vista do devenir cultural, um momento de metamorfose involutiva dirigida, cujo final hipotético (...) será aquela absoluta entropia cultural no qual os agentes da massificação aspiram a precipitar o homem-massa, intensificando sua impotência para o diálogo" (Pasquali, 1972:76).

Os veículos de comunicação e de difusão não são por si próprios instrumentos da cultura de massas; o que os transforma neles é o caminho de mão-única, pela universal impermeabilidade de seus significados: certa imprensa e não a obra literária ou científica; o rádio e a televisão, utilizados

apenas no sentido informativo e não o concerto, o teatro e a conferência, dirigidos a um público; o cinema estereotipado e não a exposição e o ensino, ou qualquer outra forma de transmissão do saber que exija compreensão, exercitando a capacidade de crítica e seleção. “Se o discurso massifica pela sua mediocridade adaptável a qualquer idade mental, nível de conhecimento etc., e se uma sociedade de massas se caracteriza pela utilização de bens de consumo *standard* (tanto materiais quanto culturais), uma cultura de massas, que é a sedimentação de mensagens pré-fabricadas sob medida para todos, consistirá numa ulterior uniformização do uniforme ou síntese dos lugares-comuns de uma coletividade” (Pasquali, 1972:77).

6.3 GRUPOS SOCIAIS

6.3.1 Recrutamento de Membros

Segundo Morris Ginsberg, as categorias e os agregados sociais, assim como as classes sociais, são “quase grupos”, podendo dar origem a grupos plenamente desenvolvidos. Esses “quase grupos” constituem um campo de recrutamento para grupos.

O homem, como ser social, vive em grupos. Isto implica o surgimento contínuo de novos grupos, cuja criação e manutenção levantam o problema do recrutamento de membros, que ocorre de diferentes maneiras:

- a) **Aceitação voluntária da participação.** Como acontece no casamento (matrimônio voluntário), na formação de um grupo de amigos, na composição do quadro social da maioria das sociedades, clubes e associações (científicas, artísticas, filantrópicas e outras), desde que o indivíduo seja devidamente qualificado e possa preencher as condições da admissão (pagamento de jóias, mensalidades, taxas etc.).
- b) **Indicação, nomeação ou designação.** A indicação dá-se através de outros membros (sociedades secretas, alguns clubes) e a nomeação ou designação, pelo grupo ou seu corpo dirigente, como ocorre com funcionários do Estado (oficiais de gabinete, ministros).
- c) **Eleição.** Pode ser realizada por todos os membros do grupo (eleição de um Presidente por todos os cidadãos com direito a voto, de dirigentes de sindicatos, de associações científicas etc.), ou somente pela camada superior (eleição do Papa pelos cardeais, do presidente de uma empresa pelos maiores acionistas).
- d) **Qualificação do indivíduo e contrato.** Esse tipo de recrutamento é empregado principalmente pelos grupos econômicos.
- e) **Conscrição.** Método usado principalmente pelas forças armadas.

- f) **Coerção.** A coerção, legítima ou ilegítima, é empregada pelos mais diversos grupos: família (casamento realizado contra os desejos de um ou ambos os cônjuges), Estado (através da conquista militar), Igreja (principalmente no passado), sistema penitenciário etc.

No que se refere ao recrutamento dos membros, os grupos podem apresentar-se fechados, opondo resistência à participação de muitos (são fechados principalmente os grupos em que a participação traz vantagens e privilégios de diferentes tipos), ou abertos, aceitando todos os candidatos (são abertos principalmente os grupos que trazem a seus membros mais ônus e sacrifícios do que vantagens e privilégios). Em relação ao predomínio das diferentes formas, encontramos, principalmente: conscrição e coerção — grupos em que a participação envolve grandes ônus e sacrifícios; uso concomitante de vários métodos — quando a participação traz certas vantagens e desvantagens; indicação, nomeação ou designação, assim como eleição — nos casos em que a participação significa a aquisição de vantagens e privilégios.

6.3.2 Características dos Grupos

Os grupos apresentam diversidade entre si, não só na forma de recrutamento, como também na organização, finalidade e objetivos. Porém, todos eles possuem determinadas características, que levaram Fichter a definir grupo social como “uma coletividade identificável, estruturada, contínua, de pessoas sociais que desempenham papéis recíprocos, segundo determinadas normas, interesses e valores sociais, para a consecução de objetivos comuns” (1973:140).

Para este autor, as características dos grupos sociais são as seguintes:

- a) **Identificação.** O grupo deve poder ser identificado como tal pelos seus membros e pelos elementos de fora.
- b) **Estrutura social.** Decorrente do fato de que cada componente ocupa uma posição relacionada com a posição dos demais.
- c) **Papéis individuais.** Condição essencial para a existência do grupo e sua permanência como tal, pois cada um de seus membros tem uma participação determinada.
- d) **Relações recíprocas.** Entre os membros de um grupo deve haver interação. Para alguns autores esta é a única característica empregada na conceituação de grupo social.
- e) **Normas comportamentais.** São determinados padrões, escritos ou não, que orientam a ação dos componentes do grupo e determinam a forma de desempenho do papel.

- f) **Interesses e valores comuns.** O que é considerado bom, desejável, aceito e compartilhado pelos membros do grupo. A importância dos valores pode ser aquilatada pelo fato de que o grupo, geralmente, se divide quando ocorre o conflito de valores.
- g) **Finalidade social.** Razão de ser e objetivo do grupo.
- h) **Permanência.** Para que um grupo seja considerado como tal, é necessário que a interação entre os membros se prolongue durante determinado período de tempo.

6.4 CLASSIFICAÇÃO DOS AGRUPAMENTOS HUMANOS (GRUPOS E "QUASE GRUPOS")

A primeira distinção que, em geral, se faz sobre os agrupamentos sociais diz respeito à origem, à duração e à estrutura dos mesmos.

Em relação à *Origem*, temos:

- **Espontâneos.** Formam-se sem deliberação prévia, sem propósito específico dos componentes. Exemplo: multidão, cidade, turba.
- **Contratuais ou voluntários.** Obedecem a planos preestabelecidos. Existe a intenção de criá-los, visando a uma finalidade determinada, e possuem estatutos que regulamentam seu funcionamento. Exemplos: grupos econômicos, grupos recreativos, grupos educacionais.

Quanto à *Duração*, podem ser:

- **Acidentais ou periódicos.** Constituem-se acidentalmente, favorecidos por diferentes circunstâncias, e se desfazem em pouco tempo. Exemplos: auditório, multidão, turba.
- **Permanentes ou contínuos.** Como o nome indica, são permanentes no tempo e estáveis. Exemplos: família, Igreja, escola.

No que diz respeito à *Estrutura*, apresentam-se:

- **Difusos.** Agrupamentos nos quais inexitem leis, estatutos e regulamentos. Sua organização não é claramente definida e baseia-se, até certo ponto, em determinados padrões de comportamento e em distribuição rudimentar de autoridade e subordinação. Exemplos: grupos de amigos, grupos de estudos, grupos de brinquedos.
- **Organizados.** Obedecem a regras preestabelecidas, especificadas em regimentos, estatutos e leis. Exemplos: clubes filantrópicos, sindicatos, Estado.

Esses três fatores — origem, duração e estrutura — não são mutuamente exclusivos, podendo aparecer conjuntamente. Exemplo: a escola constitui um grupo social contratual ou voluntário, permanente ou contínuo, e organizado; a multidão é espontânea, periódica ou acidental, e difusa.

6.4.1 A Divisão de Gurvitch

Gurvitch apresenta uma divisão ampla sobre os agrupamentos sociais, abrangendo quinze aspectos (1962:I 216-25):

1. **CONTEÚDO (relacionado com a função):**
 - a) Grupos unifuncionais (**esportivos**).
 - b) Grupos multifuncionais (**econômicos, territoriais, de parentesco**).
 - c) Grupos suprafuncionais (**classes sociais, minorias étnicas, Estado, Igreja**).
2. **AMPLITUDE (número de participantes):**
 - a) Grupos reduzidos (**família**).
 - b) Grupos médios (**econômicos, clubes, sindicatos**).
 - c) Grupos extensos (**Estado, classes sociais**).
3. **DURAÇÃO:**
 - a) Grupos temporários (**dissolvidos após a realização das tarefas: multidão, equipe temporária, mutirão**).
 - b) Grupos duráveis (**dissolução em condições particulares: família, grupos de idade, empresa**).
 - c) Grupos permanentes (**que não implicam qualquer limitação natural: Igreja, Estado, classes sociais**).
4. **RITMO (medido nas relações de um grupo para com outro e a sociedade global):**
 - a) Grupos de cadência lenta (**territoriais, de parentesco, Igreja**).
 - b) Grupos de cadência média (**fraternidades e seitas**).
 - c) Grupos de cadência rápida (**econômicos, atividades juvenis**).
5. **MEDIDA DE DISPERSÃO:**
 - a) Grupos a distância (**produtores-consumidores**).
 - b) Grupos de contatos artificiais (**escritor-leitores**).
 - c) Grupos reunidos periodicamente (**clubes, sindicatos**).
 - d) Grupos reunidos permanentemente (**família, conventos**).
6. **BASE DE FORMAÇÃO (em relação à vontade individual):**
 - a) Grupos de fato (**grupos étnicos, consumidores, desempregados**).
 - b) Grupos voluntários (**partidos políticos, organizações filantrópicas**).
 - c) Grupos impostos (**Estado, castas**).
7. **MODO DE ACESSO:**
 - a) Grupos abertos (**classes sociais, multidões**).
 - b) Grupos de acesso condicional (**clubes**).
 - c) Grupos fechados (**castas, sociedades secretas**).

8. GRAUS DE EXTERIORIZAÇÃO:
 - a) Grupos não organizados e não estruturados (**produtores-consumidores, desempregados**).
 - b) Grupos estruturados, mas não organizados (**classes sociais, grupos de idade**).
 - c) Grupos estruturados, parcialmente organizados (**parentesco**).
 - d) Grupos completamente organizados (**Estado**).
9. FUNÇÕES (**finalidade do grupo**):
 - a) Grupos de parentesco (**família**).
 - b) Grupos de afinidade fraternal (**grupos de amizade**).
 - c) Grupos de localidade (**vizinhança**).
 - d) Grupos de atividade econômica (**empresas**).
 - e) Grupos intermediários entre a afinidade fraternal e a atividade econômica (**estratos**).
 - f) Grupos de atividade não lucrativa (**organizações filantrópicas**).
 - g) Grupos místicos (**grupos religiosos**).
10. ORIENTAÇÃO (**combativos ou conciliadores**):
 - a) Grupos de divisão (**partidos políticos, sindicatos**).
 - b) Grupos de união (**parentesco, empresas**).
11. MODO DE PENETRAÇÃO NA SOCIEDADE GLOBAL:
 - a) Grupos refratários (**minorias étnicas, grupos de imigrantes, de marginais, de jovens, de revolucionários**).
 - b) Grupos mais ou menos abertos à penetração (**família, grupos econômicos**).
 - c) Grupos inteiramente submetidos à penetração pela sociedade global (**sociedades e organizações estatais, escolas públicas**).
12. GRAU DE COMPATIBILIDADE ENTRE OS GRUPOS:
 - a) Grupos da mesma espécie, inteiramente compatíveis (**sociedades científicas e filantrópicas**).
 - b) Grupos da mesma espécie, parcialmente compatíveis (**grupos profissionais**).
 - c) Grupos da mesma espécie, incompatíveis entre si (**classes sociais, grupos de sexo, de idade**).
 - d) Grupos exclusivos (**Estados totalitários, escravos**).
13. TIPO DE COAÇÃO (**sanções exercidas pelo grupo**):
 - a) Grupos que dispõem de imposição condicional (**sindicatos, grupos econômicos**).
 - b) Grupos que dispõem de imposição incondicional (**grupos territoriais**).
14. PRINCÍPIO DA ORGANIZAÇÃO:
 - a) Grupos de dominação (**Estados totalitários**).
 - b) Grupos de colaboração (**Estados democráticos**).

15. GRAU DE UNIDADE:

- a) Grupos unitários (**preponderância de um grupo central sobre os subgrupos**).
- b) Grupos federados (**equivalência do grupo central e subgrupos**).
- c) Grupos confederados (**predomínio dos subgrupos perante o próprio grupo central**).

6.5 CHARLES H. COOLEY — GRUPOS PRIMÁRIOS E SECUNDÁRIOS

A primeira distinção de grupos, em termos de uma dicotomia, opondo grupos pequenos e íntimos e grupos grandes e impessoais, foi feita por Tönnies, em sua obra *Gemeinschaft und Gesellschaft* (1887), que vimos no Capítulo 2. A seguir, Cooley retoma essa dicotomia em *Social organization* (1909), denominando os grupos de primários e secundários. A partir de então, muitos autores têm usado essa distinção fundamental.

6.5.1 Conceituação de Cooley

Conceituação de grupo primário de Cooley: “Entendemos por grupos primários aqueles caracterizados por uma íntima cooperação e associação face a face. São primários sob vários aspectos, principalmente porque são fundamentais na formação da natureza social e nos ideais do indivíduo. O resultado dessa associação íntima é, psicologicamente, certa fusão das individualidades num todo comum, de modo que o próprio ego individual se identifica, pelo menos para vários fins, com a vida e o propósito comuns ao grupo. Possivelmente, a maneira mais simples de descrever essa totalidade consiste em apresentá-la como ‘nós’, porque envolve a espécie de simpatia e identificação mútua para as quais o ‘nós’ é a expressão natural” (*Apud Davis, 1961:II 11*).

Por sua vez, o grupo secundário possui certas características que se apresentam como opostas às do grupo primário. As relações geralmente são estabelecidas por contato indireto e, no caso de serem por contato direto, são passageiras e desprovidas de intimidade; as relações são ainda formais e impessoais. No grupo secundário, a consciência de “nós” é fraca, o tipo de contato é predominantemente secundário e categórico, a posição dos membros define-se em relação aos papéis que lhes cabem, sendo sua participação limitada à contribuição que prestam.

6.5.2 Contribuição de Kingsley Davis

Kingsley Davis analisa a conceituação de Cooley em sua obra *A sociedade humana* e propõe, para uma distinção segura entre grupos primários e secundários, o exame de suas condições físicas e o caráter das relações existentes entre seus membros. Dessa maneira, o grupo primário apresenta as seguintes condições físicas:

- a) **Proximidade.** Fator importante para o conhecimento comum e para o desenvolvimento da intimidade entre os membros.
- b) **Exigüidade.** Para que haja contato sensório, face a face, é necessário que os membros do grupo não sejam muito numerosos, pois a intimidade se desenvolverá tanto mais quanto menor for o grupo.
- c) **Duração da relação.** Quanto mais tempo os membros do grupo permanecerem unidos, mais numerosos e profundos poderão ser os contatos entre eles: os laços que os unem tendem a aumentar com o tempo, em decorrência do gradativo desenvolvimento de hábitos comuns.

O aparecimento de uma, duas ou mesmo das três condições físicas não implica, automaticamente, que o grupo seja primário. Exemplo: substituição (proximidade, exigüidade). Por outro lado, o grupo poderá ser primário apesar da ausência de uma ou mais dessas condições físicas. Exemplo: amizade entre dois cientistas que se correspondem, mas nunca se encontraram (inexiste a proximidade). Assim, as condições físicas atuam apenas no sentido de ser mais provável o aparecimento de relações primárias entre os membros dos grupos que apresentam tais condições.

As relações primárias apresentam as seguintes características:

- a) **Identidade dos fins.** Ligada a certa fusão das personalidades no interior do grupo, de tal maneira que as experiências tendem a ser compartilhadas.
- b) **A relação é um fim em si mesma.** Significa que a relação não é contratual, econômica, política, especializada; portanto, não é encarada como um meio para alcançar determinado fim, mas como um valor por si própria.
- c) **A relação é pessoal.** No grupo primário, a relação é simpatética, o interesse de cada um encontra-se centralizado nos demais como pessoa. A relação, sendo intransferível, extingue-se quando determinada pessoa se afasta do grupo.
- d) **A relação é completa.** Dentro do grupo primário, as relações não abrangem apenas aqueles valores que se observam através de atividades particulares ou específicas, mas englobam todo o ser, envolvem as personalidades em toda a sua extensão.
- e) **A relação é espontânea.** A relação primária é voluntária e, como tal, envolve espontaneidade entre seus membros; o controle do comportamento é realizado de maneira informal.

O grupo secundário apresenta, até certo ponto, condições físicas e características opostas às do grupo primário. Abrange áreas extensas, fazendo com que seus membros estejam geralmente distanciados entre si, e o número elevado deles torna praticamente impossível que se conheçam todos pessoalmente; as relações em sua maioria são passageiras e grande parte delas se realiza de maneira indireta.

6.5.3 Diferenças entre Relações Primárias e Secundárias

O Quadro 6.2 permite verificar as diferenças entre relações primárias e secundárias (Davis, 1961:II 30).

Na realidade, uma relação que apresente todas as condições físicas e características sociais primárias inexistente, sendo, portanto, um "tipo ideal". O mesmo ocorre com a relação secundária "pura". Assim, determinados grupos serão considerados primários quando seus membros estiverem ligados por relações que apresentam uma preponderância das condições e características primárias e da mesma forma, para que o grupo seja considerado secundário, as relações dos membros entre si devem apresentar uma predominância das condições e características secundárias. Obviamente, encontraremos grupos nos quais se mesclam as condições e características primárias e secundárias, sem a supremacia de uma ou de outra: são os chamados grupos *intermediários*. Exemplos: clubes, sindicatos, universidades.

Outro fator que precisa ser destacado é que os grupos primários são essenciais à existência dos grupos maiores, secundários. Para Davis, "o grupo secundário, independentemente de suas proporções e da sua impersonalidade, deve articular-se com o primário. Seus membros precisam associar-se não somente nos contextos secundários, como também nos primários, e ambos devem integrar-se estruturalmente... Os dois tipos de grupos são simbióticos e interpenetrados" (1961:II 28). Exemplo: uma empresa multinacional (grupo secundário) é composta por unidades estabelecidas em diversas regiões (grupos intermediários), e cada empresa, departamento e seção possuem grupos de amigos íntimos (grupos primários).

6.5.4 Grupos de Referência

Se os grupos primários têm como qualidade específica a influência exercida em seus membros pela relação direta, face a face, os grupos de referência exercem ascendência pela natureza e modo de identificação que despertam nos indivíduos. Por este motivo, um grupo de referência não necessita ser primário: na maior parte das vezes, a pessoa não pertence

Quadro 6.2 *Diferenças entre relações primárias e secundárias.*

	CONDIÇÕES FÍSICAS	CARACTERÍSTICAS SOCIAIS	EXEMPLO DE RELAÇÕES	EXEMPLO DE GRUPOS
PRIMÁRIA	Proximidade física Exigüidade do grupo Duração prolongada da relação	Identificação dos fins A relação é um fim em si mesma — avaliação intrínseca da relação A relação é pessoal — avaliação intrínseca de outra pessoa A relação é completa — completo conhecimento de outra pessoa. A relação é espontânea — sentimento de liberdade e espontaneidade, funcionamento dos controles informais.	Marido — mulher Pai — filho Amigo — amigo Professor — aluno (escolas de 1.º Grau)	Família Grupo de brinquedos Grupo de amigos Aldeia ou vizinhança
SECUNDÁRIA	Distância física Grande número de pessoas Pouca duração da relação	Disparidade dos fins Avaliação extrínseca da relação Avaliação extrínseca de outra pessoa Conhecimento especializado e limitado de outra pessoa Sentimento de constrangimento externo Funcionamento dos controles formais	Presidente da República — eleitores Papa — fiéis Oficial de Estado-maior — soldado Vendedor — freguês	Estado Igreja Forças Armadas Federações e Confederações de Trabalhadores

diretamente a ele, seu contato é reduzido com os componentes e o grupo é secundário. Já se comprovou que a influência da identificação com o grupo sobre a opinião, as crenças e as atitudes das pessoas é tão sólida no grupo secundário quanto no primário, se aquele é adotado como grupo de referência, pois o aspecto fundamental de tal grupo é a identificação psicológica que desperta no indivíduo. Em outras palavras, pessoas atuando em situações específicas podem ser influenciadas não apenas pela sua posição (status), pelos membros dos grupos a que pertencem, suas expectativas de comportamento e suas concepções, mas pelo conceito que possuem sobre grupos de que não fazem parte. É por esse motivo que muitos sociólogos afirmam que a identificação dos indivíduos com certos grupos de referência é mais ideal do que real: decorre do modo como *pensam* que seus componentes se posicionariam diante da situação, e quando procuram copiar suas atitudes o fazem sob o prisma de sua interpretação das concepções reais.

Não se deve depreender disso que os grupos de referência têm de ser, inevitavelmente, estranhos à pessoa considerada: se, geralmente, são grupos aos quais ela não pertence, mas têm o condão de influenciá-la, pode também ocorrer que sejam seus próprios grupos, mais especificamente, os elementos situados no topo desses grupos. Portanto, eles serão intermediários, de preferência a primários, pois nesses últimos dificilmente ocorre uma rígida estratificação, comportando "os de cima" e "os de baixo".

Os grupos de referência funcionam como quadro de apoio para aspirações, tomada de consciência e opiniões. Lane e Sears (1966:71-2) chegam a afirmar que se uma pessoa "não tem opinião", isso ocorre por uma de três razões principais:

- "a) o indivíduo não dispõe de um grupo de referência em que possa adotar uma posição relevante para a proposição;
- b) ele não pode mudar, psicologicamente, para o grupo de referência apropriado, talvez por causa de referências conflitantes; ou
- c) não tem consciência da posição que o seu grupo apropriado adotou ou adotaria, se consultado".

Como característica da influência dos grupos de referência na pessoa, podemos citar:

- a) ajudam a formar uma perspectiva da vida;
- b) conferem uma imagem da realidade;
- c) fornecem um meio de "conhecer" a realidade;
- d) formam opiniões;
- e) determinam atitudes.

Muitas vezes pode ocorrer que a pessoa, possuindo vários grupos de referência, fique sujeita a identificações grupais conflitantes, ou seja, esses

grupos podem formular exigências opostas. Como os indivíduos enfrentam esses conflitos? De várias formas, segundo Lane:

- a) podem renunciar a uma opinião;
- b) pode ocorrer a identificação com "um dos grupos de referência participantes no conflito (por vezes, em virtude da frustração experimentada em outro)";
- c) aparece a moderação do ponto de vista, quer sob uma forma confusa e eclética, quer através de uma síntese;
- d) cria-se uma tendência para minimizar o problema;
- e) acontece "o malogro em 'ver' o problema";
- f) manifesta-se uma "apatia generalizada (onde os grupos conflitantes abrangem grandes áreas da vida)" (In: Lane e Sears, 1966:74).

A importância dos grupos de referência cresce em uma sociedade grande e heterogênea, onde o contato dos indivíduos se realiza com variados grupos. Em uma comunidade pequena e homogênea, como ainda o são as das regiões rurais, há total predominância do grupo primário sobre o de referência: poucas oportunidades de comportamentos novos e diferenciados levam as pessoas a pautar suas ações, assim como suas crenças, idéias e opiniões pelo das dos demais membros de seu grupo. Por sua vez, no meio urbano, as diferentes formas de comunicação de massa, exaltando elementos do mundo dos desportes, da arte, da política etc., propiciam a identificação psicológica com esses indivíduos e grupos, levando as pessoas a escolherem-nos como grupo de referência, muitas vezes totalmente divorciados de sua realidade cotidiana.

7 Cultura e Sociedade

Por Marina de Andrade Marconi *

Este capítulo explica, em termos sociológicos e antropológicos, o conteúdo e a estrutura da cultura. Apresenta:

1. Diferentes conceitos de cultura, localização e essência da cultura.
2. Significado da cultura, mostrando como a capacidade cultural do homem pode levá-lo ao domínio e à manipulação do meio ambiente.
3. Análise da cultura material, imaterial, real e ideal.
4. Relativismo cultural, etnocentrismo, função e estrutura da cultura, facilitando a descrição e análise da mesma.
5. Processos culturais, que possibilitam a compreensão de como se forma, se estrutura e se difunde a cultura.
6. Importância do contato entre indivíduos e sociedade na transmissão da cultura.

7.1 NATUREZA DA CULTURA

A cultura, para os antropólogos em geral, constitui-se no “conceito básico e central de sua ciência”, afirma Leslie A. White (In: Kahn, 1975:129).

O termo *cultura* (*colere*, cultivar ou instruir; *cultus*, cultivo, instrução) não se restringe ao campo da antropologia. Várias áreas do saber humano — agronomia, biologia, artes, literatura, sociologia, história etc. — valem-se dele, embora seja outra a conotação.

* Marina de Andrade Marconi é Doutora em Ciências e Professora de Antropologia da Faculdade de História, Direito e Serviço Social — UNESP — Campus de Franca, SP.

Muitas vezes, a palavra *cultura* é empregada para indicar o desenvolvimento do indivíduo por meio da educação, da instrução. Nesse caso, uma pessoa “cultu” seria aquela que adquiriu domínio no campo intelectual ou artístico. Seria “incultu” a que não obteve instrução.

Os antropólogos não empregam os termos *culto* ou *inculto*, de uso popular, e nem fazem juízo de valor sobre esta ou aquela cultura, pois não consideram uma superior à outra. Elas apenas são diferentes a nível de tecnologia ou integração de seus elementos. Todas as sociedades — rurais ou urbanas, simples ou complexas — possuem cultura. Não há indivíduo humano desprovido de cultura exceto o recém-nascido e o *homo ferus*; um, porque ainda não sofreu o processo de endoculturação, e o outro, porque foi privado do convívio humano.

Para os antropólogos, a cultura tem significado amplo: engloba os modos comuns e aprendidos da vida, transmitidos pelos indivíduos e grupos, em sociedade.

7.1.1 Conceituação

Desde o final do século passado os antropólogos vêm elaborando inúmeros conceitos sobre cultura. Apesar da cifra ter ultrapassado 160 definições, ainda não chegaram a um consenso sobre o significado exato do termo. Para alguns, cultura é comportamento aprendido; para outros, não é comportamento, mas abstração do comportamento; e para um terceiro grupo, a cultura consiste em idéias. Há os que consideram como cultura apenas os objetos imateriais, enquanto que outros, ao contrário, aquilo que se refere ao material. Mas também encontram-se estudiosos que entendem por cultura tanto as coisas materiais quanto as não-materiais.

Alguns conceitos, para melhor esclarecimento, serão apresentados aqui, obedecendo a uma ordem cronológica e com as diferentes abordagens.

Edward B. Tylor (1871) foi o primeiro a formular um conceito de *cultura*, em sua obra *Cultura primitiva*. Ele propôs: “Cultura... é aquele todo complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e aptidões adquiridos pelo homem como membro da sociedade” (In: Kahn, 1975:29). O conceito de Tylor, que engloba todas as coisas e acontecimentos relativos ao homem, predominou no campo da antropologia durante várias décadas.

Para Ralph Linton (1936), a cultura de qualquer sociedade “consiste na soma total de idéias, reações emocionais condicionadas a padrões de comportamento habitual que seus membros adquiriram por meio da instrução ou imitação e de que todos, em maior ou menor grau, participam” (1959:316). Este autor atribui dois sentidos ao termo cultura: um, geral,

significando “a herança social total da humanidade”; outro, específico, referindo-se a “uma determinada variante da herança social”.

Franz Boas (1938) define cultura como “a totalidade das reações e atividades mentais e físicas que caracterizam o comportamento dos indivíduos que compõem um grupo social...” (1964:166).

Malinowski (1944), em *Uma teoria científica da cultura*, conceitua cultura como “o todo global consistente de implementos e bens de consumo, de cartas constitucionais para os vários agrupamentos sociais, de idéias e ofícios humanos, de crenças e costumes” (1962:43).

O mais breve dos conceitos foi formulado por Herskovits (1948), embora este não seja o único: “a parte do ambiente feita pelo homem” (1963:31).

Kroeber e Kluckhohn (1952), em *Culture: a critical review of concepts and definitions*, referem-se à cultura como “uma abstração do comportamento concreto, mas em si própria não é comportamento”.

Beals e Hoijer (1953) também são partidários da cultura como abstração. Afirmam eles: “a cultura é uma abstração do comportamento e não deve ser confundida com os atos do comportamento ou com os artefatos materiais, tais como ferramentas, recipientes, obras de arte e demais instrumentos que o homem fabrica e utiliza” (1969:265 e seg.).

Para Felix M. Keesing (1958), a cultura é “comportamento cultivado, ou seja, a totalidade da experiência adquirida e acumulada pelo homem e transmitida socialmente, ou, ainda, o comportamento adquirido por aprendizado social” (1961:49).

Leslie A. White (1959), em *O conceito de cultura* (In: Kahn, 1975: 129 e seg.), faz diferença entre comportamento e cultura. Para ele, é:

- **Comportamento** — “quando coisas e acontecimentos dependentes de simbolização são considerados e interpretados face à sua relação com organismos humanos, isto é, em um contexto somático” — relativo ao organismo humano;
- **Cultura** — “quando coisas e acontecimentos dependentes de simbolização são considerados e interpretados num contexto extra-somático, isto é, face à relação que têm entre si, ao invés de com os organismos humanos” — independente do organismo humano.

Dessa forma, comportamento pertence ao campo da Psicologia e cultura ao campo da Antropologia.

Para White, esse conceito “livra a Antropologia Cultural das abstrações intangíveis, imperceptíveis e ontologicamente irreais e proporciona-lhe uma disciplina verdadeira, sólida e observável”.

G. M. Foster (1962) descreve a cultura como “a forma comum e aprendida da vida, compartilhada pelos membros de uma sociedade, constante da totalidade dos instrumentos, técnicas, instituições, atitudes, crenças, motivações e sistemas de valores conhecidos pelo grupo” (1964:21).

Mais recentemente, Clifford Geertz (1973) propõe: “a cultura deve ser vista como um conjunto de mecanismos de controle — planos, receitas, regras, instituições — para governar o comportamento”. Para ele, “mecanismos de controle” consiste naquilo que G. H. Mead e outros chamaram de símbolos significantes, ou seja, “palavras, gestos, desenhos, sons musicais, objetos ou qualquer coisa que seja usada para impor um significado à experiência” (In: Geertz, 1973:37). Esses símbolos, correntes na sociedade e transmitidos aos indivíduos — que fazem uso de alguns deles, enquanto vivem —, “permanecem em circulação” mesmo após a morte dessas pessoas.

Pelo visto, o conceito de cultura varia no tempo, no espaço e em sua essência. Tylor, Linton, Boas e Malinowski consideram a cultura como idéias. Para Kroeber e Kluckhohn, Beals e Hoijer ela consiste em abstrações do comportamento. Keesing e Foster a definem como comportamento aprendido. Leslie A. White apresenta outra abordagem: a cultura deve ser vista não como comportamento, mas em si mesma, ou seja, fora do organismo humano. Ele, Foster e outros englobam no conceito de cultura os elementos materiais e não-materiais da cultura. A colocação de Geertz difere das anteriores, na medida em que propõe a cultura como um “mecanismo de controle” do comportamento.

Essas colocações divergentes, ao longo do tempo, permitem apreender a cultura como um todo, sob os vários enfoques.

A cruz, por exemplo, pode ser vista sob essas diferentes concepções:

- a) **idéia** — quando se formula a sua imagem na mente;
- b) **abstração do comportamento** — quando ela representa, na mente, um símbolo dos cristãos;
- c) **comportamento aprendido** — quando, os católicos fazem o sinal da cruz;
- d) **coisa extra-somática** — quando é vista por si mesma, independente da ação, tanto material quanto imaterial;
- e) **mecanismo de controle** — quando a Igreja a utiliza para afastar o demônio ou para obter a reverência dos fiéis.

A cultura, portanto, pode ser analisada, ao mesmo tempo, sob vários enfoques: idéias (conhecimento e filosofia); crenças (religião e superstição); valores (ideologia e moral); normas (costumes e leis); atitudes (preconceito e respeito ao próximo); padrões de conduta (monogamia, tabu); abstração do comportamento (símbolos e compromissos); instituições (família e sistemas econômicos); técnicas (artes e habilidades) e artefatos (machado de pedra, telefone).

Os artefatos decorrem da técnica, mas a sua utilização é condicionada pela abstração do comportamento. As instituições ordenam os padrões de conduta, que decorrem de atitudes condicionadas em normas e baseadas em valores determinados tanto pelas crenças quanto pelas idéias.

7.1.2 Localização da Cultura

As coisas e acontecimentos que constituem a cultura, segundo Leslie A. White, encontram-se no espaço e no tempo, e são classificados em:

- a) **"intra-orgânica** — dentro de organismos humanos (conceitos, crenças, emoções, atitudes);
- b) **interorgânica** — dentro dos processos de interação social entre os seres humanos;
- c) **extra-orgânica** — dentro de objetos materiais (machados, fábricas, ferrovias, vasos de cerâmica) situados fora de organismos humanos, mas dentro dos padrões de interação social entre eles".

Para esse autor, um item qualquer — conceito, crença, ato, objeto — deve ser considerado um elemento da cultura, desde que:

- a) haja simbolização (representação por meio de símbolos);
- b) seja analisado em um contexto extra-somático.

7.1.3 A Essência da Cultura

A cultura, para os antropólogos, de forma geral, consiste, como já foi mencionado, em idéias, abstrações e comportamento.

Idéia. São concepções mentais de coisas concretas ou abstratas, ou seja, toda variedade de conhecimentos e crenças teológicas, filosóficas, científicas, tecnológicas, históricas e outras.

Exemplo: línguas, arte, mitologia etc.

Para alguns estudiosos, a cultura consiste em idéias, sendo, portanto, um fenômeno mental que exclui os objetos materiais e o comportamento observável.

Essa concepção, segundo White, é "ingênua, pré-científica e ultrapassada". A cultura, na verdade, é constituída de idéias, mas em parte; atitudes, atos evidentes e objetos também são cultura.

Abstrações. Consiste naquilo que se encontra apenas no domínio das idéias, da mente, excluindo-se totalmente as coisas materiais.

Vários autores afirmam que a cultura é uma abstração ou consiste em abstrações, ou seja, coisas e acontecimentos não observáveis, não palpáveis, não tocáveis.

Novamente, Leslie A. White discorda dessa colocação. Para ele, abstração significa algo “imperceptível, imponderável, intangível... ontologicamente irreal”, o que estaria fora do campo científico.

Comportamento. São modos de agir comuns a grupos humanos ou conjuntos de atitudes e reações dos indivíduos face ao meio social.

Inúmeros antropólogos consideram a cultura como comportamento aprendido, característico dos membros de uma sociedade, uma vez que o comportamento instintivo é inerente aos animais em geral. Sob esse ponto de vista, os instintos, os reflexos inatos e outras formas de comportamento predeterminadas biologicamente devem ser excluídos. Cultura resulta da invenção social; é aprendida e transmitida por meio da aprendizagem e da comunicação.

Para White, os atos (acontecimentos) e os objetos (coisas) não são comportamento humano, mas “uma concretização do comportamento humano”. A cultura consiste, portanto, em uma série de coisas reais que podem ser observáveis, ser examinadas num contexto extra-somático. Para ele, há três tipos de simbolados (significados):

1. idéias;
2. atos evidentes;
3. objetos materiais.

7.1.4 Relativismo Cultural

A posição cultural relativista tem como fundamento a idéia de que os indivíduos são condicionados a um modo de vida específico e particular, por meio do processo de endoculturação. Adquire, assim, seus próprios sistemas de valores e a sua própria integridade cultural.

As culturas, de modo geral, diferem umas das outras em relação aos postulados básicos, embora tenham características comuns.

Toda a cultura é considerada como configuração saudável para os indivíduos que a praticam. Todos os povos formulam juízos em relação aos modos de vida diferentes dos seus. Por isso, o relativismo cultural não concorda com a idéia de normas e valores absolutos e defende o pressuposto de que as avaliações devem ser sempre relativas à própria cultura onde surge.

Os padrões ou valores de certo ou errado, dos usos e costumes, das sociedades em geral, estão relacionados com a cultura da qual fazem parte. Dessa maneira, um costume pode ser válido em relação a um ambiente cultural e não a outro e, mesmo, ser repudiado.

Exemplo: no Brasil, come-se manteiga; na África, ela serve para untar o corpo. Pescoços longos (mulheres-girafas da Birmânia), lábios deforma-

dos (indígenas brasileiros), nariz furado (indianas), escarificação facial (entre australianos), deformações cranianas (índios sul-americanos) são valores culturais para essas sociedades. Esses tipos de adornos significam beleza. O infanticídio e o gerontocídio, costumes praticados em algumas culturas (esquimós), são totalmente rejeitados por outras.

7.1.5 Etnocentrismo

O conceito de etnocentrismo acha-se intimamente relacionado ao de relativismo cultural. A posição relativista liberta o indivíduo das perspectivas deturpadoras do etnocentrismo, que significa a supervalorização da própria cultura em detrimento das demais. Todos os indivíduos são portadores desse sentimento e a tendência na avaliação cultural é julgar as culturas segundo os moldes da sua própria. A ocorrência da grande diversidade de culturas vem testemunhar que há modos de vida bons para um grupo e que jamais serviriam para outro.

Toda referência a povos primitivos e civilizados deve ser feita em termos de culturas diferentes e não na relação superior/inferior.

O etnocentrismo pode ser manifestado no comportamento agressivo ou em atitudes de superioridade e até de hostilidade. A discriminação, o proselitismo, a violência, a agressividade verbal são outras formas de expressar o etnocentrismo.

Entretanto, o etnocentrismo apresenta um aspecto positivo, ao ser agente de valorização do próprio grupo. Seus integrantes passam a considerar e aceitar o seu modo de vida como o melhor, o mais saudável, o que favorece o bem-estar individual e a integração social.

7.2 ESTRUTURA DA CULTURA

Para analisar a cultura, alguns antropólogos desenvolveram conceitos de traços, complexos e padrões culturais.

7.2.1 Traços Culturais

Em geral, os antropólogos consideram os traços culturais como os menores elementos que permitem a descrição da cultura. Referem-se, portanto, à menor unidade ou componente significativo da cultura, que pode ser isolado no comportamento cultural. Embora os traços sejam constituídos de partes menores, os itens, estes não têm valor por si sós.

Exemplo: uma caneta pode existir com um objetivo definido, mas só pode funcionar como unidade cultural em sua associação com a tinta, convertendo-se assim em um traço cultural. O mesmo ocorre com os óculos: precisa da associação da lente com a armação; o arco e a flecha (arma).

Alguns traços culturais são simples objetos, ou seja, cadeira, mesa, brinco, colar, machado, vestido, carro, habitação etc. Os traços culturais não-materiais compreendem atitudes, comunicação, habilidades.

Exemplo: aperto de mão, beijo, oração, poesia, festa, técnica artesanal etc.

Nem sempre a idéia de traço é facilmente identificável em uma cultura, face à integração, total ou parcial, de suas partes. Muitas vezes, fica difícil saber quando uma “unidade mínima identificável” pode ser considerada um traço ou um item.

Exemplo: o feijão, como prato alimentício, é um traço cultural material; mas o feijão, como um dos ingredientes da feijoada, torna-se apenas um item dessa dieta brasileira.

Os estudiosos da cultura, na verdade, estão mais preocupados com o significado e a maneira como os traços se integram em uma cultura do que com o seu total acervo.

O mesmo material, utilizado e organizado por pessoas pertencentes a duas sociedades diversas, pode chegar a resultados diferentes; vai depender da utilização e da importância ou do valor do objeto para cada uma dessas culturas.

Exemplo: um artesão pode, com fibras de junco, confeccionar cadeiras (Brasil) ou casas (Irake).

Em cada cultura, portanto, devem-se estudar não só os diferentes traços culturais encontrados, mas, principalmente, a relação existente entre eles. “Todo elemento cultural (White In: Kahn, 1975:140-1) tem dois aspectos: subjetivo e objetivo” (o objeto em si e o seu significado).

Atualmente, parece que os antropólogos têm preferido o termo *elemento cultural*, em substituição a traço cultural. Hoebel e Frost (1981:20 e seg.) definem elemento cultural como “a unidade reconhecidamente irreduzível de padrões de comportamento aprendido ou o produto material do mesmo”.

7.2.2 Complexos Culturais

Complexos culturais consistem no conjunto de traços ou num grupo de traços associados, formando um todo funcional; ou ainda, um grupo de características culturais interligadas, encontrado em uma área cultural.

O complexo cultural é constituído, portanto, de um sistema interligado, interdependente e harmônico, organizado em torno de um foco de interesse central.

Cada cultura engloba um número grande e variável de complexos inter-relacionados. Dessa maneira, o complexo cultural engloba todas as atividades relacionadas com o traço cultural.

Exemplo: o carnaval brasileiro, que reúne um grupo de traços ou elementos relacionados entre si, ou seja, carros alegóricos, música, dança, instrumentos musicais, desfile, organização etc. A cultura do café, que abrange técnicas agrícolas, instrumentos, meios de transporte, máquinas. O complexo do fumo, entre sociedades tribais, envolvendo cultivo, produto, e os mais variados usos sociais e cerimoniais; o complexo do casamento, da tecelagem caseira etc.

7.2.3 Padrões Culturais

Padrões culturais são, segundo Herskovits (1963:231), “os contornos adquiridos pelos elementos de uma cultura, as coincidências dos padrões individuais de conduta, manifestos pelos membros de uma sociedade, que dão ao modo de vida essa coerência, continuidade e forma diferenciada”.

O padrão resulta do agrupamento de complexos culturais de um interesse ou tema central do qual derivam o seu significado. O padrão de comportamento consiste em uma norma comportamental, estabelecida pelos membros de determinada cultura. Essa norma é relativamente homogênea, aceita pela sociedade, e reflete as maneiras de pensar, de agir e de sentir do grupo, assim como os objetos materiais correlatos.

Herskovits aponta dois significados nos padrões, que embora pareçam contraditórios, na verdade, são complementares:

- a) **Forma** — quando diz respeito às características dos elementos.
Exemplo: casas cobertas de telha e não de madeira.
- b) **Psicológico** — quando se refere à conduta das pessoas.
Exemplo: comer com talher e não com pauzinhos.

Os indivíduos, através do processo de endoculturação, assimilam os diferentes elementos da cultura e passam a agir de acordo com os padrões estabelecidos pelo grupo ou sociedade.

O padrão cultural é, portanto, um comportamento generalizado, estandardizado e regularizado; ele estabelece o que é aceitável ou não na conduta de uma dada cultura.

Nenhuma sociedade é totalmente homogênea. Existem padrões de comportamento distintos para homens e mulheres, para adultos e jovens. Quando os elementos de uma sociedade pensam e agem como membros de um grupo, expressam os padrões culturais do grupo.

O comportamento do indivíduo é influenciado pelos padrões da cultura em que vive. Embora cada pessoa tenha caráter exclusivo, devido às próprias experiências, os padrões culturais, de diferentes sociedades, produzem tipos distintos de personalidades, característico dos membros dessas sociedades. O padrão se forma pela repetição contínua. Quando muitas pessoas, em dada sociedade, agem da mesma forma ou modo, durante um largo período de tempo, desenvolve-se um padrão cultural.

Exemplo: o matrimônio, como padrão cultural brasileiro, engloba o complexo do casamento, que inclui vários traços (cerimônia, aliança, roupas, flores, presentes, convites, agradecimentos, festa, jogar arroz nos noivos, amarrar latas no carro etc.): o complexo da vida familiar, de cuidar da casa, de criar filhos, de educar as crianças.

Ir à igreja aos domingos, participar do carnaval, assistir futebol, comer três vezes ao dia são alguns dos inúmeros padrões de comportamento que constituem a cultura total.

7.2.4 Configurações Culturais

Configuração cultural consiste na integração dos diferentes traços e complexos de uma cultura, com seus valores objetivos mais ou menos coerentes, que lhe dão unidade.

Ruth Benedict (s.d.: 37), que introduziu a idéia de configuração cultural na Antropologia moderna, escreve: “uma cultura é um modelo mais ou menos consistente de pensamento e ação (...). Não é apenas a soma de todas as suas partes, mas o resultado de um único arranjo e única inter-relação das partes, do que resultou uma nova entidade”.

A configuração cultural é uma qualidade específica que caracteriza uma cultura. Tem sua origem no inter-relacionamento de suas partes.

Desse modo, a cultura deve ser vista como um todo, cujas partes estão de tal modo entrelaçadas, que a mudança em uma das partes afetará as demais. Ao estudar uma cultura, deve-se ter visão conjunta de suas instituições, costumes, usos, meios de transporte etc. que estejam influenciando entre si.

Duas sociedades com a mesma soma de elementos culturais podem apresentar configurações totalmente diferentes, dependendo do modo como esses elementos estão organizados e relacionados.

Exemplo: índios Pueblos e Navajos das Planícies (EUA).

7.2.5 Áreas Culturais

As áreas culturais são territórios geográficos onde as culturas se asseme-
lham. Os traços e complexos culturais mais significativos estão difun-
didos, resultando um modo peculiar e característico de seus grupos cons-
tituintes.

A área cultural refere-se a um território relativamente pequeno em fa-
ce ao da sociedade global, no qual os indivíduos compartilham os mesmos
padrões de comportamento.

A área cultural nem sempre corresponde às divisões geográficas, ad-
ministrativas ou políticas. O conceito, que a princípio referia-se mais à
cultura material do que a outros aspectos, tornou-se com o passar do tem-
po, face às pesquisas realizadas, mais abrangente.

O estudo das áreas é importante para o conhecimento de povos ágra-
fos ou para análise histórica das tribos antigas, a fim de descobrir a ori-
gem e difusão de traços culturais. É importante também para verificar as
mudanças que ocorrem na cultura.

7.2.6 Subcultura

O termo *subcultura*, em geral, significa alguma variação da cultura
total. Para Ralph Linton, a cultura é um agregado de subculturas.

Subcultura pode ser considerada como um meio peculiar de vida de
um grupo menor dentro de uma sociedade maior. Embora os padrões da
subcultura apresentem algumas divergências em relação à cultura central
ou à outra subcultura, mantêm-se coesos entre si.

A subcultura não tem conotação valorativa, ou seja, não é superior ou
inferior à outra; são apenas diferentes, devido à organização e estrutura
de seus elementos. Também não está necessariamente ligada a determina-
do espaço geográfico. Uma área cultural pode corresponder a uma subcul-
tura, mas dificilmente ocorre o inverso, isto é, uma subcultura identificar-
-se com determinada área cultural.

Alguns antropólogos associam o termo *subcultura* a certos grupos re-
gionais, étnicos, castas e classes sociais.

Exemplo: os quichuas do Perú, os índios das Planícies (EUA), a cul-
tura do Nordeste brasileiro.

7.2.7 Tipos: Folkways, Mores e Leis

A maneira de viver de um grupo social implica normas de compor-
tamento, muitas delas estabelecidas há tempos atrás.

As normas de comportamento social foram classificadas por Sumner em duas categorias diferentes: os *folkways* (usos) e os *mores* (costumes). Esta divisão dos padrões de comportamento se estende, portanto, desde os de menor importância até os obrigatórios e universais. Entre os usos mais frouxos e os costumes mais rigorosos forma-se um contínuo que, tendo-se em vista as variedades dentro de cada categoria, dificulta a delimitação das fronteiras entre um e outro. Essa passagem, fluida e imprecisa, torna difícil classificar alguns padrões situados nesse contínuo, por parecer pertencerem às duas categorias. Nesse caso temos as regras sobre o recato no trajar, o consumo de bebidas alcoólicas etc.

Folkways. Padrões não obrigatórios de comportamento social exterior constituem os modos coletivos de conduta, convencionais ou espontâneos, reconhecidos e aceitos pela sociedade. Praticamente, regem a maior parte da nossa vida cotidiana, sem serem deliberadamente impostos. Indicam o que é adequado ou socialmente correto. Não têm caráter obrigatório, mas são bastante difundidos.

Segundo Sumner, surgem de uma necessidade coletiva para a solução de problemas imediatos. A pessoa que infringe um *folkway* pode ser taxada de excêntrica, distraída, mas a infração não constitui uma ameaça ao grupo. As sanções são brandas, quase despercebidas, como o riso, o ridículo.

Os usos não são superficiais e tampouco transitórios, mas mudam com o tempo. As mulheres de hoje, por exemplo, exercem algumas profissões que no passado eram consideradas somente como tarefas dos homens. A linguagem também muda.

Exemplos de *folkways*: convenções, formas de etiqueta, celebração da puberdade, estilos de construções, rituais de observância religiosa, rotinas de trabalho e lazer, convenções da arte ou da guerra, maneiras de cortejar, de vestir etc.

Mores. "São as normas moralmente sancionadas com vigor", segundo Ely Chinoy (1971:60). Constituem comportamento imperativo, tido como desejável pelo grupo, apesar de restringir e limitar a conduta. São essenciais e importantes ao bem-estar da sociedade e aparecem como normas reguladoras de toda cultura. Apesar da obrigatoriedade e imposição, são considerados justos pelo grupo que os compartilha.

Os *mores* têm caráter ativo e seu controle pode ser consciente ou inconsciente; são sancionados pela tradição e sustentados pelas pressões da opinião de grupos: ridículo, mexerico, castigos, não aceitação. Como forma de controle natural, penetram nas relações sociais. Suas normas de conduta regulam o comportamento social, restringindo, moldando e reprimindo certas tendências dos indivíduos. Têm maior conteúdo emocional do que os usos.

A não-conformidade com os *mores* provoca desaprovação moral. A reação do grupo é violenta e séria, como no adultério, roubo, assassinio e incesto, na sociedade ocidental. Entretanto, há amplas variações nas atitudes dos grupos em relação a essas regras, de acordo com as diferentes culturas.

Quem obedece aos costumes recebe o respeito, a aprovação, a estima pública. Quem os viola, além do sentimento de culpa, cai no ostracismo e sua reputação sofre desvios. É apedrejado, ridicularizado, encarcerado, açoitado, exilado, degradado, excomungado, morto.

O desertor, o traidor, a mãe que abandona os filhos e o estuprador são repudiados pela sociedade, e as sanções a eles aplicadas servem mais como exemplo para os outros do que propriamente corrigenda para eles.

Exemplos de *mores*: atos de lealdade e patriotismo, cuidado e trato das crianças, enterro dos mortos, uso de roupas, monogamia etc., em nossa sociedade.

Os *mores* variam de sociedade para sociedade. Coisas terminantemente proibidas em determinadas culturas podem ser aceitas, permitidas e mesmo encorajadas em outras. Em algumas sociedades é permitido matar recém-nascidos e velhos desamparados, ter várias esposas. Esses *mores*, radicalmente diferentes dos conhecidos por nós, não só escandalizam como também causam repulsa e horror.

Tanto os *mores* quanto os *folkways* estão sujeitos a mudanças que nem sempre são lentas. A escravidão é um exemplo: considerada moral no passado, é imoral hoje.

O comportamento nas sociedades simples é regulado principalmente pelos costumes; nas sociedades complexas, além dos *mores*, há as leis.

Leis. São “regras de comportamento formuladas deliberadamente e impostas por uma autoridade especial”, escrevem Biesanz e Biesanz (1972: 58). São decretadas com a finalidade de suprir os costumes que começam a desintegrar-se, a perder o seu controle sobre os indivíduos. Nas sociedades pequenas e unificadas, as pressões e sanções informais são suficientes para manter o comportamento grupal; nas sociedades complexas são necessários controles mais formais, decretados e exercidos pelas instituições políticas, jurídicas ou pelo Estado.

A linha divisória entre leis e *mores* também não é fácil de ser traçada, tanto nas sociedades simples quanto nas complexas. Assim como os costumes podem transformar-se em leis, estas podem tornar-se *mores*.

As leis servem a diferentes propósitos:

- impõem os *mores* aceitos pelo grupo cultural;
- regulam novas situações, fora dos costumes;

- substituem costumes antigos e ineficazes;
- congregam os padrões reais com os ideais e os valores imperantes.

Exemplos de *mores* impostos por lei ou por ela reforçados: monogamia, bem-estar da esposa e dos filhos, a punição do roubo, do estupro, do assassinato etc.

7.3 PROCESSOS CULTURAIS

Processo é a maneira, consciente ou inconsciente, pela qual as coisas se realizam, se comportam ou se organizam.

As culturas mudam continuamente, assimilam novos traços ou abandonam os antigos, através de diferentes formas. Crescimento, transmissão, difusão, estagnação, declínio, fusão são aspectos aos quais as culturas estão sujeitas.

7.3.1 Mudança Cultural

Mudança é qualquer alteração na cultura, sejam traços, complexos, padrões ou toda uma cultura, o que é mais raro. Pode ocorrer com maior ou menor facilidade, dependendo do grau de resistência ou aceitação. O aumento ou diminuição das populações, as migrações, os contatos com povos de culturas diferentes, as inovações científicas e tecnológicas, as catástrofes (perdas de safras, epidemias, guerras), as depressões econômicas, as descobertas fortuitas, a mudança violenta de governo etc. podem exercer especial influência, levando a alterações significativas na cultura de uma sociedade.

Quando o número de elementos novos, adotados, supera os antigos, que caíram em desuso, tem-se o crescimento da cultura. As mudanças podem ser realizadas com lentidão ou com rapidez (como ocorre atualmente, face aos meios de comunicação) devido aos contatos diretos e contínuos entre povos.

A mudança pode surgir em consequência de fatores internos — *endógenos* (descoberta e invenção) ou externos — *exógenos* (difusão cultural). Assim, tem-se mudança quando:

- a) novos elementos são agregados ou os velhos aperfeiçoados por meio de invenções;
- b) novos elementos são tomados de empréstimo de outras sociedades;

- c) elementos culturais, inadequados ao meio ambiente, são abandonados ou substituídos;
- d) alguns elementos, por falta de transmissão de geração em geração, se perdem.

O crescimento de uma cultura não é uniforme nem contínuo, no espaço e no tempo, pois está sujeito a variações.

Quando os povos mantêm-se isolados ocorre a estagnação, pois a cultura permanece relativamente estática, modificando-se apenas em consequência de ações internas. Mas só as culturas totalmente isoladas podem manter-se estáveis.

Se os elementos culturais desaparecem, tem-se o declínio cultural. Muitas vezes, condições religiosas, sociais e ambientais levam ao desaparecimento ou mudança de um complexo cultural. Por um lado, se um simples traço ou toda uma cultura pode desaparecer, por outro lado, o renascimento cultural pode ocorrer, em consequência de fatores endógenos ou exógenos.

Quando os elementos novos, acrescentados a uma cultura, forem menos significativos em relação aos anteriores, desaparecidos, a cultura permanece estacionária ou declina.

O crescimento, no âmbito geral de uma cultura, não se processa no mesmo ritmo, em todos os setores. Esse retardamento ou diferença de movimento entre as partes de uma cultura recebe o nome de demora ou retardamento cultural.

As modificações na cultura, segundo Murdock (*In*: Shapiro, 1966:208 e seg.), estão relacionadas com quatro fatores: inovações, aceitação social, eliminação seletiva e integração.

Inovação. Sempre começa com o ato de alguém e pode ser efetuada de cinco maneiras:

- a) **Variação** — representada por uma ligeira mudança nos padrões de comportamento;
- b) **Invenção ou descoberta** — através da criatividade. Os processos de descoberta e invenção podem ser atribuídos à casualidade ou à necessidade. Algumas invenções são absolutamente locais; outras exigem um meio geográfico propício para se desenvolverem, por isso, são em número reduzido.

No campo das inovações, deve-se fazer distinção entre:

- **descoberta** — aquisição de um elemento novo, coisa já existente (eletricidade, vapor);
- **invenção** — aplicação da descoberta (lâmpada, máquinas).

As invenções, em geral, são atribuídas a substâncias concretas, mas o termo pode ser aplicado às coisas imateriais, como um novo costume, uma nova organização.

A invenção pode ser **não volutiva** ou acidental, e **volutiva**, ou seja, resultado de um processo racional.

No crescimento da cultura, cada novo traço cultural nada mais é do que o desenvolvimento de elementos culturais existentes anteriormente. Mesmo que pareçam totalmente novas, as invenções são compostas de velhos elementos, como os sindicatos, cuja origem se encontra na organização dos trabalhadores por ofícios. Poucos elementos de uma cultura são inventos locais: a grande parte da herança cultural brasileira, por exemplo, proveio de Portugal, de algumas regiões da África, da Europa e de outras localidades.

- c) **Tentativa** — quando surgem elementos que tenham pouca ou nenhuma ligação com o passado.

Exemplo: máquina de escrever e computadores.

- d) **Empréstimo cultural** — elementos vindos de outra cultura.

De todas as inovações, o empréstimo cultural é o meio mais comum e importante. Depende do contato humano e, nesse caso, o inovador é apenas o seu introdutor. O empréstimo cultural não necessita ser completo; às vezes, a única coisa emprestada é a forma. Muitas vezes resulta do desejo de adoção de um elemento cultural mais adequado.

Exemplo: fumo, arado, zen-budismo, Papai Noel etc.

- e) **Incentivo** — elemento alheio, aceito por um povo quando atende às suas necessidades. É essencial ao empréstimo cultural.

Exemplo: rádio, televisão, robô e computador.

Aceitação Social. É a adoção de um novo traço cultural através da imitação ou do comportamento copiado. No início, esse elemento pode ser aceito apenas por um indivíduo, estendendo-se depois aos demais. Preconceitos preexistentes dos membros de uma sociedade receptora facilitam ou bloqueiam a aceitação ou o empréstimo de uma nova possibilidade cultural.

A aceitação de um traço depende, muitas vezes, do seu significado. Ele é avaliado, aceito com ou sem modificações ou rejeitado, pela cultura receptora. A aceitação vai depender de sua utilização ou necessidade. Todavia, a sociedade pode aceitar traços não utilitários como um jogo, uma ideologia, mas a aceitação é mais demorada.

Eliminação seletiva. Consiste na competição pela sobrevivência feita pelo elemento novo. Quando um traço cultural ainda se revela mais compensador do que suas alternativas, ele perdura; mas quando deixa de satisfazer as necessidades do grupo, cai no desuso e desaparece, numa espécie de processo seletivo.

Exemplo: a liteira, a carruagem, o trole, que foram substituídos pelo automóvel, a bicicleta, a motocicleta etc.

Integração cultural. O processo de integração, segundo Ralph Linton (1959:377), consiste no “desenvolvimento progressivo de ajustamento cada vez mais completo, entre os vários elementos que compõem a cultura total”. A integração nunca é perfeita, pois há sempre modificações na cultura. Na integração deve haver adaptação progressiva, ajustamento recíproco entre os elementos culturais.

7.3.2 Difusão Cultural

Difusão “é um processo, na dinâmica cultural, em que os elementos ou complexos culturais se difundem de uma sociedade a outra”, afirmam Hoebel & Frost (1981:445). As culturas, quando vigorosas, tendem a se estender a outras regiões, sob a forma de empréstimo mais ou menos consistente. A difusão de um elemento da cultura pode realizar-se por imitação ou por estímulo, dependendo das condições sociais, favoráveis ou não, à difusão. O tipo mais significativo de difusão é o das relações pacíficas entre os povos, numa troca contínua de pensamentos e invenções. Nem tudo, porém, é aceito imediatamente: há rejeições em relação a certos traços culturais. Quase sempre ocorre uma modificação no traço de uma cultura tomado de empréstimo pela outra, havendo reinterpretação posterior pela sociedade que o adotou.

Um traço, vindo de outra cultura através do empréstimo, pode sofrer reformulações quanto à forma, à aplicação, ao significado e à função.

As condições geográficas e o isolamento são fatores de impedimento à difusão cultural, que inclui três processos:

- a) apresentação de um ou mais elementos culturais novos a uma sociedade;
- b) aceitação desses elementos;
- c) integração na cultura existente, de um ou mais elementos.

7.3.3 Aculturação

Aculturação é a fusão de duas culturas diferentes que entrando em contato contínuo originam mudanças nos padrões da cultura de ambos os grupos. Pode abranger numerosos traços culturais, apesar de, na troca recíproca entre as duas culturas, um grupo dar mais e receber menos. Dos contatos íntimos e contínuos entre culturas e sociedades diferentes resulta um intercâmbio de elementos culturais. Com o passar do tempo, essas culturas fundem-se para formar uma sociedade e uma cultura nova. O exemplo mais comum relaciona-se com as grandes conquistas.

Assimilação. A assimilação, como uma fase de aculturação, seria o processo mediante o qual os grupos que vivem em um território comum, embora procedentes de lugares diversos, alcançam uma “solidariedade cultural”.

O termo *aculturação*, no entanto, vem sendo empregado ultimamente, também, como fusão de subculturas ou cultura rural *versus* cultura urbana.

No processo de aculturação deve haver a fusão completa dos grupos de origens diversas, supressão de um grupo ou de ambos, e a persistência dos dois no equilíbrio dinâmico da sociedade.

Segundo Herskovits, o termo *aculturação* “não implica, de modo algum, que as culturas que entram em contato se devam distinguir uma da outra como ‘superior’ ou ‘mais avançada’, ou como tendo um maior ‘conteúdo de civilização’, ou por diferir em qualquer outra forma qualificativa”.

Exemplo: a cultura brasileira resultou, em princípio, da fusão das culturas européia, africana e indígena.

O processo de aculturação inclui o processo de sincretismo e transculturação.

Sincretismo. Em religião, sincretismo seria a fusão de dois elementos culturais análogos (crenças e práticas), de culturas distintas ou não.

Exemplo: macumba, que contém traços do catolicismo, do fetichismo africano e indígena e do espiritismo.

Em linguagem, consiste no uso de uma forma gramatical particular, a fim de realçar as funções de outra ou de outras, além da sua.

Exemplo: abacaxi (fruta ou problema); pão (alimento ou rapaz bonito).

Transculturação. Consiste na troca de elementos culturais entre sociedades diferentes.

Exemplo: os sírio-libaneses trouxeram o quibe, a *esfiha* para o Brasil, e adotaram o arroz com feijão.

A aculturação consiste, pois, em uma forma especial de mudança. A sociedade que sofre o processo de aculturação modifica a sua cultura, ajustando ou conformando seus padrões culturais aos daquela que a domina. Entretanto, embora sofra grandes alterações no seu modo de vida, conserva sempre algo de sua própria identidade.

No processo de aculturação, a mudança surge como um desvio das normas consuetudinárias existentes, afirmam Hoebel e Frost. O desvio é realizado de formas diferenciadas, ou seja, com “entusiasmo, desprezo, totalmente desaprovado, sancionado levemente ou lentamente ou totalmente rejeitado”.

Em nenhuma sociedade os processos de aculturação ocorrem total ou instantaneamente; a mudança é sempre mais rápida e aceita com maior facilidade em relação a traços materiais.

Quando um traço novo entra em competição com outro já existente e o substitui, tem-se a deculturação.

Exemplo: o fogão a gás que substituiu o de lenha.

7.3.4 Endoculturação

O processo de “aprendizagem e educação em uma cultura desde a infância” é chamado *endoculturação* tanto por Felix Keesing quanto por Hoebel e Frost. Herskovits emprega o termo *enculturação* para conceituar a mesma coisa, significando, além disso, o processo que estrutura o condicionamento da conduta, dando estabilidade à cultura.

Cada indivíduo adquire as crenças, o comportamento, os modos de vida da sociedade a que pertence. Ninguém aprende, todavia, toda a cultura, mas está condicionado a certos aspectos particulares da transmissão de seu grupo.

As sociedades não permitem que seus membros ajam de forma diferenciada. Todos os atos, comportamentos e atitudes de seus membros são controlados por ela.

7.4 CULTURA E SOCIEDADE

Segundo Hoebel e Frost (1981:28), a sociedade e a cultura “não são uma coisa só. A sociedade humana é constituída de pessoas; a cultura é constituída de comportamento de pessoas. Podemos dizer que a pessoa pertence à sociedade, mas seria errôneo afirmar que a pessoa pertence a uma cultura; o indivíduo manifesta a cultura”.

Para Fichter (1973:166), a sociedade consiste em uma “estrutura formada pelos grupos principais, ligados entre si, considerados como uma unidade e participando todos de uma cultura comum” (ver Capítulo 15).

As culturas atendem aos problemas da vida do indivíduo ou do grupo, e as sociedades necessitam da cultura para sobreviverem. Ambas estão intimamente relacionadas: não há sociedade sem cultura assim como não há cultura sem sociedade (homens).

8 Estrutura e Organização Social

Este capítulo aborda a análise da estrutura e da organização social sob dois enfoques: o tradicional e o da abordagem de sistemas. Permite:

1. Compreender a diferença entre estrutura e organização social sob o enfoque tradicional.
2. Entender a correlação entre organização social e ordem social, na análise da sociedade.
3. Diferenciar funções manifestas de funções latentes e conhecer o que se entende por "efeitos perversos" na ordem social.
4. Tomar ciência do aspecto histórico do desenvolvimento da abordagem de sistemas.
5. Conhecer e utilizar, na análise da sociedade, o moderno enfoque de sistemas.
6. Verificar como se apresentam os 14 Sistemas Sociais Específicos da Teoria da Organização Humana.

8.1 NOÇÕES DE ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

O termo estrutura tem recebido diferentes conceituações de antropólogos e sociólogos, que muitas vezes apresentam proposições diferentes, e até mesmo opostas. Spencer foi o primeiro a empregar o termo estrutura, ao estabelecer paralelo entre a organização e a evolução de organismos vivos e a organização e a evolução da sociedade; considerava estrutura toda a organização de células, de órgãos e de partes. Em outras palavras, estru-

tura seria a maneira como as partes de um todo se encontram articuladas entre si. Todavia, Spencer não fez distinção precisa entre estrutura e organização.

8.1.1 Proposições de Radcliffe-Brown

Radcliffe-Brown considera “como parte da estrutura social todas as relações sociais de pessoa a pessoa... No estudo da estrutura social, a realidade concreta de que cuidamos é o conjunto de relações realmente existentes, em dado momento, e que ligam certos seres humanos” (In: Pier-son, 1970b:160).

Em sua proposição, afirma que as ações e interações entre os seres humanos formam uma estrutura de relações cuja continuidade é mantida através do funcionamento de elementos estruturais particulares, tais como instituições, organizações, cerimônias, rituais. Estes elementos deviam ser analisados do ponto de vista de sua contribuição para a manutenção do sistema social; isto porque nem todos os elementos, na vida de uma comunidade, possuem uma função essencial para a continuidade da mesma, e existem também reminiscências do passado, destituídas de seu significado anterior. Radcliffe-Brown parte do princípio de que “as relações sociais só são observadas e só podem ser descritas com referência ao comportamento recíproco das pessoas relacionadas. A forma da estrutura social tem, portanto, de ser descrita pelos padrões de comportamento a que se conformam indivíduos e grupos nas suas inter-relações” (1973:167). Deve-se, pois, analisar a *forma estrutural*, ou seja, as relações gerais, independentes das variações individuais apresentadas e dos diferentes indivíduos que delas participam.

Através do tempo, a continuidade da estrutura social não é estática, mas dinâmica, pois as relações reais de pessoas e grupos se alteram: a vida social renova constantemente a estrutura social. Enquanto a estrutura real se modifica, a forma estrutural geral permanece relativamente estável durante determinado período de tempo; ela muda gradativamente e, em certas circunstâncias, com relativa rapidez, como ocorre nas revoluções e guerras. Na opinião de Radcliffe-Brown, mesmo as transformações revolucionárias permitem a manutenção de alguma continuidade, pois todo o sistema social se caracteriza pela *unidade funcional*, com as diversas partes relativamente bem integradas. Assim, a unidade funcional é um “estado de equilíbrio” para o qual tendem os sistemas sociais. As perturbações internas (revoluções) e as externas (guerras) dão origem a reações que contribuirão para o restabelecimento do equilíbrio.

Estabelecendo uma distinção entre estrutura social e organização social, Radcliffe-Brown cita como exemplo um exército moderno, indicando

que a estrutura seria a combinação em grupos: divisões, brigadas, batalhões, companhias, pelotões etc.; e a combinação hierárquica: generais, coronéis, majores, capitães, tenentes etc. A organização consistiria na combinação das atividades especializadas dos indivíduos; assim, numa organização, cada pessoa teria um papel.

Portanto, quando estudamos o sistema estrutural, referimo-nos ao sistema de *posições sociais*, ao passo que, estudando a organização, fazemos referência a um *sistema de papéis*.

8.1.2 Morris Ginsberg

Ginsberg limitou o termo estrutura às relações mais permanentes nas sociedades. Conceituou a estrutura social como “o complexo dos principais grupos e instituições que constituem as sociedades” (*Apud Bottomore*, 1965a:98). Bottomore considera importante essa posição que demonstra a conexão entre relações sociais abstratas e os grupos sociais nelas envolvidos, ou que lhes dão origem. “Deste ponto de vista, o estudo da estrutura social pode ser empreendido em termos de disposições situacionais de relações entre grupos sociais, ou de ambos juntamente” (1965a:98).

8.1.3 T. B. Bottomore

Bottomore opinou que, das diferentes concepções de estrutura, a mais adequada é aquela que se refere ao complexo das principais instituições e grupos de uma sociedade. Considera fácil identificar estas instituições e grupos, pois se relacionam com as exigências básicas ou os pré-requisitos funcionais da sociedade:

- Sistema de comunicações, que passa a existir desde que apareça uma linguagem.
- Sistema econômico, relacionado com a produção, a circulação e a distribuição de bens e serviços.
- Sistema de socialização das novas gerações, incluindo família e educação.
- Sistema de autoridade e distribuição de poder.
- Sistema de ritual, cuja finalidade é manter e aumentar a coesão social do grupo e dar significação social a acontecimentos pessoais (nascimento, puberdade, casamento e morte).

8.1.4 Brown e Barnett

Brown e Barnett sugerem uma diferenciação para os termos estrutura e organização social, tendo por base a constatação de que os membros e os grupos de uma sociedade são unidos por um sistema de relações de obrigação, isto é, por uma série de deveres e direitos (privilégios) recíprocos, aceitos e praticados por eles. Assim, "organização social refere-se aos sistemas de relações de obrigação que existem entre os grupos que constituem uma determinada sociedade, ao passo que estrutura social se refere à colocação e posição de indivíduos e de grupos dentro desse sistema de relações de obrigação" (In: Pierson, 1970b:174).

Exemplo: ao analisar a natureza e o funcionamento das "relações de obrigação" atuantes entre os diversos grupos de uma sociedade, estaríamos descrevendo a organização social, e ao estudar a posição, com referência uns aos outros, dos numerosos grupos, posição que se manifesta no sistema de "relações de obrigação" familiares, políticas, econômicas, religiosas etc., estaríamos analisando a estrutura social. Portanto, "o agrupamento de indivíduos, segundo posições, que resulta dos padrões essenciais de relações de obrigação, constitui a estrutura social de uma sociedade" (In: Pierson, 1970b:181).

8.2 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ORDEM SOCIAL

8.2.1 Conceituação e Componentes da Ordem Social

Ogburn e Nimkoff partem de outro enfoque: a ordem social. Consideram que a ordem social é fundamentalmente baseada em grupos de pessoas e na disposição de seus comportamentos. A ordem social teria dois aspectos básicos: a estrutura e as funções realizadas pela estrutura. Na sociedade, a estrutura seria a organização de grupos de pessoas, e a função, aquilo que o grupo faz. A relação entre a estrutura e a função é objeto de interesse, principalmente quando se deseja saber a eficácia de determinada estrutura, em comparação com outra, para a realização de uma função ou para atingir um dado objetivo. Exemplo: desejamos conhecer a relativa eficácia das sociedades capitalista e socialista, em relação a determinada finalidade.

O principal interesse de análise está centralizado no comportamento dos grupos. A ação é a unidade básica do funcionamento da estrutura social; as ações de uma pessoa em relação a outra são ações sociais; por este motivo, falamos de ações e interações sociais. Quando estas ações sociais são freqüentemente repetidas, convertem-se em normas ou costumes, que formam a base de uma ordem de comportamento social. Em uma sociedade bem organizada, as normas estão ajustadas ou harmonizadas entre si: este ajuste produz equilíbrio na sociedade. Isto significa ordem na *função*.

Existe também ordem na *estrutura*, na disposição de partes ou pessoas. Esta disposição ocorre através de organizações sociais, tais como a família,

a empresa, o partido político e outras. Em todos os casos existe certa disposição das pessoas ou partes componentes da organização, formando um modelo ou esquema. A ordem social não é habitual ou automática, pois há necessidade de ser estabelecida e mantida numa dada sociedade; a função de manter a ordem social pertence ao governo. É por esta razão que se pode classificar de *funcional* o comportamento dos membros de um grupo, quando tal comportamento apóia a estrutura social existente, e de *disfuncional*, quando não apóia a estrutura social ou é contrário a ela. Esta concepção de função relaciona-se com o *status quo* e não é *normativa* (valorativa).

A função de uma organização pode ser vista sob dois aspectos:

- Relação mútua do funcionamento das partes da organização.
- Relação do funcionamento da organização como um todo para a consecução de determinada tarefa, fora da interação de seus membros. Exemplo: na escola, uma série de funções internas diz respeito às interações entre seus membros, baseadas na competição ou no conflito, e há uma relação no que diz respeito ao funcionamento de suas partes, isto é, administração, corpo docente, corpo discente e outras; também existem funções orientadas para o exterior, servindo diretamente às necessidades da sociedade geral: socialização e instrução.

Estes dois pontos de vista dizem respeito a todas as organizações sociais, pois cada uma possui identidade própria e, ao mesmo tempo, faz parte de um sistema social total. Denominam-se *expressivas* as funções interpessoais, relacionadas com o moral do grupo, e *instrumentais* todas as demais funções.

A existência das organizações baseia-se em sua eficácia para realização de coisas ou objetivos. Entretanto, em sua sociedade, em dado momento, nem todas as organizações são eficazes: existem algumas cuja eficiência pertence ao passado, mas que persistem por inércia.

8.2.2 Funções Manifestas e Funções Latentes

Por outro lado, torna-se evidente que a existência das organizações sociais visa atender a determinadas finalidades. Exemplo: a função da família é ordenar as relações sexuais, atender à reprodução, satisfazer às necessidades econômicas de seus membros e as educacionais, sob a forma de socialização e transmissão de status; a função da escola é educar a população, inclusive no aspecto profissional. Estas finalidades, pretendidas e esperadas das organizações, são denominadas *funções manifestas*.

É evidente que a análise da real atuação das organizações sociais demonstra que, ao realizar suas funções manifestas, muitas vezes as mesmas obtêm conseqüências não pretendidas, não esperadas e, inclusive, não reconhecidas, sendo que a maioria dos autores as denomina *funções latentes*. Exemplo: a ideologia predominante em uma democracia é a de que todos

devem ter as mesmas oportunidades, o que leva os componentes da sociedade à crença de que todos são iguais; ora, a função latente manifesta-se num aumento da inveja, já que até mesmo o sistema educacional amplia as desigualdades existentes entre os indivíduos, de acordo com o grau de escolaridade.

Para Ogburn e Nimkoff, o termo “latente” pode ser também empregado para incluir funções clandestinas: nas sociedades complexas desenvolvem-se certas organizações sociais não oficiais, em virtude de não ser a estrutura oficial capaz de satisfazer às necessidades de determinados subgrupos. Por exemplo, o coronelismo, no Brasil, prosperou porque pôde proporcionar certos serviços que a estrutura oficial não tinha condições de proporcionar, ou encontrava dificuldades para oferecer: todos os tipos de ajuda (dinheiro, alimentação, empregos etc.) a grupos necessitados. Ainda hoje, políticos podem oferecer certos privilégios desejáveis por determinados grupos, como, por exemplo, as companhias de construção; vias de mobilidade social aos que não têm acesso às vias legítimas; ajuda aos donos de negócios ilegais, sob a forma de proteção contra a intervenção de outros organismos.

8.2.3 Efeitos Perversos

A conceituação de *função latente* como consequência não pretendida, não esperada e, até, não reconhecida, levou a análise desses fenômenos a duas posturas.

A primeira, e mais recente, de Raymond Boudon, no livro *Efeitos perversos e ordem social*, considera a existência de repercussões sociais não intencionais das ações humanas intencionais, que denomina “efeito perverso”. Conhecido na economia, o efeito perverso pode ser exemplificado como a ação intencional de um grande número de pessoas que, em um período de inflação, comprem produtos que só irão utilizar dentro de um mês, por exemplo, baseadas no raciocínio de que dentro de um mês os preços serão, quase que certamente, mais elevados. O resultado dessas ações, no entanto, é no sentido de contribuir para a perpetuação da inflação. Por definição, os efeitos perversos são os efeitos não desejados, e geralmente opostos, de ações intencionais que visam a um objetivo específico. Analisando a correlação entre efeitos perversos e mudanças ou mobilidade social, Boudon cita o exemplo da atuação estatal no desenvolvimento dos índices de escolarização, que visam alcançar a meta da redução das desigualdades econômicas, em outras palavras, atenuação da desigualdade das possibilidades escolares e aumento da mobilidade social. Ora, o efeito perverso revela-se ao se verificar que o resultado principal do aumento da procura da educação parece ser o de exigir do indivíduo uma escolaridade cada vez maior; em contrapartida, as esperanças sociais permanecem, elas

próprias, inalteradas: o aumento da procura de educação, ao nível do ensino superior, torna o retorno social, que o estudante pode esperar de seus estudos universitários, mais aleatório. Vemos claramente esta situação ao analisar a conjuntura brasileira, vigente nas grandes cidades: universitários, e mesmo pós-graduados, estão exercendo atividades perfeitamente passíveis de serem realizadas por indivíduos de escolaridade inferior à deles, pela saturação do mercado de trabalho, em determinados setores de atividade, por “diplomados”.

A segunda, defendida por Merton em sua obra *Sociologia; teoria e estrutura*, postula a importância da análise das funções latentes no sentido de ampliar a atenção do observador para mais além da mera questão de saber se a conduta de indivíduos ou grupos consegue alcançar ou não a sua finalidade “confessada”. Como exemplo, o autor cita as cerimônias dos Hopi, destinadas a produzir abundante chuva. Ora, como ele mesmo aponta, se um observador se limitasse ao problema de saber se existe uma função manifesta, isto é, deliberada, nessas cerimônias, a indagação se desviaria do sociólogo para o meteorologista: e estes estão concordes em afirmar que a cerimônia da chuva não produz chuva. Podemos encontrar dois significados para esta constatação: considerar tais práticas como “superstições”, “irracionalidades”, “simples inércia da tradição” etc., ou verificar, simplesmente, que a cerimônia não tem este uso técnico (*fazer chover*), que esta finalidade da cerimônia e suas consequências reais não coincidem. Mas, se se utilizar o conceito de *função latente*, a investigação continua, examinando as consequências da cerimônia, não para os fenômenos meteorológicos (ou os deuses da chuva), mas para o grupo que a realiza. E, assim, verifica-se que o cerimonial tem realmente funções, mas “funções latentes ou não deliberadas”: reforçar a unidade do grupo, “proporcionando uma ocasião periódica em que os indivíduos disseminados de um grupo se reúnem para entregar a uma atividade comum (...) tais cerimônias constituem um meio de expressar, coletivamente, sentimentos que, numa análise ulterior, resultam ser uma fonte fundamental de unidade do grupo” (Merton, 1970:131-2).

8.3 SISTEMAS SOCIAIS

8.3.1 Conceituação

A ênfase que se tem dado à análise da composição de uma organização e à inter-relação de suas partes deu origem ao termo “sistema social”, definido por Parsons como “uma pluralidade de indivíduos que desenvolvem interações segundo normas e significados culturais compartilhados”, ou “um sistema social é composto por uma pluralidade de atores individuais, que desenvolvem interação em uma situação que tem pelo menos um as-

pecto físico ou ambiental; a motivação desses atores responde a uma tendência para a 'obtenção ótima da satisfação', e a relação que têm com suas situações, incluindo as de uns com os outros, se define e assenta em função de um sistema de símbolos culturalmente estruturados e compartilhados" (*Apud* Ogburn e Nimkoff, 1971:485 e seg.).

Segundo a concepção de Parsons, todos os sistemas sociais devem resolver quatro problemas básicos:

1. **adaptação** — a acomodação do sistema às exigências reais do ambiente, junto com a transformação ativa da situação externa;
2. **conquista de objetivos** — a definição dos objetivos e a mobilização de recursos para atingi-los;
3. **integração** — estabelecer e organizar as relações entre as unidades do sistema, coordenando-as e unificando-as em uma só entidade;
4. **latência** — a manutenção dos padrões motivacionais e culturais do sistema" (*Apud* Blau e Scott, 1970:52).

A estrutura de um sistema social inclui:

1. Subgrupos de vários tipos, interligados por normas relacionais.
2. Funções de vários tipos, dentro de um sistema maior e de subgrupos. Cada sistema de função está também ligado a outros, através de normas relacionais.
3. Normas reguladoras que governam os subgrupos e as funções.
4. Valores culturais.

Em um sistema social, cada um dos indivíduos que interatuam tem uma função a desempenhar. Quando essas funções são reconhecidas e apreciadas publicamente, denominam-se papéis. Cada pessoa interagente em um sistema social tem um ou vários papéis para desempenhar. As unidades que interatuam em um sistema social podem ser indivíduos (fundamentalmente), grupos ou organizações de pessoas. Exemplo: a escola possui grupos de indivíduos (administradores, professores, alunos) que têm funções relacionadas entre si; por outro lado, diversos tipos de escolas — maternal, 1.º e 2.º graus, superior, pós-graduação e outros — estão também relacionados entre si, em um sistema social.

Sob o ângulo metodológico, para Rudner um sistema comporta:

1. Uma identificação dos elementos que o compõem (conjuntos de unidades ou de objetos).
2. Uma especificação das características ou das propriedades dos elementos, em relação às quais os estados do sistema podem ser descritos.
3. Uma especificação das regras ou das leis que regem as interações dos elementos ou de suas propriedades, assim como a sucessão dos estados dos sistemas.

Em princípio, os elementos constitutivos de um sistema podem ser de qualquer tipo, desde indivíduos ou grupos até objetos ou funções, uma vez que haja entre eles uma ordem, uma interdependência, um caráter relacional.

O conceito de sistema social, utilizado pela Sociologia, não é novo. Ao contrário, entre os precursores dessa ciência, foi comum o uso de analogias, comparando o organismo social e os sistemas nele existentes com as demais ciências, mais precisamente com o objeto de estudo delas.

Walter Buckley (1971:24 e seg.), em seu livro *A sociologia e a moderna teoria dos sistemas*, faz um levantamento histórico do desenvolvimento do conceito de sistema social, que servirá de base para nossa interpretação.

8.3.2 Modelo Mecânico

No Século XVII, com o rápido desenvolvimento da Física e da Matemática, assim como da Mecânica, os filósofos sociais voltaram-se para uma interpretação do homem, do seu espírito e da sociedade em termos dos mesmos métodos, conceitos e suposições, surgindo assim a "Física Social", que "comparava o homem à máquina": na "mecânica social" encarava-se a sociedade como um "sistema astronômico", composto de elementos que eram seres humanos, ligados por atração mútua ou diferenciados pela repulsão. Dessa forma, os grupos de sociedades constituíram sistemas de "oposições equilibradas". O homem, os grupos e as inter-relações existentes entre eles constituíam uma continuidade ininterrupta com o resto do universo, que era interpretado de forma mecanicista. Baseava-se na ação recíproca de "causas naturais", que passaram a ser estudadas como sistemas de relações, medidos ou expressos em função de "leis da mecânica social".

Foram tomados de empréstimo os conceitos físicos de espaço, tempo, atração, inércia, força e poder, e aplicados ao homem e à sociedade. Assim, surgiram as concepções de "espaço moral ou social", onde se desenrolam os acontecimentos sociais; de "posição" no espaço social, da mesma forma que de um sistema de "coordenadas sociais", que definirá a posição do homem no espaço social; de processos sociais como resultados da "gravitação", "atração" e "inércia" de indivíduos e grupos, considerados os últimos como "sistema num equilíbrio de forças centrífugas e centrípetas". A organização social, o poder e a autoridade eram resultantes das "pressões de átomos e moléculas sociais", dando origem este conceito a dois ramos de estudo: o da *estática social*, ou a teoria do equilíbrio social, em analogia à estática na mecânica física, e o da *dinâmica social*, que corresponde ao estudo do movimento ou da mudança como funções do tempo e do espaço, que podem ser expressos por várias curvas matemáticas.

8.3.3 Modelo Orgânico

As concepções de "Física Social" do Século XVII perduraram até a segunda metade do Século XIX, quando sofreram uma revivescência, com

vários autores, dos quais o principal foi Vilfredo Pareto. Para ele o conceito de sistema é composto de elementos em mútuas inter-relações, que podem encontrar-se num estado de equilíbrio, de tal forma que “quaisquer alterações moderadas nos elementos ou em suas inter-relações, afastando-os da posição de equilíbrio, são contrabalançadas por alterações que tendem a restaurá-los”. Portanto, a idéia de sociedade como sistema de partes inter-relacionadas, com limites e com tendências (geralmente) de manter um equilíbrio, influenciou sociólogos até os nossos dias, sendo encontrada nas obras de Pitirim A. Sorokin e Talcott Parsons, entre outros. A grande diferença em relação às concepções originais é a admissão de que forças internas do sistema podem acarretar mudança, apesar de tenderem para o equilíbrio. Ora, na mecânica clássica tal idéia é inconcebível.

O analogismo orgânico, por sua vez, se bem que também antigo, toma foros de análise científica, com Herbert Spencer e seus seguidores. Da mesma forma que os progressos da ciência física influenciam o modelo mecânico, os da Biologia concorrem para o modelo orgânico. Neste, duas linhas de comparação são possíveis: comparar a sociedade aos organismos individuais e às espécies. A primeira foi escolhida por Spencer, o que conduziu à análise da sociedade como predominantemente cooperativa, da mesma forma que o são as partes de um organismo vivo. Em sua obra *Princípio de Sociologia* (Apud Buckley, 1971:30-1), Spencer declara:

“Todas as espécies de criaturas são iguais, à medida que cada qual exhibe cooperação entre seus componentes, em benefício do todo; e esse traço, comum a elas, é um traço comum também às sociedades. Além disso, entre os organismos individuais, o grau de cooperação mede o grau de evolução; e essa verdade geral também se aplica aos organismos sociais.”

Se, por outro lado, a sociedade for comparada a um agregado ecológico, será mais aplicável o modelo darwiniano de luta competitiva: a elevação “natural” e inevitável dos indivíduos “mais aptos” (assim como os grupos) na luta social competitiva.

O funcionalismo atual em Sociologia representa a versão moderna do modelo biológico. Mas, em vez de pôr em destaque o tema da luta competitiva, fala da estreita cooperação das partes, que conservam uma estrutura relativamente fixa dentro de limites rigorosos de desvio. O ponto básico é que, ao lidar com o sistema sócio-cultural, passamos para um novo nível de sistema e necessitamos de novos termos para expressar não só a característica *mantenedora da estrutura*, mas também a característica “*elaboradora da estrutura* e a característica *variável* do sistema inerentemente instável (...) o estado, que tende a permanecer constante, não deve ser identificado com a *estrutura particular* do sistema, pois, no intuito de manter um estado constante, o sistema pode precisar alterar sua estrutura particular”. Assim mesmo, porém, o funcionalismo tende a dar ênfase exage-

rada aos aspectos normativos mais estáveis, superdeterminados e sustentados do sistema social, com a colocação, em segundo plano, de outros aspectos igualmente importantes para uma análise dinâmica. Em outras palavras, o sistema social é quase sinônimo da parte dominante, institucionalizada, da estrutura social, deixando de lado as subculturas importantes, diferentes, aberrantes ou alternativas que constituem parte da *estrutura dada* de um sistema social complexo.

8.3.4 Modelo de Processo

O modelo de processo predomina, no início do Século XX, na sociologia americana, principalmente entre os sociólogos da "Escola de Chicago": Albion W. Small, Robert E. Park e Ernest W. Burgess. O modelo de processo encara a sociedade como uma interação complexa, multifacetada e fluida de graus e intensidades, amplamente variáveis de associação e dissociação. A estrutura é uma "construção abstrata e não algo distinto do processo interativo de marcha, mas a sua representação temporária, acomodativa, em qualquer tempo". O ponto fundamental é que esta concepção conduz à percepção básica de que os sistemas sócio-culturais são "inerentemente elaboradores e modificadores de estruturas", de tal forma que, para alguns autores, as palavras "processo" e "mudança" são sinônimas. Small, em seu livro *Sociologia geral* (Apud Buckley, 1971:38-9), afirma:

"A experiência humana compõe um processo associativo (...) a associação torna-se um processo acelerado de diferenciação ou permutação de interesses dentro do indivíduo, de contatos entre indivíduos e os grupos em que eles se combinam. Incidentais em relação a essa busca de propósitos e ao processo de ajustamento entre as pessoas, dela resultante, os indivíduos entabulam entre si relações estruturais mais ou menos persistentes, conhecidas em geral como 'instituições', e tomam direções de esforço mais ou menos permanentes, que podemos denominar funções sociais. Essas estruturas e funções sociais, no primeiro caso, resultam do processo associativo anterior; mas tão logo passam do estado fluido para uma situação relativamente estável, tornam-se, por sua vez, causas de fases subseqüentes do processo associativo (...) A linha central do caminho do progresso metodológico em Sociologia é assinalada pela gradativa mudança do esforço de representação analógica das estruturas sociais para a análise verdadeira dos processos sociais."

8.3.5 Concepções de Parsons e Homans

A seguir, ainda baseados em Buckley, apresentamos o Quadro 8.2, comparativo dos modelos de sistema de Talcott Parsons e George C. Homans, sociólogos contemporâneos.

Quadro 8.2 *Comparação entre o modelo de sistema de Talcott Parsons e o de George C. Homans.*

PARSONS	HOMANS
<p>1. "O sistema social de relações determinadas inclui apenas, ou primordialmente, as relações determinadas que compõem a estrutura dominante." Dessa forma, a estrutura dominante é tomada como ponto fixo de referência, em relação (ou contraste) ao qual outras estruturas ou conseqüências latentes são vistas como "potencialmente disruptivas": suscitam problemas de controle e precisam ser enfrentadas para que o sistema se mantenha ou conserve.</p> <p>2. "Isto significa que a aberração e as tensões de várias espécies são residuais no modelo, visto que não lhes dá status cabal como partes integrantes do sistema." Assim, aberração e tensões são tratadas como disfuncionais para o sistema, independentemente de se manifestarem como sintomas neuróticos difusos, comportamento delinqüente ou criminoso, movimentos sociais parcial ou plenamente organizados ou inovação ideacional.</p> <p>3. "Surge a questão de saber se a postulada 'lei da estática social' ou 'inércia social' é aplicável a um sistema dinâmico dentro do qual existem, como elementos integrantes, forças ou pressões tendentes à mudança." Parsons, na maioria das vezes, considera tais pressões como externas em relação ao sistema.</p>	<p>1. "O sistema é coerentemente definido em termos das inter-relações determinadas, recíprocas, de todas as suas partes, sem levar em conta a estrutura particular em que essas inter-relações se manifestam." Aqui, as partes ou elementos básicos são atividades, interações, sentimentos e normas, e não existe nenhuma tentativa para se tomar qualquer estrutura como ponto fixo de referência.</p> <p>2. "Isto significa que a aberração é uma parte integrante do sistema, explicável em termos das relações mútuas determinadas dos elementos." Dessa maneira, pressões e tensões podem constituir-se em parte integrante do sistema e, ao lado da estrutura normativa consensual, constituem um equilíbrio automantenedor.</p> <p>3. "A manutenção de um padrão ou estrutura dados é problemática. Os padrões estabelecidos de conformidade ou aberração não se sustentam automaticamente, e a regularidade persiste porque o afastamento encontra resistência. Nem é a resistência simples inércia. Consiste, antes, na maneira pela qual estão inter-relacionados os elementos do sistema: uma mudança num elemento resulta numa mudança em outros, que a neutralizam e o trazem de volta ao estado original." Um sistema onde isso ocorre está em equilíbrio: o sistema social é uma configuração de forças dinâmicas que, em determinadas circunstâncias, estão em equilíbrio, mantendo-se num estado constante, e, em outras, estão desequilibradas, ocorrendo mudanças contínuas.</p>

PARSONS	HOMANS
<p>4. "O sistema 'procura' o equilíbrio, tem 'problemas' e 'imperativos' de controle, tem 'necessidades sistêmicas'." A procura do equilíbrio significa necessidade de mecanismos de controle que sustentam uma estrutura dominante ou legitimada.</p> <p>5. "Os postulados 'mecanismos de controle' são inteiramente unilaterais." Parsons toma como ponto fixo de referência a estrutura dominante ou legitimada e julga a relevância dos mecanismos de controle em relação a essa estrutura. Em decorrência desse proceder, todas as outras estruturas ou tendências para a mudança estrutural são aberrantes ou disfuncionais e devem, por isso, ser neutralizadas pelos mecanismos.</p> <p>6. "Segue-se, em decorrência do conceito mencionado de aberração, que o modelo parsoniano dá maior destaque à mudança exógena do que aos fatores de mudança endógena", apesar de, em seu livro O sistema social, Parsons ter destacado a grande influência dos sistemas de idéias ou crenças, oriundos do interior da própria cultura, como fatores de mudança social.</p>	<p>4. "Nem todos os estados de um sistema estão em equilíbrio, nem o sistema 'procura' o equilíbrio." Além do mais, um sistema não tem "problemas"; da mesma forma que as estruturas não surgem por serem "necessárias" a ele, isto é, por serem "imperativos funcionais", mas, ao contrário, porque existem forças que as produzem e que se manifestam na natureza dos elementos do sistema e de suas relações mútuas. Por isso, as estruturas podem, inclusive, desaparecer.</p> <p>5. "O sistema é o controle social, não 'impõe' um controle." Implícito nas relações dos elementos do sistema está o controle social, que é um processo através do qual, quando um indivíduo se afasta do grau existente de obediência a uma norma, retorna a esse grau por intermédio de outras mudanças (no caso de o sistema estar em equilíbrio e, como consequência, o controle apresentar-se eficaz). Os controles não são uma "função" executada pelo grupo nem um elemento separado da organização: não passam de relações de mútua dependência.</p> <p>6. "Ao tratar da mudança, Homans aprecia tanto os processos de crescimento ou de elaboração de estruturas ('evolução adaptativa') quanto os processos de desorganização e desintegração de estruturas ('anomias'). Ao fazê-lo, distingue, no sistema total, dois sistemas analiticamente separáveis, o 'externo' e o 'interno', e os relaciona em termos do conceito de realimentação." Entre o sistema interno e o externo pode ocorrer uma realimentação favorável ou não à existência continuada, tanto de um, como do outro, ou de ambos.</p>

Como se pode verificar da comparação entre os dois autores, ambos partem do conceito de equilíbrio, derivado de Pareto, mas chegam a conclusões diferentes: basicamente, é a diferença que existe entre um sistema "fechado" (Parsons) e um sistema "aberto" (Homans). Os dois autores têm grande importância no desenvolvimento do conceito de sistema social,

talvez mais extensivamente tratado nas obras que Parsons escreveu com diferentes colaboradores.

8.3.6 Conceito de Buckley

Sintetizando essas posições, Buckley (1971:68) indica que, para o desenvolvimento da Sociologia, "a espécie de sistema que nos interessa pode ser descrita, de modo geral, como um complexo de elementos ou componentes direta ou indiretamente relacionados numa rede causal, de sorte que cada componente se relaciona pelo menos com alguns outros, de modo mais ou menos estável, dentro de determinado período de tempo. Os componentes podem ser relativamente simples e estáveis, ou complexos e mutáveis; podem variar em apenas uma ou duas propriedades ou assumir muitos estados diferentes. As inter-relações entre eles podem ser mútuas ou unidirecionais, lineares ou intermitentes, e variar em graus de eficácia ou prioridade causal. As espécies particulares de inter-relações mais ou menos estáveis de componentes, que se estabelecem em qualquer tempo, constituem a estrutura particular do sistema neste tempo, atingindo assim uma espécie de 'todo', com algum grau de continuidade e limites".

Um nível ótimo de estabilidade e, ao mesmo tempo, de flexibilidade são requisitos essenciais de um sistema sócio-cultural, dotado de alto potencial adaptativo ou de integração: estabilidade relativa tanto das bases sócio-psicológicas das relações interpessoais, quanto dos significados culturais e das hierarquias de valor, cuja função é manter unidos os membros do grupo, num mesmo universo sócio-cultural; flexibilidade de relações estruturais, caracterizada pela ausência de barreiras sólidas à mudança e, ao mesmo tempo, pela existência de certa propensão à reorganização da estrutura institucional corrente, quando necessária, em face de desafios ambientais ou condições internas emergentes. A capacidade de persistir ou desenvolver-se, modificando a própria estrutura (até, às vezes, de forma fundamental), é característica básica de um sistema adaptativo complexo.

Portanto, nos critérios de estabilidade e de flexibilidade estão implícitos os elementos básicos do processo adaptativo (1971:89-90 e 292-3):

1. "Uma fonte para a contínua introdução de 'variedade' no sistema, capaz de requintar ou revitalizar o fundo comum de informação vulgarmente usável e a série de significados e símbolos comuns que, em conjunto, representam 'mapeamentos' adequados do meio físico e social"; entretanto, "variedade" significa "aberração", da qual uma parte será provavelmente adaptativa, e outra, patogênica.

2. "A manutenção de um nível ótimo de tensão no sistema, mas, também, um nível relativamente alto de satisfação das necessidades dos membros", necessidades essas que tanto podem ser básicas quanto geradas pelo próprio sistema.
3. "Uma rede de comunicação completa, nos dois sentidos, que se estende por todas as partes do sistema, a fim de propiciar a adequada ligação dos componentes e possibilitar os vários circuitos de realimentação, essenciais ao eficaz atingimento de metas." Por essa rede de comunicação devem passar três tipos de informação: a) informação do mundo exterior; b) informação do passado (com amplitude de revocação e recombinação); c) informação acerca do próprio sistema e de suas partes. Por outro lado, três formas de realimentação utilizam-se desses tipos de informação e incluem:
 - **busca de metas** — realimentação de novos dados, externos ao sistema e carregados para sua rede, permanecendo inalterados os canais operacionais;
 - **aprendizagem** — realimentação de novos dados, externos ao sistema, com a finalidade de **mudança dos próprios canais operadores** (isto é, mudança na estrutura do sistema);
 - **consciência** ou **autopercepção** — realimentação de novos dados, internos ao sistema, por intermédio de mensagens secundárias, que dizem respeito a mudanças no estado das partes do próprio sistema.
4. "Um sistema seletivo, ou de tomada de decisão, sensível não só a mudanças no meio externo, mas também às mudanças que se verificam em seu estado interno." Em outras palavras, precisa ser **auto-consciente** e capaz de **aprendizagem**, ou de permitir possíveis alterações em suas metas e valores.
5. "Mecanismos eficientes para preservar e propagar tais significados, sistemas de símbolos e conjuntos de informações que tenham, por enquanto, passado pelos testes da verdade, da 'bondade' e da 'beleza' "; por sua vez, essa variedade recém estruturada transforma-se em base do enquadramento sócio-cultural, no interior do qual seguidamente ocorrerá a sequência seguinte do processo adaptativo.

8.3.7 Conceito de Antonio Rubbo Müller

A Teoria da Organização Humana de Rubbo Müller afirma a existência de 14 Sistemas Sociais Específicos para-autônomos, onde se inserem indivíduos e grupos. A característica específica de dada sociedade, em determinado tempo, depende da maneira pela qual os sistemas se correlacionam e do predomínio hegemônico de dado sistema. Se, no passado, a maior frequência cabia a sociedades com hegemonia do sistema de parentesco ou do religioso, hoje predominam as que apresentam a hegemonia do sistema de produção, do de segurança ou do político. A feição particular das so-

ciedades, sua forma de governo e seu regime sócio-econômico dependem do sistema que eventualmente exerce predomínio, fator que varia no espaço e no tempo, demonstrando a dinâmica própria de sociedades complexas e heterogêneas, como o são principalmente as urbano-industriais.

Os Sistemas Sociais Específicos compreendem:

1. **Parentesco** — refere-se ao complexo processo de interligação de indivíduos ou de grupos numa estrutura de papéis e relações fundamentadas nos laços de sangue (consangüinidade) e no casamento (afinidade), formando um todo organizado. Quando respeitante a um fato, fenômeno ou processo, indica as ramificações correlatas ou próximas a eles referentes.
2. **Sanitário** — diz respeito à constituição, em sentido amplo, do objeto de estudo, quer indivíduos ou grupos, quer fatos, fenômenos ou processos, informando o estado de saúde ou doença, adequação ou patologia, função ou disfunção, em dado momento.
3. **Manutenção** — visando à permanência e ao equilíbrio, a expansão ou o reforço, tanto através de transformações quanto de retroalimentação, diz respeito à reconstrução constante dos sistemas, indivíduos, grupos, fatos, fenômenos ou processos.
4. **Lealdade** — envolve fenômenos como a atração e a repulsão, a associação e a dissociação de grupos e indivíduos, pela valoração e rejeição de papéis desempenhados ou de relações entre fatos, fenômenos e processos.
5. **Lazer** — refere-se às formas de distensão necessárias em decorrência da tensão e da compressão de forças sociais que ocorrem nos demais sistemas.
6. **Viário** — em sentido restrito significa, ao mesmo tempo, o veículo e a via de deslocamento para pessoas e coisas, facilitando sua mobilidade. Em sentido mais amplo envolve a comunicação, com a divulgação de idéias e de informações por diversos meios.
7. **Pedagógico** — significando, acima de tudo, o processamento de informações, permite programar e reprogramar indivíduos, grupos, objetos e processos.
8. **Patrimonial** — refere-se, em sentido lato, à acumulação em todos os seus variados aspectos: materiais, de valores e de informações.
9. **Produção** — correlaciona tudo o que é realizado em determinado espaço de tempo com a forma pelo qual é produzido, tanto no campo material quanto no de valores e de informações.
10. **Religioso** — voltado ao campo espiritual, no terreno social afirma-se por intermédio da repetição ritualista de palavras, atos, processos, valores, atitudes etc.
11. **Segurança** — diz respeito tanto aos aspectos internos de sociedades e grupos quanto aos externos. Oferece garantia às atividades e ao deslocamento de indivíduos, grupos, processos e informações.

12. **Político** — significa a atuação, visando metas e objetivos, no sentido de coordenar a interação entre indivíduos e grupos, processos e fenômenos, em um sistema competitivo.
13. **Jurídico** — correlaciona, por intermédio de normas e valores, usos e costumes, julgamento e arbitragem, pessoas e grupos, fenômenos e processos.
14. **Precedência** — englobando tanto indivíduos e grupos quanto idéias, valores, fenômenos, objetos e processos, indica o lugar que cada um ocupa na hierarquia, através de competência, poder e status.

A inserção de indivíduos e grupos, assim como de fatos, fenômenos e processos ou outros itens sociológicos, nos 14 Sistemas Sociais Específicos, processa-se através de um gradiente metodológico, podendo apresentar vetorização positiva ou negativa, segundo sua contribuição para determinado sistema social.

Além do posicionamento nos 14 sistemas, deve-se levar em conta, para cada objeto de estudo, os seguintes aspectos:

- A) **Paisagem** — indicando o cenário em que se desenvolve a atividade dos indivíduos e grupos ou ocorrem as manifestações de itens sociológicos. Abrange: equipamentos, instalações, comunidades e regiões.
- B) **Personagens** — englobando todos os elementos envolvidos em ações. Dividem-se em prestádios, quando executam alguma atribuição, e frutivos, no caso em que são "receptáculos" dos benefícios das ações.
- C) **Cronologia** — ordenando as atividades no tempo, quer de indivíduos e grupos, quer de fatos, fenômenos e processos. Refere-se ao momento presente, ao passado (retrospecção) ou ao futuro (futuração).
- D) **Procedimentos** — abrangendo tudo o que é realizado e o modo ou maneira pelo qual é feito. Consiste em:
 - a) **cânones** — composto de normas, leis, regras, tradições etc.;
 - b) **agendas** — constituídas de atos aprazados, atos não aprazados e atos imprevistos, sendo os últimos não regulados pelos cânones imperantes no grupo e, por essa razão, não se apresentando nem funcionais nem disfuncionais para o mesmo. O cumprimento das agendas pode dar-se de forma prestadia (deveres, trabalho), ou usufrutária (direitos, benefícios). Evidentemente, uma pessoa inserida em determinada paisagem pode cumprir, concomitantemente, várias agendas; entre elas, uma será considerada essencial e as demais, acessórias;
 - c) **praxes** — condicionadas pelas crenças, apresentam-se facultativas ou obrigatórias;
 - d) **valores** — tomam aspectos positivos, relativos ou negativos;
 - e) **sanções** — são de três tipos: apreciativas (elogios), reticentes (tolerância) ou depreciativas (penalidades).

9 Instituições Sociais*

Este capítulo engloba uma análise detalhada das quatro principais instituições encontradas nas sociedades humanas. Compreende:

1. Conceitos e características das instituições, distinguindo-as das associações, organizações sociais mais especializadas e menos universais.
2. A análise das funções cambiantes da família, que permitem a sua adaptação a vários tipos de sociedade.
3. O estudo de algumas variações de sistemas familiares, com a finalidade de compreender como eles se ajustam para enfrentar as diversas exigências culturais.
4. O conceito de religião como uma instituição através da qual o homem se adapta ao ambiente sobrenatural.
5. As diversas teorias da origem da religião como instituição.
6. A explicação de como a religião tem sido elemento unificador e dissociador entre os indivíduos nas sociedades, tornando-se ocasionalmente uma força decisiva nas mesmas.
7. A verificação das principais formas de religião e de como elas podem servir, tanto como uma força conservadora, apoiando as instituições, quanto como uma força reformadora da sociedade.
8. A diferenciação entre os conceitos de Povo, Nação, Governo e Estado.
9. A importância das funções do Estado e a análise de sua origem, como força atuante na sociedade.
10. O reconhecimento das principais formas de governo e sua influência na comunidade e na nação.

* As seções *Instituição Família e Parentesco* e *Instituições Políticas*, inseridas neste capítulo, são de autoria de Marina de Andrade Marconi, Doutora em Ciências e Professora do Instituto de História, Direito e Serviço Social de Franca — UNESP.

11. Aspectos das estruturas sócio-econômicas capitalistas e socialistas.
12. Conceito e características das empresas.
13. Como se apresentam as organizações formais e características das burocracias.
14. O estudo do fenômeno da divisão do trabalho e da organização da produção em diferentes sociedades.
15. As características da instituição da propriedade e suas formas.
16. Os sistemas de trocas e como influem na organização da sociedade.
17. O conceito de ideologia e os principais tipos.
18. Diferenças entre socialização e educação e o desenvolvimento histórico da educação.
19. A educação como processo social e a sociedade do conhecimento.

9.1 CONCEITO

9.1.1 Conceituação e Características

Segundo Ogburn e Nimkoff, “as instituições sociais são um dos diversos tipos de organização social. Como todas as organizações, constituem sistemas sociais. Outro tipo de organização são as associações” (1971:491).

As associações são organizações sociais cuja característica é serem mais especializadas e menos universais do que as instituições; em consequência, apresentam, em geral, determinada adaptação às classes sociais. Clubes e outras associações específicas limitam, geralmente, a participação de seus membros de acordo com sua posição social. Exemplos: clubes recreativos, sociedades secretas, sociedades beneficentes e filantrópicas, irmandades. Outras organizações se baseiam em igualdade de profissão ou interesse específico. Exemplos: sindicatos, associações comerciais, associações de proprietários de imóveis, sociedades científicas, artísticas e literárias, clubes de jardinagem, clube filatélico. A limitação da participação também pode ser causada por sexo e idade. Exemplos: sociedades masculinas, organizações femininas, grupos juvenis. Algumas associações não têm limitação de classe social, mas não deixam de fazer certas restrições, por sua própria natureza, como no caso das organizações de veteranos de guerra.

Fichter conceitua instituição como “uma estrutura relativamente permanente de padrões, papéis e relações que os indivíduos realizam segundo determinadas formas sancionadas e unificadas, com o objetivo de satisfazer necessidades sociais básicas” (1973:297).

As características das instituições são:

- **Finalidade.** Satisfação das necessidades sociais.
- **Conteúdo relativamente permanente.** Padrões, papéis e relações entre indivíduos da mesma cultura.
- **Serem estruturadas.** Há coesão entre os componentes, em virtude de combinações estruturais de padrões de comportamento.
- **Estrutura unificada.** Cada instituição, apesar de não poder ser completamente separada das demais, funciona como uma unidade.
- **Possuem valores.** Código de conduta.

Todas as instituições devem ter função e estrutura. *Função* é a meta ou o propósito do grupo, cujo objetivo seria regular suas necessidades. A *Estrutura* é composta de *pessoal* (elementos humanos); *equipamentos* (aparelhamento material ou imaterial); *organização* (disposição do pessoal e do equipamento, observando-se uma hierarquia-autoridade e subordinação); *comportamento* (normas que regulam a conduta e a atitude dos indivíduos).

Exemplo: empresa industrial. Possui *função*, produção de bens; e *estrutura*, que se subdivide em *pessoal* — direção, funcionários e operários, *equipamento* — imóvel, máquinas e equipamentos (materiais), e marca e reputação (imateriais), *organização* — democrática ou autocrática, centralizada ou descentralizada, *comportamento* — normas para a constituição e funcionamento, direitos e deveres regulados por leis vigentes e estatutos.

As instituições podem ser *espontâneas* (família) e *criadas* (Igreja). Além disso, apresentam-se como *regulativas* (Estado) e *operativas* (Departamento Estadual de Trânsito).

9.1.2 As Principais Instituições Sociais

F. S. Chapin apresenta, no Quadro 9.1, a estrutura das principais instituições sociais (*Apud* Ogburn e Nimkoff, 1971:480).

Quadro 9.1 *Estrutura das principais instituições sociais.*

Partes da Estrutura	Família	Igreja	Estado	Empresa	Escola
Modelo de atitudes e comportamentos	Afeto Amor Lealdade Respeito	Reverência Lealdade Temor Devoção	Subordinação Cooperação Temor Obediência	Trabalho Economia Cooperação Lealdade	Ensino Aprendizagem Cooperação Respeito
Traços culturais simbólicos (Símbolos)	herdados Aliança Brasão Escudo de armas Bens móveis	Cruz Imagens Relicários Altar	Bandeira Selo Emblema Hino	Marca comercial Patente Emblema	Emblema Símbolo da profissão Beca Borla, capelo
Traços culturais utilitários (Bens Imóveis)	Lar Habitação Propriedades	Igreja Catedral Templo	Edifícios públicos Obras públicas	Loja Armazém Fábrica Oficina	Edifícios das faculdades Campus
Códigos orais ou escritos	Certidão de casamento Testamento Genealogia	Credo Doutrina Bíblia Hinos	Constituição Tratados Leis Estatutos	Contratos Licença Franquias Estatutos	Lei Orgânica do Ensino Regimentos Currículos

9.2 INSTITUIÇÃO FAMÍLIA E PARENTESCO

Por Marina de Andrade Marconi

Em todas as sociedades humanas encontra-se uma forma qualquer de família. Sua posição, dentro do sistema mais amplo de parentesco, pode oscilar muito, desde um lugar central e dominante (sociedade ocidental) até uma situação de reduzida importância (povos ágrafos), que dão maior destaque ao grupo de parentesco, mais amplo do que a unidade representada pelo marido, mulher e filhos.

9.2.1 Família

A família, em geral, é considerada o fundamento básico e universal das sociedades, por se encontrar em todos os agrupamentos humanos, embora variem as estruturas e o funcionamento.

Se, originariamente, a família foi um fenômeno biológico de conservação e produção, transformou-se depois em fenômeno social. Sofreu considerável evolução até regulamentar suas bases conjugais conforme as leis contratuais, normas religiosas e morais.

Toda sociedade humana tem regras que abrangem as relações sexuais e a procriação de filhos, situando a criança em determinado grupo de descendência. Todavia, essas regras não são as mesmas em toda parte.

De modo geral, é o casamento que estabelece os fundamentos legais da família, mas pode haver famílias sem casamento.

A família, segundo Murdock, é “um grupo social caracterizado pela residência comum, com cooperação econômica e reprodução”. Para Lucy Mair (1970:96), ela consiste em “um grupo doméstico no qual os pais e filhos vivem juntos”. Beals e Hoijer (1969:475) definem família como “um grupo social cujos membros estão unidos por laços de parentesco”, ou ainda, “um grupo de parentes afins e seus descendentes que vivem juntos” (*Guia Prático de Antropologia*, 1971:98).

Os conceitos demonstram certa coesão entre os autores, no que se refere à família. Todavia, como toda exceção à regra, há famílias em que os cônjuges não moram juntos.

As sociedades apresentam diferenças na maneira como se organizam ou estruturam seus grupos familiares, variáveis no tempo e no espaço. A família pode ser: elementar, extensa, composta, conjugada-fraterna e fantasma.

A *família elementar* (nuclear, natal-conjugal, simples, imediata, primária) é uma unidade formada por um homem, sua esposa e seus filhos, que vivem juntos em uma união reconhecida pelos outros membros de sua sociedade. Quando os pais não são casados, sua relação recebe o nome de concubinato. A família constitui a base da estrutura social, onde se originam as relações primárias de parentesco. Todavia, a família elementar é bastante efêmera. À medida que os filhos crescem e deixam o lar, o grupo familiar diminui; eventualmente, pode desaparecer com a morte dos pais.

A família nuclear encontra-se, em quase toda parte, como tipo dominante ou como componente de famílias extensas e compostas. Do ponto de vista ocidental, com sua insistência sobre a monogamia, as unidades polígamas podem parecer estranhas ou imorais, mas o fato é que florescem amplamente.

Para Hoebel e Frost (1981:205), a “família natal-conjugal é limitada, tanto no número dos membros como na sua duração”. Ela se restringe a um casal e aos filhos, que pode gerar ou adotar, e abrange não mais do que duas gerações. Exemplo: Esquimós.

A *família extensa* (grande, múltipla) é uma unidade composta de duas ou mais famílias nucleares, ligadas por laços consangüíneos; série de familiares próximos pela linha masculina ou feminina, geralmente não por ambas, e ainda duas ou mais gerações.

Uma família extensa é, primeiramente, uma estrutura consangüínea, no sentido de que certo número de parentes consangüíneos estão ligados entre si por deveres e direitos mútuos, reconhecidos. Pode abranger, além da nuclear, avós, tios, sobrinhos, afilhados etc. Exemplos: Nayar, Kalinga.

A *família composta* (complexa, conjunta) é uma unidade formada por três ou mais cônjuges e seus filhos.

Pode existir em sociedades monogâmicas, quando um segundo casamento dá origem às “relações de adoção” do tipo madrasta, padrasto, enteados, com a presença de apenas dois cônjuges simultaneamente.

Numa sociedade matrilocal (unilinear), a família complexa compõe-se do Ego (eu) f (feminino), seus pais, irmãs casadas e solteiras, irmãos solteiros, os filhos do Ego, assim como os de suas irmãs casadas e respectivos maridos.

A família composta refere-se a um núcleo de famílias separadas, mas ligadas pela sua relação com um pai comum. São encontradas em: a) *sociedades poligâmicas*, ou seja, duas ou três famílias conjugadas, tendo como centro um homem ou uma mulher e seus cônjuges (Bagandas, da África; Tanala, de Madagascar); b) *sociedades monogâmicas*, isto é, por meio de relações de adoção (madrasta, padrasto, enteados).

A *família conjugada-fraterna* refere-se a uma unidade composta de dois ou mais irmãos, suas respectivas esposas e filhos. O laço de união é consanguíneo.

A *família fantasma* consiste em uma unidade familiar formada por uma mulher casada e seus filhos e o fantasma. O marido não desempenha papel de pai, é apenas o genitor (pai biológico). A função de *pater* (pai social) cabe ao irmão mais velho da mulher (o fantasma). Exemplo: Nuer, da África.

Entre 192 sociedades estudadas por Murdock, 47 têm apenas a família nuclear, 53 têm famílias polígamas, porém não extensas, e 92 possuem uma forma qualquer de família extensa. Esses dados, todavia, devem ser cautelosamente interpretados, pois a aprovação da poligamia, por uma sociedade, e o prestígio granjeado por aqueles que se acham em condições de ter mais de uma esposa não significam, realmente, que a maioria dos casamentos seja, na realidade, poligâmica. Em muitos casos, apenas um número relativamente pequeno de homens pode ter mais de uma esposa e, nas sociedades polígamas, a maior parte dos casamentos é, de fato, monógama.

Quanto à *autoridade*, a família pode ser:

- a) **Patriarcal** — se a figura central é o pai, que possui autoridade de chefe sobre a mulher e os filhos (senhores de engenho, no Nordeste brasileiro);
- b) **Matriarcal** — em que a figura central é a mãe, havendo, portanto, predominância da autoridade feminina.
- c) **Paternal ou Igualitária** — onde a autoridade pode ser mais equilibrada entre os cônjuges, dependendo das situações, ações ou questões particulares (sociedade americana).

A forma de família baseada na *Comunidade de nome* compreende os descendentes de um mesmo ancestral, herdando dele o nome. São muitas as sociedades em que se herdam os nomes. Estes, porém, na maior parte delas, deixam de corresponder a laços reais de família, após duas ou mais gerações (famílias hebraicas).

9.2.2 União e Casamento

Nas sociedades, em geral, há duas formas de relações entre os sexos: união e casamento.

A *União* consiste no ajuntamento de indivíduos de sexos opostos sob a influência do impulso sexual. Os cônjuges são chamados de “amigados”,

“amasiados” etc. A união pode ser *temporária*, *frouxa* (com divórcio fácil), ou *indissolúvel* (sem divórcio, com ou sem desquite).

O *Concubinato* é um tipo de união. Consiste na união livremente consentida, estável e de fato, entre um homem e uma mulher, mas não sancionada pelo casamento. Pode ser legal ou não. A concubina converte-se na companheira sexual de um homem, socialmente reconhecida por costume ou lei e, comumente, é levada ao lar dele, em lugar ou juntamente com a mulher legítima. O status da concubina varia muito nas diferentes culturas; geralmente, ela tem o direito de ser mantida e seus filhos considerados legítimos, mas não tem direito a herança, e nem sempre os filhos recebem o nome do pai. No Japão, o concubinato é uma união legal. Há concubinato na China e na América Latina.

O *Matrimônio* ou casamento é o modo pelo qual a sociedade humana estabelece as normas para a relação entre sexos. O matrimônio também pode ser visto como “uma união entre um homem e uma mulher de modo que as crianças nascidas desta sejam reconhecidas como frutos legítimos de ambos os pais” (Mair, 1970:92).

O casamento torna o casal membro de uma família elementar diferente daquela em que nasceu. Assim, em cada sociedade, um adulto normal pertence a duas famílias nucleares: a de Orientação (onde nasceu) e a de Procriação (que constituiu). Na primeira, ele é filho e irmão; na segunda, marido e pai.

O matrimônio cria novas relações sociais e direitos recíprocos entre os cônjuges e entre cada um deles e os parentes do outro. Estabelece, também, direitos e status dos filhos.

Na maioria das sociedades, o casamento não é uma simples união entre cônjuges, mas, basicamente, a aliança entre grupos. A expectativa é de que ele seja uma relação permanente, sendo o divórcio ou segundas núpcias considerados exceção.

As sociedades, de modo geral, estabelecem certas regras para o casamento, permitindo alguns, proibindo ou restringindo outros.

A *Endogamia* (*endo*, dentro; *gamos*, casamento) significa a regra de casamento que obriga o indivíduo a escolher seu cônjuge dentro do mesmo grupo (local, de parentesco, de status, étnico etc.) ou outro grupo a que pertence.

Um pouco mais de 10% das culturas mundiais são ou tendem a ser endogâmicas. O exemplo mais típico da endogamia encontra-se nas castas da Índia. Pode ser observada também entre populações que habitam áreas das florestas chuvosas da América do Sul, os índios Pueblos da América do

Norte, grupos fechados como os judeus ortodoxos, católicos e não-católicos etc.

A *Exogamia* (*exo*, fora; *gamos*, casamento) quer dizer regra social que exige o casamento de uma pessoa com outra fora do grupo (local, de parentesco, de status ou qualquer outro gênero) a que ela pertença. Pode ser:

- a) **Simples ou Indiferenciada** — quando a proibição de casar-se com um parente é aplicada, sem discriminação, a todos os parentes genéticos. Aparece em todas as sociedades nas quais o parentesco é organizado bilateralmente (entre os índios da América do Norte, cerca de 83% das comunidades; nas populações mediterrâneas, 34% das sociedades).
- b) **Restrita** — quando a proibição refere-se a certas categorias de parentes genealógicos, que não são culturalmente definidos como parentes. É, portanto, seletiva. A restrição abrange certas categorias de parentes, enquanto para outros o casamento é preferido ou requerido (casamento entre primos paralelos, ou seja, filhos do(s) irmão(s) do pai ou da(s) irmã(s) da mãe).
- c) **Pré-marital** — a maioria das sociedades aceita a experiência pré-marital sem grande desaprovação. Das 836 sociedades constantes do Atlas Etnográfico de Murdock, 67% impõem pequena restrição ao comportamento sexual pré-marital. A maior proporção (75%) das sociedades que permite encontra-se na área do Pacífico; a mais restrita do mundo é a mediterrânea (41%).

Modalidades de Casamento. Em relação ao número de cônjuges, os casamentos podem ser monogâmicos ou poligâmicos.

A *Monogamia* consiste no casamento de um homem ou mulher com apenas um cônjuge, como ocorre na sociedade ocidental.

A *Poligamia* refere-se ao casamento do homem ou da mulher com dois ou mais cônjuges. A poligamia apresenta três modalidades:

- a) **Poliandria** — casamento de uma mulher, simultaneamente, com dois ou mais homens. Pode ser: **Simples**, quando não há restrições quanto ao cônjuge; **Fraternal ou Adelfa**, quando o casamento de uma mulher for, preferencialmente, com dois ou mais irmãos (Os Toda, da Índia, e os habitantes do Tibete).
- b) **Poliginia** — casamento de um homem, simultaneamente, com duas ou mais mulheres. Pode ser: **Simples**, quando não há restrições quanto ao cônjuge; **Sororal**, quando o casamento de um homem for, preferencialmente, com duas ou mais irmãs. Ele se casa com a irmã mais nova quando ela atinge a maioridade (tribos da América do Norte, fora da área dos Pueblos, dos Estados Unidos; os Tanala, de Madagascar).
- c) **Grupal** — união marital de vários homens e várias mulheres, o mais raro de todos (nativos das ilhas Marquesas; os Toda, da Índia).

As regras que proíbem a certas pessoas tornarem-se cônjuges podem ser acompanhadas por regras que designam outras como particularmente aprovadas ou como os únicos esposos(as) adequados(as). Há seis modalidades:

- a) **Permitido**, quando não há restrições quanto ao cônjuge.
- b) **Obrigatório ou Prescrito**, quando o homem ou a mulher têm de casar com uma pessoa de determinada categoria: econômica, social, religiosa, de status etc.
- c) **Preferencial**, quando o homem ou a mulher são incentivados ou obrigados a casar com alguém de determinada categoria: casamento por afinidade (índios dos Estados Unidos, nativos australianos). Abrange: **Levirato** — costume segundo o qual a viúva se casa, preferencialmente, com o irmão de seu finado marido, ou cunhado (Apaches Chiricahuas) e **Sororato** — costume pelo qual o viúvo se casa, preferencialmente, com a irmã de sua finada esposa, ou cunhada (índios americanos, nativos australianos, melanésios, Somalis da África).
- d) **Fictício ou Simulado**, casamento realizado apenas com a finalidade de conseguir um título, uma herança. As relações e a procriação serão com outra pessoa e não com o cônjuge (os Nuer, da África; os Kwakiuti, dos Estados Unidos; os nativos de Trobriand).
- e) **Proibido**, relações ou casamento entre duas pessoas ligadas por um laço de parentesco real, pressuposto ou artificial, considerado como barreira para relações sexuais. A proibição entre parentes culturalmente identificados é conhecida como proibição ao incesto. As proibições do incesto são universais entre todos os povos. Não podem casar-se ou manter relações sexuais: pai e filha, mãe e filho, irmão e irmã, tio e sobrinha, avô e neta. Entretanto, há exceções ao incesto. Poucas sociedades fogem à regra da proibição do incesto, entre elas encontram-se a realeza do Egito, do Hawaí e dos Incas; os Ainos do Japão e habitantes de Bali. Neste último caso, só é permitido o incesto entre gêmeos. As penalidades para o incesto vão desde punições em praça pública, como expulsões do grupo (Bali) e até morte (Austrália).
- f) **Arranjados**, os casamentos podem ser manipulados, tendo em vista interesses diversos, no campo econômico, político, religioso etc. (realeza européia).

Nas sociedades onde a descendência é o mais importante princípio de agrupamento social, normalmente há regras sobre onde um jovem casal deve morar. Nem sempre são obedecidas e nem significam que os dois devam morar toda a vida no lugar originalmente estabelecido. As regras variam, e as mais comuns são:

- a) **Matrilocal** — residência na comunidade dos pais da esposa.
- b) **Patrilocal** — residência na comunidade dos pais do noivo.
- c) **Virilocal** — residência na casa dos pais do marido.

- d) **Uxorilocal** — residência na casa dos pais da esposa.
- e) **Avunculocal** — depois de casados, o noivo traz a esposa para morar onde ele reside, ou seja, na casa do irmão da mãe.
- f) **Amitalocal** — os noivos deverão residir no lar do irmão da mãe da moça, isto é, com o tio materno da noiva.
- g) **Neolocal** — estabelecimento de um grupo doméstico independente.
- h) **Bilocal** — possibilidade de o casal morar com os pais de qualquer dos cônjuges.
- i) **Patrimatrilocal** — padrão de residência matrilocal, inicialmente, seguido por residência patrilocal permanente.

A escolha do cônjuge pode ser *livre*, através do namoro, ou *controlada* pelos pais ou outros parentes, o que é mais comum na família consanguínea do que na conjugal. No que se refere à idade, existe o casamento *prematureo*, realizado entre crianças, como na Índia pré-colonial, e o *tardio* (após a puberdade).

A participação dos filhos na herança apresenta limitações em muitas sociedades, através dos seguintes sistemas:

- a) **Primogenitura**, em que só herda o filho mais velho: comum no passado, na Inglaterra e França.
- b) **Ultimogenitura**, herdando o filho mais moço, como ocorre entre os habitantes das ilhas Marquesas, ou entre os Kachin Hills, da Birmânia.
- c) **Limitações de sexo**, em que só as crianças do sexo masculino ou as do sexo feminino podem herdar.
- d) **Participação igual**, quando a herança é dividida entre os filhos de ambos os sexos.

Apesar do desejo dos parentes de manter o vínculo do casamento, muitas vezes, entre sociedades tribais ou ágrafas, esse vínculo é frágil, ocorrendo o divórcio ou dissolução.

Os fatores mais comuns apontados para a separação do casal são: adultério, esterilidade, incapacidade sexual, repugnância, negligência com a família, maus-tratos, abandono, doenças, desinteresse e preguiça.

Como não há sanções religiosas nem governamentais para o casamento nas sociedades tribais ou ágrafas, a sua dissolução se efetua com muita facilidade. Em geral, o cônjuge deve devolver o que recebeu ou se estipula outra forma de pagamento.

9.2.3 Sistema de Parentesco

O sistema de parentesco é um dos universais da cultura; o seu estudo, a partir do final do século passado, tornou-se o centro de preocupações da Antropologia, quando esta começou a ser encarada cientificamente. Mesmo nas comunidades humanas de terminologia simples, as categorias básicas da relação biológica são importantes meios para o reconhecimento e a ordenação das relações sociais. As genealogias oferecem algumas categorias que permitem distinguir as relações existentes entre uma pessoa e o grupo a que ela pertence. Talvez este seja o tópico mais estudado pela Antropologia, por oferecer aspectos mais regulares e recorrentes, permitindo a construção, o teste de generalizações e o entendimento da estrutura social de sociedades tribais.

O sistema de parentesco, segundo Murdock, refere-se a um sistema estrutural de relações, no qual os indivíduos encontram-se unidos entre si por um complexo interligado de laços ramificados.

A família nuclear é o ponto de partida para a análise de parentesco. Consta, como já foi dito, de pais e filhos. Apresenta três tipos de relações:

- a) **Afinidade (Marital ou Legal)** — laço criado pelo casamento. Por meio dele o homem contrai laços de afinidade com a esposa e seus familiares: pais, irmãos, irmãs etc.
- b) **Consangüinidade (Biológico)** — relação entre pais e filhos.
- c) **Fictícios ou pseudoparentes (Adotivos)** — muitas sociedades aceitam uma terceira categoria de relações denominada fictícia, incluindo-se crianças adotadas, escravos, compadrio e parentesco ritual (irmãos de sangue). Entre os Nayar da Índia não há família nuclear; a vida familiar consiste na mãe e seus filhos.

Descendência é uma regra que filia o indivíduo, ao nascer, a um grupo de parentes. A família elementar ou natal está ligada a uma série mais ampla de grupos de parentesco. A descendência baseia-se na distinção entre princípios bilaterais e unilaterais (patrilinear, matrilinear, dupla).

Na *Bilateral*, o parentesco é estabelecido através do vínculo de descendência dos dois progenitores (sexo masculino e feminino). Limita o número de parentes próximos, excluindo alguns membros da parentela do pai e da mãe.

Na *Unilateral*, os membros recebem sua identidade através do vínculo de descendência apenas de um dos progenitores: sexo masculino ou feminino. Pode ser:

- a) **Patrilinear** — sistema que associa Ego a pessoas cujos laços de parentesco são traçados através do sexo masculino: pai a filhos, a filhos dos filhos.

- b) **Matrilinear** — sistema que liga Ego a grupos de parentes relacionados através da linha feminina. Os filhos de ambos os sexos pertencem ao grupo de sua mãe, que, por sua vez, é o grupo da mãe de sua mãe, e assim por diante.
- c) **Descendência Dupla** (Matripatrilinear) — quando os grupos de parentesco patrilinear e matrilinear existem lado a lado dentro de uma sociedade.

Há quatro grupos de parentesco unilinear, sendo o mais simples conhecido como linhagem. A *Linhagem* é um grupo sangüíneo de parentesco que inclui somente os indivíduos que descendem de um ancestral comum conhecido — o fundador — que tenha vivido pelo menos há cinco ou seis gerações. Pode ser de um ou de outro sexo.

O *Clã* é um grupo de parentesco extenso, que acredita ter sua origem em um ancestral fundador, que vivera em um passado tão remoto que chega a ser mitológico. Baseia-se em uma regra de descendência e em uma de residência. Alguns parentes afins são incluídos e alguns consangüíneos excluídos. O clã é um agrupamento formado de várias linhagens.

As *Metades Tribais* formam-se quando uma sociedade tribal se divide em dois grupos unilineares, de modo que todo indivíduo é necessariamente membro de um deles. Cada grupo é chamado *metade tribal* e a estrutura conhecida como divisão dual.

As *Fratrias* são grupos de mais de dois clãs unidos por laços de parentesco ou por um interesse comum. Apesar de cada um deles conservar sua própria individualidade, há uma identidade especial em relação aos outros, dentro de uma fratria.

A análise de parentesco permite ao estudioso do assunto o estabelecimento de correlações entre os sistemas de parentesco e outras formas de comportamento, como: religiosa, política, educacional, econômica etc.

Família e Estado (associações), matrimônio e parentesco (instituições) formam um todo mais complexo, a organização. Esta, por sua vez, consiste na soma dos padrões pelos quais os indivíduos e grupos se organizam e se relacionam uns com os outros na sociedade humana.

9.2.4 Família e Parentesco — Resumo

Resumindo, as principais variações possíveis da organização da família e do sistema de parentesco podem ser assim representadas, enquadrando-se, praticamente, nesta relação:

Tipos da Família

Elementar
Extensa
Composta
Conjugada-fraterna
Fantasma

Autoridade

Patriarcal
Matriarcal
Paternal ou Igualitária

União e Casamento

União
Temporária
Frouxa
Concubinato
Matrimônio

Formas

Endogamia
Exogamia

Modalidade de Casamento

Monogamia
Poligamia

Poliandria
Poliginia
Grupai

Regras de Casamento

Permitido
Obrigatório ou Prescrito
Preferencial
Fictício ou Simulado
Proibido
Arranjado

Residência

Matrilocal
Patrilocal
Virilocal
Uxorilocal
Avunculocal
Amitalocal
Neolocal
Bilocal
Patrimatrilocal

Escolha do Cônjuge

Livre
Controlada

Idade do Cônjuge

Prematura
Tardia

Participação na Herança

Primogenitura
Ultimogenitura
Limitações de sexo
Participação igual

Relações de Parentesco

Afinidade
Consangüinidade
Fictícia

Descendência

Bilateral
Unilateral
Patrilinear
Matrilinear
Descendência Dupla

Parente Linear

Linhagem
Clã
Metades Tribais
Frátrias

9.3 INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS

9.3.1 Conceito

Ao sociólogo não interessa responder à indagação sobre se a religião é ou não verdadeira; ele se preocupa em analisá-la como fenômeno social que pode ser encontrado em todas as sociedades, a despeito de ser, entre todas as instituições existentes nas sociedades humanas, a única que não se baseia apenas em necessidades físicas do homem. Tentando explicar este fato, tanto Sumner quanto Keller fizeram as seguintes proposições:

- a) As instituições consistem em meios através dos quais o homem procura ajustar-se ao seu ambiente.
- b) Existem três níveis de ambientes: o natural, o social e o sobrenatural.
- c) A instituição religião seria o meio pelo qual o homem se ajusta a seu ambiente sobrenatural. O ambiente sobrenatural é obviamente imaginário; entretanto, para os dois autores, o homem, uma vez que incorreu nessa crença da existência de um mundo de espírito e seres super-humanos, tem necessidade de a ele se ajustar, da mesma maneira que o faz com os outros dois ambientes.

Johnson define o sobrenatural como qualquer coisa em cuja existência se acredita, baseando-se em provas não fundamentadas pela ciência. Assim, as entidades sobrenaturais são não empíricas e a ciência não pode demonstrar que realmente existem ou que realmente não existem: as idéias religiosas não são científicas. O sobrenatural divide-se em *seres* (deuses, anjos, demônios, duendes, fadas), *lugares* (céu, inferno, limbo, purgatório, éden), *forças* (Espírito Santo, *carma* — lei hindu de causa e efeito, *mana* — poder mágico em que acreditam os melanésios), e *entidades* (almas).

Durkheim, em sua obra *As formas elementares da vida religiosa*, definiu a religião como “um sistema unificado de crenças e práticas relativas a coisas sagradas, isto é, a coisas colocadas à parte e proibidas — crenças e práticas que unem numa comunidade moral única todos os que as adotam” (*Apud* Chinoy, 1971:492).

9.3.2 Teorias sobre a Origem da Religião

- **Teoria do medo** (sobrenatural). Teoria antiga, mais recentemente defendida por Müller e Giddings, sustenta que o medo das forças naturais levou o homem a crer em divindades, forças misteriosas, sobrenaturais, com o poder de dirigir a natureza. A gênese das crenças religiosas seria o medo do sobrenatural.
- **Teoria aminatista (mana)**. Os povos “primitivos” acreditavam na existência de um poder impessoal, uma espécie de fluido denominado *mana* pelos melanésios e polinésios, conforme descrição de Dodrington, capaz de penetrar nos objetos vegetais, animais e pessoas, con-

ferindo-lhes capacidades e propriedades superiores. Marrett considerava a existência do **mana** fundamental na formação da crença religiosa.

- **Teoria animista (alma).** Spencer e Tylor explicaram a origem das religiões por intermédio da crença do homem "primitivo" na existência de um outro "eu", com propriedades espirituais, que seria a alma, dotada de poderes superiores ao homem. Esta crença era baseada na experiência de formas imateriais, surgidas em sonhos, ou na diferença entre um homem vivo e seu cadáver. A morte ocorre quando a alma deixa o corpo e volta ao seu lugar de origem, onde residem todos os espíritos dos antepassados. Estes espíritos desencarnados podiam entrar no corpo dos vivos, aumentando-lhes a força e a vitalidade, ou provocando doenças e males.

Acreditavam que, além dos homens, os animais, os vegetais e as coisas inanimadas também possuíam uma alma. Para Tylor, o animismo "abrange os grandes dogmas que constituem juntos uma doutrina coerente: primeiro, corresponde às almas das criaturas individuais, capazes de uma existência continuada após a morte ou destruição do corpo; segundo, refere-se a outros espíritos, até chegar a divindades poderosas" (Apud Herskovits, 1963: II 140).

- **Teoria do totemismo (totem).** Segundo Frazer e Goldenweiser, os complexos totêmicos variam muito em relação à sua composição concreta. De modo geral, podem ser considerados como uma crença na descendência comum dos grupos de um antepassado animal ou vegetal, dando origem a uma atitude de reverência para com todos os representantes dessa fauna ou flora específica. O totemismo despertou uma controvérsia em relação a seu significado, designado por alguns autores como fenômeno social e por outros como fenômeno religioso. Durkheim observou que o conceito de totemismo e as cerimônias a ele ligadas são as formas elementares da religião, e com isso deu origem a uma teoria sociológica da religião.
- **Teoria sociológica (magia).** Iniciada por Smith e amplamente desenvolvida por Durkheim, essa teoria rejeita o argumento de que a religião se iniciou a partir da crença em seres espirituais ou deuses; considera que surgiram primeiro os ritos ou cerimônias, principalmente a dança e o canto, que intensificam as emoções, levando-as ao êxtase. Essas emoções, difundidas entre todos os participantes, fazem-nos acreditar estarem possuídos de poderes excepcionais. Essas experiências levaram o homem "primitivo" a crer na existência de um poder sobrenatural, o **mana**, simbolizado pelo totem. Outros autores também procuraram uma explicação sociológica para a origem e desenvolvimento da religião, como, por exemplo, Jane Harrison, Chapple e Coon, Wallis e, até certo ponto, Weber.
- **Teoria do elemento aleatório (sorte).** Sumner e Keller desenvolveram esta teoria. Consideravam que as tribos "primitivas" acreditavam ser os poderes sobrenaturais intimamente ligados ao elemento sorte, devendo o homem atuar no sentido de obter a atenção favorável desses poderes para evitar a má sorte e propiciar a boa sina. Desta maneira, a religião surge como resposta a uma necessidade defendida: ajustamento ao meio sobrenatural. O elemento sorte foi denominado pelos dois autores como elemento aleatório, sem o qual a religião poderia não ter surgido, ou ter-se transformado em algo inteiramente diferente.

9.3.3 O Sagrado e o Profano

Segundo Durkheim, o contraste entre o sagrado e o profano é o traço que distingue o pensamento religioso. Seres, lugares, objetos e forças sobrenaturais são sagrados, em face do significado que têm para o crente; as coisas sobrenaturais, consideradas más, são ímpias. Proscrições e tabus cercam o sagrado, e a violação das regras é considerada profanação. Todo lugar, ser, coisa ou ato que não é sagrado ou ímpio é profano, secular. Profano é tudo aquilo considerado útil, prático ou familiar, que pertence ao mundo cotidiano, sem possuir o significado emocional característico do sagrado.

9.3.4 Crença e Ritual

A crença religiosa é o aspecto cognitivo da religião que procura explicar a natureza e a origem das coisas sagradas. A crença baseia-se em atitudes habituais, na fé, e as noções dela derivadas, mesmo quando coincidem com a ciência, não se fundamentam nas observações e no tipo de evidência próprios desta última. O ritual é o lado ativo da religião. Apresenta as seguintes formas: manipulação de objetos sagrados tangíveis, ação instrumental carregada de conteúdo simbólico; tipos de conduta como, por exemplo, o uso de roupas especiais, recitação de fórmulas específicas, cantos, danças, lamentações, reverências etc. O ritual tem por finalidade despertar uma disposição de espírito favorável em relação ao sagrado, e reforçar a fé dos participantes. É particularmente eficiente quando coletivo, pois aumenta a emotividade, tornando mais intensa a impressão subjetiva.

Muitas vezes o ritual comemora ocasiões importantes referentes à vida do indivíduo ou do grupo: nascimento, puberdade, casamento, morte, a semeadura e a colheita, a chegada das chuvas, o início de uma campanha militar ou a vitória alcançada. Dos sete sacramentos da Igreja Católica, cinco correspondem aos ritos de passagem, marcando sobrenaturalmente a mudança do indivíduo de um status para outro: batismo, confirmação, matrimônio, ordenação e extrema-unção.

9.3.5 Mito

O grego *mutheo* é uma tentativa de explicação de acontecimentos naturais ou sobrenaturais que fogem ao entendimento humano em seus diferentes estágios. Por isso adquire forma lendária, poética (mitologia grega) ou fabulosa. Não se deve confundir mito com dogma de fé, que, para alguns, significa uma verdade revelada, nem sempre ao alcance do entendimento humano. O mito sobrevive ainda hoje nas crendices e superstições, horóscopos, heróis lendários criados pela televisão, história em quadrinhos, cinema etc.

9.3.6 Religião e Magia

Na prática a religião e a magia se encontram muitas vezes entrelaçadas. A distinção entre elas aparece nas seguintes esferas:

- **Natureza dos fins visados.** As finalidades da religião são transcendentais, como a salvação, ou de caráter geral, como vida longa; as metas da magia são imediatas e específicas, e geralmente pessoais, como boa colheita, sucesso nos negócios ou no amor, morte de um inimigo.
- **Tipos de atitudes envolvidas.** A religião e a magia incorporam o ritual, mas variam as atitudes em relação a essas práticas: a religião acentua a atitude subjetiva dos participantes, despertando sentimentos de temor respeitoso, reverência em relação ao que é santo; na magia, a atitude é mais casual e prosaica. Espera-se que as forças da natureza obedeçam às forças do mágico.
- **Tipo de ação sobrenatural.** Através da religião procura-se a atuação do mundo sobrenatural, habitado por seres sensíveis aos desejos e sofrimentos humanos; na magia, a ação sobrenatural muitas vezes nada mais é que uma força ou princípio imaginário, atribuído a certos objetos.
- **Tipo de conduta.** A magia, ao contrário da religião, pode ser empregada para satisfazer objetivos tais como vingança, aquisição ilegal de bens, assassinio etc., que não são sancionados pelo grupo. É a chamada magia negra.

Podemos definir a magia como crenças práticas relacionadas com a obtenção de efeitos, ou a intervenção, no curso dos acontecimentos, por meio da manipulação de forças ou agentes sobrenaturais.

9.3.7 Formas de Religião

Hinduísmo. É uma corrente originária do sistema religioso védico-bramânico. *Brama* é o centro, a origem de toda a criação, o início e o fim de tudo. Ele, *Vishnu* e *Shiva* constituem os três maiores deuses do hinduísmo. O dogma básico é a transmigração; toda alma existiu desde a eternidade, não constitui criação de um deus; vive através de uma longa série de renascimentos ou reencarnações. *Carma* é a doutrina segundo a qual cada ato da alma tem efeitos permanentes sobre o seu destino: a alma reencarnará, como animal ou como homem, dependendo de seu comportamento anterior. *Samsara* representa o esquema para a reencarnação, estabelecendo o ciclo de mortes e renascimentos sucessivos. A alma purificada integra-se finalmente na própria natureza de Brama, perdendo sua personalidade para sempre. O *dharma*, código de deveres, significa o cumprimento de rituais religiosos e é o fundamento do sistema de castas.

A crença na reencarnação estabeleceu um imobilismo social, pois a posição de cada indivíduo teria sido determinada pela divindade, daí de-

ver-se conformar com seu destino. O resultado disto foi o sistema de castas, no qual a passagem de um nível para outro não acontecia de forma alguma, sendo, portanto, vitalícias e hereditárias todas as funções.

Budismo. O budismo, assim como o jainismo (fundado por Mahavira), surgiu numa época de contestação e luta social, diferenciando-se do bramanismo. Fundador do budismo, o príncipe Sidharta Gautma, após passar por uma experiência mística, a iluminação, foi chamado de Buda (o Iluminado). O budismo constitui-se numa série de regras e modos de vida, cuja finalidade é purificar o indivíduo para alcançar o Nirvana, estado de transcendência espiritual, com desapego das coisas terrestres; significa a vitória sobre a dor, a morte, a transmigração carmânica e sobre a própria individualidade.

De origem intimamente ligada à anterior, esta religião faz-se notar pelo respeito aos anciões, tidos como sábios, por terem teoricamente melhores condições de alcançar o Nirvana.

Confucionismo. Fundado pelo pensador Confúcio, absorveu o pensamento chinês antigo, baseado na crença do universo visto como um todo. As forças celestes, a terra e o homem formam um todo harmônico, determinado por duas forças cósmicas correspondentes e opostas: *Yin* (princípio feminino, negativo) e *Yang* (princípio masculino, positivo). A idéia de Deus aparece principalmente como um princípio cósmico imaterial, *Tien*, como um deus antropomórfico denominado *Shangti*, pai do universo, ou como *Tao* (caminho), que assumiu sentido místico no *taoísmo*. Para permitir a perfeita correlação entre o homem e o universo, Confúcio criou uma série de práticas morais e regras de conduta social. Através de máximas e leis, propunha normas gerais para a manutenção de uma ordem social baseada nas leis cósmicas.

Na verdade, misto de filosofia e religião, o confucionismo fundamenta-se no culto aos antepassados e ao lar, daí seu tradicionalismo, seu rígido conservantismo. Procurando, coerentemente com seu espírito, preservar os valores antigos, tornou o acesso ao serviço público, feito através de concurso, baseado essencialmente no conhecimento histórico. Historiadores e sociólogos atribuem à influência de Confúcio o imobilismo que, por tanto tempo, dominou a China.

Judaísmo. Sua origem remonta, segundo a Bíblia, a Abraão e seus descendentes. Jeová, considerado o Deus único, criador do Céu e da Terra, forma uma aliança com o povo eleito, em virtude da qual a existência humana é compreendida em termos de um permanente relacionamento entre o grupo e Deus; há uma esperança de salvação da humanidade após a vinda do Messias. O sentimento de unidade, fundamental à sua existência como povo, impediu os hebreus de aderirem ao politeísmo ou de adotarem o dualismo moral e metafísico do princípio do bem contra o princípio do mal. Assim se origina a crença em um único Deus supratemporal de poder, justiça e misericórdia. É uma doutrina revelada pelos profetas, sendo

Moisés o maior deles. Para os judeus, os Livros Sagrados são: o Pentateuco ou Tora, o principal, Os Profetas e os Escritos Sagrados (denominados pela Igreja Cristã de Antigo Testamento); além destes, há o Talmude, contendo textos de leis e tradições orais, e apresentando preceitos sobre todos os aspectos da vida individual, social e econômica.

A atormentada história política judaica forjou o caráter desta religião monoteísta, mas, ao mesmo tempo, com resquícios henoteístas. De fato, ainda que aceitando um só Deus universal (monoteísmo), mantém-se a idéia de uma aliança entre esse Deus e o povo hebraico (henoteísmo). Assim, por exemplo, o Decálogo expressou preceitos ético-morais de caráter universal e, paralelamente, significou, em termos históricos, um elemento cimentador da unidade hebraica.

Cristianismo. A base da teologia cristã é a crença em um Deus único, que subsiste em três pessoas (Pai, Filho e Espírito Santo), na Encarnação do Filho, que em Cristo assumiu também a natureza humana; morreu, resuscitou, voltou para junto do Pai e retornará no fim dos tempos. A salvação da humanidade foi alcançada pelo sacrifício de Cristo que é “revivido” pela celebração da Igreja. Esta recebeu, na pessoa de Pedro e demais apóstolos, a missão de, com Cristo, por Cristo e em Cristo, o único Mediador, continuar sua obra, levando a mensagem da salvação a todos os homens. Ao Antigo Testamento acrescenta-se o Novo, que contém a vida e os ensinamentos de Jesus e seus discípulos. A salvação da humanidade foi alcançada pelo sacrifício de Cristo, que se renova, sendo o poder de intermediação transmitido a Pedro (discípulo de Jesus) e seus sucessores. O cristianismo, no início do Século XI, deu origem a dois ramos: o Ocidental e o das Igrejas Orientais (ortodoxas). Com a Reforma, liderada por Lutero no Século XVI, surge o Protestantismo, que engloba diversas correntes. Hoje, observa-se uma tendência ecumênica, visando unir todas as confissões cristãs do Ocidente e do Oriente.

O cristianismo revogou os aspectos mais conservadores do pensamento judaico, valorizando dessa forma o homem e instaurando uma religião universalista. Socialmente representou, nas origens, uma verdadeira revolução ao promover a mulher, o pobre e o escravo, daí inclusive sua rápida propagação entre as camadas sociais inferiores. Com o progresso de um clero profissional, o fim da unidade romana, a institucionalização da Igreja e a transformação desta em grande proprietária agrária, a sociedade cristã perdeu seu caráter progressista e estratificou-se por séculos. Assim, as várias heresias medievais, que culminaram no Século XVI com a Reforma Protestante, representaram uma reação dos elementos marginalizados àquela organização social rígida.

Islamismo. Juntamente com o judaísmo e o cristianismo, o islamismo forma as três grandes religiões monoteístas. Aceita, como ponto de partida, as duas primeiras, pois considera as revelações anteriores, contidas no Tora e no Novo Testamento, como autênticas. A principal profissão de fé do maometismo é a existência de um Deus supratemporal chamado Alá, do

qual Maomé é o profeta; aceita também os profetas anteriores, entre os quais inclui Cristo. O livro sagrado denomina-se Corão e contém preceitos religiosos, concepção de vida e normas de comportamento. A essência da fé maometana baseia-se na unidade de Deus, na missão dos profetas e dos livros revelados, na existência dos anjos, no juízo final e na ressurreição dos mortos. Meca é a cidade sagrada, à qual, se possível, cada crente deve fazer peregrinação, ao menos uma vez na vida.

O islamismo representou a integração dos nômades na sociedade de então. Mantendo-se, porém, presa a elementos do passado, como é característico das sociedades "primitivas", esta religião conservou aspectos formais da realidade social anterior. Ainda que tendo dado às mulheres e aos escravos condições jurídicas melhores, a sociedade continuou patriarcal, a poligamia (limitada até quatro mulheres) foi permitida, a escravidão mantida. É interessante notar que, justo com o hinduísmo, talvez esta seja a religião que ainda hoje conserva mais intactos seus princípios de vida.

9.4 INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

Por Marina de Andrade Marconi

9.4.1 O Estado

O Estado, objeto de estudo da Ciência Política e também da Sociologia Política, constitui um mecanismo de controle social existente na sociedade humana. É uma organização que exerce autoridade sobre seu povo, por meio de um governo supremo, dentro de um território delimitado, com direito exclusivo para a regulamentação da força.

O conceito de Estado implica a inclusão do elemento governo, que mantém a ordem e estabelece as normas relativas às relações entre os cidadãos.

Nem todo governo é sinônimo de Estado, porque existem governos sem Estado, como ocorre entre alguns povos ágrafos: bosquímanos da África, ilhéus de Trobriand e outros.

O Estado constitui uma parte essencial, mas não a totalidade da estrutura social, com funções externas e importantes, embora limitadas, pois só pode supervisionar os aspectos exteriores da vida social.

A diferença entre Estado e Governo pode ser observada na monarquia constitucional, tal como a Inglaterra, onde a rainha é chefe de Estado, e o primeiro-ministro chefe do Governo. Nos Estados Unidos e no Brasil o presidente exerce as duas funções.

A característica de soberania do Estado é o monopólio da regulamentação da força dentro de suas fronteiras. Só o Estado possui autoridade — poder legítimo — para regulamentar o uso da força: manipulação física, aprisionamento ou execução dos indivíduos.

Em geral, os governos afirmam ser legítimos ou pretendem alcançar ou manter a legitimidade. Max Weber distingue três bases para declaração da legitimidade:

- **Racional-legal** (burocrática). Regras generalizadas, autoridade impessoal decorrente de um cargo particular, sem vinculação com pessoas. Os homens aceitam o exercício do poder como legítimo porque a formulação das ordens ou da política obedece a regras aceitas por todos.
- **Autoridade tradicional**. Ordem social que sempre existiu como força obrigatória, autoridade pessoal, obrigações e direitos dos legisladores não claramente especificados, status pessoal ligado ao oficial. Exemplo: direito divino dos reis, poder de um chefe tribal. A autoridade racional-legal e a tradicional são características de ordens sociais estabelecidas.
- **Carismática**. A autoridade pessoal, exercida por um líder carismático. Geralmente, quando reivindica o uso do poder, pode encontrar-se em conflito com as bases de legitimidade da sociedade em questão, sendo um revolucionário; assim, seu campo de ação é a conversão e o uso da força. Ele possui senso de missão sagrada e reivindica autoridade moral, conformidade e obediência de seus seguidores.

O Estado inclui o governo e os governados, abrangendo todas as pessoas dentro de um território definido, como membros de um governo soberano, cidadãos ou súditos, cujas ações são controladas por ele.

9.4.2 Povo, Nação e Estado

Povo. Refere-se a um agrupamento humano com cultura semelhante (língua, religião, tradições) e antepassados comuns; supõe certa homogeneidade e desenvolvimento de laços espirituais entre si. Exemplos: os judeus, antes do estabelecimento do Estado de Israel; os ciganos, drusos, os bascos e outros.

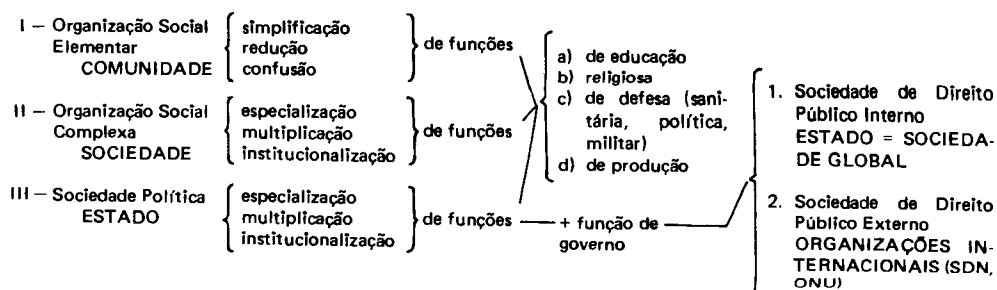
Nação. É um povo fixado em determinada área geográfica. Para alguns autores, seria um povo com certa organização. Para que haja uma nação é necessário haver um ou mais povos, um território e a consciência comum. O povo, vivendo normalmente num território — nação —, deseja formar o seu próprio Estado. Se já o possui, mantém-no como o laço social mais importante, que expressa seus sentimentos de união e de participação de um destino comum. A nação é, portanto, formada de um ou vários povos mais um território. Quando outros elementos aparecem — identidade de língua, religião, etnia —, reforçam a unidade nacional. Entretanto, muitas nações existem sem esses elementos acessórios, como a Suíça, a Bélgica, a Tcheco-Eslováquia, o Canadá.

Governo. Exerce controle imperativo no âmbito de um território definido onde reivindica, com êxito, o monopólio da força.

Estado. É uma nação politicamente organizada. É constituído, portanto, pelo povo, território e governo. Engloba todas as pessoas dentro de um território delimitado — governo e governados.

Existem Estados constituídos por diferentes nações, como, por exemplo: a URSS, constituída por russos, ucranianos, lituanos, estonianos, armênios etc.; numerosos Estados africanos que obtiveram sua independência após a Segunda Guerra Mundial.

O sociólogo A. Delorenzo Neto, partindo de um enfoque diferente, considera que a organização social admite três etapas distintas:



NAÇÃO — Realidade que pertence ao mundo cultural:

Grupo social que tenha desenvolvido ao máximo a consciência de sua unidade por meio de ideais ou aspirações comuns. Realiza-se lentamente na História. Consta de três vínculos culturais: língua, religião e etnia.

ESTADO — Realidade que pertence ao mundo político:

1. Povo — um grupo de pessoas agindo em conjunto para um mesmo fim.
2. Território — habitat em que atua o povo.
3. Ordem Jurídica — sistema adequado de leis para reger a atividade desse povo neste território.
4. Autoridade Social — autoridade comum, feita para expressar a vontade comum.

A Nação é a realidade antes do Estado; ela prepara o advento da ordem estatal. Portanto, Estado é a Nação politicamente organizada.

9.4.3 Funções do Estado

As funções do Estado variam de um para outro e de época para época.

Ogburn e Nimkoff (1971:590) ressaltam que, “nas culturas simples, a necessidade do governo é limitada”; o chefe não tem poder claramente definido e seu posto não é hereditário. Para estes autores, existem fatores que diminuem a necessidade de governo entre os povos de cultura simples:

- a) o tamanho do grupo, que por sua dimensão reduzida permite que todos se conheçam bem;

- b) o caráter estacionário da cultura, cujas condições permanecem as mesmas por largo tempo; todos podem conhecer os diferentes aspectos da cultura e encontrar a melhor maneira de fazer as coisas;
- c) a escassez de propriedade, fazendo com que os bens de cada um sejam conhecidos por todos; assim, são poucos os delitos contra a propriedade.

Nas sociedades modernas pode-se dizer que cabem ao Estado três finalidades:

- **Garantir a soberania.** Ou seja, o direito que cada Estado tem de manter seu próprio governo, elaborar suas próprias leis e de administrar os negócios públicos sem a interferência de outros Estados; manter a ordem interna e a segurança externa, a integridade territorial e o poder da decisão.

Embora o poder e a autoridade possam ser encontrados nas funções e relações sociais, em diferentes campos da vida social, centralizam-se no Estado. Dado o seu "legítimo monopólio da força, o governo, evidentemente, detém o poder supremo na sociedade" (Chinoy, 1971:455).

- **Manter a ordem.** Estado se diferencia das demais instituições por ser o único que se encontra investido de poder coercitivo, proibindo uma série de atos ou obrigando os cidadãos a agir de uma ou de outra maneira, através das leis ou da força física.

A coerção tem como objetivo propiciar um ambiente de ordem, preservando os direitos individuais ou coletivos. As leis estabelecem, portanto, o que deve ou não ser feito, o que pode ser feito, e prescrevem as punições por sua violação. O Estado é, pois, a instituição autorizada a decretar, impor, administrar e interpretar as leis na sociedade moderna.

- **Promover o bem-estar social.** Isto é, propiciar à população de um Estado a ordem interna e externa, a paz, o respeito às leis, promovendo a justiça; dispor de meios suficientes para atender às necessidades humanas em seus diferentes aspectos: físico, moral, espiritual, psicológico e cultural; manter a ordem social, através de leis existentes ou redigindo novas, que reajustem a própria ordem, quando as condições de mudanças o exigirem.

Sobre o Estado recaem, em grande parte, a conservação e o desenvolvimento dos recursos pessoais da comunidade, incluindo a regulamentação geral da educação, saúde pública, assistência social.

Para promover o bem comum, o Estado desenvolve funções que vão aumentando à medida que as sociedades se tornam mais complexas.

"O governo moderno, portanto, não só regula, protege e controla os cidadãos, como também auxilia, apóia, guia, ensina e os informa de acordo com o consenso ideológico básico da sociedade" (Biesanz e Biesanz, 1972:575).

9.4.4 Origem do Estado

Alguns autores afirmam que o Estado, antes de atingir a forma definitiva de um governo organizado sobre um território, desenvolveu-se a partir de uma organização muito rudimentar.

Spencer apresenta três estágios da evolução do Estado:

- **Tribal.** Quando os grupos ainda não possuem governo.
- **Militar.** A formação de Estados organizados, através da conquista e subjugação realizadas por poderosos líderes guerreiros.
- **Industrial.** Quando a atividade econômica tende a substituir a militar.

Mais recentemente, outros sociólogos tentaram classificar os estágios de desenvolvimento do Estado, sem, entretanto, assegurar que todas as sociedades tenham passado por eles. Esses estágios seriam: militar-religioso, liberal-legal, econômico-ético. Alguns apresentam outra seqüência: parentesco, autoridade e cidadania.

Henry Sumner Maine afirmou que o Estado se desenvolveu gradativamente a partir da família, especificamente a patriarcal. O patriarca, exercendo sua autoridade em todos os aspectos da vida de seus subordinados, teria autoridade suprema, constituindo a primeira forma de governo.

Devido à sua explicação simplista, essa teoria tem sofrido várias críticas, principalmente por ter-se baseado em fontes muito limitadas, sendo aplicável apenas nas sociedades clássicas antigas. Há, todavia, outros estudiosos que sustentam ter o governo suas raízes na luta entre as classes pela propriedade privada, concluindo que a família patriarcal foi o núcleo original do Estado.

Há aqueles que afirmam ser o Estado uma consequência de lutas, sendo o conflito entre os grupos o responsável pela criação e desenvolvimento da organização política.

A teoria do conflito, cujas primeiras idéias se encontram na Idade Média, reaparece entre os pensadores da Idade Moderna. Maquiavel, um deles, sustentou que o Estado se origina da guerra e, para sobreviver, deve expandir-se pela conquista.

Os mais importantes partidários da teoria do conflito como origem do Estado foram Gumplowicz, Ratzenhofer e Oppenheimer (sociólogos), que aperfeiçoaram a teoria, dando contribuições originais.

Para Gumplowicz (polonês), toda cultura resulta do conflito de grupos. No princípio, os grupos viviam em relativa paz, por estarem unidos por vínculos de parentesco. Mais tarde, choques de interesses levaram ao conflito e os grupos passaram a lutar entre si, tendo os mais fortes domi-

nado e escravizado os mais fracos, aparecendo então o primeiro grupo de governantes e explorados. Um pequeno grupo de indivíduos se teria estabelecido como dirigente, lançando-se a novas conquistas e amalgamando grupos etnicamente heterogêneos. O conflito, posteriormente, foi substituído pela luta intergrupar, motivado por fatores econômicos e outros, promovendo assim a evolução e o progresso.

Ratzenhofer (austriaco) levou em consideração mais a luta entre os indivíduos do que entre grupos, embora os indivíduos identificassem seus interesses com os do grupo. A fim de aumentar sua própria riqueza e propriedade, procuravam dominar seus vizinhos. Daí decorrer o conflito entre grupos, do qual, para esse sociólogo, se origina o Estado.

Oppenheimer (alemão) acredita que o conflito pode explicar a origem do Estado, mas que a luta econômica é mais importante do que a étnica. Para esse sociólogo, o Estado evoluiu através de uma série de estágios, cada um marcado por lutas econômicas. Do último estágio, com a união dos grupos e de diferentes elementos culturais, formar-se-ia o Estado.

A teoria da conquista fracassou como teoria geral para a origem do Estado, na opinião de Lawrence Krader, "porque introduziu apenas fatores externos, não tomando em consideração os processos internos da formação do Estado" (1970:76).

Para Robert Harry Lowie (antropólogo norte-americano), a teoria do conflito como origem do Estado é a única que pode explicar as origens de muitos Estados. Para outros autores, inclusive Comte, só a teoria do conflito não basta, pois os fatores pacíficos — simpatia, ajuda mútua, cooperação, liderança, intercâmbio e comércio — operam também como fatores decisivos.

Peter Kropotkin (filósofo social russo) é quem mais defende a teoria da cooperação como fator primordial na vida grupal, considerando a cooperação mais importante do que a competição, no desenvolvimento das sociedades humanas.

Os tipos de sistema político apresentam esquematicamente a seguinte classificação, proposta por Bottomore (1965a:131):

1. Sociedades "primitivas":
 - a) sem estrutura política distinta e permanente (aborígenes australianos);
 - b) com estrutura política distinta e permanente, mas fortemente influenciada pelo parentesco e pela religião (Shilluk do Sudão).
2. Cidades-Estados (na Antigüidade: Atenas e Esparta; Idade Média: Gênova e Pisa).
3. Impérios baseados em Cidades-Estados (Império Carolíngio).
4. Estados feudais (França e Inglaterra medievais).
5. Estados asiáticos com burocracia centralizada (China Imperial).

6. Nações-Estados:
 - a) modernos Estados democráticos (Estados Unidos da América);
 - b) modernos Estados totalitários (URSS).
7. Impérios baseados em Nações-Estados (Grã-Bretanha).

9.4.5 Formas de Governo

A rigor, há duas formas de governo: Monarquia e República. Mas as modalidades de organização do poder político variam de acordo com os sistemas culturais em que se encontram:

- **Monarquia.** Poder supremo investido numa só pessoa. O rei ou soberano herda o poder e o mantém até a morte. Exemplos: Inglaterra, Holanda, Suécia, Bélgica, Japão.
- **Oligarquia.** Poder supremo investido nas mãos de um grupo pequeno. Exemplo: o triunvirato militar na Grécia, entre os anos 1967 e 1973. Quando exercido por pequena classe nobre é chamado **Aristocracia**. Exemplo: cidades italianas na Idade Média.
- **Gerontocracia.** Governo dos idosos. Exemplo: Ilhéus de Andamã; tribos Masai, no Quênia.
- **Democracia.** Governo supremo investido no povo e exercido por ele direta ou indiretamente: governo do povo pelo povo, que manifesta sua vontade através do voto. Exemplos: Suíça, Áustria, Finlândia.
- **República.** Pode assumir duas formas: **Presidencialismo**, quando o chefe do governo é o Presidente e lhe cabe o direito de escolha de seus ministros. Exemplos: Estados Unidos da América, Venezuela, Brasil. **Parlamentarismo**, no qual a composição do gabinete ministerial fica a cargo do Parlamento. Exemplos: França, Canadá, Israel. A Inglaterra é um exemplo de monarquia parlamentarista.
- **Teocracia.** Governo por direção sobrenatural, através de sacerdotes ou outros agentes sagrados. Exemplos: Tibet, antigo Egito.
- **Ditadura.** Poder concentrado na mão de uma única pessoa, o ditador. Exemplos: Cuba, Haiti (na época de "Baby" Doc), Uganda (quando governava Idi Amin Dada).

Todas essas formas de governo são encontradas entre os diversos povos existentes ainda hoje, sejam "primitivos" ou "civilizados". Não são mutuamente exclusivos: por exemplo, a maioria das repúblicas é democrática, e a monarquia pode ser parlamentar.

Quanto aos tipos de Estado, podem ser:

- **Simplex ou unitários.** Quando apresentam uma organização política única, sem divisões internas e com um único governo. As divisões internas, se existirem, são apenas de caráter administrativo: departamentos ou províncias. Exemplos: França, Portugal, Hungria, Inglaterra, Itália.

● **Estados compostos.** Apresentam cinco formas:

- a) **União pessoal.** União de um ou mais Estados sob o governo de um monarca, quer tal fato se dê por sucessão hereditária, eleição ou acordo internacional. A ligação se dá pela pessoa do monarca que representa a autonomia externa da União. Exemplo: Império Austro-Húngaro (1867-1918).
- b) **União real.** União de dois ou mais Estados sob o governo de um monarca, permanente e perpétua. Os Estados-membros podem conservar uma parcela de autonomia administrativa, mas perdem a soberania externa já que se fundem de maneira a constituir uma só pessoa jurídica internacional. Exemplo: Espanha unificada pelo casamento de Fernando de Aragão e Isabel de Castela (Século XV).
- c) **União incorporada.** Unificação definitiva de dois ou mais Estados que se extinguem como tais, surgindo um novo Estado. Dessa maneira, os Estados primitivos perdem definitivamente a soberania externa, podendo conservar uma parcela de autonomia administrativa. Exemplo: Iugoslávia, formada em 1918, pela união da Sérvia e Montenegro (Estados independentes), Croácia, Eslovênia, Bósnia e Herzegovina (pertencentes ao Império Austro-Húngaro) e parte da Macedônia.
- d) **Confederação de Estados.** União de dois ou mais Estados, através de um pacto, em que cada um deles mantém sua soberania externa e autoridade interna. A finalidade é enfrentar agressões externas, que ameaçam a integridade territorial, a propiciar a manutenção da ordem interna. Forma-se uma liderança unificada, mas os Estados possuem o direito de secessão (rompimento do pacto e separação dos Estados confederados) e o direito de nulificação (discordância das decisões da liderança). Exemplo: RAU — República Árabe Unida (Egito e Síria) entre os anos 1958 e 1961.
- e) **Estado federal ou federação.** União de dois ou mais Estados que renunciam a soberania externa, originando um só Estado soberano — a Federação ou União. Cada Estado-membro perde um pouco de sua autonomia (mantendo-a apenas para organização administrativa e regulamentação de assuntos privativos) e sua soberania a favor de um poder central. A Federação ou União detém a soberania externa e interna. A ação política de dois governos, Federal e Estadual, é exercida simultânea e harmonicamente sobre o mesmo território. Do ponto de vista internacional pode ser considerado um Estado Simples, já que a soberania reside na União ou Federação. Exemplos: Estados Unidos da América, Suíça, México.

Os Estados modernos classificam-se ainda em:

- **Totalitários,** quando há uma centralização excessiva de funções e poderes, com forte intervenção do Estado nas relações sociais. A liberdade individual é mínima e o controle estatal, máximo.
- **Liberais,** quando a interferência na vida social é mínima e a atuação supervisora bem diminuída. Baseia-se nas idéias de liberdade e igualdade.
- **Social-democráticos,** encontram-se em posição intermediária em relação às duas atuações acima referidas.

9.4.6 Ideologia

Concebida, inicialmente, como ciência das idéias, a palavra ideologia foi criada por Antoine de Tracy, no século XVIII. Seu aspecto abrangente acentua-se com Marx (*A ideologia alemã*), apresentando três componentes básicos:

- a) **sistema de pensamento**, ou seja, forma de conceber o mundo que abrange seus aspectos naturais, mas e principalmente, sociais, compreendidas como as relações entre os homens e sua atividade;
- b) **"visão do mundo"**, isto é, produto e reflexo de uma época e de uma sociedade, mais especificamente de grupos sociais reais, estratos e classes. Expressando seus interesses, sua atividade e seu papel histórico, a ideologia não aparece como conhecimento verdadeiro, mas como racionalização: ao mesmo tempo que os exprime, o faz parcialmente, deformando-os ou obscurecendo-os;
- c) **não é sistema de pensamento neutro**, pois tem uma função que é a de legitimar, justificar e contribuir, ou para a manutenção da ordem social existente, ou para sua transformação.

Poulantzas evidencia a presença da ideologia nas atividades dos seres humanos de tal forma que, segundo ele, torna-se impossível diferenciá-la da própria experiência vivida. As ideologias, se se apresentam como representação mental de uma relação real (dos homens com suas condições de existência), também revestem-se de condição imaginária; aspiram à coerência e à unidade, para fazer com que suas relações mantenham-se estáveis ou se transformem, conforme seus interesses particulares. E é nesse sentido que nega a existência de uma ideologia própria do estrato pequeno-burguês, pois "as duas classes fundamentais são a burguesia e o proletariado: existem então, somente no sentido forte de ideologias de classe, aquelas duas classes fundamentais, politicamente opostas até o fim. Vale dizer, então, que somente existem, como conjuntos de coerência própria e de sistemática relativa, a ideologia burguesa dominante e a ideologia ligada à classe operária (1975:313-4). Dessa forma, o que existe é um subconjunto ideológico pequeno-burguês considerado como "terreno de luta e um campo de batalha particular entre a ideologia burguesa e a ideologia operária, mas com a intervenção própria dos elementos especificamente pequeno-burgueses" (1975:315).

Por sua vez, Mannheim considera que a conceituação particular de ideologia é aquela que se presta para desmascarar determinadas idéias como expressão de interesses de classe ou de grupos específicos. "A análise do pensamento em termos de ideologia é por demais ampla; em sua aplicação é uma arma importante demais para se tornar o monopólio permanente de uma das partes, qualquer que esta seja" (1972:101).

Dumont assevera que o emprego atual do termo ideologia designa “um sistema de idéias e de juízos, explícito e geralmente organizado, que serve para descrever, interpretar ou justificar a situação de certo grupo ou coletividade e que, inspirando-se largamente em valores, propõe uma orientação precisa à ação histórica desse grupo ou dessa coletividade” (Apud Rocher, 1971: I 228).

Finalizando, Rocher (1971: I 229-30) considera que a ideologia, além de uma “definição de situação”, comporta outros três elementos:

- “1.º) a ideologia reveste uma forma bastante sistemática, coerente, organizada, pelo fato de ser explícita e verbalista; ganha assim o caráter de ‘doutrina’, no sentido lato do termo”; dessa forma, a sistematização implica que determinados aspectos da situação sejam relevados, dando-se ênfase específica a certos laços existentes entre os diferentes elementos da situação, o que significa um caráter de sincretismo;
- “2.º) a ideologia refere-se abundantemente a valores, em que se inspira e que reorganiza no esquema de pensamento que formula”; portanto, é considerada a racionalização de uma específica visão do mundo ou de um sistema de valores;
- “3.º) a ideologia tem uma função conativa (inata), leva ou incita uma coletividade à ação, ou pelo menos a dirige fornecendo-lhe fins e meios”.

A ideologia, como visão de mundo ligada aos interesses de um grupo ou estrato claramente determinado na sociedade, atuando como mola propulsora para a ação conservadora (manutenção do *status quo*) ou a inovadora (transformação), fundamentou e justificou, na história da humanidade, várias formas de sociedade e seu sistema de poder político.

Os modelos sócio-políticos mais destacados são: o Estado de regime autocrático (Absolutismo), o Estado liberal, fundamentado no contrato social (Liberalismo), o Estado totalitário (Fascismo e Nazismo) e o Estado baseado na dialética (Socialismo e Comunismo).

Absolutismo. Consiste em uma forma de governo apresentando concentração total do poder, exercido por um só ou por um grupo de indivíduos. Sua característica principal é a completa ausência de limitações ao exercício do poder. Surge na Europa ocidental, no século XVI, quando o antagonismo entre o poder real e os interesses da nobreza é vencido com a subordinação da última. Atinge seu apogeu entre o século XVII e XVIII, principalmente com Luís XIV, a quem se deve a célebre afirmação “o Estado sou eu”. Procurando encontrar fundamentos ideológicos que legitimassem seu poder absoluto, os monarcas desse período faziam derivar diretamente de Deus sua autoridade, tanto sobre as coisas quanto sobre os homens, incluídos em seus domínios. Se de um lado a Igreja, com sede em Roma, possuindo uma política própria e interesses universais, disputava o poder espiritual e até certo ponto o poder temporal com os monar-

cas absolutos, a Reforma Protestante fortalece a tese do direito divino, diretamente transmitido por Deus aos soberanos, sem a ação intermediária de Roma. É por esse motivo que nos países onde se firma a Reforma Protestante, o absolutismo assume feições radicais.

Além da origem divina, há um conteúdo racional na ideologia do absolutismo: Robert Filmer e Thomas Hobbes justificam sua prática. O primeiro considerava a submissão à autoridade patriarcal do rei como essência do dever político do cidadão, sustentando que o Estado era família, e o rei, a figura do pai. Por sua vez, Hobbes considera que o homem não é sociável pela sua própria natureza, mas é a razão que o leva a formar a sociedade, que deverá ter forças para manter a "paz" entre os homens combativos, que possuem os mesmos apetites e as mesmas aspirações ao poder.

"O homem tem a possibilidade de evitar sua autodestruição mediante o uso da razão, que se traduz em um pacto voluntário: a transmissão a um terceiro mediante contrato concluído 'entre um e outro' do direito natural absoluto que se possui sobre os seres e as coisas. A vontade do terceiro substitui a vontade de todos e os representa" (Hobbes *Apud* Poviña, 1976: I 503). Assim, o poder absoluto do rei deriva da outorga de todos os seus súditos, e o poder civil e religioso devem estar contidos em uma só mão, a do soberano.

O absolutismo moderno não se distingue, em sua essência, dos anteriores; a principal modificação é que apresenta aspectos burocráticos, fazendo com que os governantes, em cujas mãos encontra-se a concentração do poder, a dividam com os funcionários que controlam, ao mesmo tempo, o sistema econômico e as forças responsáveis pela continuidade do próprio poder.

Liberalismo. A doutrina política do liberalismo foi sistematizada por John Locke, principalmente em seus livros *Tratados sobre o governo civil*, publicados na Inglaterra no final do século XVII. Seus maiores defensores foram Montesquieu e Voltaire, o primeiro, através da célebre obra *O espírito das leis*.

Para Locke, os direitos naturais pressupõem que os indivíduos, atingindo determinado estágio de evolução social, convencionam instituir um governo ao qual cedem determinados poderes de forma alguma absolutos: o poder conferido ao governo é, na realidade, o de executar a lei natural. Evidentemente que a totalidade dos direitos não expressamente outorgados ao governo permanecem reservados aos próprios indivíduos.

Propugna a separação entre sociedade e Estado, pois a primeira é natural, existente antes do Estado, o qual tem por finalidade organizar-se,

mediante contrato, para proteger os direitos naturais dos cidadãos. Os poderes essenciais transferidos ao Estado se convertem em:

- a) o poder legislativo, que regulamenta como as formas do Estado têm de ser empregadas para a conservação da sociedade e de seus membros; e
- b) o poder executivo que assegura o cumprimento das leis no âmbito do país e as relações com o exterior (...) (Locke *Apud* Poviña, 1976: I 642).

Montesquieu apresenta uma visão histórica e assim rejeita os direitos naturais enunciados por Locke, afirmando a preponderância das leis positivas. Para ele, as condições concretas da vida social estabelecem que, se a origem da vida social é uma necessidade natural, por outro lado, há leis sociais obrigatórias de conteúdo psicológico que regulamentam as interações entre homem-sociedade-Estado. Portanto, sua definição das leis indica que são "as relações necessárias que derivam da natureza das coisas" (*Apud* Poviña, 1976: II 776).

Segundo Voltaire, a salvação do indivíduo encontra-se na sociedade: sendo o ser humano, por natureza, essencialmente sociável, possui a tendência espontânea de viver em grupos; outra característica específica da natureza humana é a racionalidade, que lhe faculta o direito de reger os destinos de sua sociedade. Como Locke, Voltaire encara o governo como um mal necessário, estando limitado apenas a fazer com que se observem os direitos naturais.

Fascismo. Como fenômeno político de influência mundial, surge na Europa no início da década de 20 e desaparece em 1945, após a derrota dos países do Eixo, na Segunda Guerra Mundial. Primeiro como movimento e mais tarde como regime político, o fascismo foi eminentemente totalitário. Para Mussolini, seu introdutor na Itália, tinha por finalidade constituir um sistema no qual o Estado se caracterizaria como encarnação concreta da nação, com poder supremo. Segundo ele, o lema deveria ser "tudo para o Estado, nada contra o Estado e ninguém fora do Estado".

Com vários graus de diferenciação estrutural, mesclado com outros movimentos e regimes políticos de caráter conservador, o fenômeno fascista espalhou-se pela Europa. Seus limites geográficos e temporais, por esse motivo, são bastante imprecisos, pois a ideologia fascista combinou, em diversos graus, um amplo conjunto de traços. Duas são suas principais características:

- a) tendência à popularização, procurando a mobilização política das massas; embora de caráter totalitário e elitista, repousando nos setores da classe média urbana e rural, procurou mobilizar tanto a classe operária quanto os intelectuais;
- b) promessa da "construção de um homem novo num mundo novo". O homem, dotado da capacidade de exercer controle sobre seu ambiente, tanto natural quanto social, por intermédio do exercício da

vontade e da força, deveria procurar não a satisfação de seus interesses pessoais, mas a da comunidade mais ampla, pela qual deveria estar disposto a morrer e que se consubstanciava na nação, no Estado, no Partido.

A ambivalência do fascismo revela-se na tentativa do estabelecimento de uma sociedade rigidamente estratificada que, ao mesmo tempo, seja destituída de antagonismos e baseada na solidariedade entre os diversos estratos. Em outras palavras, uma sociedade de classes sem a luta de classes; opunha-se, da mesma forma, aos elementos “improdutivos” da sociedade (os inúteis, os incapazes e os “inferiores”) e aos “exploradores” (proprietários dos grandes complexos financeiros, industriais e comerciais, considerados “parasitas”).

Absorvendo grande parte dos pensadores alemães que foram utilizados para justificar a ideologia nazista, componente do fenômeno mundial do fascismo, este tentou elevar Vilfredo Pareto à condição de teórico do movimento, principalmente devido a seus conceitos sobre a formação e circulação de elites.

Nazismo. Movimento político surgido na Alemanha na década de 20, apresenta-se como continuação histórica do militarismo prussiano. Sua rápida divulgação é devida às profundas humilhações sofridas pela nação alemã com a derrota na Primeira Guerra Mundial e os termos do Tratado de Versalhes.

Centrado na figura de Adolf Hitler, fundador do “Reich de mil anos”, que desmoronou apenas doze anos após sua criação, tem como “bíblia” o livro *Minha luta*, escrito por Hitler, entre 1925 e 1927, complementado em 1928 com *Um testamento*, de Dietrich Eckart, o *Mito do século XX*, de Alfred Rosenberg (1930) e *Essência e forma do nacional-socialismo*, de Josef Goebbels (1934).

Do ponto de vista da justificativa ideológica, o nazismo se configura como uma miscelânea de idéias baseadas em vários autores do passado:

- a) **a teoria do Estado totalitário, de Hegel** — o Estado é a mais importante das sociedades morais, constituindo uma unidade superior, pois funde em si a essência da família e da sociedade civil. Constitui-se na realidade plena e íntegra da idéia moral e sua existência assinala “a marcha de Deus pelo mundo”. Mais ainda, o Estado constitui-se num centro e fundamento de todos os elementos concretos da vida social; é uma totalidade moral, de tal forma que fora dela os indivíduos não possuem qualquer valor próprio. “No mundo germânico, o espírito é livre por excelência e todos sabem que têm seus próprios direitos; o individual se une; o infinito e o finito se reconciliam; seu lugar é a Europa Ocidental” (*Apud* Poviña, 1976: 1 484);
- b) a pregação nacionalista do filósofo alemão Fichte que, ao lado de uma concepção romântica e idealista da nação, salienta a grande influência dos alemães entre os outros povos. Seu conceito de povo expressava “um conjunto de homens que vivem em sociedade e se

aperfeiçoam uns aos outros espiritual e naturalmente, obedecendo a uma lei de desenvolvimento especial e correta da divindade" (Apud Poviña, 1976: I 352);

- c) a filosofia de Nietzsche e sua glorificação do "super-homem" que deveria atuar "além do bem e do mal": "ao homem são impostas muitas cadeias (...). Mas agora ele ainda sofre por ter carregado tanto tempo suas cadeias, por ter-lhe faltado tanto tempo ar mais puro e movimentação mais livre: essas cadeias, porém, eu o repito sempre e sempre de novo, são aqueles graves e significativos erros das representações morais, religiosas, metafísicas. Somente quando a doença das cadeias estiver superada, estará alcançando inteiramente o primeiro grande alvo: separar-se o homem dos animais" (Apud Civita, 1974: 158);
- d) a geopolítica de Ratzel, cuja obra apresenta um aspecto político prático, de tipo imperialista, fazendo referência ao solo como propriedade do Estado para a grandeza deste: "o território é um fator ativo, e nenhuma sociedade pode existir sem uma parte do território a que se ligue. É o principal motor do progresso e da mesma forma é a base, o pressuposto ou elemento de infra-estrutura de todo o Estado" (Apud Poviña, 1976: II 890);
- e) as idéias de um socialismo alemão emanadas dos escritos de Werner Sombart e Spengler.

Socialismo. A Revolução Industrial da metade do século XVIII aprofundou o conflito social existente entre a burguesia, proprietária do capital e dos meios de produção, e o proletariado, cuja fonte de renda é o aluguel de sua força de trabalho. O socialismo é, ao mesmo tempo, uma teoria sócio-econômica e uma prática política, tendo por finalidade abolir esse conflito. A Revolução Francesa, com a derrubada da aristocracia, conferiu à burguesia o poder político, já que detinha grande parte do poder econômico. Inicialmente na França e depois em outros países, aparece a liberdade, porém não se manifesta a igualdade entre os cidadãos. A proposta das diferentes teorias socialistas é a abolição dessa situação por intermédio da transferência da propriedade dos meios de produção para a comunidade, ocorrendo a extinção do trabalho assalariado; a modificação econômica da sociedade se configuraria pela planificação (economia dirigida) e não poderia ser obtida sem que ocorressem radicais modificações políticas. Nem todas as formas de socialismo consideram básico o uso da força revolucionária para alcançar estas finalidades.

Os primeiros socialistas podem ser compreendidos como humanitários, religiosos ou utópicos, pois preconizavam mudanças baseadas na aliança entre a burguesia progressista e o operariado. Seus principais representantes são Saint-Simon, Owen e Fourier.

O advento do socialismo científico foi a publicação do *Manifesto do partido comunista*, de autoria de Marx e Engels, em princípios de 1848, às vésperas da revolução na Alemanha, que fracassa em 1850. Em 1864, é fundada a Associação Internacional dos Trabalhadores, conhecida como I Internacional. As primeiras divergências ideológicas surgem com a cor-

rente de socialistas seguidores de Proudhon: o mutualismo operário (socorro mútuo) e oposição contra a greve, como instrumento de pressão. O segundo fator de desacordo é o conflito entre as idéias de Marx e Bakunin, revolucionário russo, cujas proposições eram muito mais radicais do que as de Marx: para ele, uma elite revolucionária atuando como catalisador poderia chegar ao poder apoiada por uma massa de camponeses e trabalhadores sem a necessidade de um processo de educação e organização dos trabalhadores; negava também a necessidade da "ditadura do proletariado" para se chegar a uma sociedade sem classe; pregava a imediata eliminação do Estado. Dissolvida em 1872 sem ter conquistado grandes massas do operariado, a I Internacional levou a classe trabalhadora a enveredar pelo caminho da conquista pacífica do poder político, por intermédio de eleições. Muitas das correntes socialistas da Europa Ocidental ainda defendem essas proposições.

A tentativa de reorganização dos trabalhadores, em caráter internacional, inicia-se pela contraposição de duas correntes: a lassaliana (Partido Social Democrático, de Ferdinand La Salle), que admitia até certo ponto a colaboração com a burguesia, e a eisenachiana (de tendência marxista). Em uma tentativa de união, publica-se o Programa de Gotha (1875), combatido por Marx em seu trabalho *A crítica ao programa de Gotha*. No Congresso de Bruxelas, realizado em 1891 (considerado o marco inicial da II Internacional), esboça-se certa preponderância dos marxistas, tanto revolucionários quanto moderados, frente aos demais grupos. A II Internacional fracassa em 1914, início da I Guerra Mundial. A fissão acentua-se em 1917, com a subida do bolchevismo ao poder, na Rússia. A partir de 1945, o comunismo predomina nos países da Europa Oriental e desde 1949, na China.

Separam-se, portanto, socialismo e comunismo, cisão esta que perdura até nossos dias.

Comunismo. O conceito de comunismo primitivo surge na metade do século XIX, por influência da obra de Engels: *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Fundamentalmente uma concepção sócio-econômica, o comunismo primitivo é descrito como uma forma de produção em que havia a propriedade comum dos meios de produção (terra, instrumentos de trabalho, habitações), ao lado da propriedade privada dos utensílios domésticos, roupas e armas. A produção era realizada coletivamente, apesar de a distribuição permitir certas desigualdades, segundo o caráter cultural de cada sociedade. Relações de produção no sistema comunal primitivo resultavam do baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, dos instrumentos de trabalho e do fato de a divisão do trabalho ser baseada no sexo e na idade. Impunha-se o trabalho coletivo como necessário tanto para a subsistência quanto para a guerra.

Com a separação entre socialismo e comunismo, o primeiro termo é utilizado para designar uma etapa de transição para o comunismo (correntes marxistas-leninistas) ou como forma de redistribuição da renda (grupo social-democrata).

O comunismo marxista apresenta duas características principais:

- a) filosofia que propugna a transformação do mundo pelas massas oprimidas, com a finalidade de introduzir, primeiro o socialismo e, na etapa seguinte, o comunismo;
- b) conhecimento que parte de posições materialistas e utiliza o método dialético que, aplicado à história, é conhecido como materialismo histórico. Dessa forma, o marxismo estabelece firmemente o caráter histórico dos conhecimentos científicos e sua ligação com a transformação (evolução) da prática social dos homens.

O materialismo histórico aplicado à análise da sociedade capitalista mostra o surgimento de duas classes: a burguesia, proprietária do capital e dos meios de produção, e o operariado, que fornece a força de trabalho. O principal antagonismo da sociedade capitalista nasce da oposição entre essas duas classes: a interdependência universal das nações surge da exploração do mercado e do consumo pela burguesia que, concentrando os meios de produção, a propriedade e a população em regiões urbanas, desemboca na centralização política. Para romper a hegemonia da burguesia, a coletivização dos meios de produção (etapa socialista) levaria ao estabelecimento do moderno comunismo, cujas características principais seriam a universalização do interesse da classe proletária que terminaria com a dominação burguesa do poder político (sociedade sem classes), abolição da propriedade dos meios sociais de produção (sem supressão de toda e qualquer propriedade privada) e extinção da apropriação do trabalho de outra pessoa.

A tomada do poder político seria o objetivo da união dos proletários de todos os países, seguida da implantação do modo de produção socialista para culminar com a realização da sociedade comunista.

O papel do Estado, na teoria marxista, é o de elemento de controle, através do qual a classe mais poderosa impõe uma ordem social que a favorece. O Estado somente surge quando, em uma sociedade, existe a luta de classes, luta esta que pode colocar em risco a própria existência do organismo social. Dessa forma, unindo ao poder econômico o poder político, a classe mais poderosa encontra melhores meios de explorar a classe mais fraca. A ditadura do proletariado seria considerada uma etapa transitória para se chegar, através da preponderância da classe produtiva, à verdadeira sociedade sem classes, quando então o Estado, finda sua utilidade, desapareceria. Assim, o termo "ditadura do proletariado" significa um regime político que é controlado pela maioria da população e se cons-

titui em instrumento para o estabelecimento do comunismo. O fato de, na maioria dos países, a ditadura do proletariado ter gerado um governo controlado por quadros burocráticos, tem sido interpretado apenas como “disfunção burocrática” e não como fator que se opõe à transição para o comunismo.

Os movimentos, mais ou menos violentos, que ocorrem na Europa “Oriental”, China e União Soviética, assim como a mudança da forma de governo em alguns desses países, não permitem ainda distinguir em que direção caminham essas sociedades, nem apontar o caráter dessas transformações, no que se refere ao ideal comunista.

9.5 INSTITUIÇÕES ECONÔMICAS

Entre os povos “primitivos”, as instituições econômicas encontram-se intimamente correlacionadas com as outras instituições. As atividades econômicas apresentam-se rodeadas de tabus, governadas por “poderes sobrenaturais”, orientadas por normas e valores e ligadas aos conceitos de *status* e prestígio.

A satisfação das necessidades primárias ou biológicas — alimentação, vestuário, moradia —, bem como o emprego das ferramentas, influem na vida familiar, no tipo e dimensões da comunidade. A família, originariamente uma unidade econômica, variou no tempo e no espaço, sendo essa variação determinada, em grande parte, pelo tipo de atividade econômica: a família nuclear, que impera na sociedade ocidental, industrial e urbana, é típica também das culturas caçadoras, ao passo que a família extensa é mais comum nas sociedades agrícolas. O desenvolvimento do comércio e, depois, das atividades industriais, realizadas em fábricas, influenciou o aumento das povoações e da urbanização.

Após a Revolução Industrial, a família perde parte de suas funções econômicas, que se transferem para uma variedade de organizações especificamente econômicas, não mais controladas pelos costumes, mas submetidas a uma legislação própria e cada vez mais sob controle governamental. A interferência do Estado na economia é uma característica das sociedades modernas.

9.5.1 Divisão do Trabalho

A divisão do trabalho, entre indivíduos e grupos, é universal: tem sua origem no início da vida humana grupal e pode ser encontrada em todas as sociedades do passado e do presente. Talvez a primeira e a mais universal divisão é a que se refere ao sexo. Na maioria das sociedades do passado, a atribuição das tarefas a um ou outro sexo derivava da força física, segundo Murdock; da adequação aos diferentes tipos de trabalho, para Thomas. De acordo com Sumner e Keller, as ocupações que exigem

maior habilidade, força física, ou que são mais interessantes, ficam a cargo dos homens, devido, em parte, à posição dominante que a cultura lhes concede nas diferentes sociedades. Desta maneira, a divisão do trabalho por sexo não decorre apenas do fator biológico, mas é influenciada também pelos fatores culturais. Este ponto de vista é mais bem ilustrado com a moderna sociedade industrial, onde tarefas tradicionalmente masculinas como a medicina, a engenharia, a advocacia, a agronomia e outras são hoje desempenhadas pelas mulheres, restando, nessas sociedades, relativamente poucas atividades exclusivas de um determinado sexo.

Outro fator que influi na divisão do trabalho é a idade. Baseia-se, evidentemente, em diferenças fisiológicas: infância, juventude, maturidade, velhice e senilidade. Verificamos, ao longo da história dos grupos humanos, que este fator — idade — varia no tempo e no espaço, de acordo com as diferentes culturas, sendo por elas influenciado. Na totalidade das sociedades, parte da educação formal e informal da infância e juventude consiste no preparo para as responsabilidades do adulto, incluindo a atuação econômica. Mesmo entre os povos “primitivos”, certas “profissões”, como, por exemplo, as de curandeiro, de sacerdote, de ferreiro ou de artífice em geral, exigem longo e minucioso preparo. A sociedade deve propiciar os meios para que os jovens recebam o necessário aprendizado, provendo-os de alimentos e satisfazendo suas necessidades através do trabalho de outros elementos. Frequentemente, as tarefas especializadas são realizadas por determinadas famílias e transmitidas de pai a filho pelo direito de hereditariedade. Em toda a Idade Média a divisão do trabalho também apresenta influência de idade, ao lado do fator habilidade.

A casta, na divisão do trabalho, exerce forte influência. Dentre todas as sociedades, a de castas é a que apresenta maior rigidez na distribuição hereditária das profissões, exercidas exclusivamente no interior das mesmas. Em relação aos estamentos, o monopólio de determinadas atividades econômicas apresenta menor rigidez do que nas castas. Quanto às classes, elas não podem ser desvinculadas da divisão do trabalho; todavia, exercem menos influência do que os sistemas anteriores na distribuição do desempenho econômico dos componentes de uma sociedade. Segundo Sorokin, uma das variáveis da estratificação, na moderna sociedade, é ainda a profissional.

A divisão do trabalho pode basear-se, também, em habilidades especiais. Esse critério, aliado a outros, impera no período medieval com a rígida estratificação em aprendiz, oficial e mestre-artesão. A passagem de uma etapa para outra tem como base a habilidade, critério que se consolida com as corporações de ofício, devido à imposição de provas para medir as respectivas aptidões. Com o início da industrialização, esta hierarquia profissional se rompe: as máquinas rudimentares e de fácil manejo não mais

exigem qualificações específicas. Por esta razão, encontramos, nas fábricas, o trabalho de adolescentes e até de crianças de pouca idade.

O desenvolvimento tecnológico, com a utilização de máquinas cada vez mais complexas, leva à exigência de qualificação e especialização da mão-de-obra. Portanto, a divisão do trabalho, na sociedade industrial, repousa cada vez mais em habilidades especiais, adquiridas, em muitos casos, fora da empresa, na escola. Grande parte das funções econômicas, neste tipo de sociedade, exige a ampliação do tempo de educação formal, retardando o momento de ingresso do jovem no mercado de trabalho. O trabalho da criança está afastado, atualmente, das atividades industriais.

Segundo Drucker (1970:297 e seg.), há cerca de trinta anos "os operadores de máquinas semiqualeificados, os homens da linha de montagem, eram o centro da mão-de-obra americana. Hoje, o centro é o empregado com conhecimento, o homem ou mulher que aplica ao trabalho produtivo idéias, conceitos e informações, e não habilidade manual ou força muscular".

Leo Huberman apresenta um resumo das sucessivas fases da organização industrial a partir da Idade Média (1974:125):

1. **Sistema familiar** (princípio da Idade Média). Produção realizada pelos membros da família, para o seu próprio consumo e não para venda: o trabalho não se efetuava com o objetivo de atender ao mercado.
2. **Sistema de corporações** (maior parte da Idade Média). Produção a cargo de mestres artesãos independentes, com poucos auxiliares (aprendizes, oficiais ou diaristas), para atender a mercado pequeno e estável. O trabalhador não vendia seu trabalho, mas o produto de sua atividade: era dono tanto da matéria-prima que usava quanto das ferramentas de trabalho.
3. **Sistema doméstico** (entre os séculos XVI e XVIII). A semelhança dos sistemas de corporações, a produção era realizada pelo mestre-artesão e seus ajudantes, em seu lar-oficina, para um mercado em expansão. A diferença fundamental é a perda da independência dos mestres. Permaneciam como proprietários de seus instrumentos de trabalho, mas em relação à matéria-prima e à venda da produção dependiam, às vezes, de um intermediário.
4. **Sistema fabril** (do século XIX aos nossos dias). Produção realizada fora do lar, em estabelecimentos pertencentes ao empregador, sob rigorosa supervisão, para mercado cada vez mais amplo e oscilante. O trabalhador perde totalmente sua independência: não possui mais a matéria-prima nem é dono dos instrumentos de trabalho. A habilidade do trabalhador, até certo ponto, perde importância devido ao uso da máquina, mas o capital torna-se cada vez mais importante.

Johnson (1974:125) indica as características das ocupações modernas:

- tendem a ser altamente especializadas;
- tendem a ser funções "conquistadas" muito mais do que "atribuídas"; "universalistas" e não "particularistas", segundo a concepção de Parsons. Esta característica salienta a importância, para o desempenho da função, das habilidades do indivíduo, em oposição aos critérios de procedência familiar, status, classe ou casta;

- são regidas pelo contrato: este se caracteriza pela decisão, geralmente livre, das partes contratantes, pelo pagamento relacionado a serviços específicos, pela formalidade e especificidade de seus termos;
- são realizadas em organizações especializadas, isto é, em locais de trabalho situados fora do lar;
- na maioria dos casos são executadas por indivíduos que não possuem ou não são os donos dos instrumentos de trabalho, que pertencem, geralmente, à organização;
- são altamente competitivas. Esta competição revela-se principalmente em funções que apresentam uma série de estágios específicos, implicando cada graduação maiores salários, responsabilidade e prestígio.

As ocupações modernas encontram-se desvinculadas de critérios que, nas sociedades do passado, regiam a distribuição dos indivíduos entre as diferentes atividades econômicas. Desta maneira, constituem campo de interesse do estudo sociológico, na análise das diferentes sociedades e culturas, o aspecto particular da classificação das ocupações, da correlação entre o status ocupacional e o social, e o estudo das ocupações influentes e prestigiadas.

9.5.2 Propriedade

Em qualquer sociedade, a instituição da propriedade delimita os direitos referentes a coisas valiosas e escassas. Consiste nos “direitos e deveres de uma pessoa ou de um grupo (o proprietário) que se ergue contra todas as demais pessoas ou grupos no que concerne a certos bens escassos” (Davis, 1961: II 185).

Por conseguinte, o direito de propriedade refere-se tanto a coisas concretas, objetos palpáveis (terra, casa, construções, móveis, ferramentas, carros e outros meios de transporte, jóias etc.) quanto a coisas impalpáveis (nome, marcas registradas, símbolos e produtos intelectuais e artísticos: livros, composições musicais, processos técnicos etc.), e apresenta três tipos distintos: o *direito de uso* (um estabelecimento comercial, um terreno, uma pintura, uma jóia); o *direito de controle* (de decidir se uma loja venderá este ou aquele produto, se num terreno serão plantadas flores ou hortaliças); o *direito de disposição* (se um quadro ou jóia poderá ser destruído, vendido ou doado).

Para Davis (1961: II 187-9), os direitos de propriedade apresentam as seguintes características:

- **Natureza transferível** — significando que os direitos podem ser trocados ou cedidos. Mesmo nos casos em que a propriedade é inalienável, ou seja, não pode ser vendida, existe a possibilidade de transferência, pois, em última instância, é transferida de geração a geração.

- **O direito de propriedade sobre um determinado objeto** não implica, obrigatoriamente, a sua utilização e fruição pelo proprietário: o usufruto do objeto pode ser negociado por uma determinada compensação, econômica ou não.
- **A propriedade**, especificando direitos socialmente aceitos e protegidos sobre determinadas coisas, implica o poder sobre outras pessoas, que também desejam estas coisas, escassas e valiosas. À medida que outras pessoas são afetadas pelo modo como se usa a propriedade, estão sujeitas ao poder dos que a controlam.
- **Natureza geralmente não humana** — significando não possuir o objeto direitos próprios, constituindo-se, portanto, em receptáculos passivos dos direitos e obrigações exercidos pelos proprietários. A escravatura, nas sociedades em que existiu, representou uma tentativa de enquadrar seres humanos na categoria de objetos de direitos de propriedade, raramente bem sucedida.

Em virtude do fato de as instituições de propriedade envolverem direitos e obrigações que dizem respeito ao tipo de proprietário, à natureza dos direitos exercidos, da mesma forma que à natureza das coisas possuídas, podemos dizer que elas definem: “os *direitos* que têm os homens sobre seus cabedais, as *pessoas* ou grupos que possuem direitos, privilégios e poderes sobre objetos de valor e as *coisas* às quais se estendem os direitos de propriedade” (Chinoy, 1971:414). Resumidamente, os tipos concretos de instituições de propriedade determinam, segundo Kingsley, “*quem exerce quais direitos sobre que coisas*”.

Os termos mais usados para indicar a natureza da propriedade são:

- a) **Individual** (particular ou privada) — pertencente a um indivíduo. Refere-se à propriedade pessoal: habitação, carros, vestimentas, armas e instrumentos, jóias etc.
- b) **Grupal** (particular ou privada) — pertencente a um grupo. Diz-se que a propriedade é conjunta: condomínios, clubes privados, empresas (sociedades limitadas), meios de produção (cooperativa) etc.
- c) **Coletiva** (comum ou pública) — pertencente à sociedade geral. Refere-se àquilo que a sociedade possui em comum: terras, matas, estradas, parques, praças, viadutos, meios de transportes coletivos, pertencentes ao poder público, empresas estatais, cemitérios etc.

Sob esse ponto de vista encontramos em todas as sociedades a propriedade privada individual, mesmo naquelas que Marx denomina sociedades com “comunismo primitivo”, onde o grupo, a tribo ou o clã detinham a posse comum de terras (utilizadas para a agricultura ou a caça), rebanhos, ferramentas de trabalho e armas; em todas essas comunidades os indivíduos eram donos de seus pertences pessoais: roupas, utensílios, fórmulas mágicas, nomes etc.

Johnson considera a existência de um outro tipo de propriedade: a propriedade associada. Esta surge com a sociedade industrial, com o aparecimento das empresas de sociedade anônima e com a separação, que ge-

ralmente ocorre, entre a propriedade e o controle neste tipo de empresa. Reconhece ainda que as relações entre os acionistas e a direção da empresa dão origem a três tipos diferentes:

- **Controle de domínio.** Onde a direção possui uma significativa maioria das ações.
- **Controle financeiro.** Normalmente o controle financeiro de uma empresa apóia-se na posse de certificados de ações: quanto mais disseminado é o domínio geral, menor é a proporção de ações necessárias ao controle. Entretanto, W. E. More cita a possibilidade de acionistas sem votos controlarem os planos de ação de uma empresa, em decorrência de sua posição de credores poderosos.
- **Controle administrador.** Quando a posse de ações não traz aos investidores o direito de controle: este é conferido a uma administração vitalícia, que atuará na dupla capacidade de funcionários assalariados da organização e "depositários dos fundos dos investidores".

9.5.3 Troca

Tão importantes quanto as instituições de propriedade são as instituições que regulam a permuta ou troca entre os componentes de uma sociedade ou entre as sociedades. A necessidade da troca surge em virtude da existência, de um lado, da divisão do trabalho, e, do outro, do direito de propriedade: a posse por diferentes indivíduos ou grupos de certas coisas escassas e valiosas.

Alguns autores indicam que a troca possibilita, por sua vez, a divisão do trabalho. Desta maneira, a troca é encontrada em todas as economias, inclusive entre as mais primitivas.

A troca pode ser direta ou indireta:

Troca direta. Realiza-se com ou sem o uso do dinheiro.

Quando não se utiliza o dinheiro, podemos ter:

- a) troca de **mercadorias por mercadorias**. Exemplo: gêneros alimentícios por vestuários;
- b) **mercadorias por serviços**. Exemplo: fato não raro na área rural brasileira é pagar-se o médico com a produção agropecuária;
- c) **serviço por serviço**. Exemplo: entre os garimpeiros do Brasil é comum a troca de "dias de trabalho", na extração ou lavagem do cascalho.

A *troca silenciosa*, ainda realizada por algumas tribos da África, Nova Guiné, Sibéria e Alasca, é uma troca de mercadorias sem contato pessoal. Funciona quando uma das partes deposita em um local costumeiro os objetos que deverão ser trocados: a outra parte recolhe esses objetos depositando outros em seu lugar. Quando uma das partes não está satisfeita com a quantidade ou qualidade dos produtos, recusa-se a recolhê-los. Através desta atitude obtém-se um acréscimo de bens ou a recusa da troca.

A troca com dinheiro não significa especificamente notas ou moedas, mas um determinado artigo valioso, que tenha seu número, peso ou qualidade determinados, servindo como padrão de valor.

Exemplo: o uso do arroz como “dinheiro” pelos Ifugeo, nas Filipinas, ou do gado, na Itália antiga (Haddock Lobo, 1973:32).

No emprego do dinheiro como meio de troca, temos duas possibilidades:

- **Uso de dinheiro sem preços fixos.** Tipo mais comum na nossa sociedade, onde os preços são, em princípio, determinados pela competição entre vendedores e compradores (ver capitalismo).
- **Comércio administrado.** Quando os preços em dinheiro ou mercadorias são fixados pela autoridade política. Exemplos: congelamento de preços e salários, nos Estados Unidos, durante a Segunda Guerra Mundial; economia dos países socialistas (ver socialismo).

Troca indireta. Nela encontramos duas formas:

- **Troca de presentes.** Quando alguém dá a outra pessoa um presente de bens ou serviços, sem que se tenha estabelecido um valor equivalente para o retorno, que deverá ser pago com outros “presentes”. Prática comum entre os trobriandeses, das ilhas do Pacífico (anel de Kula); é assinalada também em populações “primitivas” do Brasil; em nossa sociedade encontramos semelhanças desse tipo de permuta na troca de cartões e presentes, por ocasião do Natal e de aniversários.
- **Redistribuição.** Refere-se à produção do grupo que é reunida e em seguida distribuída entre seus membros, sem levar em consideração aparente as contribuições individuais. Exemplo: impostos — as contribuições dos membros de uma sociedade são revertidas em bens e serviços a favor de toda a sociedade.

9.5.4 Estruturas Sócio-econômicas

De acordo com a posse dos meios de produção e a característica do mercado, há dois tipos de estruturas sócio-econômicas principais:

Capitalismo. Sistema em que os meios de produção são de propriedade privada de uma pessoa (ou grupo de pessoas) que investe o capital; o proprietário dos meios de produção (capitalista) contrata o trabalho de terceiros que, portanto, vendem a sua força de trabalho para a produção de bens. Estes, depois de vendidos, permitem ao capitalista não apenas a recuperação do capital investido, mas a obtenção de excedente — o lucro. Tanto a compra dos meios e fatores de produção quanto a venda dos produtos, resultantes da atividade empresarial, se realizam no mercado de oferta e procura de bens e serviços, existente na sociedade capitalista.

A concepção de uma sociedade em que o sistema capitalista abarca a totalidade das atividades econômicas do país é teórica: ao lado desse tipo

de atividade geralmente encontram-se artesãos, pequenos comerciantes e agricultores que, ou exercem uma atividade econômica, ou produzem, sem se utilizar do trabalho de terceiros, fazendo, ao contrário, uso exclusivo de seu próprio trabalho. Dessa forma, nos países considerados capitalistas, o meio de produção capitalista é predominante, mas, de forma alguma, o único. Principalmente nos países subdesenvolvidos, coexistem formas pré-capitalistas de exploração econômica, ao lado do sistema capitalista de produção. Para alguns autores, a presença do intermediário financeiro, rompendo a economia do período feudal, em que as trocas eram diretas, dá origem à economia monetária de trocas, ou sistema comercial, base inicial do capitalismo. Este se manifestaria, portanto, no momento em que se distanciam, no tempo e no espaço, os atos de produção e de venda, exigindo a participação do intermediário: ele compra as mercadorias ao produtor e as vende, com lucro, ao consumidor final.

O mercado capitalista foi considerado como passível de concorrência perfeita pelos economistas do século XIX, que apontavam as seguintes condições:

- a) atonicidade do mercado, ou seja, nenhum dos participantes (empresas) possui poder suficiente para que a sua influência possa ser exercida alterando a quantidade da produção e o preço dos produtos;
- b) homogeneidade do produto, significando que todas as empresas colocam no mercado produtos com características idênticas;
- c) livre acesso, isto é, inexistência de empecilho ao ingresso de concorrentes no mercado, podendo qualquer industrial obter, facilmente, os necessários fatores de produção;
- d) clareza do mercado, querendo dizer que os seus integrantes dispõem do conhecimento completo de todos os fatores significativos do mercado;
- e) perfeita mobilidade dos fatores de produção, afirmando, outrossim, que estes são acessíveis a qualquer participante da indústria.

O ideal da concorrência perfeita, se alguma vez se concretizou, está longe dos modelos atuais. O mercado dos países capitalistas, tanto os desenvolvidos quanto os dependentes, apresenta-se de tipo oligopólico, com a formação de cartéis ou mesmo monopólico, de trustes e, em raros casos, monopsônico.

Forma-se o oligopólio quando algumas empresas dominam o mercado, impondo seu preço e levantando barreiras à penetração de novas indústrias; o cartel consiste em um acordo entre as empresas oligopolísticas, estabelecendo tanto a produção de cada empresa quanto o preço das mercadorias. O monopólio apresenta-se como uma situação oposta à concorrência perfeita, de outra forma, referindo-se a apenas um vendedor ou consórcio de vendedores (truste), cuja fixação de preços dependerá da procura, que geralmente é imperfeita, mas que visa a assegurar a maior margem de lucro.

Contrariamente a essas características, no regime de monopólio tem-se um único mercado comprador ou ele é tão extenso que absorve, em termos de volume e valor, a maior parte da produção e, assim, dispõe de meios para atuar sobre o preço dos produtos.

Em síntese, a realidade do modelo capitalista demonstra que o mercado de oferta e procura não se estabiliza por si só, mas forças estranhas a ele interferem na fixação do preço dos produtos. Nem sequer pode-se afirmar que a maioria das sociedades capitalistas apresentam o “uso de dinheiro sem preços fixos”, isto é, sendo os mesmos determinados pela livre competição entre vendedores e compradores, pois, além dos fatores citados, muitas vezes o Estado interfere nesse “jogo”. *Exemplo*: a política de tabelamento de certos produtos exercida pelo CIP (Comissão Interministerial de Preços).

Socialismo. Sistema em que os meios de produção são de propriedade coletiva, isto é, pertencentes e geridos pelo Estado. Este é que representa a coletividade e, assim, o capital das empresas não é de propriedade privada.

É preciso frisar que a introdução do socialismo não pressupõe a abolição total da propriedade privada, mas diz respeito apenas aos meios de produção (base de capital) que passam ao domínio público; a propriedade individual dos bens de consumo e de uso, inclusive, em alguns casos, as moradias, permanecem como propriedade individual ou grupal (particular ou privada).

Não havendo capital particular que aufera lucro, em função do que é acionada e impulsionada toda a economia de mercado, no sistema socialista o estímulo que deve dinamizar a economia consiste no ideal de progresso, no desejo coletivo das populações de alcançarem níveis mais elevados de bem-estar, tanto econômico quanto social.

Não é o administrador da empresa socialista que decide sobre o objeto, o volume e os preços da produção, pois estes constituem metas estabelecidas no planejamento governamental.

“A mais significativa de todas as tendências do comunismo (sistema socialista da URSS) (é) a planificação deliberada de toda produção, distribuição e troca do país, não para aumentar os lucros de uns poucos, mas para aumentar o consumo de toda a comunidade (...).

Uma vez abandonada a propriedade privada, com sua finalidade de obter lucro na produção para a concorrência do mercado, é dada uma orientação específica à produção de cada estabelecimento (...). É essa necessidade que torna indispensável, num Estado coletivista, um plano geral” (Webb & Webb *Apud* Huberman, 1974:290).

Em outras palavras, um país de estrutura sócio-econômica socialista deve funcionar nos moldes de uma grande empresa capitalista. Como nesse tipo

de país o comércio é “administrado”, isto é, os preços das mercadorias são fixados pela autoridade política, faz-se necessário que o próprio Estado tenha conhecimento das necessidades, recursos, tamanho da força de trabalho e prioridades no setor da produção, para planificá-lo no âmbito do território nacional. Ao governo socialista cabe a tarefa de fazer com que as diferentes partes das atividades econômicas se unam harmoniosamente e se encaixem de forma que o todo possa funcionar o mais perfeitamente possível. Os riscos que corre o Estado são os mesmos da empresa capitalista: enquanto esta pode ter algumas indicações sobre a sua futura atuação em planejamentos setoriais, o Estado deve atentar para a planificação global da economia.

9.5.5 Empresas

A empresa pode ser conceituada como um complexo de atividades econômicas, desenvolvidas sob o controle de uma entidade jurídica (pessoa ou pessoas físicas, sociedade mercantil ou cooperativa, instituição privada sem fins lucrativos e organização pública). Diferencia-se de estabelecimento cujo conceito envolve uma unidade econômica que se dedica, sob o controle de uma entidade jurídica (pessoa ou pessoas físicas ou pessoa jurídica) de forma preponderante e única a uma classe de atividade econômica em determinada localização física. Exceções encontram-se no setor de construção, transporte e comunicação principalmente; estas não são consideradas estabelecimentos, mas têm suas unidades identificadas segundo a classe de atividades. Em outras palavras, a diferença principal entre empresa e estabelecimento é que a primeira abrange um complexo de atividades econômicas desempenhadas sob a supervisão de uma entidade jurídica, ao passo que a segunda restringe-se a uma unidade de produção homogênea que apresenta localização física definida.

O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, em 1968, acolheu a qualificação denominada “Classificação Industrial Internacional Uniforme de todas as atividades econômicas” (CIIU), que arrola as empresas em:

1. de agricultura, caça, silvicultura e pesca;
2. de exploração de recursos minerais;
3. indústria manufatureira;
4. de eletricidade, gás e água;
5. de construção;
6. de comércio;
7. de transporte, armazenagem e comunicações;
8. financeiras, de seguro, imobiliária e de serviços;
9. de serviços comunitários, sociais e pessoais;
10. outras atividades não especificadas.

Segundo a propriedade, as empresas podem ser: *privadas*, singulares (um só dono); grupais (de tipo limitada — Ltda. — até sete donos); associadas (vários donos — S.A.) e *coletivas* (públicas). Estas últimas podem apresentar as seguintes modalidades:

- a) subordinadas diretamente à administração central;
- b) organizadas sob forma de autarquia, que se constitui em entidade de personalidade jurídica, o que lhe permite autonomia administrativa e financeira;
- c) estabelecendo uma sociedade anônima, onde o Estado é o único acionista.

Uma empresa pode constituir-se em matriz de um conglomerado, de um grupo de empresas associadas que recebem a denominação de *holding* ou sede de um grupo que engloba filiais, sucursais e subsidiárias. Nos países capitalistas desenvolvidos, as grandes empresas possuem duplo objetivo: atender o mercado interno assim como ao internacional. Quando teve início a atuação das grandes empresas em mais de um país, sua política de conquista de mercado consistia na aquisição de matéria-prima no exterior, onde vendiam o produto já acabado, sendo que o processo de transformação ocorria no país-sede; atualmente, há uma aguda preferência na instalação das empresas subsidiárias nos países onde adquirem a matéria-prima e, através da utilização de sua própria tecnologia e de mão-de-obra local, vendem aí os produtos industrializados. Portanto, de exportadores de mercadorias elas transformaram-se em exportadores de serviços e investidores de capital. Como o grande número de empresas espalhadas por diversos países continuam subordinadas ao *holding*, cuja sede se encontra no país de origem, recebem a denominação de multinacionais. A imensa soma de capital necessária para a movimentação das multinacionais não as tem limitado, pois o seu volume de produção leva-as a superar o produto nacional bruto da grande maioria dos países. Seu crescimento, de aproximadamente 10% ao ano, superior, portanto, ao da grande maioria dos países, conduz a uma estimativa de que as trezentas maiores multinacionais terão a seu cargo mais da metade da produção do total de mercadorias e serviços do mundo. Sua penetração, a partir dos acordos assinados em Moscou, em 1972, por Nixon e Brejnev, nos países socialistas, principalmente na URSS, é bastante significativa.

9.5.6 Organizações Formais

Para conceituar organização formal é necessário que se especifique o que se entende por “organização”: forma pela qual a conduta humana se correlaciona socialmente, destacando-se as regularidades observadas no com-

portamento dos indivíduos; essas regularidades devem-se às condições sociais nas quais as pessoas se encontram e não às suas características biopsicológicas. De fato, as condições sociais que exercem influência sobre a conduta das pessoas podem ser divididas em dois tipos principais, que fundamentam os dois aspectos básicos das organizações sociais:

- a) estrutura das relações sociais imperantes em um grupo ou coletividade;
- b) crenças, valores e orientações compartilhadas que unem os membros e guiam seu comportamento.

Para Etzioni (1967:3), o problema principal das organizações formais modernas é de que maneira constituir agrupamentos humanos tão racionais quanto possível e, ao mesmo tempo, minimizar os efeitos indesejáveis e maximizar o grau de satisfação decorrente das relações nela existentes. A melhor maneira de coordenar os esforços humanos para que atendam os fins da organização tem sido objeto de discussões entre os especialistas das diversas escolas.

Sociólogos, antropólogos e estudiosos de administração têm frisado, diversas vezes, que a organização é muito mais do que um agrupamento de pessoas. Philip Selznick considera que a simples criação de uma estrutura formal não trará como consequência inevitável a eficiência, a eficácia e a própria sobrevivência de uma organização, pois é indispensável que tenha sido originada por necessidades da coletividade. É por esse motivo que as organizações têm um caráter próprio, que as faz distintas das demais, desenvolvendo uma identidade própria. Por sua vez, esse caráter tende a desenvolver-se da mesma forma pela qual evolui o caráter das pessoas: quanto maior o número de interações pessoais e de grupos envolvidos, mais acentuado se torna o caráter da organização (1971:33-4). É por isso que as organizações podem ser consideradas como unidades sociais intencionalmente elaboradas e continuamente reconstruídas com a finalidade de atingir objetivos específicos.

Para Etzioni (1967:4), as organizações caracterizam-se pela:

- a) **divisão do trabalho, do poder e das responsabilidades de comunicação** — nenhuma delas é obra da casualidade nem obedece a um esquema tradicional, mas, ao contrário, é planejada deliberadamente com o objetivo de favorecer a realização de fins específicos;
- b) **presença de um ou mais centros de poder** — que têm por finalidade controlar os esforços concentrados da organização e os dirigir para alcançar os seus fins; além disso, esses centros de poder fazem uma revisão contínua da atuação da organização, remodelando sua estrutura onde e sempre que for necessário para aumentar sua eficiência;

- c) **substituição de pessoal** — significando principalmente que os indivíduos cujo desempenho não satisfaz à organização devem ser dispensados, sendo suas tarefas atribuídas a outros; outra forma de modificar a disposição do pessoal é por meio de transferências e promoções.

Para aqueles que se tem dedicado à análise das organizações formais, uma série de proposições são básicas:

1. organização é a forma que assume toda a associação humana para alcançar um propósito comum;
2. organização é o arranjo sistemático de partes numa ordem, unidade ou todo funcional para consecução de objetivos prefixados;
3. conjunto de pessoas que consciente e sistematicamente combinam seus esforços individuais para concretização de uma finalidade comum;
4. organizar é constituir um duplo organismo para a empresa: o material e o social.

Dessas proposições deduz-se que a abordagem da organização deve efetuar-se por intermédio do estudo de quatro variáveis:

- a) **tamanho**: pois as organizações são entidades em escala. Um grupo pode sentar-se em torno de uma mesa, uma organização não;
- b) **complexidade**: tarefas bastante específicas, com dificuldades para suas realizações, tornando a organização altamente complexa;
- c) **consciente racionalidade**: está implicitamente contida no estudo da organização, envolvendo a adaptação do comportamento individual aos objetivos organizacionais;
- d) **presença de objetivo**: a significação da racionalidade sugere o objetivo, ou seja, a consecução de objetivos previamente estabelecidos e mutuamente aceitos" (Cury, 1983:80).

Em relação ao tipo de controle que se exerce sobre os componentes e a atitude deles em relação à autoridade da organização, temos três tipos:

- a) **organizações coercitivas** — onde a coação é um meio de controle predominante sobre os membros inferiores, que reagem através de uma atitude negativa. **Exemplo**: prisão;
- b) **organizações utilitárias** — sendo o principal meio de controle de natureza financeira, ou seja, a concessão ou revogação de uma recompensa material, e a atitude dos componentes é calculada ou refletida. **Exemplo**: estabelecimentos e empresas de vários tipos;
- c) **organizações normativas** — os controles se fundamentam em sanções normativas e os membros apresentam atitude moralmente orientada. **Exemplo**: Igreja, partidos políticos, ou seja, estruturas fundamentadas em determinada cosmovisão.

Finalmente, em relação ao objetivo, há três categorias principais de organizações, desde que a análise se volte ao objetivo principal e não a toda uma gama de finalidades secundárias ou combinação das mesmas:

- a) "organizações cujos objetivos se esgotam no âmbito da coexistência dos seus membros, em sua atuação comum e no contato recíproco que isto exige". **Exemplos:** círculos sociais, associações recreativas, clubes e outros;
- b) "organizações que têm por objetivo atuar de maneira determinada sobre um grupo de pessoas, que são admitidas para esse fim, ao menos transitoriamente". **Exemplos:** prisões, hospitais, escolas, universidades, Igrejas etc.;
- c) "organizações que têm por objetivo a realização de determinados serviços ou determinada ação externa". **Exemplos:** empresas e estabelecimentos econômicos, administração pública, polícia, partidos políticos, sindicatos, instituições de previdência social, associações beneficentes e outros. Evidentemente, há organizações que possuem vários objetivos formando tipos mistos que se classificam em mais de uma categoria (Delorenzo Neto, 1980: 41-2).

9.5.7 Burocracia

De todos os estudiosos do fenômeno da burocracia, Max Weber foi o sociólogo que mais aprofundou esse conceito. Para ele, a autoridade é definida a partir dos termos "poder" e "legitimidade". *Poder* seria a capacidade que o indivíduo ou grupos de indivíduos têm de provocar a aceitação e o cumprimento de uma ordem; a *legitimidade* implica a aceitação do exercício do poder, pois este corresponde aos valores acatados por todos os subordinados. Finalmente, a *autoridade* seria definida como um poder que é legítimo; em outras palavras, uma combinação de poder e legitimidade.

Weber ainda caracteriza a autoridade segundo três tipos ideais que, evidentemente combinados, poderão originar outros tipos de autoridade. Esta é considerada *tradicional* quando os subordinados aceitam as ordens do ou dos superiores pela força do costume, pois as coisas sempre foram feitas dessa forma. *Exemplo:* família, monarquias, sociedade medieval. A autoridade é *carismática* quando as ordens de um ou mais superiores são aceitas pelos subordinados em decorrência da influência de sua ou suas personalidades com a qual ou quais se identificam. *Exemplos:* líderes religiosos, partidos políticos revolucionários, sociedades em período revolucionário. Finalmente, a autoridade é considerada *racional, legal* ou *burocrática* quando os subordinados aceitam as ordens porque concordam com o conjunto de preceitos abstratos, quer sejam leis, regulamentos ou normas, que consideram legítimos e dos quais deriva a ascendência dos superiores. *Exemplos:* organizações complexas e formais de todos os tipos e a moderna sociedade democrática (Weber *Apud* Etzioni, 1967:81-4).

Para Weber, a efetividade da autoridade legal repousa na aceitação, por parte dos subordinados, da validade das seguintes idéias interdependentes:

- a) "que toda norma legal dada pode ser estabelecida por acordo ou imposição, visando fins utilitários ou valores racionais ou ambos". Assim, qualquer norma estabelecida deve ser obedecida por todas as pessoas dentro da esfera da autoridade em questão;
- b) "que todo direito consiste, essencialmente, num sistema integrado de normas abstratas. Ademais, a administração da lei consiste na aplicação dessas normas a casos particulares". Dessa forma, o processo administrativo se configura como uma busca racional dos interesses e fins especificados em qualquer associação — contidos nos limites estabelecidos pelos preceitos legais, de acordo com princípios suscetíveis de formulação geral — aprovados ou ao menos não desaprovados por seus componentes;
- c) "que, assim, a pessoa que representa tipicamente a autoridade ocupa um 'cargo'". Fica claro que, no exercício da atividade específica dos deveres de sua posição, está incluída a atividade de mando, por sua vez subordinada a uma ordem impessoal para a qual suas ações são orientadas;
- d) "que a pessoa que obedece a autoridade o faz, como é usualmente estabelecido, apenas na qualidade de 'membro' da associação". Na realidade, aquilo a que se presta obediência é a "lei", independente do tipo de organização;
- e) de conformidade com o dito no item c, "segue-se que os membros da associação, enquanto obedientes àquele que representa a autoridade, não devem obediência a ele como indivíduo, mas à ordem impessoal". Em consequência, o dever da obediência se limita à esfera de autoridade que é conferida ao superior.

As categorias fundamentais da autoridade racional, legal ou burocrática pressupõem:

- a) "uma organização contínua de cargos delimitados por normas;
- b) uma área específica de competência. Isso implica:
 - uma esfera de obrigações no desempenho das funções, diferenciadas como parte de uma sistemática divisão do trabalho;
 - atribuição ao responsável da necessária autoridade para o desempenho das funções;
 - definição clara dos instrumentos necessários de coerção e limitação de seu uso a condições definidas. Uma unidade organizada de tal forma que no exercício da autoridade será denominada 'órgão administrativo' (...);
- c) a organização dos cargos obedece ao princípio da hierarquia. Cada cargo inferior está sob o controle e supervisão do superior". Apesar de as hierarquias diferirem sob esse aspecto, geralmente é assegurado aos cargos inferiores o direito de apelar para posições acima de sua chefia imediata;
- d) "as normas que regulam o exercício de um cargo podem ser regras técnicas ou normas. Em ambos os casos, se sua aplicação pretende ser plenamente racional, torna-se imprescindível a especialização". Portanto, independente da finalidade a que esteja voltada a organização, somente se considera qualificado para membro do quadro administrativo o indivíduo que apresentar adequado preparo técnico. Em consequência, o quadro administrativo de uma associação racional é composto de funcionários preparados;

- e) "no tipo racional, é questão de princípio que os membros do quadro administrativo devam estar completamente separados da propriedade dos meios de produção e administração". Isso implica que o acervo de qualquer espécie da organização não se confunde com a propriedade de seu quadro de administradores ou funcionários e que o pagamento destes deve ser realizado pela organização e não por quem usufrui de seus serviços;
- f) "no tipo racional há sempre completa ausência de apropriação do cargo pelo ocupante". Isso significa, em primeiro lugar, que inexistem direitos a determinado cargo, podendo os especialistas serem remanejados de acordo com a necessidade da organização; em segundo, que o acesso a qualquer posto independe de interesses familiares, políticos ou de qualquer outro tipo e repousam unicamente na qualificação do pretendente; em terceiro, sendo cada qual um especialista em sua área, o relacionamento deve ser formal, tanto no interior da organização, quanto entre esta e seus clientes. Esta última característica é proposta para evitar que sentimentos pessoais dos indivíduos possam influir em seu julgamento racional durante o trabalho;
- g) "os atos administrativos, decisões, normas, são formulados e registrados em documentos". Tal característica independe do costume de discussões orais, aplicando-se sem exceção às decisões finais e a toda sorte de ordens que devem percorrer a hierarquia da organização (Weber, 1966:16-9).

9.6 INSTITUIÇÃO EDUCAÇÃO

9.6.1 Conceito

Todo o grupo, para sua sobrevivência, necessita que as novas gerações tomem ciência do acervo de conhecimentos, normas, valores, idéias, ideologias, procedimentos, *folkways* e *mores*, tradições, enfim, sua herança cultural. Há duas formas de realizar esse objetivo: deixar a cargo de grupos, tais como família e parentesco, amigos, vizinhança, comunidade, a necessária transmissão para a criança desse acervo ou formar organizações específicas voltadas a essa tarefa. As sociedades pré-letradas utilizam somente a primeira forma, ao passo que as civilizações (*civitas* — sociedades com cidades) juntam à primeira a transmissão em organismos especializados, tendência que se acentuou a partir da Revolução Industrial.

Temos assim duas formas de transmissão que podemos chamar de *informal* e de *formal*. Até que ponto a primeira difere da "socialização" e em que medida ambas podem ser consideradas "educação"?

Partindo do conceito de socialização da Guy Rocher e do conceito de educação de Émile Durkheim, tentaremos diferenciar ambas.

Para Rocher (1971: II 12), socialização "é o processo pelo qual ao longo da vida a pessoa humana aprende e interioriza os elementos sócio-culturais de seu meio, integrando-os na estrutura de sua personalidade sob a influência da experiência de agentes sociais significativos, e adaptando-se

assim ao ambiente social em que deve viver". Segundo Durkheim (1967: :41), a educação "é ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontrem ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine".

Dessa forma, segundo Lenhard (1974:23-7), socializar significa:

- a) "por um lado, **adquirir personalidade** pessoal e, por outro lado, **tornar-se membro da sociedade** e portador da sua cultura, colaborando para a sua perpetuação". Assim, o socializar-se envolve dois aspectos: o individual e o cultural;
- b) "a socialização envolve a aprendizagem de técnicas, a aquisição de conhecimentos, a aceitação de padrões de comportamento social e a interiorização de valores". Desse modo, esse processo nunca se completa de forma definitiva, a não ser com a morte; no curso normal da vida, à medida que a criança passa pelos vários estágios, da adolescência à velhice, deve ajustar-se continuamente a novas condições de vida e de atividades;
- c) "a socialização se faz por **participação** e por **comunicação**". Por participação entende-se as atividades sociais exercidas, por meio das quais o indivíduo adquire e acumula traços culturais, por vários processos, incluindo a imitação; por comunicação entende-se a simbólica, através da qual toma-se conhecimento do acervo de experiências de outras pessoas, que podem ser aplicáveis a situações presentes ou futuras;
- d) "quem se socializa incorpora valores e padrões sociais, válidos para todos os membros da sociedade (**universais**) e outros, que se aplicam somente ao exercício de certos papéis sociais (**especiais**)". **Exemplos:** a criança aprende valores comportamentais de seu sexo, da mesma forma que a língua de seus pais; o jovem adquire padrões morais vigentes na sociedade global, assim como os que são específicos de sua religião e classe social; o adulto incorpora as habilidades necessárias para a vida econômica e as peculiares a seu ofício;
- e) "além da socialização **concomitante** no próprio exercício de um papel, há outra, **antecipatória**, que consiste no preparo para um papel futuro". Geralmente, as duas se diferenciam: os papéis familiares são incorporados enquanto se atua num sistema de parentesco, e os das profissões aprende-se antes de receber licença para desempenhá-las (torneiro mecânico, eletricista);
- f) "vista na perspectiva da sociedade, há uma socialização **espontânea**, que opera sem que ninguém pense nela, e a **educação**", que atualmente é planejada, inclusive, a longo prazo. Assim, ambas se diferenciam.

Por sua vez, educação refere-se:

- a) "à ação exercida por **pessoas maduras** sobre **imaturas**". O primeiro aspecto a destacar é que, no conceito de educação, ao contrário de socialização, exclui-se a ação de crianças sobre crianças (sistema de parentesco, grupo de brinquedos, grupo de vizinhança) e de adultos sobre adultos (grupos de trabalho, naturais de um país sobre imigrantes, clubes, sindicatos, partidos políticos etc.);

- b) à ação **intencional** que tem por **objeto** suscitar e desenvolver certo número de estados físicos, intelectuais e morais. A educação assim compreendida é sempre intencional, pois visa um objetivo predeterminado e o “educador”, mesmo atuando de forma “impensada”, volta-se para a consecução de suas metas;
- c) implícita na ação de desenvolver certos números de estados, encontra-se a intenção “genérica de contribuir, nos moldes preparados pela sociedade, para o amadurecimento do educando”. Evidentemente, isto não se pode processar se não se tiver determinado **método**, tendo em vista as finalidades específicas da educação;
- d) o último aspecto apontado da educação consiste em “ser **una e múltipla**, encarada como atividade global, em termos da sociedade como um todo”, e do meio especial a que se destine a criança. Evidentemente, a unicidade educacional de uma sociedade moderna está contida em seus programas de âmbito nacional, ao passo que a diferenciação surge no conteúdo programático das disciplinas que formam o **currículo** das diferentes escolas, profissionalizantes ou não.

9.6.2 Histórico da Educação

Retornando às sociedades ágrafas, verificamos que essas apresentam apenas a educação *informal*, um misto de transmissão dos valores e habilidades requeridas para a vida em uma sociedade pequena e homogênea. A própria convivência diária é uma mistura de socialização e adestramento.

São as civilizações antigas aquelas que apresentam o que primeiro se caracteriza como educação específica: sendo sociedades com funções diferenciadas, a soma de conhecimentos específicos torna necessária a preparação de seus membros para executar as diferentes atividades. Entretanto, essa tarefa cabia principalmente aos pais, pois nessas sociedades a maioria das “profissões” era herdada. A característica singular dessas sociedades letradas é que a arte de ler e escrever não era ligada estritamente à educação — ficava a cargo de escribas, especificamente preparados para tais funções, geralmente a serviço das classes altas; e as atividades “nobres” estavam ligadas, freqüentemente, a práticas religiosas.

Esta última característica se acentua durante o período feudal da Europa Ocidental: os mosteiros eram também “templos do saber” e as escolas por eles fundadas e administradas visavam prioritariamente à preparação de noviços.

Quando surgem as grandes universidades, ao lado das “ciências”, principalmente filosofia e conhecimentos humanísticos, permanece em lugar prioritário o aspecto religioso. Certa diversificação surge com a Reforma Protestante e o Renascimento, concomitante com o desenvolvimento de poderosos Estados nacionais, o que leva à secularização das universidades, com ênfase na matemática, ciência natural e medicina.

É a Revolução Industrial que força a democratização do ensino. Se antes as escolas eram típicas da classe alta, a necessidade de conhecimen-

tos para a invenção, aperfeiçoamento e manejo de máquinas cada vez mais complexas leva a educação a tornar-se “um conjunto complexo de instituições de amplo significado social”, cada vez mais extensível a outras classes da sociedade (Koenig, 1970:184).

9.6.3 Educação Como Processo Social

É Fernando de Azevedo, em sua obra *Sociologia educacional*, quem demonstra ser a educação um processo social geral no qual torna-se necessário distinguir os fatos pedagógicos dos sistemas propriamente ditos, vistos como fatos institucionalizados. Para ele, “a educação é, portanto, um processo social de que não é possível ter uma compreensão bastante nítida se não procuramos observá-lo na multiplicidade e diversidade dessas forças e instituições que concorrem ao desenvolvimento da sociedade. Só por abstração é que podemos isolá-lo do sistema de relações e instituições sociais e, ainda quando a educação adquire uma forma mais definida ou uma estrutura (escola, sistemas escolares), não é possível compreender o sistema pedagógico, senão colocando-o em seu lugar, no conjunto do sistema social em que se organizou e a que serve, como uma das instituições destinadas a assegurar a sua unidade, o seu equilíbrio e o seu desenvolvimento” (*Apud* Delorenzo Neto, 1974:125).

Brookover acentua esta característica do processo educacional, afirmando que “precisamos considerar o sistema educacional como um aspecto da sociedade global, à luz dos processos gerais de mudança cultural. As escolas não funcionam como algo à parte, que podem modelar a sociedade. Não são agências extra-societárias: encontram-se inseridas no sistema social e não acima e sobre ele” (In: Pereira e Foracchi, 1973:81-2).

Outro aspecto a destacar é que o efeito da educação, visto como um todo, é o de aumentar a rapidez com que as várias mudanças, tanto tecnológicas quanto materiais, se expandem na sociedade. Ora, este fator é considerado de forma ambivalente pelos componentes da sociedade: se realmente há o desejo de que a escola estimule a mudança no campo material e tecnológico, espera-se, ao mesmo tempo, que mantenha inalterados os padrões de relações, as normas e os valores de uma sociedade dada. Em outras palavras, espera-se “que o sistema educacional impeça qualquer mudança nos sentimentos e crenças relativas às relações humanas e que, ao mesmo tempo, ensine a ciência e a tecnologia — as quais, quase certamente, tornarão obsoletas algumas formas de relações humanas” (Brookover In: Pereira e Foracchi, 1973:84-5).

É inevitável que todos os indivíduos, satisfeitos com o *status quo* de uma sociedade dada, em que vivem, esperam que a instituição escola transmita inalteradas, à nova geração, as normas de sua sociedade. Para essas pessoas, qualquer modificação que os professores tentem introduzir, compreendendo a educação como “prática da liberdade”, segundo as palavras

de Paulo Freire, é vista com desconfiança. Esperam, assim, que a escola contribua para manter inalterada a sociedade, apesar dos seus inúmeros problemas. Dessa forma, fixa-se uma função conservadora para a escola, reservando-se sua função inovadora para alguns aspectos do conhecimento. Tal constatação é válida também para sociedades em períodos de revolução: não é a escola que a inicia, mas é ela que tem a responsabilidade de consolidá-la, transmitindo a seus alunos os novos valores (veja-se o exemplo da Revolução Cultural da China).

9.6.4 A Sociedade do Conhecimento

A sociedade de hoje parece dominada pelas “indústrias do conhecimento”, que não produzem bens e serviços e sim idéias e informações. Na década de 20, os homens da linha de montagem e os operadores de máquinas semiqualeificados constituíam o centro da mão-de-obra, inclusive nos países desenvolvidos. “Hoje, o centro é o empregado com conhecimento, o homem ou mulher que aplica ao trabalho produtivo idéias, conceitos e informações, e não habilidade manual ou força muscular. Nossa única ocupação enorme é o ensino, ou seja, o fornecimento sistemático de conhecimentos e o treinamento sistemático em sua aplicação”. Essas são as palavras de Peter F. Drucker, em sua obra *Uma era de descontinuidade* (1970: 297).

Se nas organizações empresariais está-se tornando obsoleto o aprendizado prático, significa que, advindo da experiência, deverá ser substituído pelo conhecimento, isto é, a organização sistemática das informações e conceitos, como a escola deve-se ajustar a essa nova exigência? Qualquer pessoa que alguma vez tenha adquirido habilidade baseada no conhecimento “aprendeu a aprender”. Isso significa que, com maior rapidez, pode adquirir novas e diferentes habilidades. O aprendizado prático limitava-se a preparar o indivíduo para uma habilidade específica, ensinando-lhe a utilização de um conjunto específico de instrumentos para alcançar determinado objetivo; ora, a fundamentação do conhecimento fornece a necessária capacidade às pessoas para, inclusive, desaprender e reaprender. Este é o papel para o qual a escola é chamada hoje. Como corresponder a esta necessidade? Os instrumentos mais comuns da educação, “saliva, giz e quadro negro”, levaram praticamente dois mil anos para substituir “saliva”, “o dedo e a poeira”, “ou instrumento pontudo e argila”, “a pena de aves e o papiro” etc. Os meios audiovisuais e os computadores apareceram apenas nos últimos trinta anos.

Eis o grande desafio que a escola do futuro terá de enfrentar. É por esta razão também que a educação deve tornar-se cada vez mais uma questão pública, em todos os países, ocupando a prioridade como fundamento “de uma economia e de uma sociedade moderna e produtiva” (Drucker, 1970:353).

10 Controle Social

Este capítulo examina a área da vida social em que o comportamento se desenvolve e é dirigido pelas normas emanadas da cultura. Propicia:

1. O conhecimento do que se denomina conformidade com normas e análise dos comportamentos desviantes, suas causas e impactos na sociedade.
2. O estudo dos aspectos da estrutura e da organização das sociedades que se relacionam com a conformidade e o desvio.
3. A análise dos principais códigos e sanções que orientam e/ou determinam o comportamento dos homens na sociedade.
4. A verificação dos diferentes conceitos sobre controle social e sua eficácia na normalização do comportamento.
5. O exame dos diferentes tipos de controle social, sua forma e as agências que os exercem.

10.1 CONFORMIDADE E DESVIO

Ao conceituar socialização, encaramos tal processo como a aprendizagem e a interiorização dos elementos sócio-culturais, normas e valores do grupo social que se integram na estrutura da personalidade do indivíduo (pessoa social). É a partir deste contexto, "pessoas orientadas para normas sociais interiorizadas como parte de sua personalidade", que Johnson (1960: 637 e seg.) compreende os termos "conformidade" e "desvio".

Conformidade seria a ação orientada para uma norma (ou normas) especial, compreendida dentro dos limites de comportamento por ela permitido ou delimitado. Dessa maneira, dois fatores são importantes na conceituação de conformidade: os limites de comportamento permitido e determinadas normas que, consciente ou inconscientemente, são parte da motivação da pessoa. O conhecimento das normas não precisa ser explícito, o que seria difícil: por exemplo, em relação aos modernos sistemas legais,

cujo conhecimento aprofundado é da alçada de especialistas; pode ser a aceitação implícita das mesmas, em seus aspectos gerais.

Por sua vez, o comportamento em desvio é conceituado não apenas como um comportamento que infringe uma norma por acaso, mas também como um comportamento que infringe determinada norma para a qual a pessoa está orientada naquele momento; o comportamento em desvio consiste, pois, em infração motivada.

Nas relações sociais, um dos elementos importantes é a expectativa do comportamento dos outros componentes do grupo, isto é, a possibilidade de prever suas reações que, por sua vez, influenciarão nossas futuras ações. Tal possibilidade é essencial para a cooperação e a atuação grupal. A previsão, portanto, depende de um sistema de normas para o qual se supõe que os componentes do grupo estejam orientados. Quando o padrão é rompido, através do comportamento desviado, a ruptura provoca sentimentos negativos, dando origem a um processo de sanções cuja função é punir a infração, impedir futuros desvios e/ou alterar as condições que originam o comportamento desviado. Este processo constitui o controle social.

O desvio é um comportamento disfuncional em relação ao grupo onde ocorre. Tal conceito é desprovido de conotações valorativas: as normas dos diferentes grupos constitutivos de uma sociedade mais ampla podem encontrar-se em oposição. Por exemplo, o comportamento considerado funcional, harmônico, em conformidade com as normas, num grupo de criminosos, quando analisado em relação às normas de outro subgrupo ou da sociedade maior, será considerado desviado ou disfuncional.

Essas considerações indicam que nem todo desvio é nocivo para os componentes do grupo. O membro da quadrilha de criminosos que deseja o abandono do crime comete um desvio em relação às normas de seu grupo; da mesma maneira age o intelectual inovador que combate preconceitos sociais superados e prejudiciais.

10.1.1 Causas da Conformidade

Johnson considera que as principais causas da conformidade são as seguintes:

- **Socialização.** Processo que propicia a interiorização das normas sociais, que se integram na estrutura da personalidade.
- **Isolamento.** Processo através do qual a pessoa se adapta às diversas normas e valores em conflito, e a diferentes momentos e lugares, de tal maneira que a ação apropriada para uma determinada ocasião permaneça restrita a ela.
- **Hierarquia.** Além do fator tempo e lugar, as normas e valores integrantes de um sistema sócio-cultural encontram-se classificados por ordem de precedência. Esta hierarquia permite uma escolha mais

adequada, em ocasiões em que mais de uma norma pode ser aplicada no mesmo momento e no mesmo lugar.

- **Controle Social.** Quando conhecido, o controle social pode funcionar através da antecipação, pois a pessoa socializada pode prever as conseqüências que advirão de seu comportamento desviado se ferir as expectativas dos demais.
- **Ideologia.** A ideologia pode reforçar a conformidade de seus membros, quando dá um apoio "intelectual" às normas através de uma visão do papel e do lugar do grupo na sociedade. (Quando as ideologias contestam a validade deste papel, podem dar origem a desvios, no sentido revolucionário.)
- **Interesses adquiridos.** As normas sociais definem não só as obrigações, como também os direitos. Desta maneira, as possíveis sanções ou motivos idealistas e também os interesses adquiridos contribuem para a conformidade dos membros às normas sociais, que protegem certas vantagens desfrutadas por seus membros, e as transformam em vantagens legitimadas, originando a convicção no apoio dado às normas. A expressão "interesses adquiridos" é, também, desprovida de conotações valorativas, quando empregada neste contexto.

10.1.2 Causas dos Desvios

É ainda Johnson quem indica os seguintes fatores que facilitam o desvio:

- **Socialização falha ou carente.** O termo "falha" é avaliatório e seu emprego representa o ponto de vista dos que aceitam as normas em questão.
- **Sanções fracas.** Se as sanções positivas e negativas, referentes à conformidade e ao desvio, são fracas, perdem muito do seu poder de orientação ou de determinação do comportamento.
- **Cumprimento medíocre.** Se as sanções são adequadamente fortes, mas sua aplicação não é freqüente, sendo poucas as pessoas encarregadas da sua execução, a validade da norma enfraquece.
- **Facilidade de racionalização.** A racionalização é o processo pelo qual a pessoa que interiorizou as normas sociais justifica seu comportamento em desvio, reconciliando-o com sua auto-imagem de pessoa digna de confiança, seguidora das normas sociais.
- **Alcance indefinido da norma.** Muitas vezes o alcance ou os limites de uma norma não são claramente definidos; desta maneira, o comportamento que alguns consideram desviado pode ser defendido pela pessoa como sendo, na realidade, mais legítimo do que o esperado. Teríamos como exemplo o comportamento dos radicais ou fanáticos.
- **Sigilo das infrações.** O não-descobrimento do comportamento em desvio, e, em conseqüência, o não-emprego imediato do controle social tendem a fortalecer a atitude criada por este desvio.
- **Execução injusta ou corrupta da lei.** Quando as pessoas encarregadas da manutenção e aplicação da lei não o fazem de maneira justa e equitativa, ou quando são, até certo ponto, coniventes com o comportamento desviado de determinados elementos, tal atitude contribui para solapar o respeito pela lei, por parte da população.
- **Legitimação subcultural do desvio.** Através da aprovação do comportamento, desviado ou não conformado, pelos seus companheiros, o indivíduo é encorajado no desvio das normas da sociedade maior, como,

por exemplo, numa quadrilha de ladrões; o que se considera comportamento desviado na sociedade maior é conformidade para o grupo particular. O mesmo acontece num grupo de contestação, fortemente politizado.

- **Sentimentos de lealdade para com os grupos em desvio.** A solidariedade e a cooperação existentes no interior do grupo exercem pressão sobre o indivíduo, a fim de que mantenha a sua lealdade, mesmo que não mais aprove ou não mais deseje persistir no comportamento desviado.

Ogburn e Nimkoff (1971:210 e seg.) também salientam o fator integrador da conformidade com as normas sociais: a não-conformidade ou o comportamento desviado ameaça a integração do grupo, que reage. Os “processos e os meios pelos quais o grupo limita os desvios com relação às normas sociais” constituem o controle social. Em outras palavras, o sistema de controle social de uma sociedade seria o padrão de pressões que ela exerce para manter a ordem e as normas estabelecidas.

O grupo, ao mesmo tempo que modela o comportamento de seus membros através das normas, também o restringe e o disciplina por meio da pressão exercida em função das normas predominantes. Seria falso afirmar que as normas são imutáveis: algumas, como a proibição do assassinato e, em menor grau, do roubo, essencial para a vida organizada do grupo, são mais duradouras (variando, é claro, de sociedade para sociedade), ao passo que outras, como, por exemplo, as que se referem à moda ou à etiqueta, mudam mais facilmente.

10.1.3 Aspectos Relacionados à Conformidade e ao Desvio

Os dois autores indicam alguns aspectos relacionados à conformidade e ao desvio:

- **A meta da pressão social é uma conformidade manifesta.** Na conformidade existem dois aspectos que podem ou não ser concomitantes: o cumprimento e a convicção. Em virtude de a socialização propiciar a interiorização das normas, a maior parte dos componentes de um grupo está convicta da validade e retidão das mesmas. O cumprimento das normas sem a convicção de sua validade em geral ocorre com recém-admitidos que almejam, acima de tudo, a sua aceitação no grupo. Para serem aceitos, cumprem as normas do grupo, sem convicção de sua validade, por não estarem familiarizados com o sistema de idéias e valores imperantes; também podem cumpri-las apesar de serem conflitantes com as normas da sociedade maior, aceitas como válidas. Os diferentes grupos variam em relação à exigência ou não da convicção aliada ao cumprimento.
- **O grupo reprime as variações extremas.** Certa variação no que se refere ao cumprimento das normas ocorre em todos os grupos. Desde que o comportamento desviado corresponda a uma ligeira modificação das normas sociais, terá maior probabilidade de ser ignorado ou será passível de sanções ligeiras. Quanto maior for o desvio das normas aceitas, mais grave será considerada a falta e mais severa será a

sanção por parte do grupo. A hierarquia das faltas é determinada pela cultura do grupo.

- **Os limites da tolerância variam.** Os grupos não são inflexíveis em relação à conformidade e ao comportamento desviado; em determinadas circunstâncias, um certo grau de desvio é aceito. Os limites desta tolerância dependem de certos fatores: o tipo de comportamento, a natureza da situação social e o status do infrator.
- **Em épocas de crise ocorrem mudanças na tolerância.** Dependendo do tipo de crise que a sociedade atravessa, os limites de tolerância do comportamento desviado podem-se reduzir ou ampliar, ou diminuir em determinados campos e aumentar em outros.
- **Tolera-se mais o desvio das normas em uma comunidade grande e heterogênea do que em uma pequena e homogênea.** Os dois fatores, tamanho e complexidade do grupo, estão correlacionados. A medida que uma comunidade cresce, o indivíduo tende a ser anônimo e, portanto, mais livre; da mesma forma, quanto mais complexa ou heterogênea for a comunidade, maior será sua probabilidade de possuir vários conjuntos de normas contraditórias, e, por isso, a oposição a determinados comportamentos diminui. Por sua vez, uma comunidade pequena permite o escrutínio constante dos atos de cada um, e a pressão, visando à conformidade com as normas, é mais forte. Quanto maior for a coesão do grupo, maior a probabilidade de serem repelidos os que se desviam das normas. As comunidades pequenas e homogêneas possuem maior coesão do que as grandes e heterogêneas. Desta maneira, podemos concluir que o controle social nas modernas sociedades industriais e urbanas é menos eficaz do que nas comunidades pequenas e agrícolas.
- **A família, a vizinhança e a Igreja são órgãos de controle social com menos poder do que no passado, ao passo que as empresas e o Estado tendem a adquirir mais força.** No passado, quando a família era uma unidade econômica, poucos negócios se realizavam fora de seu âmbito; o Estado não tinha muita força nas comunidades locais. Desta maneira, a família, o grupo local e a Igreja, cujas atuações apareciam em todas as etapas da atividade social, exerciam a maior parte do controle social. Com a transferência da produção econômica da família para as empresas (de maior ou menor vulto), com o crescimento das comunidades, com o fortalecimento do Estado e a tendência para a secularização das sociedades, modificou-se o panorama da distribuição das funções de controle social entre as instituições, fortalecendo-se a empresa e o Estado.
- **Os membros do grupo, considerados mais importantes (valiosos), têm mais liberdade.** Há maior probabilidade de um membro importante ou apreciado do grupo se desviar das normas, sendo seu comportamento aceito ou tolerado, do que um membro menos importante, que terá receio de prejudicar seu próprio status.
- **Exige-se maior conformidade de alguns grupos do que de outros.** O rigor com que a sociedade exige a conformidade com as normas sociais varia em função do grupo. Tanto nas sociedades do passado como nas de nossos dias, existem certas categorias profissionais — sacerdotes, médicos, professores etc. — das quais se espera uma conformidade maior do que de outras categorias ou grupos.
- **A tolerância é afetada pela importância da questão.** Assim como a natureza da situação social e o status do indivíduo, o tipo específico de comportamento também influi sobre a maior ou menor tolerância relativa ao desvio. Em toda sociedade, determinadas normas, como,

por exemplo, as que dizem respeito ao tabu do incesto, exigem uma conformidade estrita, não tolerando o grupo o menor desvio: nem sequer é possível colocar em discussão a validade e importância desta norma. Em outras questões (desde que não contidas nos **mores**), o grupo é mais tolerante com comportamentos desviados.

- **A conformidade com os mores é imprescindível.** A sociedade não admite qualquer comportamento contrário aos **mores**: reage com mais força em caso de desvio de comportamento que desafie as proibições contidas nos mesmos, ou que não cumpra a ação por eles determinada.
- **Os mores podem fazer com que qualquer atitude seja considerada certa.** O infanticídio, em Esparta, o gerontocídio, entre os esquimós, e a escravidão, em muitas sociedades, eram costumes aceitos e considerados corretos. Em nossa sociedade aceitam-se como corretos (legitimados pelos **mores**) a execução de criminosos (pena de morte) e o dever de matar soldados inimigos na guerra, apesar de se condenarem, em geral, os assassinatos.
- **Em nossa cultura, os pecados de omissão geralmente são considerados menos repreensíveis do que os de ação.** A ação, a atitude deliberada de desrespeito às normas sociais, como, por exemplo, passar cheque sem fundo, caracterizando o desejo de enganar ou fraudar outrem, é considerada mais grave (independentemente das sanções oficiais, legais, que tal atitude acarreta) do que a pessoa deixar de pagar suas contas, por falta de fundos suficientes.

10.2 CÓDIGOS E SANÇÕES

A maioria dos autores considera representarem os códigos modelos culturais que exercem determinado “constrangimento” sobre a ação de indivíduos e grupos; são normas de conduta, cujo poder de persuasão ou de dissuasão repousa, em parte, nas sanções, positivas ou negativas, de aprovação ou de desaprovação, que as acompanham. Esses códigos variam de sociedade para sociedade e, dentro da mesma sociedade, de grupo para grupo, de acordo com a sua constituição ou finalidade. Desta forma, em qualquer grupo ou coletividade, a conformidade aos modelos acarreta (ou pode acarretar) a concessão de recompensas, e o desvio ou não-submissão provoca, como reação, a imposição de determinadas penas.

10.2.1 Proposição de MacIver e Page

MacIver e Page (1972:145) apresentam, no Quadro 10.1, um esquema referente aos diversos grupos ou tipos de relações sociais, que contêm os códigos em que se baseiam para orientar o comportamento de seus membros e as sanções específicas de que lançam mão.

Os dois autores apresentam, no Quadro 10.1, as especificações das sanções negativas (penas) por intermédio das quais o grupo reage contra os elementos que atuam em contradição com as normas estabelecidas pelos diferentes códigos. Estes regem as relações e o comportamento dos membros ou dos grupos menores, incluídos nas associações em grande escala ou em grupos secundários. Não fazem esses autores menção às sanções

Quadro 10.1 *Diversos grupos ou tipos de relações pessoais: códigos em que se baseiam e sanções específicas.*

GRUPOS (BASE SOCIAL)	CÓDIGOS	SANÇÕES ESPECÍFICAS
I – Associações constituídas em grande escala O Estado A Igreja As Organizações Profissionais	a) Código penal b) Código civil Código religioso Códigos profissionais	Constrangimento físico através de: a) multa, prisão, morte; b) indenização de prejuízos ou restituição. Excomunhão, penitência, perda de prerrogativas, temor à cólera da divindade. Expulsão (perda da condição de membro), perda do direito de exercer a profissão (com a ajuda do código legal).
II – Associações constituídas em pequena escala A Família O Clube O bando (gang) ou a quadrilha	Código familiar Normas e Regulamentos Código dos marginais	Castigo dado pelos pais, exclusão da herança (deserdção), perda da preferência. Perda da condição de membro, de privilégios. Morte e outras formas de violência.
III – A comunidade	O costume, a moda, as convenções, a etiqueta	Ostracismo social, perda da reputação, o ridículo.
IV – As relações sociais em geral	O código moral (individualizado)	O sentimento de culpabilidade ou degradação.

FONTE: R. M. MacIver e Charles H. Page. *Sociologia*, p. 145.

positivas empregadas para encorajar e premiar o comportamento aprovado, talvez pela razão de que as sanções negativas estejam mais bem definidas na sociedade e nos diversos grupos do que as sanções positivas. Entretanto, estas possuem também função importante: reforçam a socialização, a interiorização das normas e valores sociais, através do sentimento de prazer propiciado aos que atuam de maneira socialmente aprovada. O psicólogo B. F. Skinner salientou o papel das sanções positivas, da aprovação dos membros do grupo, às quais chamou de “reforço positivo” para a ação; opunha-se às formas de punição ou repressão (sanções negativas), por considerá-las menos eficientes e desnecessárias.

A sociedade tem diferentes recursos para demonstrar sua satisfação em relação a determinadas ações de seus membros ou grupos: o elogio, público ou particular, o prestígio conferido, as recompensas simbólicas, tais como condecorações, diplomas, honorários, títulos etc., ou a concessão de benefícios concretos. A aprovação, além de formas convencionais, também pode aparecer de maneira espontânea, através do apoio, do encorajamento, do aplauso.

O conjunto de sanções, positivas e negativas, existentes numa comunidade constitui motivação para que o indivíduo regule seu comportamento, efetivando-o pelo desejo que tem de obter a aprovação e/ou evitar a reprovação de seus semelhantes, de receber recompensas que a sociedade oferece e evitar os castigos que ela pode aplicar. Constitui força poderosa de regulamentação da atuação, permitindo ao indivíduo discernir os modos particulares de comportamento, que são aprovados e desaprovados pelos demais, levando-o, por antecipação ou em retrospecto, a analisar seu próprio comportamento, de acordo com os padrões grupais.

10.2.2 Tipos de Sanções

As sanções negativas podem ser de vários tipos, conforme veremos a seguir:

Constrangimento físico. Implica a violência ou ameaça de violência física. Entre todos os grupos, é ao Estado que cabe o emprego legal das sanções físicas, através do sistema jurídico e das organizações que têm por função vigiar o cumprimento das leis (exército, polícia, tribunais, penitenciárias). O emprego da força tem por finalidade a proteção da sociedade, manutenção do governo e do *status quo*, castigo dos criminosos, dos agitadores políticos, desejo de correção ou de reabilitação de elementos ou grupos em desvio. São diversas as sanções físicas empregadas pelo Estado: prisão, residência vigiada, tortura, trabalhos forçados e até mesmo execução (pena de morte), cassação de direitos ou privilégios legais, decretos de extradição, banimento ou exílio. Na relação entre Estados, lança-se mão da ameaça de guerra para determinar, fixar e manter os direitos de cada grupo político e para defendê-lo contra seus inimigos. Além do Estado, outros grupos (*gangs*, sociedades secretas etc.) empregam a sanção física extrema, através do assassinato punitivo de seus membros, do assassinato político, da vendeta, do duelo. Em menor escala, o constrangimento físico pode ser empregado pela família (a palmada, o corretivo físico, a proibição de sair de casa), pela escola (retenção depois do horário de aulas, suspensão, expulsão da escola), por amigos (a cotovelada, o beliscão, o pontapé, para indicar que se está cometendo uma gafe, ou para chamar a atenção para regulamentos e proibições), pela Igreja (jejuns, vigília, autoflagelação). O soco ou a bofetada são reações comuns a ofensas.

Sanção econômica. Significa o prejuízo econômico ou a perda de privilégios que resultem em perdas econômicas. O sistema jurídico é o

meio legal através do qual se aplica a maioria das sanções econômicas: multas, indenização de prejuízos causados a outrem, restituição em casos de apropriação indébita etc. Apóiam-se no sistema jurídico: o Estado (em caso de sonegação do imposto de renda, mau uso ou apropriação indébita de fundos públicos, determinadas contravenções etc.), as organizações empresariais (para fazer cumprir seus regulamentos, impondo diversas penalidades econômicas e despedindo o empregado por "motivo justo", isto é, sem indenização), e outras organizações formais como clubes, sindicatos etc. Uma sanção que é aplicada por algumas associações profissionais, como a dos médicos e advogados, consiste na perda do direito de exercer a profissão, trazendo, entre outros, prejuízos econômicos; os clubes e organizações esportivas aplicam multas e suspendem os jogadores faltosos. A família pode também exercer sanções econômicas legais, deserdando determinados membros. Além das sanções legais, existem outras, como as empregadas por organizações empresariais contra outras do mesmo tipo; mudança de fornecedor, suspensão do pedido de serviços ou mercadorias, retirada da publicidade etc.; pelos consumidores em relação a determinadas empresas, através do boicote de seus produtos; pela escola, suspendendo a bolsa de estudos; pela família, retirando a mesada dos filhos ou a ajuda econômica concedida a parentes.

Sanção religiosa. É em geral "supra-social", já que, além de abranger as relações de indivíduos e grupos com a Igreja, diz respeito a um poder mais elevado. Envolve as relações do homem com a divindade, deuses e espíritos, e refere-se ao destino depois da morte. A eficácia das sanções religiosas baseia-se na crença em idéias religiosas e, também, na aceitação do poder e autoridade dos chefes religiosos. Determinados atos são considerados agradáveis aos deuses, estabelecendo com eles relações desejáveis, e outras, desagradáveis, destruindo ou estremecendo estas relações. Acredita-se que através de procedimentos prescritos ou reconhecidos, como o sacrifício, o arrependimento, a confissão, os rituais de purificação e a mortificação, podem-se remover ou, ao menos, neutralizar as condições não satisfatórias (impureza, pecado), e apaziguar a cólera dos deuses. As sanções tomam diversas formas: penitências, excomunhão, perda dos méritos, ameaça da condenação eterna e da não-ressurreição, da reencarnação da alma em uma forma de vida inferior. As sanções mágicas são outra forma de sanção sobrenatural, diferindo da religiosa: geralmente não apelam aos espíritos, mas consistem em manipulação ritual de forças secretas, sobrenaturais.

Sanções especificamente sociais. São as mais diversas e numerosas. O grupo de amigos, a família, a pequena comunidade empregam principalmente as sanções sociais. Estas variam em conformidade com a gravidade da falta. Para os casos piores, o grupo lança mão de sanções como a rejeição, o afastamento e a expulsão do grupo: a pessoa cujo comportamento se reprova pode encontrar-se isolada, vendo seus amigos dela se afastarem, e, às vezes, até sua família; quanto menor a comunidade, mais agudamente este isolamento é sentido. Quando tal sanção é aplicada pela

própria família, torna-se mais efetiva e, se ocorrer numa comunidade pequena, unida, dominada por relações estreitas entre seus membros, essa censura ou rejeição pode prejudicar a posição do indivíduo. O falatório, o diz-que-diz, a fofoca, o mexerico, a bisbilhotice são sanções poderosas e temidas, tanto mais eficazes quanto menor a comunidade; seu poder baseia-se principalmente nas possíveis deformações e amplificações da realidade. Por sua vez, a excentricidade, as ações consideradas ridículas dão origem a um outro tipo de sanção: a troça, a zombaria e o riso. A reprovação da conduta pode manifestar-se ainda através do silêncio, do olhar de censura, da careta e de outras expressões fisionômicas. Na sociedade urbana, o anonimato, a mobilidade e os variados grupos existentes diminuem a eficácia de todos esses tipos de sanções informais, criando a necessidade de outros meios de controle social mais formais.

10.3 CONTROLE SOCIAL — CONCEITO E TIPOS

As sanções, positivas ou negativas, possuem dupla função: de um lado, assegurar a conformidade das condutas, permitindo a coesão e o funcionamento das coletividades e, de outro, desencorajar o não-conformismo perante as normas estabelecidas. Guy Rocher engloba o conjunto das sanções positivas e negativas em seu conceito de controle social, afirmando ser o mesmo “o conjunto das sanções positivas e negativas a que uma sociedade recorre para assegurar a conformidade das condutas aos modelos estabelecidos” (1971: I 96).

Segundo Hollingshead (In: Pierson, 1970b:391 e seg.) a idéia de “controle social” aparece em primeiro lugar nas obras de Comte, *Curso de filosofia positiva* (1830-1842) e *Política positiva* (1851-1854, surgindo depois nos escritos de Lester Ward, *Sociologia dinâmica* (1883). Os primeiros autores que utilizaram a expressão “controle social” foram Small e Vincent, em seu livro *Uma introdução ao estudo da sociedade*, publicado em 1894. A primeira obra a tratar especificamente deste assunto apareceu em 1901, escrita por Edward Alsworth Ross: *Controle social*.

Na concepção de Ross, o ser humano herda quatro instintos: “simplicidade, sociabilidade, senso de justiça e ressentimento ao mau trato”. Estes instintos permitem o desenvolvimento de relações sociais harmoniosas entre os componentes de grupos e comunidades pequenas e homogêneas. À medida que a sociedade se torna mais complexa, as relações sociais tendem a tornar-se impessoais e contratuais. Nesse período de transição, com o enfraquecimento dos instintos sociais do homem, o grupo tem de lançar mão de determinados mecanismos sociais a fim de controlar as relações entre seus membros. Esses mecanismos constituem o controle social, que visa regular o comportamento dos indivíduos e propiciar à sociedade ordem e segurança. Assim, quando as “sociedades artificiais civilizadas” se distanciam das “comunidades naturais”, os controles instintivos do homem são substituídos pelos recursos artificiais: a lei, a opinião pública, a crença, a religião, a sugestão social (tradição, convenções), a influência de certas per-

sonalidades marcantes, a ilusão e a avaliação social. Ross salienta, portanto, os meios que a sociedade emprega para obter um comportamento ordenado.

Charles Cooley analisou o conceito de controle social sob um enfoque diferente: “relação recíproca entre o indivíduo e a sociedade”. Em sua obra *Natureza humana e ordem social* (1902), considera o controle como um fator implícito na sociedade e, portanto, transmitido ao indivíduo pela socialização: na sociedade, os diferentes indivíduos possuem, para definir suas atividades, significados comuns; dessa maneira, o comportamento de cada pessoa é controlado, principalmente, pelo desenvolvimento da consciência, como resultado da associação. Através da socialização, o indivíduo torna-se membro da sociedade, é por ela controlado, passando a ser, por sua vez, um agente ativo do processo.

10.3.1 Classificação dos controles

Para Fichter, o controle apresenta três classificações gerais:

- **Controle positivo e negativo.** O controle positivo é empregado para orientar o comportamento do indivíduo, levando-o a proceder de acordo com as normas e valores imperantes na sociedade: a conformidade é induzida através de mecanismos como a instrução, a sugestão, a persuasão, o exemplo, os prêmios e as recompensas; o controle negativo atua de outra maneira, levando os indivíduos a se afastarem de determinadas formas de comportamento consideradas anti-sociais: baseia-se em mecanismos como a proibição, os tabus, as repreensões e as punições.
- **Controle formal e informal.** Os controles formais são assim designados em virtude de serem elaborados com a “intenção expressa de produzir a conformidade social”, sendo obrigatórios a todos os indivíduos que participam do grupo, pequeno ou grande, onde são introduzidos. São formais: as leis, os decretos e atos promulgados pelo Estado; as resoluções e as portarias (ainda no âmbito do poder político); os estatutos e regulamentos de um sindicato, empresa, clube ou universidade; os preceitos da Igreja. Os controles informais são atitudes espontâneas que visam aprovar ou desaprovar determinados comportamentos, conforme sejam ou não compatíveis com as normas e valores da sociedade. São deste tipo a fofoca, o ridículo, o riso, a vaia, o aplauso, o apoio e o sorriso de aprovação.
- **Controle institucional e grupal.** Nas diferentes sociedades e na mesma sociedade, em diferentes épocas, ocorre a predominância de uma ou outra instituição, de forma que o controle específico por elas exercido varia de importância. Os padrões institucionalizados orientam e controlam grupos existentes numa sociedade, sendo que sob este aspecto “os padrões compartilhados de comportamento e a estreita conformidade às normas” evidenciam-se mais no grupo primário do

que no secundário. O controle grupal é exercido pelos diferentes grupos sobre os seus componentes, variando o rigor e o grau com que atuam:

- a) nos grupos familiar e educativo o controle que se exerce é mais rigoroso e a conformidade constitui o objetivo deliberado do grupo, pois, sem ela, tornar-se-ia difícil a manutenção do mesmo e a consecução de seus objetivos. O controle é predominantemente informal, pois as relações entre seus membros são íntimas;
- b) os grupos econômico e político apresentam-se a seguir, no que diz respeito ao rigor do controle. São formais e a conformidade decorre das exigências específicas das atividades econômicas ou dos direitos e deveres do cidadão, determinados pelos estatutos cívicos e públicos. As possibilidades de aplicação das sanções ocorrem mais frequentemente nos grupos econômicos do que nos políticos. Na sociedade industrial e urbana o controle exercido pela empresa e pelo estado sobre a atividade do indivíduo apresenta uma importância maior do que nas sociedades não industriais e rurais;
- c) os grupos recreativos e religiosos apresentam maior opção e liberdade de movimentos, sendo, portanto, menor o grau de controle imposto. Sua organização é mais frouxa do que nos anteriores e a conformidade repousa principalmente na cooperação voluntária de seus membros. As exceções, neste item, dizem respeito a determinadas seitas religiosas que, da mesma maneira que algumas sociedades secretas, existem uma estrita conformidade até em aspectos do comportamento aparentemente não essenciais.

10.3.2 Eficiência dos Controles

Segundo Ogburn e Nimkoff (1971:230 e seg.), a eficiência do controle social pode ser aquilatada através dos seguintes aspectos:

- **Em geral, quanto mais atrativo for um grupo, para um indivíduo, maior será a eficiência de pressão exercida sobre ele** — “a atração do grupo, para o indivíduo, da qual depende a eficácia do controle social, pode ser considerada em função da opinião dos demais”. A eficácia da sanção depende, portanto, da sensibilidade do indivíduo em relação ao juízo feito pelo grupo.. A maioria das sanções é simbólica: a medalha, o diploma de membro honorário, o certificado por serviços prestados, as chaves da cidade não possuem valor material em si, porém expressam o alto conceito que o grupo faz do indivíduo; o aplauso, o elogio, o louvor são também manifestações dessa valorização; o aspecto negativo, o ridículo, o riso, a ironia, o mexerico representam o mau conceito que os membros fazem sobre o elemento em desvio. São importantes à medida que o indivíduo preza a opinião dos outros. Muitas sanções negativas, não simbólicas, como a multa e o boicote implicam perda de reputação; outras, como a prisão e o exílio, significam também diminuição da comunicação e da associação com os outros.
- **A eficiência do controle social depende da autonomia do grupo** — a natureza do grupo, da mesma maneira que a natureza do indivíduo, é um fator que contribui para a eficácia do controle. Este tende a ser mais eficiente em grupos independentes, com autoridade centralizada,

como as sociedades rurais, do que em grupos interdependentes, como as modernas sociedades urbano-industriais. Nestas, o indivíduo pertence, ao mesmo tempo, a diferentes grupos que podem possuir interesses divergentes ou opostos, que restringem a lealdade do indivíduo a um grupo específico. "A lealdade dividida significa uma limitada capacidade de controle por parte de qualquer unidade."

- **O controle social atinge o máximo na coordenação de grupos primários e burocráticos** — em virtude de seu tamanho reduzido, o grupo primário apresenta flexibilidade e, rapidez ao enfrentar acontecimentos que fogem à regra e, através da pressão das relações íntimas e informais, leva à conformidade. A especialização e os recursos técnicos de que dispõe a sociedade moderna, burocrática, especificamente no setor da comunicação de massa, permitem a rápida difusão de mensagens que atingem um elevado número de indivíduos e grupos. "Quando se deseja o máximo de controle social, num amplo setor da sociedade, obtêm-se os melhores resultados utilizando conjuntamente os grupos burocráticos e os primários."
- **As ordens contraditórias levam à desobediência ou à frustração** — a incoerência de atitudes por parte de autoridades conduz a um comportamento oscilante: insegurança, inibição, nervosismo ou desobediência, comportamento desviante. Um sistema de sanções coerentes induz à conformidade, ao passo que as incoerentes, incertas e inconstantes levam à desobediência.

10.3.3 Tipos de Controle

Em relação à sua natureza, o controle social pode ser *interno* e *externo*.

O controle *interno* emana da própria personalidade do indivíduo; através da socialização, ele interioriza as normas e valores de seu grupo e, convencido de sua validade, orienta sua ação de acordo com eles. Assim, o controle interno é o autocontrole exercido pela vontade consciente do indivíduo, baseado nos princípios, crenças e ideais dominantes em seu grupo e por ele aceitos. Pode funcionar de maneira positiva através de antecipação feita pelo indivíduo em relação ao prazer e à vantagem advindos da aprovação do grupo; em sentido negativo, por meio da antecipação das sanções punitivas em face do comportamento contrário às normas.

O controle *externo* origina-se fora do indivíduo. Em relação à forma divide-se em:

- a) **Natural, espontâneo e informal** — exercido principalmente pelos grupos primários. Baseia-se nas relações pessoais e íntimas que ligam os componentes do grupo. É característico das sociedades homogêneas do passado, das pequenas comunidades rurais, da vizinhança, do grupo de amigos, do grupo de brinquedos e da família.
- b) **Artificial, organizado e formal** — é exercido, principalmente, pelos grupos secundários, onde as relações são formais e impessoais. À medida que a sociedade se torna mais complexa, aumentando o nú-

mero de seus componentes e tornando-se heterogênea, o controle informal, baseado no conhecimento e na opinião do grupo, não é mais suficiente para manter a conformidade. Há necessidade de lançar mão do sistema formal de instituições, de leis, de regulamentos e códigos, de tribunais, da polícia e do exército para evitar o desvio e forçar ou estimular a obediência às normas.

Em relação ao tipo específico de controle, podemos ter: o educativo, o intelectual (instrução), o religioso, o jurídico, o ético e o econômico.

De acordo com a agência que exerce o controle, este pode ser: doméstico (família), comunitário (grupos de amizade, clubes, empresas, vizinhança etc.), escolar (escola), eclesiástico (Igreja), estatal (país, estado, município, departamento, província etc.), internacional (OEA — Organização dos Estados Americanos; MCE — Mercado Comum Europeu; OTAN — Organização do Tratado do Atlântico Norte; ONU — Organização das Nações Unidas etc.).

Exemplos:

- a) **controle social externo, natural, espontâneo, informal, educativo, doméstico:** a mãe que chama a atenção do filho sobre regras de etiqueta;
- b) **controle social externo, natural, espontâneo, informal, intelectual, comunitário:** um amigo corrigindo o outro — não diga "mais bom", diga "melhor";
- c) **controle social externo, artificial, organizado, formal, religioso, eclesiástico:** a excomunhão (Igreja Católica Apostólica Romana);
- d) **controle social externo, artificial, organizado, formal, jurídico, estatal:** prisão por roubo.
- e) **controle social externo, artificial, organizado, formal, econômico, internacional:** o boicote econômico a Cuba por países da América Latina.

11 Estratificação Social

Este capítulo aborda as maneiras pelas quais as pessoas se estratificam em camadas sociais, com grandes diferenças de riqueza, poder e prestígio. Permite a compreensão:

1. Dos fatores que atuam no sentido de formar, nas sociedades, uma hierarquia de posições, estratos ou camadas mais ou menos duradouros.
2. Das diferenças de enfoque entre os autores, em sua explicação da origem e/ou necessidade (ou não) dessa hierarquia de posições nas sociedades.
3. De quais as principais características do fenômeno de estratificação.
4. Dos significados das castas, de como elas se apresentam na Índia e sua característica de sistema que mais se aproxima da desigualdade herdada.
5. Do significado do sistema de estamentos: as sociedades em que imperou e as diferenças em relação às castas.
6. Dos diferentes enfoques no estudo da sociedade de classes e sua utilização na análise das sociedades contemporâneas.
7. De como se apresentam as classes sociais no Brasil.

11.1 CONCEITO E TIPOS

Os indivíduos e grupos de uma sociedade diferenciam-se entre si em decorrência de vários fatores, formando uma hierarquia de posições, estratos ou camadas mais ou menos duradouros. Este fato real, observado em todas as sociedades, significa que nelas os indivíduos e grupos não possuem a mesma posição e os mesmos privilégios, mas, sob esse aspecto, diferem entre si. Portanto, inexistem sociedades igualitárias puras. A esta diferenciação de indivíduos e grupos em camadas hierarquicamente sobrepostas é que denominamos de estratificação.

Um dos primeiros autores a tratar do problema de estratificação foi Karl Marx, em estreita correlação com o conceito de classe social. Marx considerava o fator econômico como determinante da estratificação.

11.1.1 Conceito de Max Weber

Refutando esta posição, Max Weber fez uma distinção entre as três dimensões da sociedade: a ordem econômica, representada pela classe, a ordem social, pelo status ou "estado", e a ordem política, pelo partido. Cada uma das três dimensões possui uma estratificação própria: o interesse econômico é fator que cria uma classe, podendo-se até considerar que as classes estão estratificadas segundo suas relações com a produção e a aquisição de bens; a estratificação econômica é, portanto, representada pelos rendimentos, bens e serviços que o indivíduo possui ou de que dispõe. Os grupos de status estratificam-se em função do princípio de consumo de bens, representados por estilos de vida específicos; a estratificação social é, portanto, evidenciada pelo prestígio e honra desfrutados. A dimensão política manifesta-se através do poder; a estratificação política é, assim, observada através da distribuição do poder entre grupos e partidos políticos, entre indivíduos no interior dos grupos e partidos, assim como entre os indivíduos na esfera da ação política.

11.1.2 Conceito de Sorokin

Para Sorokin, as formas concretas de estratificação apresentam-se interdependentes e, por este motivo, podem ser reduzidas a três tipos fundamentais:

- **Estratificação econômica** — a desigualdade da situação econômica ou financeira dos indivíduos dá origem a uma divisão em ricos e pobres, significando a existência da estratificação econômica. Onde há desigualdade econômica, esta estratificação real, concreta, que se manifesta no nível de vida, na posse de bens, aparece; pode surgir, portanto, nos diferentes tipos de sociedade, capitalista ou socialista, independente do tipo de organização política e forma de governo.
- **Estratificação política** — da mesma forma que há a desigualdade econômica entre os indivíduos, há a diversidade política em uma mesma sociedade, decorrente da distribuição não uniforme de poder, de autoridade (dirigentes e dirigidos), de prestígio, de honras e de títulos. Essa estratificação ocorre independentemente da constituição particular da sociedade ou da inexistência dela (inclusive nos povos ágrafos).
- **Estratificação profissional** — se as diferentes ocupações dos indivíduos na sociedade se apresentam hierarquizadas no que diz respeito à valorização social, ao grau de prestígio, significa que a sociedade possui estratificação profissional. Esta diferenciação em profissões mais ou menos apreciadas independe do fato de seus titulares ocuparem tal posição por nomeação ou eleição, por herança social ou por capacidade pessoal. O valor que se confere às diferentes ocupações varia no tempo e no espaço: na maioria das sociedades ocidentais, determi-

nadas profissões, tais como proprietários e altos executivos de empresas industriais, banqueiros, técnicos de elevado nível e cientistas, ganham cada vez mais prestígio, em detrimento de atividades outrora mais importantes. A própria industrialização criou uma série de funções novas que vão adquirindo importância.

A estratificação profissional proveniente do maior ou menor prestígio social, que, com raras exceções, corresponde a uma desigual distribuição de remuneração, apresenta duas formas distintas:

- a) **Interprofissional.** Quando as profissões variam em importância de um grupo profissional para outro, constituindo uma hierarquia de ocupações que pode ser relacionada com o grau de habilidade requerida, com o grau de inteligência e de conhecimentos, ou pelo fato de estar ligado ou não às funções de organização e controle. (Nos países latino-americanos é muito comum dar maior ou menor valor ao homem pelo cargo que ocupa, independentemente das origens da aquisição do cargo e da capacidade de exercê-lo a contento.) Exemplo: engenheiro, médico, técnico de administração, jornalista, eletricitista, mecânico;
- b) **Intraprofissional.** Quando esta diferenciação ocorre no mesmo grupo de ocupações. Esta hierarquização interna pode ser mais ou menos rígida: há mais centralização de poder no exército e na indústria do que na escola. Exemplo: dirigente, funcionário e operário, na indústria; professor universitário, secundário e primário, na escola.

11.1.3 Conceito de Melvin M. Tumin

O autor que mais recentemente se referiu à estratificação social foi Melvin M. Tumin (1970:27). Esse sociólogo considera os termos desigualdade social e estratificação social como sinônimos. Seu conceito de estratificação compreende a “disposição de qualquer grupo ou sociedade numa hierarquia de posições desiguais com relação a poder, propriedade, valorização social e satisfação psicológica”.

Poder: capacidade de obter a realização dos objetivos; *propriedade:* direito a bens e serviços; *valorização:* julgamento ou consenso de opinião do grupo acerca do prestígio, honra e importância de determinada posição ou status; *satisfação psicológica:* todas as demais fontes de prazer, contentamento e satisfação, excluindo propriedades, poder e valorização.

Exemplo: classificando a renda de um indivíduo como *propriedade*, a possibilidade de exigir e obter diversos bens e serviços, através de sua renda, constituirá o *poder* desse indivíduo; tendo conseguido obter determinado bem, tal como casa, carro, jóias, o indivíduo terá certo prestígio decorrente da *valorização* da sociedade em relação à posse desses bens; tal fato dará prazer e orgulho ao proprietário, constituindo assim a *satisfação psicológica*. Em virtude das diferenças observadas nas sociedades, por exemplo, no que diz respeito à valorização de suas posses, a satisfação obtida por seus possuidores também varia.

Para a sociedade e para os indivíduos é importante a maneira como as “coisas boas” são distribuídas. Geralmente a distribuição ocorre através das posições ou status, sendo a profissão o status mais importante na sociedade industrial e urbana. Os status que possuem quantidades equivalentes de propriedade, poder e satisfação psicológica podem ser agrupados em estratos. Dessa maneira, a sociedade consiste em vários estratos, que estão dispostos em uma ordem hierárquica, baseada na quantidade de poder, propriedade, valorização e satisfação psicológica que os mesmos recebem. Os estratos “consistem em *status socialmente definidos* que recebem cotas *socialmente determinadas* de poder, propriedade e prestígio”. O “estrato” é, portanto, o conjunto de indivíduos que, em dada sociedade e em dado período, possuem status equivalente ou semelhante, distinto dos status dos demais componentes da sociedade.

Principais características do fenômeno de estratificação, segundo Tumin:

1. **Tem caráter social, isto é, padronizado:**
 - a) o sistema de estratificação não implica desigualdades **biologicamente determinadas**, mas padrões de superioridade e inferioridade **socialmente atribuídos e definidos**;
 - b) a formação e a continuidade do sistema de estratificação fundamentam-se em normas e sanções;
 - c) as normas são transmitidas através do processo de socialização;
 - d) todos os sistemas de estratificação apresentam um determinado grau de instabilidade, em consequência de mudanças;
 - e) o sistema de estratificação recebe a influência de outros sistemas da sociedade: instituições familiares, políticas, religiosas, educacionais e econômicas, e influi, por sua vez, nesses sistemas.
2. **É antigo, isto é, foi observado em todas as sociedades do passado.** Fontes arqueológicas e registros históricos demonstram que nas sociedades humanas sempre houve estratificação social, mesmo nos **grupo nômades “primitivos”**, onde são encontradas em forma rudimentares diferenças relativas a sexo, idade e força física, ocorrendo depois as diferenças entre homens livres e escravos, ricos e pobres, nobres e plebeus, poderosos e humildes etc.
3. **É onipresente.** O fundamento do sistema de estratificação varia de sociedade para sociedade, mas deve ser assinalada a **universalidade** de uma forma socialmente estruturada e sancionada de desigualdade referente ao poder, propriedade e prestígio.
4. **É diverso em suas formas.** A diversidade de formas através das quais a desigualdade se exprime refere-se também à quantidade; sob este aspecto, teoricamente teríamos sociedades que se distribuem ao longo de uma linha graduada entre os extremos: um, em que todos os status fariam jus a iguais quantidades de poder, propriedade e prestígio; e outro, em que cada status teria direito a quantidades desiguais. Nenhuma sociedade concreta se encontra nesses casos extremos, mas a sociedade indiana tradicional, apresentando mais de três mil subcastas, aproximar-se-ia da total desigualdade, ao passo que os kibutzim de Israel (cooperativas agrícolas coletivas) aproximar-se-iam da igualdade total.

5. **Tem influência, isto é, as coisas mais importantes, mais desejadas e, freqüentemente, mais escassas na vida humana constituem os materiais básicos que são desigualmente distribuídos.** As conseqüências decorrentes dessa desigualdade aparece em duas esferas principais: a) oportunidade de vida e b) estilos de vida.

Os autores, atualmente, em suas investigações empíricas, empregam como índices para o estabelecimento de sistemas de estratificação critérios múltiplos: a riqueza, o prestígio da ocupação, o montante e a origem dos rendimentos, a educação, as zonas residenciais, a origem étnica e outros.

Assentado o fato de que a estratificação é fator universal, encontrado em todas as sociedades, interessa-nos, a seguir, analisar as formas concretas através das quais a estratificação se manifesta nas diferentes sociedades. O aspecto diferencial diz respeito ao *grau de mobilidade* existente entre os diversos estratos.

Segundo Kingsley Davis, partindo de dois “tipos ideais”, opostos, teríamos:

- a) uma sociedade baseada inteiramente na desigualdade herdada, como os filhos acupando exatamente a mesma posição de seus pais, em oposição a;
- b) uma sociedade com total igualdade de oportunidades, com os filhos tendo de adquirir, através da capacidade pessoal, posição independente da de seus pais. O sistema de castas aproxima-se do primeiro tipo e o sistema de classes abertas, do segundo. Mas todas as sociedades concretas são, até certo ponto, “complexos mistos”, com maior ou menor tendência na direção de um dos tipos ideais (1961: II 106).

11.2 CASTAS

Dentre todas as sociedades do presente ou do passado, foi na Índia que o sistema de castas alcançou seu mais pleno desenvolvimento. Apesar da Constituição, promulgada a 26 de novembro de 1949, ter estabelecido a igualdade de todos os cidadãos, proibindo expressamente sua discriminação por fatores inerentes ao sistema de castas, é o Estado hindu que apresenta, até hoje, a maior aproximação das características do “tipo ideal” de desigualdade herdada.

11.2.1 Conceito de Kingsley Davis

Davis (1961: II 107) apresenta as seguintes tendências, pertencentes às castas indianas:

- **Participação hereditária na casta.** A criança, desde o nascimento, pertence ao mesmo nível dos pais.
- **Participação atribuída por toda a vida.** Com exceção de casos de degradação (rebaixamento), uma pessoa não pode modificar sua casta; seus esforços pessoais, sua demonstração de capacidade em nada influirão na sua participação em determinada casta, aquela em que nasceu.
- **Casamento endogâmico.** A escolha do cônjuge deve ser feita exclusivamente no seio da casta.

- **O contato com outras castas é limitado.** Através de restrições no que se refere ao convívio, relações pessoais e associação, e ao consumo de alimentos preparados por outros.
- **Identificação do indivíduo com a casta.** Através do nome, comum a todos os membros da mesma casta, pela submissão aos costumes peculiares a ela e pela obediência às leis que a regem.
- **A profissão ou a ocupação caracterizam a casta.** Além disso, ou ao lado desse fator, apresenta uma unidade, baseada também numa origem tribal ou racial comum, adesão a uma seita religiosa ou qualquer outra peculiaridade comum.
- **Cada casta possui um grau de prestígio próprio,** estabelecido em relação às outras castas.

11.2.2 Caracterização das Castas

O primeiro ponto a ser focalizado, num exame mais profundo do sistema indiano de castas, é exatamente o âmbito do emprego do termo “casta”. Segundo a teoria hindu, no princípio das coisas foram instituídas quatro castas, eternas, que se originaram de diferentes partes da divindade: *brâmanes*, sacerdotes e eruditos, provenientes da boca; *xátrias*, dirigentes e guerreiros, procedentes dos braços; *vaicias*, mercadores, oriundos das coxas; *sudras*, camponeses, trabalhadores e servos, provenientes dos pés. Além destes existiam os *párias* ou *intocáveis*, os “sem casta”, expulsos de suas castas, ou degradados, por transgressões dos códigos referentes ao comportamento, condição que é transmitida a seus descendentes. Do ponto de vista religioso, as três primeiras castas são as dos indivíduos “duas vezes nascidos”, conceito ligado ao dogma do *carma*, e transmigração das almas. Estas grandes divisões podem ser encontradas em qualquer parte da Índia; mas diferenciações ocasionadas por fatores diversos, principalmente ligados à ocupação e ao cumprimento de deveres religiosos, deram origem a divisões múltiplas em grupos-castas, que adquiriram características próprias, formando subcastas perfeitamente limitadas. Algumas destas subcastas têm caráter “nacional” e outras são simplesmente divisões estritamente regionais. Os levantamentos censitários e as atividades de especialistas permitem verificar que cada “região lingüística” apresenta cerca de 200 grupos-castas que, por sua vez, se subdividem em aproximadamente 3.000 unidades menores. Entretanto, para efeito de análise, sem levar em consideração as divisões menos importantes ou as especificamente regionais, as “subcastas apresentam todas as tendências descritas para a casta”, empregando-se, por este motivo, tal designação para todos os casos.

Muitos autores, por sua vez, entendem que a diferenciação em castas deriva do contato de raças diferentes, tendo sido estabelecida por conquista. A palavra “casta” é de origem portuguesa e a palavra indiana correspondente à *varna*, que significa cor. E, apesar das exceções regionais, há uma certa correspondência entre as castas e o aspecto referente a cor, sendo as castas superiores mais claras do que as inferiores.

Os dois primeiros itens, isto é, os que se referem à inclusão hereditária na casta, inclusão que se mantém por toda vida, podem levar à conclu-

são de que inexistia mobilidade social no sistema de castas. O sistema, mesmo em períodos de maior rigidez, apresentou certo deslocamento de uma casta para outra; esta mobilidade, entretanto, era geralmente grupal e não individual. Alguns grupos de determinada casta poderiam exercer atividades e ocupações características de outra casta, pela necessidade desses serviços na comunidade; esta mudança dava origem a uma separação entre os dois grupos, elevando-se um deles na hierarquia, em virtude da nova ocupação. Esta elevação do grupo refletia-se no status individual de seus componentes. Kingsley cita o caso da casta Pasi, cuja atividade era a caça de animais e aves, profissão considerada desprezível. Parte desta casta passou a dedicar-se ao cultivo de frutas, ocupação mais honrosa. Em consequência, esse grupo deu origem a uma nova casta, que adotou o nome de Phanasí, e passou a ocupar uma posição social mais elevada do que os restantes Pasi. Além da mudança das atividades, outro fator que poderia determinar a ascensão de um grupo de um status para outro era um esforço coletivo no sentido de tornar mais rígida a observação de tabus, das regras morais ou das normas referentes à comensalidade, adotando, a este respeito, as atitudes de uma casta superior; o relaxamento dos componentes de uma casta, nestes aspectos, acarretava o rebaixamento do grupo. Além desses fatores, a mobilidade dos grupos poderia também ser determinada pela migração (coletiva), a aceitação de determinadas crenças, a alteração de sua situação econômica e da referente ao poder. Este último caso é ilustrado por Srinivas, que indica o exemplo dos Raj Gond: após se terem tornado os dirigentes de uma zona da Índia Central, reivindicaram e obtiveram uma posição superior — xátrias.

A terceira característica, endogamia, era tão importante que grande número dos *párias* desceu a esta condição em virtude de terem contraído matrimônio fora de sua casta. Quando o casamento entre indivíduos de castas diferentes não os degradava de modo completo, a nivelção se fazia pela casta mais baixa, o mesmo ocorrendo com os filhos, que em caso algum poderiam pertencer às três castas superiores. Este fator, assim como outros, variou no tempo. Em determinada época, ao passo que o casamento de um homem com uma mulher de casta superior era considerado ofensa para a jovem e seus pais, o casamento com moças de castas inferiores não era censurado, nem os filhos degradados. Conforme cita Max Weber (1963:460-1), tal fato valorizou as jovens das castas inferiores, tornando difícil a posição das moças das castas altas, principalmente porque, se não casassem, seria isso considerado uma desgraça para elas e seus pais. Esta situação originou uma prática, relacionada com o matrimônio, entre os Brâmanes Kulin: mediante alto pagamento, os rapazes desta casta realizavam casamento *in absentia* com diversas jovens que, assim, adquiriam o status de "casadas". Segundo Weber, a impossibilidade do casamento das mulheres com homens de castas inferiores foi um dos fatores que originaram o infanticídio feminino, entre as castas superiores. Apesar da condenação de tal prática pelas leis inglesas (1829), o infanticídio era praticado em tal escala, principalmente entre a casta Rajput, que no ano de 1836, em um levantamento realizado em determinadas áreas ocupadas por elementos desta

casta, entre 10.000 indivíduos não foi encontrada nenhuma menina com mais de um ano de idade; e, em 1869, em vinte e duas áreas, havia 23 moças e 284 rapazes.

A limitação do contato com outras castas, quarta característica, baseia-se principalmente em regras referentes à alimentação e na precedência ritual. Em relação à alimentação, as regras básicas que orientam as relações entre as castas dizem respeito a: o que pode ser comido, em companhia de quem, das mãos de quem se pode receber alimentos e água (e que tipo de alimento). Em relação à primeira questão, somente as castas mais baixas podem ingerir álcool, carne de porco e de vaca (sagrada); o vegetarianismo é evidência de status elevado. O segundo item diz respeito não somente em que ordem as pessoas devem sentar-se em banquetes, mas também quem pode comer na mesma sala, na mesma casa, e quem pode ou não pode sequer olhar para a comida. O terceiro ponto apresenta, em primeiro lugar, uma classificação, por ordem de importância: alimento *kachka* (cozido em água), alimento *pakka* (cozido em manteiga) e água. Em segundo lugar aparece o fator “quem aceita o que de quem”: o alimento *kachka* é aceito apenas das mãos de elementos da mesma casta ou de casta superior (por esta razão, os brâmanes, geralmente, não aceitam esse tipo de alimento de mais ninguém); o alimento *pakka* pode ser aceito das mãos de pessoas de castas próximas; a aceitação da água abrange um círculo mais amplo, mas não inclui os “intocáveis”. A precedência ritual está intimamente ligada à noção de “impureza” e “impuro”. Em todas as esferas do convívio social, esta noção funciona como elemento de separação: dá origem a uma rígida estratificação de moradias, principalmente nas aldeias e comunidades rurais; no setor de bens e serviços é estabelecido quem pode fabricar produtos, servir ou atender a quem, e os que prestam serviços às castas superiores não o poderão fazer às inferiores (com raras exceções, como, por exemplo, a casta dos confeitheiros, Myra e Halwai, cujos produtos, apesar de serem alimentícios, podem ser geralmente consumidos por todos); no aspecto das relações sociais, a noção de impureza diz respeito ao toque pessoal (um médico brâmane, ao tomar o pulso de um paciente sudra, por exemplo, só o fará através de um pedaço de seda, para não se contaminar), à distância que devem manter, entre si, os membros das diferentes castas, e ao fato de que, em algumas regiões, até a sombra de um pária contamina uma pessoa das castas superiores.

O quinto item, a identificação do indivíduo com a casta, dá-se em diversos planos. O primeiro, exterior, diz respeito ao modo de trajar: quantidade, tipo, cor e qualidade das peças de roupa; determinados símbolos, como a “faixa sagrada”, tipos de enfeites (quem usa o que e onde usa) e outros. O segundo refere-se aos costumes, assim relacionados: *casa-mento* — o sacrifício das viúvas, seu celibato ou permissão de novo casamento, admissão ou não do concubinato e do divórcio, reclusão das mulheres; *atividades econômicas* — é altamente valorizada a “pureza” da ocupação, a propriedade da terra, a isenção do trabalho manual, sendo que a cooperação das mulheres, nos empreendimentos econômicos, é geralmente considerada exclusiva das castas inferiores, ao passo que a separação

entre as atividades produtivas e as comerciais é sinal de status; *aspectos da moralidade, cultura e religião* — muitas castas possuem divindades especiais e há variações no que se refere às práticas religiosas e concepções morais, sendo consideradas importantes a permissão do estudo e o conhecimento da literatura sagrada, limitada a certas castas. Toda casta possui um nome específico, que identifica seus componentes; no processo de diferenciação, ocorrido entre membros de uma casta, deve haver a adoção de um nome particular para o novo grupo. O terceiro plano diz respeito às leis que regem a atividade dos componentes da casta. Cada uma possui leis específicas e, além do conselho de castas, dispõe, em geral, de tribunais próprios. Ghurye indica algumas transgressões que são julgadas pelo organismo governamental (*panchayat*) de tal casta:

- comer, beber ou manter atividades semelhantes com pessoas de outra casta, com as quais tal tipo de relação social é proibido;
- tomar, por concubina, mulher pertencente a outra casta;
- adultério;
- sedução de mulher casada;
- recusa de cumprimento de promessa de casamento;
- recusa em manter uma esposa;
- o não-pagamento de dívidas;
- roubo;
- quebra dos hábitos de comércio peculiar à casta;
- apropriar-se de clientes de outro e elevar ou reduzir os preços das mercadorias e serviços;
- matar uma vaca ou outro animal sagrado;
- insultar um brâmane;
- desafiar os costumes da casta por ocasião de cerimônias de casamento e outras (in: Ianni, 1973: 102-4).

Dessa maneira, a casta possui o seu próprio “governo” e os membros obedecem às suas leis específicas, isto é, afastam-se da comunidade, como um todo, no que diz respeito a seus costumes peculiares, criando-se um abismo cultural entre as castas: seus padrões morais variam de acordo com a diversidade na administração das leis.

A sexta característica indica que a casta tem aspectos distintivos em relação à profissão ou à ocupação, já mencionados quando enfocamos a mobilidade entre as castas. Precisamos, aqui, analisar dois conceitos fundamentais:

- a livre escolha de uma profissão, pelo indivíduo e
- a mudança de profissão, alterando o status do grupo (ou do indivíduo).

Em relação ao primeiro ponto, a opinião da maioria dos autores é coincidente com a expressa por Parsons (1968: II 684): “apesar das exceções, as castas caracterizam-se geralmente por uma ocupação hereditária, de maneira que a divisão da sociedade em castas é, aproximadamente, uma divisão funcional do trabalho, com base hereditária. A maioria dos nomes de casta, se bem que não todos, designa ocupações”. Depreende-se dessa colocação que, na análise das castas, os estudiosos salientam o papel das

profissões, como característico das mesmas; este fato leva à consideração de que o indivíduo não tinha liberdade de escolha no exercício da profissão, herdando-a dos pais. No que diz respeito à segunda questão já vimos que, quando as contingências levaram determinados elementos a mudarem de atividade, alterava-se também o seu status; tal fato vem fortalecer a argumentação de que as profissões estavam intimamente ligadas às castas, mas, por outro lado, mostra a possibilidade de os indivíduos (principalmente de um grupo de indivíduos) mudarem a profissão herdada. É Ghurye quem salienta este ponto, dizendo que se a profissão de sacerdote se restringe exclusivamente à casta dos brâmanes, outras ocupações, como o comércio, o serviço militar e o trabalho do campo, podem ser exercidas por membros de qualquer casta, sem se degradarem; também observa que várias castas têm a mesma ocupação tradicional, mas, por outro lado, que os membros de uma casta exercem vigilância para impedir que alguns adotem qualquer ocupação considerada degradante ou impura. Ainda em relação à profissão herdada e seu relacionamento com a casta, a industrialização teve grande impacto, criando novas ocupações e aumentando as possibilidades de opção do indivíduo e, até certo ponto, permanecendo à margem das castas, se bem que o sistema, segundo Chinoy, tenha incorporado muitas inovações.

O último item salienta o grau de prestígio específico de cada casta. A primeira diferenciação de prestígio na sociedade indiana, a mais rígida, é a distinção entre as castas dos “nascidos duas vezes” ou “puros”, e os “nascidos uma vez só” ou “impuros”. Apesar de variações regionais, referentes à classificação das castas como “puras” e “impuras”, esse fator é geral, estando presente em toda parte. A segunda grande distinção baseia-se nas normas de procedência, tendo como ponto de referência a casta brâmane. Esta casta é, indubitavelmente, a casta superior em toda a Índia, apesar de se apresentarem pequenas variações regionais e locais, no que diz respeito à sua situação. A classificação se fará de acordo com duas questões:

- a) **Referente à alimentação.** De quem pode o brâmane aceitar alimentos **kashka**, **pakka** e água; de quem pode aceitar alimento **pakka** e água; de quem pode aceitar somente água; de quem pode aceitar, apenas em determinadas circunstâncias, água; de quem nunca pode aceitar sequer água; quem contamina um poço ou reservatório de água apenas por se ter servido dela etc.;
- b) **Referente à prestação de serviços.** Impossibilidade para certas castas de serem servidas pelos brâmanes; de serem atendidas por barbeiros, alfaiates etc., que servem às castas superiores; limitação de contato devido a uma possível poluição; proibição do uso de serviços públicos (barcas, ferrovias, escolas etc.); impossibilidade de entrar nos templos hindus (Davis, 1961: II 109).

A posição relativa das castas varia nas diferentes regiões, sendo praticamente impossível determinar uma ordenação hierárquica das castas, subcastas e unidades menores, válida para toda a Índia; entretanto, as diferenciações regionais e principalmente locais, nas vilas e comunidades rurais, são bem conhecidas e claramente definidas pela sua população. Se-

gundo Parsons, em relação à hierarquia do sistema de castas indiano, “há certo elemento de imprecisão, no sentido de que não é sempre possível estabelecer a posição de cada casta ou subcasta em relação a todas as demais; entretanto, o esquema geral da hierarquia é suficientemente nítido. No ápice, encontra-se a casta dos brâmanes, e o principal critério de status de cada casta é a relação desta casta particular com os brâmanes” (1968: II 685).

Se foi na Índia que o sistema de casta mais se desenvolveu, isto não significa que é o único lugar onde aparece tal fenômeno. Entretanto, há discussões entre os especialistas sobre os países ou as épocas em que podemos encontrar as castas. Partindo do ponto de vista de que o sistema de castas, entendido como “uma sociedade baseada inteiramente na desigualdade herdada, com os filhos ocupando a mesma posição de seus pais”, é um “tipo ideal”, e que a maioria das sociedades concretas se apresenta como um “complexo misto”, existem sociedades em que a casta aparece em menor grau, coexistindo ou não com outros tipos de estratificação social.

Desvinculando a casta de seu conteúdo religioso, tal como aparecem na Índia, teremos, segundo Warner (In Pierson, 1970b:419), uma sociedade com “disposição teórica das pessoas de determinado grupo em uma ordem em que os privilégios, deveres, obrigações, oportunidades etc. se distribuem desigualmente entre os grupos considerados superiores e inferiores. Existem sanções sociais que tendem a manter esta distribuição desigual”. Bouglé afirma que uma sociedade está sujeita a um regime de casta se for dividida em “grupos hereditariamente especializados, hierarquicamente superpostos e mutuamente opostos; se se opuser, a um tempo, às misturas de sangue, às conquistas de posições e às mudanças de ofício (In: Ianni, 1973:91).

Estas colocações nos levam a considerar, com as devidas reservas, que nas seguintes sociedades e períodos históricos existiram castas: no Antigo Egito, no Japão medieval, na Alemanha nazista, com a divisão entre arianos e não arianos, na União Sul-Afrina, desde sua independência, com a separação entre brancos, negros e mulatos (*apartheid*). Alguns autores consideram, ainda, a sociedade norte-americana, principalmente nos Estados do Sul, aparecendo, ao lado do sistema de classes, o de castas: brancos e negros.

11.3 ESTAMENTOS

Muito se tem escrito sobre os estamentos; entretanto, as teorias que nos parecem mais claras e aceitáveis são as de Hans Freyer e, principalmente, de Sorokin, que resumiremos a seguir.

11.3.1 Conceito de Hans Freyer

Hans Freyer (In: Ianni, 1973:168 e seg.) considera a sociedade estamental “como uma fase determinada na história das formas sociais de dominação; como um elemento na série das estruturas sociais fundamentais”.

A medida que uma forma de dominação se afirma, tornando-se um sistema duradouro, distribui, segundo um esquema fixo, parcelas desiguais de direitos e deveres (atividades). Em consequência, os grupos parciais heterogêneos de que se compõe a sociedade desenvolvem-se num sistema definido de privilégios e atividades sociais. Estes grupos ou estamentos formam um todo orgânico que será tanto mais forte quanto mais coordenadas estiverem as partes, e a continuidade do sistema basear-se-á na execução tradicional dos deveres específicos de cada estamento. "Essa estruturação da sociedade, segundo privilégios específicos e atividades atribuídas, se realiza naturalmente 'de cima para baixo'; isto é, é estabelecida por aqueles que detêm a dominação." Constitui, portanto, um processo que se inicia no ápice e estende-se até a base da sociedade.

Para manter essa dominação, os estamentos devem delimitar-se e opor resistência à penetração de elementos externos, o que se consegue através da endogamia e do monopólio de determinadas atividades sociais. Geralmente, os estamentos dominantes reservam para si o serviço sacerdotal, o de guerreiro, os cargos públicos e a propriedade da terra, opondo-se a atividades como o trabalho manual e o comércio. Com base nas atividades reservadas aos diversos estamentos, desenvolve-se "uma especial forma de vida, um conceito especial da honra e alguns costumes também especiais", e origina-se um determinado tipo de homem. Os estamentos, portanto, no desempenho de suas funções características, estabelecem um conceito de honra e atitude social específica.

Apesar de o hermetismo consistir em característica importante, os estamentos, para que permaneçam como sistema, necessitam receber em seu seio, periodicamente, "a riqueza e o talento" de grupos inferiores. A dinâmica histórica do sistema de estamentos determina a ocorrência de processos sociais de deslocamento e ascensão, consistindo a sabedoria da aristocracia (camada dominante) em receber apenas os elementos que possam ser integrados em sua peculiar forma de vida. Dessa maneira, a mobilidade entre os estamentos, longe de abalar a sua estrutura, reforça-a.

Por outro lado, toda estrutura que se baseia no princípio da dominação, da distribuição desigual de direitos e privilégios traz em si o germe da revolta e da contestação. Entretanto, a luta dos estamentos inferiores contra os superiores é uma disputa por mais privilégios, para ampliar, de forma concreta, seus direitos, e não uma luta contra o sistema.

11.3.2 Conceito de Sorokin

Sorokin (1968: I 404-8) conceitua estamentos como um grupo que, em relação aos estamentos que lhe são superiores, é mais ou menos organizado, e, no que diz respeito aos estamentos inferiores, constitui uma coletividade semi-organizada ou inorganizada. É parcialmente hereditário, sendo, porém, mais aberto do que a casta. É solidário à medida que seus componentes estão ligados:

- por laços de direitos e deveres;

- por privilégios e isenções de impostos (ou a obrigatoriedade de pagamento destes), geralmente determinados pelo Estado;
- por ocupações e funções econômicas semelhantes (não tão monopolizadas quanto no sistema de castas).

Apenas alguns membros se encontram ligados por vínculos de língua e raça comuns, e os laços de parentesco unem somente uma minoria insignificante. Cada estamento forma, na hierarquia dos estamentos, uma camada claramente definida, geralmente estabelecida pelo Estado, tornando-se legal.

Os estamentos diferem das castas sob vários aspectos:

- a) Não são tão fechadas quanto as castas. Os escravos não são apenas filhos de pais escravos, podem adquirir esta condição por diversos outros motivos: por conquista, isto é, por se tornarem prisioneiros; por terem cometido um crime ou por não poderem saldar suas dívidas; por sua venda voluntária ou por seus pais os terem vendido como escravos; por terem sido raptados por traficantes de escravos. Da mesma forma, uma pessoa pode ingressar na nobreza não apenas por ser filho de pais nobres, mas por ter recebido do rei um título de nobreza, em recompensa de serviços prestados, ou pela realização de feitos considerados valiosos no campo militar, religioso, artístico, científico, econômico, político, jurídico etc. Pode também comparar o título de nobreza ou adquiri-lo casando-se com pessoa nobre e, ainda, tornar-se nobre por conquista ou através da força, depondo o governo e a nobreza e tomando-lhes o lugar. Todas estas possibilidades diferenciam o estamento da casta, onde a condição de um indivíduo é obtida somente através do nascimento.
- b) As pessoas, num sistema de estamentos, também podem abandonar ou perder a posição que ocupam. Um servo ou escravo pode deixar esta condição pela compra da liberdade; alforria concedida pelo senhor; recompensa por certos atos meritórios; decreto do Estado, abolindo a servidão ou a escravidão etc. Por sua vez, um nobre pode perder tal status ao adotar certa ocupação; casar com pessoa não livre; vender seu título; ser derrotado na guerra; ser prejudicado por uma revolução que substitua toda nobreza antiga por nova etc. Num sistema de castas, a maioria dessas situações não muda o status do indivíduo.
- c) Contrariamente ao que ocorre entre as populações estratificadas num sistema de castas, no sistema de estamentos, alguns estratos constituem grupos abertos. Tal ocorria com o clero que, não se autoperpetuando, não podendo transmitir sua posição a seus filhos em virtude do celibato clerical, recrutava seus elementos entre todos os estratos da sociedade, inclusive entre os servos. Da mesma maneira, a burguesia recebia qualquer pessoa livre que, estabelecendo-se nas cidades, aí enriquecia.
- d) Nos estamentos, a endogamia e a consangüinidade são muito menores do que nas castas. Em certos casos, inclusive, proibia-se o casamento endogâmico e prescrevia-se a união com membros de outros grupos. De maneira geral, o casamento de um nobre com pessoas de outros grupos, livres, não era proibido; até mesmo a união com elementos dos estamentos "servis" nem sempre era punida, ou não o era com a mesma intensidade com que se punia, nas castas, a união de um brâmane com uma pessoa das castas inferiores.
- e) Em consequência da característica anterior, os estamentos são muito mais heterogêneos (mistos) do que as castas, do ponto de vista racial. Tal situação engloba todos os estamentos, inclusive com algumas exceções, as próprias famílias reinantes.

- f) Ascensão e queda das dinastias e famílias reinantes significa que, na maioria das sociedades, os estamentos superiores são heterogêneos; muitas vezes, os grupos familiares, de parentesco e raciais foram substituídos por grupos originários dos escalões inferiores. Assim, se as castas se perpetuam pela identidade de "sangue" ou de linhagem racial, os estamentos compõem-se de linhagens raciais diferentes.
- g) Os estamentos inferiores, especialmente de servos ou escravos, constituem, em geral, grupos semi-organizados com pouca interação entre seus membros. Raramente conseguiram criar uma organização, por constituírem, na maior parte das vezes, menor agregados, contrastando, portanto, com as castas (grupos plenamente organizados ou, quando muito, semi-organizados).
- h) Os estamentos, principalmente os inferiores, não constituem grupos territoriais, pois não se encontram confinados a territórios delimitados e contínuos, mas, ao contrário, disseminados por todo o país.
- i) Em virtude da diversidade dos meios de recrutamento, os elementos dos estamentos inferiores (principalmente escravos e servos) nem sempre pertenciam ao mesmo grupo cultural e lingüístico; assim, sob este aspecto, diferem entre si e dos estamentos superiores da mesma sociedade.
- j) O regime de castas, na Índia, baseava-se principalmente em aspectos religiosos ou consuetudinários, sendo reduzida a influência do Estado; os estamentos, ao contrário, têm status jurídico e o Estado desempenha um papel relevante na geração, cristalização, legalização e imposição do lugar de cada estamento.

Sorokin considera o estamento "quantitativa e qualitativamente uma casta diluída", pois, se muitas características da casta não aparecem no estamento, outras — caráter fechado, uniões endogâmicas e consangüíneas, transmissão hereditária do status — estão presentes, embora com menos rigidez.

Os estamentos existiram durante séculos e têm sido encontrados em quase todas as populações humanas. Na sociedade ocidental, o feudalismo representou uma sociedade de estamentos, embora os sistemas feudais da Europa não tenham começado e terminado no mesmo período.

A sociedade medieval apresentava três estamentos: nobreza, clero e campesinato. Estes grupos não eram homogêneos: a nobreza englobava os grandes e pequenos proprietários de terra; o clero compreendia o alto e o baixo clero; o campesinato abrangia os camponeses livres, os servos da gleba, os servos domésticos e os escravos.

Com o surgimento das cidades (burgos) e seu desenvolvimento, apareceram os burgueses: habitantes das cidades que aos poucos vão obtendo autonomia em relação ao senhor feudal e se convertem em grupo diferenciado, dando origem a um novo estamento, denominado "terceiro estado" na França e "comuns" na Inglaterra.

A nobreza abrangia a classe guerreira e dirigente, com um poder baseado na posse da terra, ligada entre si por laços de vassalagem e fidelidade: os feudos consistiam em terras divisíveis, entregues para exploração, e quem as recebia devia fidelidade ao dono. Toda nobreza se entrelaçava com a

posse de alguns feudos e a exploração de outros, sendo em alguns casos o suserano e, em outros, o vassalo; essa situação dava origem a constantes disputas que impediam a total organização desse estamento. Entretanto, o grupo diferenciava-se dos outros estamentos pela posse de um status legal de superioridade, direitos e privilégios, jurisdição específica e particular forma de vida.

O clero constituía um grupo bem organizado, apesar de não se auto-perpetuar: necessitava, para sua manutenção, recrutar elementos de outros estamentos. Nesse processo mantinha, até certo ponto, o status original de seus membros. As pessoas originárias da nobreza e burguesia mais influente pertenciam ao clero maior; os demais, geralmente, só podiam ingressar no clero menor. Apesar dessa origem heterogênea de seus componentes, o clero constituía um grupo unido, rico, instruído e, por esta razão, poderoso.

O campesinato, ou povo comum, representava o menos organizado dos estamentos. Preso à terra, ao feudo, devendo obediência ao senhor, o camponês tinha sua vida administrada e sua liberdade de deslocamento reduzida. O advento das cidades propiciou a este grupo a obtenção de maior liberdade, alterando sua posição.

A burguesia desenvolveu-se como estamento a partir do surgimento das cidades e o fortalecimento do comércio. As atividades comerciais forçaram a especialização de diversos tipos de artesãos e o aumento do número de mercadores. Esses elementos reivindicavam, cada vez mais, liberdade e independência dos senhores feudais, como passo necessário para o crescimento do comércio. “Em face às restrições feudais que os asfixiavam (...) uniram-se em associações chamadas ‘corporações’ ou ‘ligas’. a fim de conquistar, para suas cidades, a liberdade necessária à expansão contínua” (Huberman, 1974:37).

11.4 CLASSES SOCIAIS

11.4.1 Conceito de Karl Marx

O primeiro autor a empregar continuamente o termo “classes sociais” foi Marx que, ao longo de suas obras, se utilizou do conceito sem, todavia, defini-lo com precisão. Ao contrário, muitas vezes o conceito “classes sociais” foi por ele empregado em contextos teóricos divergentes ou francamente opostos. Muitos autores que analisaram a obra de Marx tentaram conciliar as divergências, intentando apresentar um conceito unificado. O próprio Marx, sentindo a necessidade de precisar o termo, iniciou um capítulo (o quinquagésimo segundo do terceiro livro de sua obra, *O capital*) com o título “As Classes”, que todavia, permaneceu inacabado. Nesse capítulo, Marx faz algumas afirmações e formula perguntas às quais não chegou a responder (1975a: III 817). “Os proprietários da simples força de trabalho, os proprietários do capital e os proprietários de terras, cujas respectivas fontes de ingressos são o salário, o rendimento e a renda do solo, isto é, os operários assalariados, os capitalistas e os latifundiários, formam as três grandes classes da sociedade moderna, baseada no regime capitalista de produ-

ção... O problema que imediatamente se coloca é este: o que é uma classe? A resposta a esta pergunta se deduz da que dermos a esta outra: o que é que converte os operários assalariados, os capitalistas e os latifundiários em fatores das três grandes classes sociais? É, à primeira vista, a identidade de suas rendas e fontes de renda. Trata-se de três grandes grupos sociais cujos componentes, os indivíduos que os formam, vivem respectivamente de um salário, do rendimento ou da renda do solo, isto é, da exploração de sua força de trabalho, de seu capital ou de sua propriedade territorial." (O grifo é nosso, pois, nos poucos parágrafos restantes do capítulo, Marx indica que a classe não deve ser identificada com a fonte de renda na divisão do trabalho, pois isso daria origem a uma pluralidade incontável de "classe".)

Engels, depois da morte de Marx, não retomou a questão da conceitualização de classe social, deixada sem resposta no manuscrito de *O capital*. A definição que foi popularizada pelos manuais e enciclopédias marxistas é a de Lenin (Apud Ossowski, 1964:89-90):

"As classes são grandes grupos de pessoas que diferem umas das outras pelo lugar ocupado por elas num sistema historicamente determinado de produção social, por sua relação (na maioria dos casos fixada e formulada em lei) com os meios de produção, por seu papel na organização social do trabalho e, por consequência, pelas dimensões e métodos de adquirir a parcela da riqueza social de que disponham. As classes são grupos de pessoas onde uma se pode apropriar do trabalho de outra, devido aos lugares diferentes que ocupam num sistema definido de economia social."

Giddens (1975:28 e seg.) apresenta uma análise dos princípios do modelo de Marx, dizendo que, de acordo com a teoria deste autor, "a sociedade de classes é o produto de uma seqüência determinada de mudanças históricas". As primitivas sociedades tribais apresentavam uma incipiente divisão do trabalho, sendo a propriedade comum aos membros da comunidade (comunismo primitivo). A ampliação da divisão do trabalho e o aumento do nível de riqueza (consequência da primeira) são acompanhados pela expansão da propriedade privada. O processo envolve "a criação de um produto excedente, apropriado pela minoria de não produtores que, consequentemente, se colocam numa relação de exploração frente à maioria dos produtores".

Para Marx, em cada tipo de sociedade de classes existem duas classes fundamentais. O eixo desse sistema dicotômico é constituído pelas relações de propriedade: uma minoria de elementos "não produtores", que detém o controle dos meios de produção, pode utilizar tal posição de controle com a finalidade de extrair da maioria "produtora" o "produto excedente que é a fonte de sua existência". Desta maneira, classe é definida segundo a relação de agrupamentos individuais com os meios de produção. A definição, ainda, relaciona-se com a divisão do trabalho, em virtude de ser esta extensivamente necessária para criar produtos excedentes (condição indispensável para a existência das classes).

A dominação econômica, segundo Marx, está correlacionada com a dominação política, no sentido de que o controle dos meios de produção dá origem (ou conduz) ao controle político. Portanto, a divisão dicotômica de classes refere-se tanto à divisão de propriedade quanto à divisão de poder: através de verificação das “linhas de exploração econômica” de uma sociedade, é possível compreender as relações de superordenação e subordinação ali existentes. Assim, da mesma maneira que expressam uma relação entre “exploradores e explorados”, as classes expressam também a relação entre “opressores e oprimidos”. A classe dominante procura aliar sua posição por intermédio de uma ideologia, cuja finalidade é “racionalizar” sua dominação política e econômica e “explicar” à classe subordinada as razões pelas quais ela deve aceitar tal situação.

Ossowski (1964:93 e seg.), por sua vez, tenta correlacionar as divisões, ora dicotômica, ora tricotômica, utilizadas por Marx, em sua conceitualização de classe social. Diz que “Marx, o revolucionário” e “Marx, o dramaturgo da História” tenderam para uma concepção dicotômica de uma sociedade de classes. Por sua vez, “Marx, o sociólogo”, em sua análise das sociedades contemporâneas, viu-se obrigado a introduzir classes intermediárias: não podia desprezar a “massa da nação (...) em meio do proletariado e da burguesia”. Ora, a expressão “classes intermediárias” sugere um esquema de graduação no estudo da sociedade, e Marx, às vezes, concebe as mesmas como “agrupamentos de indivíduos” que ocupam uma posição intermediária na graduação econômica, fundamentada em suas relações com os meios de produção ou de acordo com a variedade de seus papéis sociais e de fontes de renda. Ora as descreve como “pequena burguesia”, que incluiria “os pequenos capitalistas, cujos interesses colidam com os dos industriais”. Ora, ao se referir à “classe média alemã liberal, com seus professores, capitalistas, vereadores e autores”, concebe a classe média de acordo com os indicadores utilizados, ainda hoje, na Inglaterra e nos Estados Unidos, principalmente; um capitalista, isto é, indivíduo que é dono dos meios de produção, pode pertencer a uma ou outra classe — à classe média ou à burguesia — de acordo com a quantidade de capital que possui. Entretanto, para Marx, a quantidade de capital que pertence a um indivíduo não é uma fator que origina um valor estatístico (e, em decorrência dele, sua colocação em determinada classe), mas está ligada a interesses classistas separados.

Por outro lado, a classe intermediária, que Marx geralmente denomina “pequena burguesia”, sem especificar se consiste em residentes urbanos ou rurais, é determinada pela aplicação simultânea de dois critérios, sendo que cada um, por sua vez, forma a base de uma divisão dicotômica de classes sociais, desde que tomado separadamente. Um é a *propriedade dos meios de produção*, critério que, num esquema dicotômico, divide a sociedade em *classes proprietárias* e *não proprietárias*; outro, é o do *trabalho*, que divide a sociedade, também num esquema dicotômico, em *classes tra-*

balhadoras e classes ociosas. Esta utilização dos dois critérios de divisão dicotômica dá origem a uma tricotômica, na qual a classe intermediária consiste naqueles indivíduos que pertencem a ambas as categorias sobrepostas, isto é, os que possuem seus próprios meios de produção, e eles mesmos os utilizam.

Entretanto, o marxismo aplica também outra versão dessa divisão tricotômica: nela, o primeiro critério de divisão (a propriedade dos meios de produção) continua o mesmo, mas o segundo não é mais o trabalho, mas o fato de não se empregar mão-de-obra assalariada. Dessa maneira, a definição de classe intermediária é mais rigorosa, não incluindo todos os trabalhadores que têm a posse de seus próprios meios de produção, mas apenas os que trabalham por sua própria conta, sem a utilização de trabalho assalariado. Exemplo: um fazendeiro próspero, que emprega um ou dois assalariados, ou mesmo aqueles que possui meeiros, acha-se incluído na classe de capitalistas (rurais). A diferença fundamental em relação à primeira versão é que, naquela, a pequena burguesia inclui duas camadas: os que trabalham em suas próprias oficinas (ou terras) e empregam assalariados, e os que não os empregam. A combinação dessas duas versões origina classes intermediárias funcionalmente diferenciadas, segundo o diagrama de Ossowski, apresentado na Figura 11.1.

Nesse esquema tricotômico existe também uma graduação econômica: a classe capitalista é detentora de meios de produção em larga escala, ou pelo menos suficiente para o emprego de mão-de-obra assalariada; a pequena burguesia consiste nos possuidores dos meios de produção em escala modesta; finalmente, o proletariado é a classe que não possui meio algum de produção. Por outro lado, o esquema é funcional e nele não é

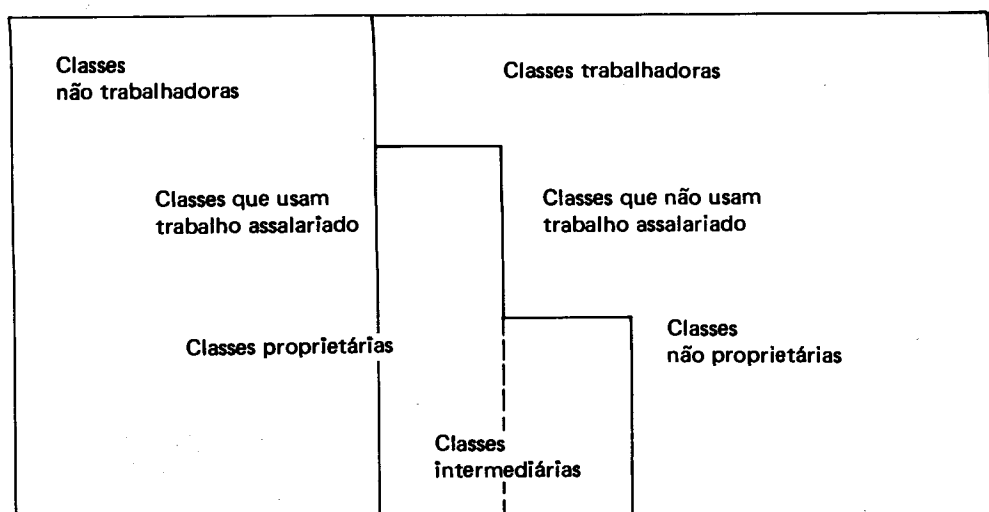


Figura 11.1 *Classes intermediárias funcionalmente diferenciadas segundo o Diagrama de Ossowski.*

apenas (ou não é) o grau de riqueza o determinante dos limites entre as classes, mas os papéis sociais, isto é, sua relação quanto aos meios de produção, de trabalho e quanto ao assalariamento da mão-de-obra.

Stanislaw Ossowski chama ainda a atenção para o fato de que “uma observância rigorosa dos critérios econômicos funcionais na distinção das três classes — capitalistas, pequena burguesia e proletariado — conduz, no entanto, a conflitos com os critérios sociológicos”. Exemplo: um engenheiro, economista, administrador de empresas, médico ou psicólogo, que fossem assalariados em um estabelecimento capitalista (empresa, hospital particular etc.), teriam de ser incluídos entre os proletários. Por outro lado, ao ligar o conceito de proletariado com a concepção de uma dicotomia fundamental, Marx considerava o proletário como “um homem desprotegido dos extremos de exploração, por ser desprovido de qualquer capacitação especial que impedisse sua substituição por qualquer outro trabalhador com força física igual”. Além disso, ainda na concepção marxista, “a classe se une pelos interesses comuns de seus membros em grandes conflitos sociais”; ora, como explicar, nesse esquema, baseado em “relações quanto aos meios de produção”, que o salário do engenheiro, por exemplo, empregado pelo capitalista, inclui uma porção da “mais-valia” produzida pelos trabalhadores e arrecadada pelo capitalista?

Dessa forma, para tornar a divisão da sociedade em classes mais operacional, o esquema marxista seria entendido como uma sobreposição de um ponto de vista dicotômico e um esquema de graduação. Assim, a classe intermediária seria determinada pelos “limites das duas classes básicas e antagônicas”, permanecendo separadas das demais em decorrência do fato de que as duas classes básicas se encontram opostas (divididas), uma contra a outra, *não por um único critério*, mas por vários, a que correspondem agrupamentos de classes de extensões variadas. Portanto, a classe intermediária é formada por agrupamento de pessoas ligadas às duas básicas (a cada uma delas), mas em aspectos diferentes; tal ligação existe em dois sentidos: lógico — características que fundamentam a definição das duas classes básicas — e sociológico.

Resta ainda conciliar as posições de Marx ao longo de suas obras. Em primeiro lugar, a concepção dicotômica é fundamental. Ela pode ser entendida como um esquema que pretende caracterizar a sociedade capitalista no que diz respeito à sua forma dominante e própria de relações de produção — já que nos países considerados capitalistas o meio de produção capitalista é predominante, mas, de forma alguma, o único; principalmente nos países subdesenvolvidos, coexistem formas pré-capitalistas de exploração econômica, ao lado do sistema capitalista de produção —, enquanto o esquema multidivisional reflete a estrutura social real.

Em segundo lugar, analisemos a concepção tricotômica. Em *Comunicação da comunidade central à liga comunista* encontramos “a pequena burguesia, que inclui os pequenos capitalistas, cujos interesses colidam com os dos industriais”; em *A guerra civil na França*, lemos: “a classe média

alemã liberal, com seus professores, capitalistas, vereadores e autores"; finalmente, em *O capital*, assinalamos: "os proprietários da simples força de trabalho, os proprietários do capital e os proprietários de terras, cujas respectivas fontes de ingressos são o salário, o rendimento e a renda do solo, isto é, os operários assalariados, os capitalistas e os latifundiários, formam as três grandes classes da sociedade moderna, baseada no regime capitalista de produção". São dois esquemas tricotômicos diferentes de estrutura social, mas a ambos pode-se aplicar a definição de classe como "um grupo determinado pela sua relação com os meios de produção". No primeiro caso — capitalistas, pequena burguesia (ou classe média), proletariado — as diversas classes apresentam, correspondentemente, *relações diversas aos meios de produção*; no segundo — latifundiários, donos de capital e aqueles que nada possuem a não ser sua própria capacidade de trabalhar — as classes são determinadas pela *relação aos diversos meios de produção*, sendo a capacidade de trabalhar encarada como uma categoria dos mesmos.

Finalmente, o esquema dicotômico pode ser conciliado com a concepção tricotômica, desde que se trate a classe média como um agrupamento de indivíduos resultante da "sobreposição de extensões das classes, ou como determinada pelos limites das duas classes opostas" (Ossowski, 1964: 94-102).

Nicos Poulantzas, em sua obra *As classes sociais no capitalismo de hoje* (1975:13 e seg.), descreve as características das classes sociais, segundo a teoria marxista. Elas têm os seguintes aspectos:

1. "As classes sociais são conjuntos de agentes sociais determinados **principalmente**, mas não exclusivamente, por seu lugar no **processo de produção**, isto é, na esfera econômica." O econômico (infra-estrutura) assume papel determinante em um modo de produção e numa formação social; mas a supra-estrutura (o político e o ideológico) desempenha igualmente importante papel.
2. "As classes sociais significam, em **um e mesmo** movimento, **contradições e luta das classes**": as classes sociais não existem **a priori**, como tais, para entrar **em seguida** na luta de classes, pois tal concepção implicaria (ou deixaria supor) a existência de classes **sem** luta de classes. Isto significa que as classes sociais abrangem as **práticas de classe**, ou seja, a luta de classes, e somente podem ser concebidas em sua **oposição**.

Destarte, a afirmação de Stálin de que "o traço que hoje distingue a sociedade soviética de qualquer sociedade capitalista é que não mais contém classes antagonicas e hostis; as classes exploradoras foram eliminadas, enquanto os **trabalhadores, camponeses e intelectuais** que formam a sociedade soviética vivem e trabalham em colaboração amistosa" (*Apud* Ossowski, 1964: 138), reconhecendo a existência de duas classes (trabalhadores e camponeses **kolchoz**) e uma "camada" (**intelligentsia**), que insiste em não chamar de "classe", mas de **stratum**; não antagonicas, constitui, do ponto de vista de Marx e até mesmo de Lênin, uma **contradictio in adjecto**.

3. "A determinação das classes, abrangendo práticas — luta — das classes e estendendo-se às relações políticas e ideológicas, designa os **lugares objetivos ocupados** pelos agentes na divisão social do trabalho: lugares que são independentes da vontade desses agentes."

Em outras palavras, define-se uma classe social pelo seu **lugar** no conjunto das práticas sociais ou conjunto da **divisão social do trabalho**, que abrange as relações políticas e as relações ideológicas.

4. "Esta **determinação estrutural** das classes, que só existe então como luta de classes, deve, entretanto, ser distinguida da **posição de classe** na **conjuntura**: conjuntura que constitui o lugar onde se concentra a individualidade histórica sempre singular de uma formação social; enfim, a **situação concreta** da luta das classes." Não se pode reduzir a "determinação das classes" à "posição das classes", pois isso assume relevante importância quando se constata uma **distância** entre elas (determinação estrutural das classes e suas posições na conjuntura). Poulantzas apresenta na Figura 11.2 um esquema que traduz essa característica. (Poulantzas, 1975: 15).

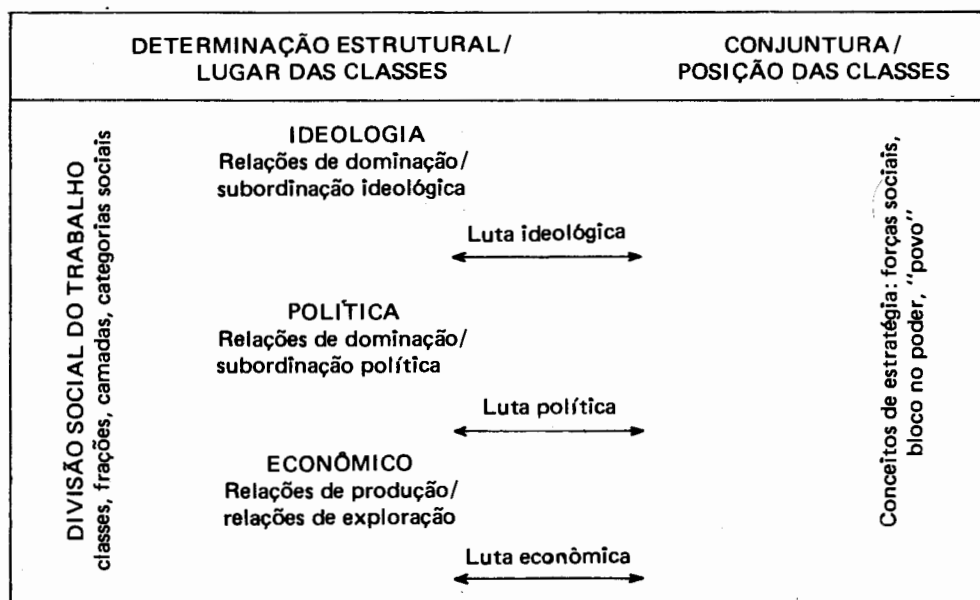


Figura 11.2 *Práticas — luta das classes.*

- 4.1. "Uma classe social, ou uma fração, ou camada de classe, pode não ter uma posição de classe correspondente a seus **interesses**, eles próprios circunscritos pela sua **determinação** de classe como horizonte de sua luta." Exemplo: muitas vezes a "aristocracia operária" tem, nas conjunturas, "posições de classe burguesa"; ao contrário, técnicos pertencentes à pequena burguesia podem ter, em conjunturas concretas, posições proletárias de classe (ou que se aproximem de). Isso não significa que se tornem, uns e outros, partes da outra classe: sua determinação estrutural de classe não é **reduzível** à sua posição de classe.

4.2. "Pode-se bem observar que as relações ideológicas e políticas, isto é, os **lugares** de dominação-subordinação política e ideológica **já se referem a uma determinação estrutural de classe.**" Não se trata, pois, de uma "estrutura" econômica que designa, por si só de **um lado**, os lugares e, **de outro**, uma luta de classes que abarcará o domínio político e ideológico: ao contrário, a determinação estrutural de classe diz respeito à luta econômica, política e ideológica de classe, sendo que todas essas lutas se expressam pelas posições de classe na conjuntura. Portanto, nada tem que ver com o esquema (hegeliano) da classe **em si** (situação econômica de classe, isto é, determinação **objetiva** da classe somente pelo processo de produção) e da classe **para si** (dotada de "consciência de classe" própria e de uma organização política autônoma, como sinônimo de luta de classes). Isto significa:

- a) "Que todo lugar objetivo de classe no processo de produção traduz-se **necessariamente** por **efeitos**, no que concerne a esta classe, sobre o conjunto de sua determinação estrutural, isto é, igualmente por um lugar específico desta classe nas relações políticas e ideológicas da divisão social do trabalho." Exemplo: afirmar que existe uma classe operária nas relações econômicas implica **necessariamente** que esta classe possui um lugar específico nas relações políticas e ideológicas, **mesmo** nos casos em que esta classe, em determinados países e em certos períodos históricos, não apresente uma consciência de classe própria ou uma organização política autônoma.
- b) "O que se entende por 'consciência de classe' própria e por organização política autônoma, isto é, do lado da classe operária, é uma ideologia proletária revolucionária e um partido autônomo de luta de classe, que tem como campo de aplicação aquele das **posições de classe** e da **conjuntura**, constituindo-se as condições de intervenção das classes em **forças sociais.**"

5. "O **aspecto principal** de uma análise das classes sociais é bem aquele de seus **lugares** na luta de classes: não é o dos **agentes** que as compõem." Posto que as classes não são grupos empíricos de indivíduos (**grupos sociais**) "compostos" pela mera adição dessas pessoas, as relações deles, entre si, não são relações interindividuais: o **pertencimento de classe** dos diversos indivíduos depende dos **lugares** de classe que **ocupam**, sendo distinto da **origem de classe** — **origem social** desses indivíduos. Assim:

- a) "a questão pertinente que deve ser colocada na relação das classes sociais e de seus agentes não é aquela da classe a que pertence **este** ou **aquele** indivíduo determinado (o que importa são os **conjuntos sociais**), nem aquela das fronteiras empíricas **estatísticas e rígidas** dos 'grupos sociais' (o que importa são as classes na luta das classes)";
- b) "a questão primeira, neste sentido, não é a das 'desigualdades sociais' entre grupos ou indivíduos: estas **desigualdades sociais** só são o efeito, sobre os agentes, das classes sociais, isto é, dos lugares objetivos que ocupam, não podendo desaparecer a não ser pela abolição da divisão da sociedade em classe". Em uma sociedade de classes não se trata da **desigualdade de oportunidades dos indivíduos**, pois estes tiveram (ou geralmente têm) possibilidades (oportunidades) de, individualmente, ultrapassar o seu "meio social".

6. "O lugar das relações econômicas detém, entretanto, o papel principal na determinação das classes sociais."
 - 6.1. "Em toda sociedade dividida em classes, a primeira relação (proprietários/meios de produção) destaca sempre o primeiro aspecto: são os proprietários que detêm o controle real dos meios de produção e, assim, exploram os trabalhadores diretos, extorquindo-lhes, sob várias formas, a mais-valia." Nem sempre esta propriedade econômica real, este controle real dos meios de produção, coincide com a propriedade jurídica. Neste caso, o que é determinante para a delimitação do lugar das classes sociais (classe dominante-exploradora) é a propriedade econômica real.
 - 6.2. "A segunda relação, a dos produtores diretos — dos trabalhadores — com os meios e com o objeto de trabalho, constitui a relação que determina, no seio das relações de produção, a **classe explorada**". Esta relação pode assumir várias formas, de acordo com os diferentes **modos de produção**. Exemplo: se na sociedade capitalista o trabalhador está inteiramente despojado dos seus meios de trabalho — cuja posse pertence ao capital —, o mesmo não ocorria no modo de produção feudal: o senhor feudal detinha a propriedade tanto jurídica quanto econômica da terra, mas o servo tinha a **posse** de seu pedaço de terra (não podia ser simplesmente despojado de seus bens pelo senhor feudal).
7. "Pode-se então observar":
 - 7.1. "De um lado, que as relações de produção devem ser apreendidas na articulação das relações que as constituem, e na sua unidade com o processo de trabalho: é o que circunscreve a **relação de exploração dominante** que caracteriza um modo de produção e que determina a classe explorada segundo tal relação dominante." A classe que, segundo esta relação, é explorada, é aquela que efetiva o **trabalho produtivo** deste modo de produção (classe operária no modo de produção capitalista); desta forma, nem todos os não proprietários do modo de produção capitalista são operários.
 - 7.2. "Por outro lado, o **processo de produção** não é definido por dados 'tecnológicos', mas pelas relações dos agentes com os meios de trabalho; e, assim, entre eles, portanto, pela **unidade** do processo de trabalho das 'forças produtivas' e das relações de produção." Produção, nas sociedades divididas em classes, significa, ao mesmo tempo e num mesmo movimento, divisão de classes, exploração e luta de classes.
8. "Segue-se que, sobre o plano econômico, não é o salário que define a classe operária: o salário é uma forma de **distribuição** do produto social, abrangendo as relações de mercado e as formas de 'contrato' de compra e venda da força-trabalho." Podemos dizer que, se todo operário é assalariado, por outro lado nem todo assalariado é operário, pois nem todo assalariado é um trabalhador produtivo. As classes não são divididas, no plano econômico, nem por uma divisão na escala das "rendas", nem pela situação dos indivíduos na "hierarquia de salários".
 - 8.1. "Em seguida, é preciso sublinhar que estas barreiras de classe e sua reprodução ampliada têm como efeito **desigualdades sociais específicas e concentradas** em certos conjuntos de agentes, segundo as **diversas classes**, em cujo seio estão distribuídos"; especialmente os jovens, os velhos e as mulheres.

9. "O processo de produção é, pois, composto da **unidade** do processo de trabalho e das relações de produção." Entretanto, quem detém o papel principal são as **relações de produção**, que dominam sempre o **processo de trabalho** e as **forças produtivas**.
 - 9.1. "É deste papel dominante das relações de produção sobre as forças produtivas e sobre o processo de trabalho que decorre o papel constitutivo das relações políticas e das relações ideológicas na determinação estrutural das classes sociais." Assim, o processo de produção e exploração constitui-se, ao mesmo tempo, em processo de reprodução das relações de dominação/subordinação, tanto políticas quanto ideológicas.
 - 9.2. "Isso implica finalmente que, nos lugares das classes sociais **no próprio seio das relações de produção**, é a **divisão social do trabalho**, tal como se expressa pela presença específica das relações políticas e ideológicas **no seio** do processo de produção, **que domina a divisão técnica do trabalho**." Observam-se as consequências na questão da "direção e supervisão" do processo de trabalho, assim como na determinação de classe dos engenheiros e técnicos da produção.
10. "Eis o momento de lembrar a distinção fundamental entre **modo de produção** e **formação social**."
 - 10.1. "Quando falamos de um **modo de produção**, que é um **objeto** abstrato formal, situamo-nos ainda em um nível geral e abstrato, se bem que o **próprio conceito** de modo de produção já abranja como tal, ao mesmo tempo, as relações de produção, as relações políticas e as relações ideológicas." Exemplo: modos de produção escravista, feudal, capitalista etc., que só existem e se reproduzem em **formações sociais** historicamente determinadas, típicas de um país, em determinado momento — portanto, concretos e singulares. Por outro lado, uma formação social comporta vários modos (mas também formas) de produção, com o predomínio de um deles, com exceção dos períodos de transição. Examinando apenas os modos de produção, verificamos que cada um comporta **duas classes** (presentes no conjunto de sua determinação tanto econômica quanto política e ideológica): a classe exploradora, política e ideologicamente dominante e a classe explorada, política e ideologicamente dominada. Exemplo: modo de produção escravista — senhor e escravo; modo de produção feudal — senhor feudal e servo; modo de produção capitalista — burgueses e operários. Entretanto, à medida que uma sociedade concreta (formação social) comporta vários modos e formas de produção, ela também comporta **mais de duas classes**; porém, as duas classes **fundamentais** por onde passa a **contradição principal** são as do modo de produção dominante.
 - 10.2. "As formações sociais não são, contudo, a simples concretização ou especialização dos modos e formas de produção existentes em sua forma 'pura': não são o produto de seu 'acúmulo' espacial. As formações sociais, onde atua a luta de classe, **são os lugares efetivos de existência e reprodução dos modos e formas de produção**." O motor da História é a luta de classes nas formações sociais.
11. "A teoria marxista de classes sociais distingue igualmente **frações** e **cambadas** de classe, segundo as diversas classes, a partir de diferenciações no econômico e no papel, todo particular, das relações

políticas e ideológicas. Esta teoria distingue também **categorias sociais**, delimitadas **principalmente** pelo seu lugar nas relações políticas e ideológicas." Exemplo: a burocracia de Estado, "delimitada pela sua relação com os aparelhos de Estado", e os intelectuais, "definidos pelo seu papel de elaboração e de realização da ideologia". Frequentemente estas frações, camadas e categorias podem assumir um papel de **forças sociais** relativamente autônomas.

12. "A articulação da determinação estrutural de classe e as posições de classe no seio de uma formação social, lugar de existência das conjunturas, requer conceitos particulares." São os conceitos de **estratégia**, abrangendo principalmente os fenômenos de **polarização** e de **alianças de classes**. Exemplo: é o que ocorre quando certas alianças levam à formação do **bloco no poder**, sem que os componentes (classes, frações, camadas ou categorias) percam sua determinação de classes.

11.4.2 Conceito de Max Weber

Max Weber (1974: I 242-6 e II 683), ao expor sua concepção de classe (que diverge da de Marx, principalmente no que concerne à concepção da ideologia e seu papel no estabelecimento das classes), faz uma distinção entre "situação de classe" e "classe". A *situação de classe* consiste na possibilidade típica de exercer um monopólio (positivo ou negativo) em relação à distribuição dos bens, posições e destino geral dos componentes. Em relação à situação de classe, poder-se-á falar de *classe* quando:

- a) for comum a certo número de pesosas "um componente causal específico" de oportunidades de vida;
- b) à medida que tal componente for exclusivamente representado por interesses econômicos (posse de bens e oportunidades de rendimento);
- c) a representação se der em condições determinadas pelo mercado (mercado de produtos ou de trabalho). Portanto, **a classe seria todo grupo de pessoas que se encontram na mesma situação de classe.**

Weber estabelece três gêneros de divisão de classe, segundo as propriedades (posses), o modo de aquisição e o conjunto da situação social específica dos membros de uma classe:

- **Classe proprietária** é aquela em que a situação de classe é determinada, de modo primário, pelas diferenças relacionadas à propriedade (posses).
- **Classe lucrativa** é aquela em que a situação de classe é determinada, de modo primário, pelas possibilidades de valorização, no mercado, de bens e serviços.
- **Classe social** é aquela que se fundamenta no conjunto de situações de classes, entre as quais ocorre, de maneira fácil e de modo típico, um intercâmbio do ponto de vista das pessoas e da sucessão das gerações (os diversos tipos de qualificações, de preparo técnico e de instrução representam "situação de classe").

A "unidade de classe" é um elemento relativo, já que as passagens de uma "situação de classe" para outra são numerosas e mais ou menos fáceis.

Portanto, para Weber, o conceito de classes engloba as que se distinguem pelo tipo de propriedade (posses), as que se caracterizam pelo modo de aquisição e as que se diferenciam pela situação geral (social, política, cultural etc.) de seus componentes. Em cada um desses gêneros se dá uma divisão, de acordo com o monopólio positivo ou negativo, isto é, a detenção de privilégios de fato ou a exclusão deles.

- Uma classe proprietária, positivamente privilegiada, detém: o monopólio da compra de mercadorias de consumo de custo elevado; o monopólio das vendas; o monopólio da possibilidade de formação do patrimônio (constituir reservas e fazer fortuna); o monopólio das possibilidades de formação de capital (pela poupança, empréstimo ou produção); privilégios de educação (quando de elevado custo).
 - a) As classes proprietárias, positivamente privilegiadas, constituem-se tipicamente de capitalistas, pessoas que vivem de rendimentos provindos de trabalhos de escravos, de terras, de minas, de instalações (proprietários dos locais e meios de produção), de barcos, de valores e da condição de credor.
 - b) As classes proprietárias, negativamente privilegiadas, são tipicamente formadas por escravos e servos (objetos de propriedade), camponeses dependentes, devedores e "pobres". Entre as duas encontram-se as "classes médias", formadas por pequenos proprietários rurais, artesãos e funcionários.
- Uma classe lucrativa, positivamente privilegiada, detém: o monopólio da direção da produção, o monopólio que garante as possibilidades da distribuição (visando aos fins lucrativos de seus próprios membros) e o monopólio das oportunidades lucrativas (que influem na política econômica das associações de vários tipos).
 - a) As classes lucrativas, positivamente privilegiadas, constituem-se tipicamente de empresários: comerciantes, armadores, industriais, empresários agrícolas, banqueiros e financistas, profissionais liberais em determinadas circunstâncias, advogados, médicos, artistas e trabalhadores (com o monopólio de determinadas especialidades).
 - b) As classes lucrativas, negativamente privilegiadas, são tipicamente formadas de trabalhadores: qualificados, semiquualificados e não qualificados. Encontram-se aqui, também, as "classes médias": camponeses e artesãos independentes além de funcionários (públicos ou privados), determinados profissionais liberais e determinados tipos de trabalhadores (especializados).
- Constituem classes sociais: o proletariado; a pequena burguesia; a **intelligentsia** (destituída de propriedades), técnicos, funcionários e burocratas; os proprietários e os privilegiados pela educação.

11.4.3 Conceito de Sorokin

Após fazer uma crítica das definições de classe social até então existentes, por considerá-las inadequadas ou incompletas, Sorokin (1968: I 424 e seg.) indica que classe se refere a um grupo:

- a) legalmente aberto, mas de fato semifechado;
- b) "normal";

- c) baseado em solidariedade (solidário);
- d) antagônico a outros grupos (classes sociais);
- e) em parte organizado, mas principalmente semi-organizado;
- f) em parte consciente de sua existência e unidades e, em parte, não;
- g) característico das sociedades ocidentais dos Séculos XVIII, XIX e XX;
- h) multivinculado, unido por dois vínculos específicos (laços univinculados) — o ocupacional e o econômico (tomados em sentido lato), e por um vínculo de estratificação social, isto é, pela existência de um conjunto de direitos e deveres que se opõem aos direitos e deveres basicamente diferentes dos outros grupos (classes sociais).

Esta definição baseia-se nas seguintes considerações:

1. A classe social, por ser legalmente aberta (mas de fato semifechada), difere das castas e estamentos (que historicamente a precederam). Além desse aspecto, difere das castas, dos estamentos assim como da família, da tribo, da nação ou de qualquer outro grupo multivinculado em razão do número e tipo dos vínculos que a caracterizam.
2. De modo geral, a classe é solidária, apesar de poderem ocorrer conflitos secundários; essa solidariedade entre seus membros baseia-se em igualdade de status ocupacional econômico e jurídico (significados, valores e normas). Por vezes é antagônica a outras classes sociais.
3. Uma classe é um grupo "normal" no sentido de que sua posição depende do conjunto de situação, nada tendo de excepcional; é orientada pelo gênero de trabalho realizado. No domínio econômico e social, as ocupações manuais (qualificadas ou não) revestem-se de certa inferioridade; caracteriza-se por relativa pobreza e privação (jurídica e real) de direitos e privilégios; o trabalho criador (intelectual) e o organizador, por seu lado, revestem-se de certa superioridade e inter-relacionam-se com a riqueza (relativa) e com um status privilegiado (jurídico e real).
4. A classe social, tendo por base indivíduos com status ocupacional, econômico e jurídico semelhantes, diferencia-se de uma mera coletividade em virtude de sua organização. Em uma classe, parte dos componentes é semi-organizada, e parte, organizada. Juntamente com a organização surge, entre os elementos do grupo, uma consciência de classe, composta pelos significados, valores e normas do grupo, que se desenvolveu com o crescimento da mesma.
5. Nas sociedades ocidentais, a classe social não desempenhou papel relevante antes do Século XVIII; quando existia, era sob a forma de pequenos grupos inorganizados, estando ausente ou manifestando-se de modo rudimentar a consciência de classe: a sociedade apresentava outro tipo de grupo multivinculado — o estamento. Emergindo do Século XVII, a classe desenvolveu-se com a progressiva dissociação dos estamentos, surgindo, ao mesmo tempo, "as ideologias da consciência e da luta de classes".
6. Constitui característica específica da classe social, que a diferencia dos demais grupos, a fusão dos vínculos ocupacionais e econômicos, assim como o vínculo constituído pelo fato de pertencer ao mesmo estrato básico, sendo as propriedades desse estrato definidas pela "totalidade de seus direitos e deveres essenciais", ou pela existência ou não de privilégios (em comparação com as outras classes).
7. Tanto o vínculo ocupacional quanto o econômico exercem forte influência sobre o corpo e a mente, assim como sobre o comportamento e o modo de vida de uma pessoa. Todavia, se esses dois vínculos — ocupacional e econômico — estiverem associados e forem

reforçados pela similaridade de posição na pirâmide estratificada da população, a sua influência será muito maior: as pessoas que têm ocupações, posição econômica, direitos e deveres análogos tendem a se assemelhar também em outros aspectos (físicos, intelectuais, morais e comportamentais).

Segundo Sorokin, é possível distinguir, na sociedade ocidental dos três últimos séculos, as seguintes classes principais:

- a classe trabalhadora industrial ou proletária;
- a classe agrícola-camponesa;
- a classe dos latifundiários;
- a classe capitalista (incluindo a classe "diretorial"). Por sua vez, cada uma dessas classes se subdivide em várias subclasses.

11.4.4 Classes Sociais no Brasil

Trujillo Ferrari, em seu livro *Fundamentos de sociologia* (1983:420-4), faz uma magistral descrição das classes sociais no Brasil de hoje, que procuraremos sintetizar.

Até a década de 50, o Brasil apresentava três classes sociais, claramente delimitadas: alta, média e baixa. A primeira, até certo ponto definida "racialmente", era fechada, com forte tendência endogâmica, opondo efetiva barreira à penetração de indivíduos de sucesso da classe média. Era composta dos grandes proprietários de terra, indústrias, comércio e altas finanças, elevados funcionários do governo, altas patentes militares, dignatários eclesiásticos, certos profissionais liberais de sucesso e reduzido número de intelectuais. Hoje divide-se em classe alta tradicional e a "nova classe alta". A segunda, pouco diferenciada, era composta de funcionários públicos de nível médio, pessoal de direção das empresas de vários tipos, os empregados de "colarinho branco", professores, varejistas, certos profissionais liberais e intelectuais. Como a maior parte dessa classe dependia prioritariamente de seus salários, recebeu forte impacto das condições econômicas vigentes nos últimos anos, criando certa instabilidade e dividindo-se em três níveis: classe média-alta, média-média e média-baixa. A terceira e última, classe baixa, correspondia a 50% da população, tendo tido crescimento significativo nos últimos tempos, representando hoje 60% do total. Heterogênea em sua composição "racial", era formada por funcionários públicos subalternos, artesãos, pequenos varejistas, operários, "chacareiros", trabalhadores sem terra e grupos pobres urbanos e rurais. Atualmente comporta duas camadas: classe baixa-alta ou "trabalhadores" e classe baixa-baixa ou "pobres".

Da mesma forma que a delimitação era nítida, o papel de cada classe era claro: a classe alta, dominante, impunha a configuração da sociedade, aliada com a burguesia internacional; a classe média, dependente da anterior, tanto econômica quanto financeira, política e ideologicamente, desempenhava, "por delegação e associação já históricas com esta última, fun-

262

ções estratégicas e fundamentais da classe dirigente do sistema de dominação como um todo" (Medeiros *Apud* Trujillo Ferrari, 1983:421-2). Na classe baixa, o impacto dos excessivos custos da transferência tecnológica, dos gastos inoperantes, dos empreendimentos faraônicos, dos escândalos administrativos, somados à inadequada distribuição da renda nacional, dos serviços e das instituições sociais, assim como da criação de empregos, levou a grande empobrecimento.

Atualmente, a *classe alta tradicional*, descendente em grande parte de famílias tradicionais da nobreza do império, é constituída por pessoas cuja renda ultrapassa grandemente 50 salários mínimos: proprietários de grandes latifúndios; banqueiros, usineiros e donos de grandes fábricas; grandes comerciantes importadores-exportadores; altos funcionários do governo, militares de altas patentes e profissionais liberais com tradição familiar. Convivem com a burguesia internacional, passam parte de seu tempo no exterior (lazer), encontrando-se em evidência nas colunas sociais, inclusive internacionais.

A *nova classe rica* é constituída em parte dos descendentes de imigrantes bem-sucedidos, tendo renda mensal superior a 25 salários mínimos: segundo escalão político-administrativo, da Igreja e das Forças Armadas; componentes da indústria, comércio, atividades imobiliárias e agropecuárias; profissionais liberais de sucesso e alguns intelectuais de destaque, assim como a hierarquia das universidades. Formam a chamada "burguesia estatal", aliada da internacional; sua escolaridade é superior e, constituindo uma força dinâmica, aspiram ao poder político e econômico do país. Geralmente preparam os filhos em escolas de prestígio no exterior para serem os "príncipes herdeiros" de suas empresas.

Constituem a *classe média alta* elementos cuja renda oscila entre 15 e 25 salários mínimos: profissionais liberais de prestígio, como médicos, advogados, propagandistas, estatísticos, professores universitários, intérpretes e tradutores, economistas, contabilistas; oficiais das Forças Armadas; corretores imobiliários e de títulos e valores; administradores de grandes empresas; donos de empresas médias, comerciantes, administradores de serviço público, agentes fiscais; fazendeiros, pecuaristas, avicultores, criadores; técnicos de esportes. Mobilizam-se para atingir a classe alta e encontram-se nesse estrato por motivos estruturais. Ideologicamente dividem-se em uma maioria "conservadora" e pequenos grupos intelectuais "revolucionários"; consideram a educação universitária de que são portadores como "canal de ascensão social"; vivem em casas próprias e procuram imitar os padrões da classe alta. Para Jaguaribe (*Apud* Trujillo Ferrari, 1983: 422), são como um "pêndulo do sistema político brasileiro (...) e têm o privilégio histórico de poder administrar a própria incorporação das grandes massas, em condições toleráveis a ela".

Encontra-se na *classe média-média* uma camada que percebe entre 10 e 15 salários-mínimos, sendo sua escolaridade entre universitária e segundo grau completo. São: profissionais liberais como professores do segundo

grau e professores universitários sem especialização; assistentes sociais, bibliotecários, fisioterapeutas; desenhistas, maquinistas altamente qualificados, aeromoças; escultores, pintores e elementos do cinema, teatro, rádio e televisão; jogadores de futebol; comerciantes, varejistas, hoteleiros; proprietários de pequenas empresas; bancários graduados; oficiais militares; funcionários médios da burocracia pública. Vivem geralmente em apartamentos próprios, em áreas residenciais próximas das atividades que exercem. Seu poder aquisitivo e seu nível de vida têm sofrido restrições nos últimos tempos: se antes aspiravam pertencer à classe média-alta, hoje aproximam-se da camada inferior seguinte.

A *classe média-baixa*, em parte oriunda da ascensão direta das camadas mais baixas, é a que se identifica em maior grau com o "proletariado" e, hoje, parte de seus elementos sofreu rebaixamento (vindos da classe média-média) em consequência da inflação e do achatamento salarial; seus proventos oscilam entre 5 e 10 salários mínimos. Do ponto de vista da escolaridade apresenta uma parcela com primeiro grau incompleto, a maior parte completo e outra parcela com segundo grau. Grande parte de seus componentes consiste de mão-de-obra altamente qualificada das empresas e de assalariados: alfaiates, carpinteiros, encadernadores, estampadores, ferreiros, foguistas de trem, fundidores de metais, funileiros, laminadores, mecânicos, modeladores e formistas de metal, motoristas, rádio-técnicos, relojoeiros, soldadores, telefonistas, vidraceiros e assemelhados; de atividades não-manuais de rotina, como supervisores e funcionários públicos de baixo escalão e funções semelhantes. Sua preocupação principal é a obtenção de casa própria, em conjuntos residenciais de bairros não muito elegantes e as atividades de lazer.

Os componentes da *classe baixa-alta*, trabalhadores ou proletários, dependem, para sua sobrevivência, do aluguel da sua força de trabalho, de seu esforço físico, percebendo entre 2 e 5 salários mínimos. Dividem-se em parcelas quase iguais de educação primária completa (4 anos) e incompleta; raros chegaram ao secundário. Na área urbana, as atividades preponderantes são funções manuais semiqualficadas e na área rural, tratristas e pequenos sitiantes. Sua aspiração primordial, na região urbana, é obter moradia própria através das "vilas" do BNH.

Finalmente, os elementos da *classe baixa-baixa* ou pobre obtêm até o máximo de dois salários mínimos. Sujeitos a subemprego e desemprego, vivem em casas alugadas nos bairros periféricos e nas favelas. São, em sua maior parte, analfabetos, por falta de escolarização ou por evasão nos primeiros anos. São as ocupações manuais não qualificadas e "biscateiros" na área urbana, os trabalhadores volantes, lenhadores, pescadores, seringueiros e outros na região rural.

12 Mobilidade

Este capítulo analisa os diferentes movimentos de ascensão e descenso de indivíduos e grupos dentro da hierarquia de posições de estratos ou camadas existentes nas sociedades. Propicia o entendimento:

1. Do conceito de espaço, distância e posição social, assim como a diferença entre distância social e geográfica.
2. Dos conceitos de mobilidade social e cultural e tipos de mobilidade.
3. Das características da mobilidade social nas diferentes formas em que ela se realiza.
4. Dos tipos de elites e da circulação de indivíduos e grupos entre as elites.
5. Da mobilidade social no Brasil.

12.1 **CONCEITO DE ESPAÇO, DISTÂNCIA E POSIÇÃO SOCIAL**

Em sua obra *Social mobility*, Sorokin conceitua espaço social como uma espécie de universo constituído pela população humana; não havendo seres humanos, ou existindo apenas um, não há espaço social. Dessa maneira, o espaço social é totalmente diverso do espaço geográfico, cuja existência independe dos seres humanos.

Para localização, no espaço geográfico, de qualquer coisa — montanha, vale, rio, pântano, deserto, avião ou barco, fazenda, casa ou edifício público —, necessitamos conhecer sua posição em relação a determinado “ponto de referência”. Os pontos de referência topográficos são múltiplos e diferentes: Sol, lua, estrelas, meridianos e paralelos, longitude e latitude, estradas, avenidas, parques, ruas etc. Desde que os pontos de referência sejam conhecidos e determinados, podemos localizar a posição dos objetos, marcos ou fenômenos físicos em relação a eles e, em consequência, correlacionar estas coisas entre si.

12.1.1 **Medida da Distância Social**

De maneira similar, a posição de um indivíduo, grupo ou fenômeno social é passível de localização no espaço social, através das relações que mantêm com outro homem, grupo ou fenômeno social, selecionado como “ponto de referência”. Entretanto, os pontos de referência no espaço social dificilmente podem ser tão universais quanto os são no espaço geográfico. A indicação da latitude e longitude de um barco permite-nos localizá-lo rapidamente; mas se dissermos que o senhor X é filho do senhor Y, somente os poucos que conhecem o senhor Y podem saber a posição social do senhor X. Se, por acaso, o senhor Y for presidente da República ou rei de determinado país, a localização torna-se mais fácil mas, nem por isso, completa. Assim, criou-se um sistema de coordenadas sociais que torna mais fácil a localização da posição social de um indivíduo. Consiste na determinação, em primeiro lugar, dos grupos específicos de que o indivíduo faz parte e suas exatas relações com estes grupos; em segundo lugar, verifica-se a relação que estes grupos mantêm entre si, no interior de uma população; por último, determina-se a relação desta população com as outras que existem no universo humano.

Os principais grupos que nos interessam na determinação da posição social de uma pessoa são aqueles que também fornecem os critérios para a determinação do status, ou seja, os de parentesco, de raça e nacionalidade, de posição econômica, de ocupação, de educação, de religião, de partido político, de sexo e idade. Além disso, devemos conhecer a relativa posição dos grupos aos quais o indivíduo faz parte: família tradicional ou não, raça “dominante” ou “subordinada”, cidadão ou imigrante, profissão de prestígio ou desprestigiada, grau e prestígio do instituto educacional cursado, religião predominante ou minoritária, partido político no poder ou na oposição etc. Finalmente, interessa-nos a posição da própria população, por exemplo, a do Brasil, no conjunto do universo humano.

As pessoas que fazem parte dos mesmos (ou iguais) grupos, desempenhando em seu interior as mesmas funções, possuem, em consequência, idêntica posição social; posição social diferente é aquela ocupada por pessoas que pertencem a grupos diferentes entre si e/ou exercem funções diversas no interior desses grupos. Desta constatação chegamos ao conceito de distância social: existe pouca ou nenhuma distância social entre pessoas com posição social semelhante ou idêntica e, ao contrário, a distância social se revelará grande entre pessoas com posições sociais diferentes, tendendo a aumentar à medida que essas diferenças forem maiores e mais numerosas.

Podemos, portanto, verificar que “distância geográfica” difere de “distância social”. Duas pessoas, estando lado a lado no espaço geográfico e tendo, por isso, uma distância geográfica mínima entre si, podem apresentar grande distância social, como a que existe entre o presidente da República e o chofer que o conduz numa viatura; por sua vez, dois indivíduos que

desempenham as funções de primeiro ministro, em países antípodas, apresentam entre si a máxima distância geográfica, mas, praticamente, nenhuma distância social. Um indivíduo pode deslocar-se por uma longa distância no espaço geográfico sem modificar sua posição no espaço social e, por outro lado, permanecendo no mesmo lugar, no que se refere ao espaço geográfico, pode ter alterada sua posição no espaço social.

Sorokin resumiu assim estes conceitos (1927:7):

1. Espaço social é o universo da população humana.
2. A posição social de um indivíduo é a totalidade de suas relações com todos os grupos de que faz parte e, no interior dos grupos, com seus membros.
3. A localização da posição de um indivíduo no espaço social é obtida através da determinação dessas relações.
4. A totalidade dos grupos existentes e a totalidade das posições em cada um deles compõem um sistema de coordenadas sociais que permite definir a posição social de qualquer indivíduo.
5. Os indivíduos, membros dos mesmos (ou iguais) grupos sociais e possuidores das mesmas funções, no interior desses grupos, possuem idêntica posição social; os indivíduos que a esse respeito diferem entre si têm posições sociais diferentes.
6. Quanto maior for a semelhança das posições dos indivíduos, maior será sua proximidade no espaço social, isto é, com menor distância social, e quanto maiores e mais numerosas forem as diferenças sob este aspecto, maior será a distância social entre eles.

12.1.2 Sistema de Coordenadas Sociais para Determinação da Posição Social

O sistema de coordenadas sociais, baseando-se na totalidade de grupos e agrupamentos existentes e na totalidade de suas relações, funciona num espaço multidimensional: o espaço social. É um espaço de muitas dimensões, contrariamente ao espaço geométrico, de três dimensões, pois há mais do que três agrupamentos sociais não coincidentes: agrupamento da população segundo a religião, nacionalidade, ocupação, posição econômica, etnia, sexo, idade, partido político etc. As dimensões do espaço social estão intimamente relacionadas com a complexidade de uma população; assim, o universo da população brasileira é mais diferenciado do que o dos povos "primitivos", apresentando um maior número de grupos: para determinar a posição social de um indivíduo, em nossa sociedade, há a necessidade de um sistema complexo de coordenadas sociais que indique sua relação com os numerosos grupos existentes.

Para simplificar a tarefa de localização da posição social dos indivíduos, Sorokin sugere a redução da pluralidade de dimensões a duas classes principais, dimensão *vertical* e *horizontal* do universo social, que comportam numerosas subclasses. Essas duas dimensões são essenciais para a determinação da posição social. Por exemplo, se dissermos que um indivíduo é do sexo masculino (sexo), tem 40 anos (idade), nasceu na Áustria (natu-

ralidade), é brasileiro (nacionalidade), católico (religião), pertencente ao PMDB (partido político), rico (posição econômica), funcionário da Volkswagen do Brasil S.A. (ocupação) etc., temos sua localização em relação a esses grupos e agrupamentos (dimensão horizontal), mas não conhecemos sua função nos mesmos. Como católico, pode ser um pároco, ou simplesmente um adepto; como pertencente ao PMDB, um deputado ou apenas eleitor; como funcionário da Volkswagen do Brasil S.A., um chefe de departamento ou operário não qualificado etc. A determinação da função que um indivíduo exerce nos diferentes grupos ou agrupamentos de que faz parte dá-se através da dimensão vertical. Portanto, a análise da inter-relação dos indivíduos e grupos pode ser feita de duas maneiras: considerando-os no nível (dimensão horizontal) e hierarquicamente sobrepostos (dimensão vertical).

Os fenômenos de estratificação, de hierarquia, de dominação e subordinação, de promoção ou rebaixamento correspondem a elementos realmente existentes no universo social, descritos convenientemente através da dimensão vertical; as relações que não apresentam esses fenômenos são descritas em termos de dimensão horizontal. Na dimensão vertical pode ocorrer a ascensão social (subida ou promoção social) e o descenso social (descida ou rebaixamento social). A passagem ou mudança de um indivíduo de um grupo para outro não significa, obrigatoriamente, qualquer ascenso ou descenso social.

12.2 MOBILIDADE SOCIAL E CULTURAL — CONCEITO E TIPOS

Sorokin (1968: II 629 e seg.) define mobilidade social e cultural da seguinte forma: “Por *mobilidade social* entende-se toda passagem de um indivíduo ou de um grupo de uma posição social para outra, dentro de uma constelação de grupos e estratos sociais. Por *mobilidade cultural* entende-se um deslocamento similar de significados, normas, valores ou veículos.”

12.2.1 Modalidade Horizontal e Vertical

Em virtude da existência de duas classes fundamentais de dimensões no universo social, há dois tipos básicos de mobilidade social e cultural:

1. **Modalidade social e cultural horizontal.** Significa a passagem de um indivíduo (ou de significados, normas, valores, veículos) de um grupo social para outro, situado no mesmo nível ou estrato.
2. **Mobilidade social e cultural vertical.** Significa a passagem de um indivíduo (ou de significados, normas, valores, veículos) de um grupo social para outro, situado em nível ou estrato diferente.

A mobilidade vertical, de acordo com a direção em que se dá a passagem ou transição, apresenta dois tipos:

- **Mobilidade social e cultural vertical ascendente** — significando ascensão ou promoção social.
- **Mobilidade social e cultural vertical descendente** — significando descenso ou rebaixamento social.

A mobilidade social horizontal e vertical, tanto ascendente como descendente, apresenta-se sob duas formas: a que diz respeito aos *indivíduos* e a que se refere aos *grupos*.

A *mobilidade horizontal* existe sob dois aspectos:

- deslocamento ou passagem de **indivíduos** de um grupo para outro, situado no mesmo estrato;
- deslocamento de **grupos** no interior de um mesmo estrato.

A *mobilidade social vertical ascendente* também toma dois aspectos:

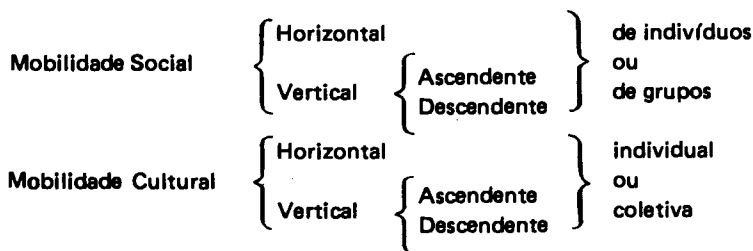
- infiltração de **indivíduos** de um estrato ou camada mais baixa, em outra mais elevada;
- colocação de **grupos** em um estrato ou camada superior, ao lado dos grupos ali existentes, ou em lugar deles.

A *mobilidade social vertical descendente*, por sua vez, apresenta também dois aspectos:

- rebaixamento ou queda de **indivíduos** de uma camada mais elevada para outra de nível mais baixo; essa passagem não significa a desintegração ou a descida de todo o grupo;
- rebaixamento ou queda de **grupos**, passando de uma camada superior a uma inferior, ou desintegração, perdendo a posição que ocupavam na camada mais elevada.

A *mobilidade cultural* apresenta as mesmas subdivisões da social; nesse caso, o deslocamento de significados, normas, valores ou veículos dá-se individual ou coletivamente.

Esquema de mobilidade:



Exemplos:

- **Mobilidade social horizontal de indivíduos.** Uma pessoa pode deslocar-se horizontalmente quando passa de uma empresa para outra, mantendo a mesma posição profissional (e recebendo o mesmo salário),

ou quando se filia a um novo partido político, abandonando o anterior, desde que mantenha a mesma posição em ambos. A mobilidade é horizontal quando não há qualquer elevação ou queda sensível na posição social.

- **Mobilidade social horizontal de grupos.** As grandes migrações, originadas por perseguições político-religiosas (França, Espanha e Inglaterra, nos séculos XVI e XVII), por causas políticas (Revolução Russa, Revolução Húngara — 1956), ou ocasionadas por guerras (Segunda Guerra Mundial), são exemplos de mobilidade social horizontal de grupos, desde que este deslocamento (e a conseqüente integração em novos grupos) não crie diferenças nas posições ocupadas por seus componentes.
- **Mobilidade social vertical ascendente de indivíduos.** Quando uma pessoa passa da posição de escriturário para a de diretor, de soldado para a de oficial, ou do status de comerciante à dignidade de um nobre, há a passagem de um estrato inferior para um superior. Como a posição relativa dos vários grupos e estratos permanece inalterada, a mobilidade social vertical ascendente diz respeito apenas a indivíduos.
- **Mobilidade social vertical ascendente de grupos.** A Revolução Francesa de 1789 e a Revolução Russa de 1917 deram origem a uma modificação profunda na disposição dos estratos da sociedade francesa e russa, com a ascensão, na escala social da burguesia e do proletariado, respectivamente.
- **Mobilidade social vertical descendente de indivíduos.** Quando um milionário perde seus bens materiais, ou um presidente da República é afastado de seu posto, eles passam de um estrato superior para um inferior. Esse tipo de mobilidade vertical descendente é de indivíduos, pois os vários grupos e estratos da sociedade não sofrem qualquer alteração.
- **Mobilidade social vertical descendente de grupos.** As Revoluções Francesa e Russa, ao mesmo tempo em que propiciaram a ascensão de determinada camada social, nesses casos a burguesia e o proletariado, derrubaram toda a aristocracia, levando seus membros a afundarem-se coletivamente em relação aos demais estratos da sociedade.
- **Mobilidade cultural horizontal individual.** Ao contrário da mobilidade social, a mobilidade cultural não diz respeito ao deslocamento de indivíduos, mas de significados, normas, valores ou veículos. Assim, por exemplo, quando a religião cristã ou a ideologia comunista é adotada por indivíduos disseminados através de vários países (e, em cada um deles, distribuídos entre os vários grupos e estratos sociais), esta religião ou ideologia desloca-se horizontalmente, de forma individual.
- **Mobilidade cultural horizontal coletiva.** Por sua vez, quando o cristianismo foi imposto à população inteira de certas áreas do Império Romano, ou o anglicanismo a toda população da Grã-Bretanha, estas religiões expandiram-se coletivamente.
- **Mobilidade cultural vertical ascendente individual.** Quando algumas pessoas dos estratos superiores do Império Romano se converteram ao cristianismo, ou alguns aristocratas europeus aderiram à Reforma, ocorreu a mobilidade cultural vertical ascendente dessas concepções religiosas, de maneira individual.
- **Mobilidade cultural vertical ascendente coletiva.** Em determinada época, o cristianismo tornou-se uma religião privilegiada, obrigatória para todas as classes superiores do Império Romano; por seu lado, depois da Revolução, o comunismo foi convertido em ideologia oficial da classe governante na Rússia. Dessa maneira, tanto a religião cristã quanto a ideologia comunista se elevaram coletivamente na escala sócio-cul-

tural, alterando sua posição em relação às demais religiões e credos políticos existentes naquelas sociedades.

- **Mobilidade cultural vertical descendente individual e coletiva.** Desde o passado até nossos dias, qualquer significado, norma, valor ou veículo novo emerge e é adotado primeiro pelas populações dos estratos superiores e médios, não-agrícolas e urbanos, passando depois, com certo atraso, às populações dos estratos inferiores, agrícolas e rurais. No passado esta diferença era bastante significativa, chegando inclusive a dezenas de anos: às vezes, só era adotado por determinadas populações algo que para as outras já saíra de "moda". Este caminho descendente é percorrido por novos sistemas econômicos, políticos, religiosos, científicos, filosóficos e artísticos, por quase toda invenção tecnológica, moda ou dança etc. A possibilidade de penetração, relativa a apenas alguns elementos ou à grande parte dessas populações "inferiores", determinará se a mobilidade cultural vertical descendente é individual (exemplo: complexo sistema filosófico, invenção tecnológica de elevado valor) ou coletiva (exemplos: religião, objetos de baixo custo).

12.3 CARACTERÍSTICAS DA MOBILIDADE SOCIAL

A mobilidade social horizontal de indivíduos ou de grupos pode ocorrer entre os grupos apresentados a seguir.

- **Grupos territoriais.** A sociedade de nossos dias é caracterizada por um constante fluxo de indivíduos entre um grupo territorial (ou comunidade) e outro, especificamente sob o aspecto de migração rural-urbana: uma elevada percentagem de pessoas que vivem em grandes cidades não nasceu ali, mas em outra parte na zona rural ou em cidades menores. Toda localidade tem um determinado grau de mobilidade territorial, que tende a crescer com o aumento da industrialização e a urbanização; é maior na população urbana, entre as profissões não agrícolas, homens e adultos, do que entre a população rural, profissões agrícolas, mulheres e idosos. Calamidades, como terremotos, inundações, secas, epidemias e fome, e convulsões sociais, como revoluções e guerras, tendem a aumentar a mobilidade e podem desarraigar comunidades inteiras; deslocamentos desse tipo encontramos no Nordeste do Brasil, ocasionadas pelas secas; na cidade de Tubarão (Estado de Santa Catarina), destruída por enchente; migrações verificadas durante a Revolução Russa e a Segunda Guerra Mundial.
- **Família e parentesco.** Em todas as sociedades, através do casamento, do divórcio ou desquite e da adoção, os indivíduos passam de um grupo familiar de parentesco para outro. Nas sociedades ocidentais industrializadas, o índice de casamento tende a ser mais elevado em ocupações agrícolas e rurais do que nas não-agrícolas e urbanas; eleva-se em períodos de prosperidade e declina em fases de depressão: as guerras e determinadas revoluções alteram o índice de casamentos, que se amplia, decrescendo quando os fenômenos se prolongam, tornando a se elevar nos primeiros anos de normalidade, até voltar ao nível anterior; as taxas de separação, desquite ou divórcio são maiores entre as populações urbanas, em casais sem filhos, ateus e ricos, do que entre populações rurais, casais que têm filhos, devotos (com exceção das religiões que permitem o divórcio) e pobres. Geralmente em época de guerra, o índice tende a cair, prolongando-se até o fim do conflito, para, em seguida, atingir um nível excessiva-

mente alto, durante dois ou três anos, voltando depois ao normal; algumas revoluções apresentam um padrão diferente, como ocorreu na Revolução Russa: o índice de divórcio tornou-se extraordinariamente alto, provocando o "colapso" da instituição família, até ultrapassar o período de mudanças radicais, voltando a família e o casamento a se reafirmarem, havendo então diminuição da taxa de divórcio.

- **Grupos ocupacionais.** A mobilidade inter e intra-ocupacional é um processo universal e contínuo, com nível baixo nas sociedades de castas e estamentos e muito mais alto nas sociedades de classes. Entre as populações industrializadas e urbanizadas, a taxa de mobilidade ocupacional varia de acordo com o grau de especialização e habilitação: é elevada entre as profissões não especializadas e mal remuneradas, e baixa entre as profissões com alto grau de habilitação e bem remuneradas. A taxa de mobilidade ocupacional aumenta nos períodos de prosperidade, principalmente entre a classe operária, e decresce em época de depressão. Guerras e revoluções tecnológicas aumentam extraordinariamente esta mobilidade, criando deslocamentos coletivos, levando à desorganização na estrutura ocupacional da população.
- **Grupos religiosos.** Em todos os tipos de sociedade há pessoas que transferem sua lealdade de uma religião para outra ou abandonam suas crenças, num processo moderado, mas contínuo. Em consequência deste tipo de deslocamento, o número de fiéis das diferentes religiões apresenta flutuações. Nas religiões mais dogmáticas, o índice de mudança é menos freqüente; tende também a ser mais baixo entre populações agrícolas, indivíduos não intelectuais e mulheres, do que entre as populações urbanas e industriais, pessoas intelectuais e homens. Nos países em que há liberdade religiosa, a mobilidade ocorre principalmente entre as diferentes religiões; todavia, nos países em que não há esta liberdade, o maior deslocamento se verifica no sentido do abandono das crenças religiosas. Além dessa circulação normal, nos períodos de revolução ou reforma religiosa ocorrem deslocamentos coletivos de grande envergadura. Pode-se ilustrar esse tipo de deslocamento com a origem e o crescimento do Cristianismo, a Reforma Protestante e a ascensão e disseminação do Maometismo (Islamismo).
- **Partidos políticos.** A mobilidade entre os diversos partidos políticos é contínua. O sentimento de lealdade, por ser superficial e instável, permite aos eleitores deslocarem-se constantemente de um partido para outro. Nos países de regime ditatorial, com um único partido, essa mobilidade continua a existir expressa pela abstenção, voto em branco ou nulo, vida relativamente efêmera do partido, cisões e "expurgos", e transformação interna do próprio partido.
- **Estados.** Todos os Estados possuem disposições legais que regulam a concessão da cidadania e a imigração. Apesar de alguns Estados criarem dificuldades em relação à mudança de cidadania, há um constante fluir de indivíduos de um Estado para o outro; esse fluxo varia de acordo com a política de "porta aberta" ou "porta fechada" das diferentes sociedades. Países recentes, com baixa densidade populacional, geralmente incentivam a imigração, concedendo cidadania; ocorre o contrário em países de alta densidade populacional e com elevado nível de vida, cuja riqueza atrai os elementos das classes menos favorecidas ou trabalhadores não especializados. Guerras, revoluções, lutas políticas e religiosas ocasionam a destruição de Estados, o surgimento de novos e/ou a transferência, em grande escala, de populações, que acabam adotando a cidadania dos países onde se refugiam.

Esses diferentes tipos de deslocamentos geralmente correspondem à mobilidade social horizontal, podendo, porém, tornar-se verticais, ascendentes ou descendentes, à medida que, na mudança de comunidade, o indivíduo ou grupo tenha elevada ou rebaixada a sua posição social; se através do casamento o indivíduo ingressar numa família de posição social superior ou inferior à sua, ou se o fato da separação entre cônjuges levar ao desprestígio; quando a mudança de grupo ocupacional trouxer alteração profunda de status. O abandono da religião pode elevar ou rebaixar a posição social de um indivíduo, conforme a maior ou menor predominância do sentimento religioso dentro de uma sociedade.

A mobilidade vertical apresenta as seguintes características:

- Todo grupo organizado e, portanto, estratificado possui certa mobilidade vertical, que pode ser mais forte ou mais fraca, dependendo das características do grupo.

São as castas que opõem maiores dificuldades à mobilidade vertical, social e mesmo cultural. Apesar de a mobilidade vertical ser fraca nas sociedades de castas, ela existe, não tanto como passagem de uma casta para outra, mas, principalmente, como mobilidade entre subcastas. Os estamentos são mais permeáveis do que as castas, havendo mobilidade até nos estratos inferiores (escravos e servos) e superiores (nobreza). As classes sociais apresentam uma mobilidade vertical mais forte do que os estamentos ou castas.

- Não há, nem existiu, grupo organizado em que a mobilidade social vertical tenha sido totalmente livre, ou em que a transição de um estrato para outro não tenha encontrado algum obstáculo.

Todo grupo organizado possui um mecanismo, às vezes complexo, destinado ao peneiramento de seus membros, por meio do qual alguns ocupam posições superiores e outros permanecem nas categorias inferiores. Tal mecanismo é necessário para o funcionamento do grupo, para que ele alcance seus objetivos: se a mobilidade vertical fosse completamente livre, teríamos, por exemplo, numa universidade, uma maioria de professores titulares e poucos seriam assistentes ou alunos.

- Nos diferentes grupos, varia o nível da mobilidade vertical.

Sob este aspecto, a casta, com elevada percentagem de status atribuído (herdado), onde a transmissão hereditária do status econômico e ocupacional quase atinge cem por cento é a que apresenta a mais baixa mobilidade vertical. Segue-se o estamento e, por fim, a classe, com significativa percentagem de status adquirido.

A mobilidade vertical tende a ser mais baixa nas populações predominantemente agrícolas e pastoris, nos grupos que se caracterizam pelo status hereditário de seus membros e participação vitalícia dos estratos superiores, entre os que ocupam o ápice da pirâmide ocupacional e econômica ou, nos grupos ocupacionais com elevado grau de transmissão hereditária das funções (principalmente as que exigem grande preparo técnico, elevados capitais ou envolvem privilégios especiais), entre grupos que adotam critérios de promoção baseados na antiguidade, origem familiar (aristocracia), posição econômica, casta ou estamento, credo religioso, partido político, etnia, sexo ou idade, ou grupos (religiosos, políticos, militares, econômicos, educacionais etc.) que se encontram em condições de prosperidade, bem-estar e auto-satisfação. Por sua vez, é mais elevada entre povos altamente comercializados, industrializados e urbanizados, onde o status é obtido

através do mérito ou mediante eleição, com a participação de todos, e a permanência nos estratos superiores não é vitalícia, entre os que ocupam posições médias e inferiores, na pirâmide ocupacional e econômica ou nos grupos ocupacionais com baixo grau de transmissão hereditária das funções (agricultores, operários especializados ou não, empregados de escritório, pequenos comerciantes etc.) entre grupos que adotam critérios de promoção baseados no mérito e capacidade pessoal, ou grupos que passam por períodos de insegurança ou de testes, importantes para a sua existência e bem-estar (grupos religiosos e políticos sujeitos a perseguições, grupos militares em tempos de guerra, empresas em fase de depressão econômica, universidade com dificuldades econômicas etc.).

- O índice de mobilidade vertical, além de variar de grupo para grupo, varia também no tempo, isto é, na história do mesmo grupo, de período para período.

Verificamos que na história de qualquer grupo organizado ocorrem períodos em que a mobilidade vertical aumenta de forma notável: os principais fatores que aceleram esta mobilidade consistem em crises e calamidades, tais como guerras e revoluções, fome, epidemias ou depressões econômicas; além disso, influem também a criação ou descoberta e a difusão de novas (e importantes) teorias científicas, sociais e humanísticas, normas éticas e jurídicas, sistemas filosóficos, crenças religiosas e estilos artísticos.

Fome, epidemias e guerras tendem a aumentar a mortalidade no interior dos grupos, criando "vagas" que deverão ser preenchidas pela promoção de pessoas habilitadas. A guerra, ainda, acelera as promoções (e rebaixamentos) nas forças armadas, no setor governamental, ocupacional e econômico. Nas grandes revoluções políticas, parte e, às vezes, a totalidade da classe governante é afastada, sendo substituída por indivíduos e grupos oriundos de estratos inferiores. Quando uma revolução, além de política, é também social e econômica, ocorrem mudanças nos grupos ocupacionais e econômicos, religiosos, de parentesco, nacionalidade, etnia, sexo e idade, entre outros. A criação, descobrimento e difusão de novas teorias, nos mais diferentes campos, aceleram a mobilidade vertical, com o surgimento de novos grupos e o declínio dos antigos. Estas teorias novas muitas vezes dão origem a revoluções políticas, sociais e/ou econômicas.

- Na história dos grupos sociais (de vida longa) não há uma tendência definida quer para o aumento quer para o decréscimo da intensidade (e volume) da mobilidade vertical: o que se observa é uma flutuação em relação à maior ou menor intensidade.

Quando, na vida dos grupos, não ocorrem os fatores descritos no item anterior, o mecanismo destinado ao peneiramento dos membros limita a mobilidade vertical, já que a mobilidade ilimitada é prejudicial ao funcionamento e continuidade dos grupos e a seus objetivos. Não podendo a mobilidade vertical "normal" aumentar indefinidamente, quando o grupo atinge o seu ponto "ótimo", que varia de acordo com a natureza ou tipo do mesmo, a mobilidade deve forçosamente baixar.

- Em todos os grupos sociais, a mobilidade vertical "normal" ocorre gradualmente de um estrato para outro: processa-se de maneira ordenada, sendo controlada por um mecanismo destinado a testar, selecionar e distribuir os indivíduos, de acordo com os critérios imperantes no grupo.

Em todos os setores, político, econômico, ocupacional, religioso, militar, científico e outros, a maioria das pessoas (não, porém, a totalidade) ascende e descende de maneira gradual, degrau por degrau, sem saltar as posições intermediárias.

- Nas populações ocidentais, principalmente, os grupos e estratos diferentes apresentam-se ligados e entrelaçados através do intercâmbio (mobilidade vertical e horizontal) dos membros e seus descendentes e, em consequência, as linhas de separação entre os grupos e estratos não são nítidas.

Os filhos de diferentes pais (e, às vezes, pertencentes à mesma família), membros de grupos (políticos, econômicos, ocupacionais, religiosos etc.), participantes do mesmo estrato, dispersam-se por outros; assim, os quadros de todos os estratos (na maioria das sociedades ocidentais) são recrutados entre os filhos de indivíduos que pertencem a estratos diferentes, muitas vezes altamente dessemelhantes: podem encontrar-se, nas camadas superiores, filhos de pessoas que ocupam estratos inferiores e vice-versa.

Causas gerais da mobilidade vertical:

- Aspectos gerais da organização do grupo ou inerentes à organização do grupo.

Por exemplo, grupos que nomeiam ou elegem, por tempo determinado, os membros de suas camadas superiores. Ao término do mandato, os titulares devem ser substituídos, implicando esta substituição a elevação de outros indivíduos às posições superiores. De outro ponto de vista, temos um exemplo na Igreja Católica Romana: os dignitários são nomeados (ou eleitos) de maneira vitalícia, mas não podem, por serem obrigatoriamente celibatários, transmitir estas posições a prováveis descendentes. Dessa maneira, após a morte (ou afastamento) do Papa, de cardeais ou de bispos, suas posições terão de ser preenchidas por indivíduos das camadas inferiores.

- Autoperpetuação insuficiente dos estratos superiores.

A fertilidade diferencial dos diversos estratos dá origem à mobilidade vertical, pelo fato de que, em geral, são as camadas médias e superiores que apresentam uma fertilidade menor, não se reproduzindo na quantidade necessária para preencher todas as "vagas" com sua descendência, criando um "vácuo social" que deve ser ocupado através de promoção de pessoas provenientes das camadas inferiores.

- A incapacidade, revelada por certo número de indivíduos, para o desempenho das funções próprias de sua camada social.

A medida que, em determinado grupo, os ocupantes dos estratos superiores deixam de executar com eficiência suas funções, ele tende à desagregação; e se os estratos inferiores apresentarem elementos com capacidade acima das posições que ocupam, este fato dará origem ao solapamento, direto ou indireto, da organização do grupo.

Várias são as causas que dão origem a estas discrepâncias no interior dos grupos. Por exemplo, a dessemelhança entre pais (ocupantes dos estratos superiores ou médios) e filhos, em relação à capacidade no desempenho adequado das funções; ou as mudanças por que as pessoas passam no decorrer de sua vida, alterações devidas a múltiplas causas, e que podem diminuir a eficiência no cumprimento dos deveres próprios de sua posição.

- As constantes modificações do ambiente (principalmente mudanças sócio-culturais), trazendo alterações nas posições dos grupos e indivíduos.

De maneira geral, qualquer modificação nas condições políticas, econômicas, religiosas, jurídicas, científicas, filosóficas e outras, assim como profundas alterações nas condições físicas ou biológicas, como

epidemias, inundações, secas, tufões, terremotos etc., provocam o deslocamento vertical (e horizontal) de indivíduos e grupos.

- A expansão dos estratos médios.

Segundo Gino Germani, "este tipo de mobilidade é peculiar às sociedades industriais e deve-se ao caráter intrinsecamente dinâmico e expansivo que elas possuem" (in: Pereira, 1973:107). O aumento das ocupações científicas, técnicas, administrativas, organizacionais e outras, trazendo uma grande diversificação, tecnificação e especialização dos papéis ocupacionais, cria importantes "vagas adicionais" nos estratos médios, que são preenchidas através da promoção de indivíduos dos estratos inferiores.

12.4 MOBILIDADE SOCIAL NO BRASIL

Consideramos a mobilidade social como uma das medidas da dinâmica e desenvolvimento social de um país. Uma sociedade estagnada sob esse aspecto apenas reproduz sua estrutura social ao longo do tempo, pouco oferecendo em termos de progresso social. O tipo de mobilidade que pode ser considerado como medida de desenvolvimento é o vertical, ou seja, a passagem de indivíduos ou grupos de um nível social a outro.

Em dada sociedade, as medidas da mobilidade vertical partem do relacionamento do presente com o passado, "procurando identificar de que modo os indivíduos vão-se distribuindo nos vários níveis da estrutura social através do tempo, qual o peso da herança social, dos recursos individuais e das oportunidades econômico-sociais proporcionadas pela sociedade naquele período de tempo. Além disso, o estudo da mobilidade procura examinar os impactos dos movimentos individuais e grupais sobre a própria estrutura social, dedicando especial atenção à questão da diminuição e expansão das diversas camadas sociais" (Pastore, 1979:3-4).

Quando tomada ao longo do tempo, a medida de mobilidade social pode ser intergeracional ou intrageracional e ambas dependem fundamentalmente das mudanças ocupacionais, que podem ser de três tipos:

1. entre profissões de níveis diferentes;
2. entre cargos de níveis distintos, dentro da mesma profissão;
3. entre profissões e cargos. Os fatores gerativos desses tipos de mobilidade englobam:
 - a) **intrínsecos**, ou seja, satisfação ou insatisfação relativas à nova ocupação;
 - b) **de conveniência**, isto é, o conforto e a segurança envolvidos com a nova ocupação;
 - c) **financeiras**, ligadas à remuneração e às vantagens presentes e futuras;
 - d) **sociais**, relacionadas com o ambiente social (colegas, hierarquia, organização política, sindicatos);
 - e) **de carreira**, respeitantes às possibilidades de promoção.

Evidentemente, esses fatores são pesados no momento da proposição da mudança, assim como suas repercussões no futuro, inclusive sobre posições a serem desempenhadas pelos filhos.

No que diz respeito ao mercado de trabalho, dois tipos específicos de mobilidade são por ele oferecidos:

- a) **estrutural**, decorrente de vagas que se abrem quer pela criação de novos empregos quer pela saída de indivíduos que ocupam essas posições (por doença, aposentadoria, morte). Quando o número de vagas é grande, a mobilidade dele decorrente não está estritamente ligada às características dos indivíduos;
- b) **circular**, em que ocorre a predominância dos aspectos pessoais, pois as vagas são escassas e, em muitos casos, a subida de um indivíduo implica a descida de outro, ou sua saída. A medida da mobilidade desse tipo é dada pela seguinte fórmula: mobilidade circular = mobilidade total - mobilidade estrutural. A mobilidade total é o reflexo do grau de flexibilidade de dada estrutura social: quanto mais flexível, mais indivíduos, quer entre gerações, quer na mesma, ocupam status diferentes do de origem (é evidente que em sociedades rígidas a estrutura se reproduz através dos tempos, sendo que os indivíduos tendem a permanecer nos mesmos status).

Em relação às mobilidades estrutural e circular, elas se diferenciam segundo sua posição na pirâmide social e o grau de desenvolvimento da sociedade. No primeiro caso, na base da pirâmide predomina a mobilidade estrutural e a circular tem mais evidência no topo; no segundo, nos estágios iniciais do desenvolvimento há mais mobilidade estrutural, o contrário se verificando nos estágios mais avançados. Dessa forma, verificando-se o índice de cada tipo de mobilidade, chega-se a um padrão de desenvolvimento de uma sociedade.

Tomando como base o ano de 1973 (Pastore, 1979:40-1), verifica-se que, numa comparação entre os Estados Unidos e o Brasil, o índice geral de mobilidade foi semelhante, aproximadamente 60%, mas enquanto no primeiro país a mobilidade estrutural respondia com 33% e a circular com 67%, no Brasil, ao contrário, a estrutural apresentava 57% e a circular 43%.

É ainda Pastore (1979:117 e 141) que apresenta quadros sobre o percentual e o tipo de mobilidade, tanto inter como intrageracional.

Analisando-se os quadros podemos concluir que a mobilidade circular intrageracional quase alcança os índices da intergeracional, e se não o faz por completo é devido ao fato de a entrada no mercado de trabalho ainda ocorrer em idades bem baixas, o que limita a possibilidade de rápida ascensão, por carência de escolaridade, principalmente. Verificando o segundo quadro, nota-se que a mobilidade circular praticamente dobra quando se passa do grupo dos mais idosos (51-64) para os mais jovens (20-30): para estes vem crescendo a mobilidade fundamentada na troca e na competição (capacidade individual). Isso conduz a uma conclusão geral para a mobilidade social no Brasil: o padrão de desenvolvimento tende a gerar maior percentagem de mobilidade circular, mas, a menos que as oportunidades de educação se expandam e a entrada no mercado de trabalho possa dar-se mais tarde (o que equivaleria a dizer uma melhor redistribuição

Quadro 12.1 *Tipos de Mobilidade Social Intergeracional por Faixa Etária (%)*.

Tipos de Mobilidade	Faixas Etárias				
	Total	(51-64)	(41-50)	(31-40)	(20-30)
Mobilidade total	58,5	52,4	58,8	61,0	59,3
Mobilidade estrutural	32,9	29,3	34,0	35,1	31,0
Mobilidade circular	25,6	23,1	24,8	25,9	28,3
Mobilidade ascendente	47,1	41,7	48,0	50,1	46,4
Imobilidade	41,6	47,5	41,2	39,0	40,7
Mobilidade descendente	11,3	10,8	10,8	10,9	12,9
Proporção de ascendentes	80,6	79,4	81,7	82,1	78,2
Proporção de descendentes	19,4	20,6	18,3	17,9	21,8
Mobilidade sem troca	76,0	74,1	77,6	78,2	72,0
Mobilidade com troca	24,0	25,9	22,4	21,8	28,0
Índice de mobilidade (Y)	63,6	63,5	63,6	64,1	64,6

Fonte: Pastore, 1979:117.

Quadro 12.2 *Tipos de Mobilidade Social Intrageracional por Faixa Etária (%)*.

Tipos de Mobilidade	Faixas Etárias				
	Total	(51-64)	(41-50)	(31-40)	(20-30)
Mobilidade total	58,1	53,4	59,5	60,9	56,4
Mobilidade estrutural	37,8	43,3	38,6	41,0	36,2
Mobilidade circular	10,3	10,1	20,9	19,9	20,2
Mobilidade ascendente	54,2	49,5	55,9	57,3	52,2
Imobilidade	41,9	46,6	40,4	39,0	43,1
Mobilidade descendente	3,9	3,9	3,7	3,7	4,7
Proporção de ascendentes	93,4	92,7	93,8	93,8	92,5
Proporção de descendentes	6,6	7,3	6,2	6,2	7,5
Mobilidade sem troca	93,0	92,1	93,4	93,4	91,2
Mobilidade com troca	7,0	7,9	6,6	6,6	8,8
Índice de mobilidade (Y)	54,7	59,1	56,9	54,8	50,3

Fonte: Pastore, 1979:141.

da renda), não podemos esperar para logo uma inversão percentual das mobilidades estrutural e circular.

12.5 CIRCULAÇÃO DE ELITES

12.5.1 Conceito de Vilfredo Pareto

A noção de elite, em Sociologia, foi difundida através da obra de Vilfredo Pareto. Sua definição de elite, *lato sensu*, engloba todos os indivíduos que, mercê de qualidades e dons naturais ou por meio de seu trabalho e atuação, se destacam dos demais, obtendo um sucesso superior à maioria dos outros e possuindo mais poder, riqueza e prestígio. Esta definição revela certo tipo de “caráter moral”, próprio da elite, e é, antes de tudo, qualitativa. Para Pareto, há dois estratos em qualquer população: I — um estrato inferior, a *não-elite*, e II — uma estrato superior, a *elite*, dividida em duas:

- a) uma **elite governante**, formada pelos indivíduos que, de maneira direta ou indireta, atuam de forma considerável no governo;
- b) uma elite **não governante**, englobando todos os demais componentes das camadas mais ricas ou influentes. Dessa maneira, na definição de Pareto, a elite forma uma classe social.

12.5.2 Conceito de Gaetano Mosca

Gaetano Mosca, sociólogo italiano, aprofundou a noção de elite, considerando-a como uma minoria organizada dotada de poderosos meios econômicos que detém o poder numa sociedade, desempenhando as funções políticas e usufruindo as vantagens advindas desse poder; essa minoria impõe-se à maioria, em virtude de ser organizada, porque “os membros de uma minoria dominante sempre possuem um atributo, real ou aparente, que é altamente valorizado e de muita influência na sociedade em que vivem” (*Apud* Bottomore, 1965b:10). Mosca também considera, como Pareto, que a elite forma uma classe social; ela não é totalmente homogênea, possuindo um núcleo dirigente, dotado de mais poder que os demais.

12.5.3 Conceito de Wright Mills

O sociólogo norte-americano Wright Mills, em sua obra *A elite do poder*, dissocia a noção de elite da de classe social: as diversas elites, econômicas, políticas e militares, associam-se para formar uma *unidade de poder* que domina a sociedade, sendo definida em termos de posição institucional. O autor indica que as posições institucionais, ocupadas durante toda a vida pelos indivíduos, “determinam suas oportunidades de obter e conservar valores escolhidos”; por sua vez, o “tipo psicológico” em que

esses indivíduos se transformam em grande parte é determinado “pelos valores que assim experimentam e pelos papéis institucionais que desempenham” (1968:25 nota 7). A unidade da elite não se baseia apenas na unidade das instituições, na semelhança psicológica e intercâmbio social de seus membros, mas na união para a realização de seus interesses.

Referindo-se especificamente à circulação das elites, Pareto indica duas formas: circulação de indivíduos entre os dois estratos — elite e não-elite (o que ocorre mais freqüentemente) — e substituição de uma elite por outra. Pretende explicar os fatores que ocasionam estas duas formas de circulação através de mudanças ocorridas nas características psicológicas dos componentes, tanto da elite quanto dos estratos inferiores. À medida que determinados membros da elite perdem as características psicológicas próprias deste estrato, eles vão sendo substituídos por elementos oriundos dos estratos inferiores, portadores destas características. Por sua vez, uma diminuição da circulação de indivíduos ocasiona o acúmulo de elementos “decadentes” no estrato superior, e um acúmulo de pessoas de qualidades superiores nos estratos inferiores. Nesta situação, o equilíbrio social torna-se instável e uma conquista ou revolução faz ascender ao poder uma nova elite, estabelecendo um novo equilíbrio.

Mosca difere de Pareto no que se refere à explicação das razões que determinam a circulação das elites. Em primeiro lugar, não empresta fundamental importância às características psicológicas, apesar de referir-se, algumas vezes, às qualidades intelectuais e morais da elite; considera que estas características freqüentemente são produtos de circunstâncias sociais. Em segundo lugar, analisa a circulação das elites sociologicamente (e não somente do ponto de vista psicológico), ao considerar que o surgimento de novos elementos na elite, vindos de estratos inferiores ou o aparecimento de nova elite, dá-se, em parte, pela emergência de forças sociais representativas de novos interesses, no seio da sociedade. Quando a aptidão para o comando e para o exercício do controle político aparece entre outras pessoas, que não os dirigentes legais, ou quando se forma uma minoria dirigente entre os elementos dos estratos inferiores, antagônica em relação à elite possuidora do governo legal, origina-se uma força elementar que removerá determinados elementos da elite, substituindo-os por outros ou, através da revolução, substituindo uma elite por outra.

12.5.4 Conceito de Guy Rocher

Uma conceituação mais recente sobre elite é dada por Guy Rocher. Discordando da distinção feita por Pareto entre “elite governante” e “elite não governante”, Rocher propõe “elites no poder” e “elites de influência”, e apresenta a seguinte definição: “a elite compreende as pessoas e os grupos que, graças ao poder que detêm ou à influência que exercem, contribuem para a ação histórica de uma coletividade, seja pelas decisões

tomadas, seja pelas idéias, sentimentos ou emoções que exprimem ou simbolizam (1971: V 19). Referindo-se à elite, o autor indica que, na realidade, existe uma pluralidade de elites interligadas, que podem ser classificadas de diversas formas, e escolhe, como critério, o fundamento em que assenta a autoridade da elite ou a sua influência. Emprega a distinção de Max Weber dos três tipos de autoridade — tradicional, racional-legal e carismática, à qual acrescenta a elite de propriedade, a ideológica e a simbólica.

12.6 TIPOS DE ELITE

12.6.1 Elites Tradicionais

Possuem autoridade ou influência decorrente de idéias, crenças ou estruturas sociais, baseadas no passado e reforçadas pela tradição. São tradicionais as elites aristocráticas, cuja nobreza tem tanto mais prestígio quanto mais antiga for sua linhagem; são também geralmente tradicionais as elites religiosas, cuja autoridade ou influência decorre do respeito a certas verdades reveladas aos homens, no passado. O chefe de uma tribo, à medida que é considerado descendente direto de um deus mitológico ou de um antepassado importante, possui autoridade tradicional.

12.6.2 Elites Tecnocráticas

Detêm autoridade racional, legal ou burocrática. Sua escolha, nomeação ou eleição baseia-se em competência, determinada através de provas, concursos, experiência ou resultados escolares. Ocupam sua posição de acordo com leis ou normas, conhecidas e aceitas, e possuem importância determinada segundo critérios reconhecidos. São os altos funcionários, ocupando postos de chefia nas organizações de caráter burocrático: governo, empresa etc.

12.6.3 Elites Carismáticas

Para Max Weber, os líderes carismáticos são portadores de dons específicos (do corpo ou do espírito) considerados sobrenaturais, não acessíveis a todos, e cujo exercício corresponde às necessidades do grupo. Encontramos muito mais comumente o carisma ligado a uma pessoa do que ao grupo; entretanto, o poder de um líder carismático pode, até certo ponto, ser estendido à sua equipe. Como exemplo de elites carismáticas Rocher cita as castas superiores da Índia, de origem religiosa.

12.6.4 Elites de Propriedades

Sua autoridade ou poder decorre da posse de capitais ou de bens, em virtude dos quais podem exercer pressões sobre as elites tecnocráticas ou tradicionais. Pertencem a este tipo os grandes proprietários de terras, industriais, banqueiros etc., capazes de influenciar a vida econômica, política e social de uma comunidade.

12.6.5 Elites Ideológicas

São formadas pelas pessoas que concebem uma ideologia, que a difundem ou representam. Constituem a elite do poder, se a ideologia que representam é a oficial; por outro lado, quando se opõem à elite do poder, formam as elites de influência, ou "contra-elites" (elites de oposição, de contestação). Entre todos os tipos de elites, as ideológicas e as carismáticas são geralmente as mais dinâmicas e inovadoras.

12.6.6 Elites Simbólicas

Quase todas as elites possuem um caráter simbólico à medida que representam uma causa, valores, idéias, modos de viver, qualidades ou virtudes. Entretanto, existem indivíduos ou grupos cuja função é, mais do que tudo, simbólica. Poder-se-iam citar certos elementos da nobreza, mulheres de políticos famosos, pessoas da alta-roda, artistas e desportistas famosos.

13 Mudança Social

Este capítulo refere-se às diferentes formas de mudança social que se operam na sociedade. Enfatiza:

1. O conceito e as características do fenômeno de mudança social.
2. Os principais fatores que podem originar mudanças na sociedade.
3. As diversas teorias de mudança social, desde os tempos antigos até a época atual.
4. Os denominados problemas sociais que se inserem no processo de mudança e são inseparáveis da própria dinâmica da sociedade.
5. A análise da desorganização social e os campos em que se manifesta.

13.1 CONCEITO E CARACTERÍSTICAS

Rocher (1971: IV 92 e 95) define mudança social como “toda transformação observável no tempo que afeta, de maneira que não seja provisória ou efêmera, a estrutura ou o funcionamento da organização social de dada coletividade e modifica o curso de sua história. É a mudança de estrutura resultante da ação histórica de certos fatores ou de certos grupos no seio de dada coletividade”.

A primeira distinção que Rocher apresenta, ao definir mudança social, é em relação à conceituação de *processo social*: sucessão de acontecimentos, fenômenos, ações “cujo conjunto constitui o curso da mudança”; a segunda distinção diz respeito à *evolução social*: efeito cumulativo de grande número de mudanças, conjunto das transformações ocorridas numa sociedade durante um longo período. A mudança social, em oposição à evolução, consiste nas transformações que podem ser observadas e verificadas em períodos mais curtos de tempo.

Quanto às características essenciais das mudanças, segundo Rocher, deve-se atentar para os seguintes aspectos (1971: IV 90-3):

- a) **Fenômeno coletivo:** abrange um setor significativo de uma coletividade, afetando as condições ou as formas de vida de seus componentes, nos aspectos material, espiritual e/ou psicológico.
- b) **Mudança de estrutura:** isto é, altera certos componentes da organização social ou sua totalidade. É necessário identificar os elementos estruturais ou culturais da organização social que sofreram alterações.
- c) **Identificação no tempo:** é preciso identificar um ponto de referência a partir do qual o conjunto de transformação possa ser localizado no tempo.
- d) **Permanência:** as transformações, observadas e analisadas, devem ter certo caráter de durabilidade, ou melhor, não devem ser passageiras nem superficiais.
- e) **Interferência no curso da história de uma sociedade:** decorrente das características anteriores.
- f) **Ação histórica:** tanto a organização social como a mudança são produtos das atividades dos componentes de uma sociedade, que operam no sentido de originar, acentuar, diminuir ou impedir as modificações de partes ou da totalidade da organização social.

Por sua vez, MacIver e Page consideram que, ao se falar de mudança social, não se chega “a assinalar nenhuma teoria, nenhuma lei, nenhuma direção, inclusive nenhuma continuidade” (1972:546).

A seguir, apresentam as seguintes diferenciações:

- **Processo.** Denomina-se processo uma transformação social, quando há uma idéia de continuidade: um processo engloba a sucessão de mudanças contínuas e definidas, resultantes da influência de forças presentes desde o início do mesmo. No estudo de um processo deve-se verificar uma série de modificações entre uma situação e outra; portanto, processo é o modo paulatino e definido pelo qual se passa de uma fase a outra. Na conceituação de processo não existem, obrigatoriamente, implicações referentes à qualidade dos estágios ou à direção tomada pela transformação. O processo pode ser progressivo ou regressivo benéfico ou prejudicial, planejado ou não, com tendências à integração ou à desintegração.
- **Evolução.** Emprega-se o termo evolução quando, além do conceito de continuidade, queremos expressar a idéia da direção da mudança. O termo evolução engloba não só o aspecto quantitativo, próprio do **crescimento**, mas também aspectos mais complexos, qualitativos, que envolvem os relacionados com a estrutura.
- **Progresso.** Quando se faz referência ao termo progresso, acrescenta-se um juízo valorativo aos conceitos de continuidade e direção da mudança. Desse modo, progresso indica não apenas uma direção para as transformações, mas também um caminho pelo qual se atinge determinada meta ideal.
- **Adaptação e processos correlatos.** Significam uma relação mutável de dois ou mais sistemas entre si, de maneira harmônica.

Como se pode observar no Quadro 13.1, os dois autores apresentam um diagrama bastante objetivo sobre a conceituação desses termos (MacIver e Page, 1972:548).

O termo *crescimento*, conceituado como transformação definida e contínua, em uma direção específica, determinada quantitativamente, não nos dá a diferenciação entre ele e o desenvolvimento.

Em uma primeira abordagem, poderíamos dizer que crescimento é uma variação *unidimensional*, que se limita a um determinado setor da organização social, ao passo que desenvolvimento abrange os diferentes setores da sociedade, constituindo-se em um fenômeno *multidimensional*. Exemplo: certos países da África e Ásia apresentam grande crescimento no setor econômico, devido à exploração dos recursos petrolíferos, sem que os demais setores da sociedade acusassem igual transformação; desse modo, houve apenas crescimento e não desenvolvimento.

Quadro 13.1 *Diagrama objetivo que conceitua termos sobre mudança social.*

I — Transformação definida e contínua	Processo Movimento etc.
II — Transformação definida e contínua em uma direção específica:	
a) Determinada quantitativamente, com relação à magnitude.	Crescimento Acumulação etc.
b) Determinada qualitativamente, em relação a uma diferenciação estrutural ou funcional.	Evolução Desenvolvimento Retração Regressão
c) Determinada qualitativamente, de acordo com sua concordância com padrão de valores.	Progresso Decadência Ocaso Ruína Degeneração
d) Determinada em relação a outro objeto ou sistema, segundo sua compatibilidade no seio de um processo comum.	Adaptação Ajuste Acomodação Assimilação Harmonia e seus opostos

Em uma segunda abordagem, levaríamos em consideração os conceitos de Smelser (1968:179 e seg.). Esse autor considera *processo* qualquer transformação que ocorra numa estrutura preexistente. Exemplo: a promoção para os cargos mais elevados na hierarquia militar (que inclui também a aposentadoria dos antigos titulares) significa, muitas vezes, uma redistribuição de poder e mobilidade entre os militares, sem afetar, necessariamente, o esquema constitucional das Forças Armadas.

A seguir, aponta *segmentação* como um tipo intermediário entre o processo social e as transformações da estrutura social. Especificamente essa palavra significa “proliferação de novas unidades estruturais”, sem di-

ferenciação qualitativa em relação às unidades já existentes. *Exemplo*: criação de novos estabelecimentos de ensino para atender ao aumento da população em idade escolar, sem qualquer alteração no sistema educacional vigente.

A *transformação estrutural* implica o surgimento de “complexos de organizações e papéis qualitativamente novos”. *Exemplo*: a transformação de um governo monárquico, com centralização do poder, para uma República Presidencialista cria novos papéis (presidente, senadores, deputados etc.) e um novo tipo de organização (governo descentralizado, senado, assembléia, câmara e outros).

Para que a transformação estrutural não ocasione um desequilíbrio à sociedade, já que geralmente ela se apresenta desigual em relação aos diferentes setores da mesma, há a necessidade da *integração* (elemento unificador das estruturas diferenciadas). Embora seja um paradoxo, o processo de integração, por sua vez, produz novas estruturas diferenciadas. *Exemplo*: na transformação de monarquia autárquica para república surgem partidos políticos.

A descontinuidade entre a diferenciação estrutural e a integração dá origem a insatisfações, agitações e movimentos sociais.

O *desenvolvimento*, para Smelser, ocorre como “uma inter-relação de contraponto entre a diferenciação (fator de divisibilidade da sociedade estabelecida) e a integração (fator de unificação, em novas bases, das estruturas diferenciadas)”. Desta maneira, para haver desenvolvimento, é necessário que haja uma integração adequada dos elementos diferenciados.

Ao analisar a mudança social, devem ser levantadas algumas indagações:

1. **O que muda.** Cuida-se de localizar a mudança no conjunto de uma sociedade: ela se opera nos elementos estruturais ou na cultura, nas relações de obrigação entre indivíduos e grupos ou nos modelos, valores e ideologias.
2. **Fonte ou causa.** Trata-se de verificar se a mudança se origina de fatores endógenos ou exógenos; se há um fator-chave ou diferentes fatores em conjunto; se ela é fortuita ou intencional.
3. **Ritmo.** Procura-se distinguir se a mudança apresenta uma evolução lenta, progressiva, ou rápida, brusca.
4. **Como se efetua.** Tenta-se verificar se a mudança é contínua, regular ou descontínua, esporádica.
5. **Condições.** Trata-se de determinar se as condições são favoráveis ou desfavoráveis à mudança.
6. **Agentes.** Procura-se identificar agentes ativos que promovem, influem, simbolizam ou propiciam a mudança, da mesma maneira que os agentes de oposição ou resistência à mesma.
7. **Direção.** Objetiva-se investigar o curso da transformação e seu objetivo.
8. **Controle.** Pretende-se encontrar os meios necessários para controlar a transformação, regulá-la e orientá-la em determinada direção.

13.2 FATORES DETERMINANTES DE MUDANÇA SOCIAL

Diversos fatores podem originar mudanças na sociedade, como os que são apresentados a seguir.

13.2.1 Fatores Geográficos

Determinados cataclismos naturais, como inundações, secas, ciclones, tufões, furacões, maremotos, terremotos, erupções vulcânicas, nevascas, pragas e outros, podem alterar, de forma transitória ou permanente, a organização ou a estrutura de uma comunidade. Podem ocasionar migrações, *extinção de comunidades, reconstrução ou fundação de novas cidades.*

Exemplos: inundações no Brasil, em 1974, atingindo 13 Estados, desabrigaram cerca de 300 mil pessoas; a inundação no México, em 1973, alagou cerca de 60 mil hectares, ocasionando a morte de aproximadamente meio milhão de indivíduos. As secas no Nordeste brasileiro têm originado graves problemas sociais, causando a perda de colheitas, a morte do gado e os deslocamentos populacionais. Em 1970, no Paquistão (atual Bangladesh), um ciclone e um maremoto causaram mais de meio milhão de mortos, inundaram grandes extensões de terras, principalmente ilhas, e destruíram numerosas comunidades. Tufões e furacões têm ocorrido constantemente no Pacífico, costa leste dos Estados Unidos e no Japão, no Mar das Antilhas e outras localidades, destruindo vidas, propriedades, e desorganizando comunidades inteiras. Em muitas regiões da Terra, os terremotos têm levado a destruição a cidades inteiras, como ocorreu em Lisboa (40 mil mortos), em 1755; em São Francisco, Califórnia, em 1906; e no Peru (50 mil mortos), em 1970. Erupções vulcânicas também têm ocasionado destruição de cidades, como, por exemplo, Pompéia e Herculano, na Itália, no ano 79 da nossa era. Uma destruidora tempestade de neve, que fustigou o nordeste e o meio-oeste dos Estados Unidos, em 1940, provocou quase 200 mortes e um elevado prejuízo material (6 milhões de dólares). Entre os anos de 1846 e 1854, uma praga devastou as plantações de batata na Irlanda, causando cerca de um milhão de mortes, por inanição e ocasionando a emigração de um milhão e meio de pessoas, principalmente para os Estados Unidos. Todos esses acontecimentos, e muitos outros, provocaram mudanças de vida e deslocações que influíram em estruturas sociais.

13.2.2 Fatores Biológicos

Epidemias, elevação da taxa de mortalidade, rápido crescimento da população e a miscigenação de grupos étnicos dão origem a transformações sociais. Podem ocasionar desajustamentos e desequilíbrios nos mais diver-

sos setores da sociedade, alterando a estrutura econômica, a organização do trabalho, a distribuição do poder e o modo de vida das populações.

Exemplos: iniciando-se em 1348, vinda da Ásia, a peste negra dizimou as populações da Europa, matando entre a metade e um terço dos habitantes da Itália, França, Inglaterra, Países Baixos e Alemanha. Na Europa medieval, essa diminuição drástica da população trouxe grandes alterações sociais: a escassez de trabalhadores elevou quase cinquenta por cento o valor do trabalho alugado. Em consequência, certas medidas legais, repressivas, deram origem a revoltas de camponeses, que conquistaram, em meados do Século XV, uma grande parcela de emancipação. Desde então, os camponeses livres puderam negociar a terra, alterando significativamente os valores do mundo feudal.

O rápido crescimento da população, que os demógrafos denominam “explosão populacional”, tem causado uma série de desajustamentos e desequilíbrios em muitos países, trazendo modificações na organização do trabalho e nos processos econômicos, na estrutura da sociedade, alterando normas e valores e transformando comportamentos. Na Índia, a atitude perante a fertilidade, baseada, em grande parte, em valores religiosos, alterou-se diante da pressão populacional e da consequente escassez de recursos alimentares, permitindo um relativo sucesso no programa estatal de contenção da natalidade.

A miscigenação de grupos étnicos, de que o Brasil é o melhor exemplo, trouxe profundas modificações em sociedades coloniais, alterando costumes e valores e originando sociedades totalmente diferenciadas. Essas transformações podem ser observadas em países de intensa imigração, principalmente quando a procedência dos imigrantes é diversificada, como ocorreu no Canadá.

13.2.3 Fatores Sociais

Guerras, invasões e conquistas, assim como luta de classes e revoluções, alteram as estruturas sociais, modificam o status de nações, escravizam povos, transformam a vida e destroem culturas.

Exemplos: A Guerra da Secessão, nos Estados Unidos, eliminou, definitivamente, o trabalho de cativos. Acentuou o prestígio dos industriais e dos negociantes, em detrimento dos detentores de grandes propriedades (*plantations*), o que redundou em maiores possibilidades de enriquecimento e no incremento de empreendimentos econômicos arriscados e de grande vulto. Tudo isso contribuiu decisivamente para o “gigantismo norte-americano”, a predominância política do alto empresariado, e o considerável aumento do consumo, com todas as suas consequências quanto aos costumes e mentalidade das populações.

As grandes invasões muçulmanas causaram um impacto cultural de cívico em regiões que circundam o Mediterrâneo ou dele estão próximas.

A própria unidade de linguagem e religião, fortalecida nos primeiros tempos pela unidade política e legislativa, facilitou fecundo intercâmbio de conhecimentos e técnicas, que acabou estendendo-se às nações cristãs da Europa e, através desta, repercutiu consideravelmente no movimento intelectual do mundo todo.

Entre os próprios árabes, essas invasões (em virtude de seu extraordinário êxito) concorreram para extinguir o regionalismo e o particularismo político, existentes antes delas, e para diminuir a prática do nomadismo, relegada a minorias beduínas. A generalização de costumes, muitos dos quais transformados em leis, como a poligamia regulamentada, foi, também, um dos resultados da formação do imenso império islâmico. Em populações não muçulmanas, mas submetidas por bastante tempo aos árabes, permaneceram traços marcantes da mentalidade desses últimos, tais como, entre outros, a *vendetta* e a justificação e exaltação do ciúme agressivo.

Do ponto de vista social, foram extremamente significativos os resultados das conquistas romanas na Europa Ocidental. Quando se verificaram as migrações em massa de povos do leste, grande parte da população do continente, principalmente na Gália e na Bretanha, havia adquirido a cultura greco-romana e se havia acostumado a viver de acordo com as leis ditadas por Roma.

Especialmente nas cidades, haviam sido abandonados os antigos costumes e adotados, espontaneamente, os que provinham de aculturação com os dos conquistadores. Mesmo as linguagens autóctones, como as gaulesas e lusitanas, tinham desaparecido quase totalmente.

A própria expansão do cristianismo e a futura unidade e força da Igreja Católica não se teriam verificado, aliás, sem a unificação decorrente da formação do Império Romano. Os gregos eram pouco numerosos para promover, no mesmo grau, a helenização das sociedades por eles conquistadas, e sua contribuição estendeu-se, principalmente e enormemente, ao setor cultural. A cultura grega não dominou a maior parte do mundo somente através do Império Romano, mas também da decisiva influência que, sobre a intelectualidade árabe, tiveram os sábios das populações arábicas e africanas de Bizâncio, perdida para os muçulmanos.

As invasões germânicas com que se iniciou a Idade Média, além de terem ocasionado importantes aculturações, vieram permitir o estabelecimento duradouro de novas formas, já esboçadas, de relações econômico-sociais. O regime de servidão agrícola estava desenvolvendo-se devido, em parte, à disseminação dos moinhos de água, os quais permitiam a dispensa de muitos escravos. E estes, com o desmoronamento definitivo das instituições imperiais, foram substituídos pelos servos. Os conquistadores, por sua vez, adotaram, por força das circunstâncias e jogos de interesses, as relações e a autoridade do tipo feudal.

A Revolução Francesa firmou, afinal de contas, mutações que se vinham processando nas sociedades européias, consagrando, notadamente, os

conceitos de igualdade e liberdade nas esferas jurídica e política. É de realçar, nesse movimento, a proclamação dos “direitos humanos”, hoje quase universalmente aceita. Nova estrutura político-social, e mesmo moral, fundamentada nos hábitos, modos de pensar e interesses das classes burguesas, espalhou-se pelo mundo por todo o século XIX e inícios do século XX. Trouxe inclusive, através da colonização da África, um movimento no sentido de substituir os particularismos tribais por nacionalismos dirigidos no sentido do fortalecimento econômico e do progresso cultural das populações, mediante unificações políticas.

A ninguém é dado ignorar, por fim, a revolução promovida na Rússia, pelos bolcheviques, fruto de esforço de pensadores radicalmente impressionados pelos desajustamentos e injustiças sociais.

Mesmo nos países em que não se estabeleceram “repúblicas populares”, a Revolução Soviética contribuiu, indiretamente, para transformações de monta, especialmente nas nações cujos governos se proclamam “social-democratas”.

Quanto à Primeira Guerra Mundial, seria oportuno lembrar o êxito do livro de Upton Sinclair, denominado *O fim do mundo*, que bem retrata a visceral transformação verificada na vida das populações do Ocidente por esse conflito.

A Segunda Guerra Mundial, além de ceifar aproximadamente 40 milhões de vidas, alterou profundamente os modos de vida não só das nações beligerantes, mas também de quase toda a população mundial. Desapareceram países independentes, surgiram outros, desorganizou-se a economia mundial, deslocaram-se os centros de poder político, desenraizaram-se milhões de pessoas e suas conseqüências se fazem sentir até hoje.

Da Segunda Guerra Mundial decorreram, entre outros resultados, a expansão do nacionalismo asiático-africano, a que já aludimos, e a expansão dos métodos de planejamento político-social.

13.2.4 Fatores Culturais

Descobertas científicas. Alteram a mentalidade, abrem novas perspectivas, modificam atitudes básicas e transformam a sociedade pela aplicação dos conhecimentos científicos a todos os campos da vida social.

Exemplos: a descoberta da penicilina e dos antibióticos em geral trouxe alterações no equilíbrio populacional do mundo, ocasionando a sua explosão com múltiplas conseqüências em todos os setores da organização social.

A tese de Copérnico, do heliocentrismo planetário, modificou completamente as noções que até então eram universalmente aceitas sobre a importância da Terra no universo material.

Invenções técnicas. Muitos sociólogos consideram que as mudanças tecnológicas são os fatores básicos da mudança social. Isto é verdadeiro no sentido de que é difícil descobrir uma mudança tecnológica, de certa envergadura e significação, que não tivesse produzido *alguma* mudança social; entretanto, nem *todas* as mudanças sociais se originam de transformações tecnológicas.

Entre as inovações da técnica, que grandemente pesaram na evolução social, conta-se a invenção dos instrumentos metálicos, permitindo a agricultura em grande escala e o aparecimento de numerosas populações sedentárias. Já nos referimos à importância dos moinhos de água, para a substituição dos escravos pelos servos, e à instalação do regime medieval na Europa.

Sem a invenção da máquina a vapor, com seu mecanismo de aproveitamento da pressão para o movimento rotativo, não teria sido possível nem a Revolução Industrial, nem a decorrente assim chamada "sociedade de consumo" e nem, provavelmente, os movimentos de grande repercussão, visando à socialização das indústrias.

O telégrafo, o telefone, o rádio e a televisão vieram facilitar as comunicações entre os homens dos mais distantes lugares. Com essa "Revolução da Comunicação", a humanidade tende a conhecer-se melhor a si própria. O mundo, aliás, vai praticamente "se tornando menor" com as facilidades de transporte, invenção e aperfeiçoamento do automóvel, foguetes propulsores de aviões e mísseis diversos, trens expressos etc. Essas e muitas outras conquistas da técnica não podem deixar de provocar grandes e contínuas mudanças nas relações entre os homens.

Desenvolvimento de aspectos intelectuais. Englobamos aqui, como fatores que originam ou propiciam a mudança social, as transformações ocorridas nas idéias e valores, o desenvolvimento da filosofia, a difusão de religiões e ideologias.

Constituiria pleonasmo declarar que o aparecimento de novas idéias e de novos critérios de valor intelectual e moral pode ocasionar profundas alterações sociais.

Idéias que vêm corresponder a anseios difundidos ou que apontam soluções desejadas para os problemas sociais têm sempre bastante repercussão. Assim, a diretriz da "não-violência", propagada, em lugares e circunstâncias bem diferentes, por Gandhi e Luther King, impressionou milhões de pessoas.

A propaganda feminista, a partir do século passado, redundou em participação muito maior das mulheres em profissões liberais, no ensino superior, em cargos administrativos públicos ou empresariais e também na política.

Ninguém ignora o quanto concorreu para a abolição do trabalho escravo, nos Estados Unidos, o livro cujo título em português é *A cabana do*

Pai Tomás. E que dizer do papel de Castro Alves na campanha antiescravagista brasileira? Seria necessário lembrar a contribuição de Voltaire, Rousseau, Montesquieu e outros na Revolução Francesa? E de Máximo Gorki, Dostoiewsky, Tolstoi e outros na Revolução Russa?

Quanto aos líderes religiosos, são patentes e de todos conhecidas as mudanças que provocaram na mentalidade de populações e nas revoluções sociais. Max Weber, em boa hora, indicou as conexões existentes entre os surtos do protestantismo e do capitalismo, em meados da Idade Moderna. Acredita-se que a posição de Calvino ante o comércio e sua noção a respeito dos que são bem sucedidos na vida muitos concorreram para a prosperidade de indivíduos e populações na Escócia, Inglaterra e nos Estados Unidos.

As filosofias agem comumente sobre a realidade social e freqüentemente são amoldadas para favorecer o conservantismo. Adquirem, entretanto, considerável força quando se apresentam sob forma de ideologias revolucionárias, que parecem atender às insatisfações de muitas pessoas, e quando as circunstâncias históricas favorecem a transformação das respectivas idéias em realidades político-sociais. Assim, Hegel defendeu a tese da transformação contínua das coisas e instituições; por terem dado às diretrizes hegelianas um conteúdo político e de reivindicação, Marx e Engels prepararam a Revolução Russa.

Explicações semelhantes cabem no surto do nazismo, anarquismo etc., assim como nos movimentos nacionalistas. Ao falar da influência de posições filosóficas, morais e religiosas sobre os comportamentos sociais, dificilmente se poderia citar melhor exemplo do que o Novo Testamento.

14 Movimentos Sociais

Grande parte das transformações da sociedade, graduais ou rápidas, depende de certa forma do surgimento e atuação dos movimentos sociais. Assim, a essência do capítulo aponta:

1. O conceito de movimentos sociais e sua tipologia.
2. As fases pelas quais passam esses movimentos em seu processo de atuação.
3. As pré-condições estruturais que permitem seu surgimento e os fatores propensores individuais que motivam seus participantes.
4. As situações sociais que propiciam a eclosão dos movimentos sociais e as características que lhes servem de apoio.

14.1 CONCEITO

Vários sociólogos intentaram conceituar movimentos urbanos.

“Um movimento social existe quando um grupo de indivíduos está envolvido num esforço organizado, seja para mudar, seja para manter alguns elementos da sociedade mais ampla” (Cohen, 1980:167).

“Movimento social é uma coletividade agindo com certa continuidade, a fim de promover ou resistir à mudança na sociedade ou grupo de que é parte” (Turner e Killian *Apud* Horton e Hunt, 1980:403).

“Movimento social é ação ou agitação concentrada, com algum grau de continuidade, de um grupo que, plena ou vagamente organizado, está unido por aspirações mais ou menos concretas, segue um plano traçado e se orienta para uma mudança das formas ou instituições da sociedade existente (ou um contra-ataque em defesa dessas instituições) (Neumann *In*: Fairchild, 1966:193).

"Os movimentos sociais podem ser considerados como empreendimentos coletivos para estabelecer nova ordem de vida. Têm eles início numa condição de inquietação e derivam seu poder de motivação na insatisfação diante da forma corrente de vida, de um lado, e dos desejos e esperanças de um novo esquema ou sistema de viver, do outro lado" (Lee, 1962:245).

"O surgimento e a generalização progressiva de movimentos sociais e urbanos, isto é, de sistemas de práticas sociais contraditórias que subvertem a ordem estabelecida a partir das contradições específicas da problemática urbana" (Castells, 1980:3).

"A ação conflitante de agentes das classes sociais, lutando pelo controle do sistema de ação histórica" (Touraine *In*: Foracchi e Martins, 1977:335).

As três primeiras definições deixam claro que os movimentos sociais surgem de um grupo ou coletividade que é parte da sociedade global, e têm duplo aspecto: o de transformação ou de manutenção da ordem estabelecida. Salientam, ainda, com exceção da primeira, a maior ou menor organização desses grupos ou coletividades e a existência de "certo" grau de continuidade. A terceira definição aponta também que as aspirações podem ser mais ou menos concretas. A quarta definição restringe o conceito a movimentos coletivos de transformação e indica como condição para seu surgimento o aparecimento, de um lado, da insatisfação, e, de outro, da aspiração a um novo esquema ou sistema de vida. O quinto conceito demonstra que a maioria dos movimentos sociais são urbanos e também apresentam-se como restritos ao desejo de mudança, indicando seu aparecimento derivado das contradições específicas do modo de vida urbano. Finalmente, o último os vincula a classes sociais e aponta sua ação histórica.

Dessa forma, sintetizando as colocações dos vários autores, podemos considerar os movimentos sociais como tendo origem em uma parcela da sociedade global, com característica de maior ou menor organização, certo grau de continuidade e derivando da insatisfação e/ou das contradições existentes na ordem estabelecida, de caráter predominantemente urbano, vinculados a determinado contexto histórico e sendo ou de transformação ou de manutenção do *status quo*.

14.2 TIPOLOGIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais apresentam-se sob várias formas, sendo que o conteúdo específico do que se pretende permite diferenciá-los.

14.2.1 Migratórios

Independente do fato de esse movimento ser composto por grupos organizados, por famílias ou por indivíduos, sua característica principal é o acentuado descontentamento com a situação na sociedade de origem, o que determina a tomada de decisão de se transferir para outro local.

Diferencia-se das constantes movimentações de pessoas ou grupos entre países pelo seu volume e concentração em um breve período de tempo. Os fatores objetivos consistem sempre na organização da sociedade de origem e os subjetivos, no desejo e esperança de que tais condições não apareçam ou sejam minimizadas no país de destino.

Exemplos: as imigrações políticas e religiosas, da Inglaterra e França, com destino aos Estados Unidos e Canadá; a peste da batata, na Irlanda, no século XIX, levando amplo movimento migratório para os EUA; a imigração de judeus do mundo todo para a formação do Estado de Israel; o deslocamento dos alemães orientais para a República Federativa Alemã.

14.2.2 Progressistas

Atuam em um segmento da sociedade, tentando exercer influência nas instituições e organizações da mesma; também chamados de liberais, pois desejam a introdução de mudanças positivas.

Exemplos: movimentos sindicais, que passaram por várias fases: sindicalismo de ofício (caracterizado por forte exclusivismo profissional — trabalhadores profissionalmente qualificados); sindicalismo de indústria (distinguido por pertencer a um setor da produção, enquadrando trabalhadores não qualificados, semiquualificados e qualificados); sindicalismo de oposição (reação e situações criadas aos operários pelo meio de produção fabril); sindicalismo de minorias militantes (quando apenas uma parcela era sindicalizada); sindicalismo de massas (onde as ações fundamentadas no local de trabalho passaram para o aspecto econômico geral, derivado de uma economia capitalista) e, finalmente, sindicalismo de controle (formação dos grandes partidos políticos de massa, na Europa Ocidental) (Rodrigues, 1974:16-7); Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

14.2.3 Conservacionistas ou de Resistência

Tentativa de preservação da sociedade de mudanças. Opõem-se tanto a transformações propostas quanto a já realizadas, quando então propugnam a volta à situação anterior.

Exemplos: nos Estados Unidos, a organização para impedir a aprovação da Emenda de Igualdade de Direitos. Manifestações contra a legalização do aborto, contra o divórcio, vários tipos de movimentos ecologistas.

14.2.4 Regressivos

Também denominados reacionários, consistem numa tentativa de retornar às condições imperantes em um momento anterior. Nascem, geralmen-

te, do descontentamento com a direção e as tendências de determinada mudança.

Exemplos: Tradição, Família e Propriedade, que propõe o retorno aos denominados “antigos e puros princípios da família cristã” (Trujillo Ferrari, 1983:514). Ku Klux Klan, nos Estados Unidos, cujo objetivo principal é negar as liberdades e os direitos civis conquistados pelos negros, desejando fazê-los retornar à situação anterior.

14.2.5 Expressivos

Não se propõem a realizar modificações na realidade exterior que se apresenta conflitante, desagradável e confinante; ao contrário, seus componentes modificam sua própria percepção e suas reações à realidade através de alguma espécie de atividade.

Exemplos: Movimentos messiânicos os mais diversos, como o de Antônio Conselheiro, na Bahia; de Jim Jones, na Guiana; o do “reverendo” Moon; e o do Hara Krishna. Também se englobam aqui os movimentos milenaristas (os atuais movimentos, semelhantes aos da heresia do século XIII, que supunham um reinado terrestre da divindade, com duração de um milênio).

14.2.6 Utópicos

Considerados movimentos separatistas ou de fuga, consistem na tentativa de criar um contexto social ideal para um grupo de seguidores geralmente pouco numeroso. Historicamente, derivam da sociedade descrita por Thomas More em sua *Utopia*. Entretanto, escritores anteriores e posteriores a More já apresentavam sociedades perfeitas: *A república*, de Platão; *A cidade de Deus*, de Santo Agostinho; *A cidade do sol*, de Campanella; *Walden II*, de Skinner.

Exemplos: Os falanstérios de Fourier; as comunidades propostas por Owen; os movimentos *hippies*.

14.2.7 Reformistas

Apresentam-se como uma tentativa de introduzir melhoramentos em alguns aspectos da sociedade, sem transformar sua estrutura social básica. Esses movimentos encontram dificuldades para se firmarem em sociedades autoritárias, pois estas, por sua própria natureza, reprimem violentamente as críticas; donde seu maior campo de ação ocorrer nas sociedades democráticas, o que em parte limita suas reivindicações.

Exemplos: abolição da escravidão. Movimento de Direitos Civis nos Estados Unidos. Movimento feminista, procurando elevar o status da mu-

lher e dar-lhe condições de igualdade na sociedade atual; seu apogeu ocorreu quando da luta pelo sufrágio da mulher, ressurgindo com as escritoras Simone de Buvoir, Betty Friedan e Kate Millet. No Brasil, surge na década de 20 a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, sob a liderança de Berta Lutz, que combate a “dupla jornada de trabalho”. O feminismo atual ainda enfatiza o “‘duplo encargo’ de cuidar da produção de mercadorias (na empresa) e da reprodução da força de trabalho (no domicílio). Daí a assalariada com encargos de família sentir-se duplamente explorada: pelo patrão e pelo marido” (Singer, *In*: Singer e Brant, 1980:113). Os diferentes movimentos homossexuais também lutam pela igualdade e proteção legal de seus membros.

14.2.8 Revolucionários

Procuram alterar a totalidade do sistema social existente, substituindo-o por outro completamente diferente. Propõem, portanto, dentro da sociedade, mudanças mais rápidas e drásticas. O meio social mais favorável ao desenvolvimento dos movimentos sociais revolucionários é o dos governos autoritários, que bloqueiam os desejos de reforma, concentrando o descontentamento social; países onde o governo é democrático e não repressivo, os movimentos reformistas florescem e constituem-se nos piores inimigos dos revolucionários, já que podem drenar o descontentamento que se constitui na base para o recrutamento dos grupos revolucionários.

Exemplos: na década de 60, movimento da Nova Esquerda, especificamente “Estudantes para uma Sociedade Democrática” (ESD). Na Nicarágua, os somozistas — sandinistas — contra-sandinistas. Na Irlanda, o IRA.

14.3 FASES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Apesar dos diferentes movimentos não serem iguais em seus objetivos e finalidades, geralmente apresentam o mesmo conjunto de estágios, que podem ser assim descritos:

14.3.1 Agitação (Inquietação ou Intranqüilidade)

Opera em duas situações. Na primeira, mais difícil, a população encontra-se resignada diante de uma situação de graves distorções e injustiças. Do conformismo nasce a apatia e é este sentimento que deve ser revertido, fazendo-a questionar seus próprios modos de vida; em tal situação deve-se criar inquietação e intranqüilidade quando ainda nada disso existe. Na segunda, o povo já se encontra descontente, inquieto e alertado em relação à situação, porém é ainda demasiado tímido para agir ou

talvez não saiba em que direção atuar. Nesse caso, em vez de implantar a semente da inquietação, faz-se necessário intensificá-la, libertar e dirigir as tensões que já se encontram presentes. Em qualquer um dos dois casos, o importante é que o povo se afaste de sua maneira usual de pensar para que esteja preparado para aceitar novos impulsos e desejos. Esse estágio, geralmente, é bastante prolongado.

14.3.2 **Excitação (Excitamento ou Desenvolvimento do Esprit de Corps)**

O estágio anterior caracteriza-se por ser generalizado, vago e destituído de metas. Há necessidade de fazer com que o foco de intranquilidade se dirija para certas condições, que é o mesmo que dizer identificar os fatores causadores. É neste momento que se torna relevante o papel dos líderes ou de agitadores: estes têm como função organizar os sentimentos da população ou do grupo, a favor do movimento. O primeiro passo é fazer com que entrem em contato indivíduos portadores dos mesmos problemas; o segundo, mostrar que esta situação pode ser resolvida pela ação coletiva; terceiro, fazer surgir a identificação ou desejo de atuar num empreendimento comum: é o que se denomina de *esprit de corps* ou solidariedade. O estágio de excitação é caracteristicamente breve, pois conduz rapidamente à ação ou, ao contrário, com uma liderança incompetente, desajeitada ou com apelos fracos, leva à perda de interesses e à desmobilização do grupo.

14.3.3 **Formalização (Desenvolvimento da Moral e da Ideologia ou Planejamento)**

Alguns movimentos sociais podem atuar e inclusive alcançar seus objetivos (*exemplo*: migratórios) sem uma organização formal, porém, a maioria dos outros sentem a necessidade de organizar-se, desenvolver uma moral e ideologias próprias e traçar planos de ação. A palavra moral tem, aqui, significado de “algo” que confere “persistência e determinação ao movimento”. A prova pela qual deve passar o movimento é que a solidariedade pode ser mantida contra a ação organizada de outros grupos e inclusive durante uma situação de adversidade. Por outro lado, sem ideologia, o movimento caminharia incertamente, através de tentativas e dificilmente poderia defender-se contra uma oposição. A ideologia fornece ao movimento:

- “1. direção;
2. justificação;
3. instrumento de ataque;
4. instrumento de defesa;
5. inspiração e esperança” (Lee, 1962: 258).

Durante este estágio surge uma organização formal com degraus e hierarquia: sua função é converter uma massa excitada em grupo disciplinado, transformando uma causa fraca em empreendimento viável. Caso o movimento sobreviva às discordâncias ideológicas e à rivalidade de seus organizadores, rapidamente passa à fase seguinte.

14.3.4 Institucionalização

Caracteriza os movimentos que obtiveram sucesso em atrair numerosos seguidores e conquistar em maior ou menor grau o apoio por parte do público. Durante esta fase, as figuras carismáticas do início do movimento são substituídas por uma liderança profissional e estabelece-se um quadro burocrático eficiente. Muitas vezes, na procura da centralização, esses movimentos adquirem uma sede própria. Se na fase anterior o perigo para a continuidade do movimento se encontra na subdivisão interna, no estado de institucionalização, geralmente o Estado atua para desestabilizar e/ou desmobilizar o movimento, criando, por exemplo, “os colegiados, que, através da automatização das demandas, tornam cada vez mais difícil uma ação unitária” (Boschi, 1983:177), ou realizando o atendimento de parte das necessidades imediatas. O estágio de institucionalização pode durar indefinidamente, quando vence com sucesso as táticas da sociedade global, incluindo as tentativas de cooptação dos dirigentes e do clientelismo, sedução exercida pelos partidos políticos regulares.

14.4 PRÉ-CONDIÇÕES ESTRUTURAIS

Stockdale (*Apud* Horton e Hunt, 1980:406) indica cinco pré-condições para que surja uma ação coletiva:

- a) **descontentamento social** — sentimento de inadequação ou de injustiça decorrente da estrutura social vigente;
- b) **bloqueio estrutural** — barreiras levantadas pela estrutura social impedindo pessoas e grupo de eliminar a fonte que origina o seu descontentamento;
- c) **contato** — possibilidade de encontro e interação por parte dos elementos descontentes, submetidos à mesma situação social;
- d) **eficácia** — consubstanciada na expectativa do grupo de que uma particular ação proposta aliviará os motivos de descontentamento e trará alterações desejadas na organização da sociedade;
- e) **ideologia** — conjunto de idéias e crenças que têm por finalidade justificar a ação proposta.

As pessoas que se encontram ajustadas às condições concretas de estrutura de dada sociedade em geral, dificilmente estão propensas a tomar parte em movimentos sociais. Entretanto, existem certos fatores de índole pessoal que atuam como propensores para a filiação ou suscetibilidade à filiação em tais movimentos.

14.5 FATORES PROPENSORES INDIVIDUAIS

14.5.1 Mobilidade

As pessoas que se deslocam habitualmente de uma região geográfica para outra via de regra perdem suas raízes, não se inserindo nos grupos locais, muitas vezes em decorrência do "choque cultural" (como ocorre com os nordestinos da área rural que se fixam na região urbana de São Paulo). A mobilidade geográfica dos indivíduos propicia o enfraquecimento do controle da comunidade sobre suas ações. O sentimento de "não pertencer a lugar algum" gera o descontentamento e a não assimilação dos principais valores do local de fixação. O grau de insatisfação do migrante brasileiro foi levantado em numerosos estudos, que correlacionam duas variáveis: a migração por etapas e a não-inserção na cultura das grandes cidades. Por outro lado, quando as circunstâncias no local de origem se alterar e, em decorrência, a mobilidade é praticamente imposta às pessoas, elas se tornam mais suscetíveis a procurar seu sentido de vida nos movimentos sociais.

Exemplo: movimentos carismáticos ou messiânicos surgidos no Nordeste do Brasil, como o do padre Cícero e o de Antônio Conselheiro, em parte decorrente da obrigação de migrar, causada pelas secas periódicas da região.

14.5.2 Marginalidade

O conceito de marginalidade passou por várias acepções: em 1928, Park definiu "o homem marginal"; em 1937, Stonequist fala em "personalidade marginal"; em 1940, Cubert refere-se ao "papel periférico"; em 1966, Lewis escreve sobre a "cultura da pobreza" como cultura marginal, mais tarde, retomado pela organização DESAL, em 1969; em 1968, Rosemblut explicita a "marginalidade política" e os estudos da CEPAL definem a "marginalidade ecológica". De todas essas conceituações, a mais completa é a de Quíjano (1966), que considera a marginalidade como falta de integração. Para ele, "marginalidade é um modo não básico de pertencer e de participar na estrutura geral da sociedade. Marginalidade é um problema inerente à estrutura de qualquer sociedade e varia em cada momento histórico. Do ponto de vista da integração da sociedade, pode-se considerar a existência de três grupos de elementos institucionais: os que correspondem à estrutura básica da sociedade, porque definem seu caráter fundamental; os que correspondem às estruturas secundárias da sociedade que, sem definir a sua natureza básica, são importantes, pois contribuem

para dar forma concreta à estrutura básica; os que correspondem a estrutura básica; os que correspondem a estruturas cuja existência não deriva das tendências que movem a estrutura básica da sociedade, mas que indicam suas limitações em cada momento histórico e, assim, as incongruências da integração da sociedade [marginalidade]" (*Apud* Pereira, 1978:37 e seg.).

Dessa forma, não sendo integradas nem adaptadas nos grupos sociais preponderantes, as pessoas marginais sentem-se inseguras e anseiam por aceitação; quando esta lhes é negada, ficam ressentidas e frustradas. Em alguns casos, tais indivíduos são levados àquilo que se condicionou chamar "superconformidade", como é o caso dos cidadãos recém-naturalizados e dos recém-convertidos a uma fé religiosa. Porém, na maioria dos casos, a marginalidade é um fator incentivador para a participação em movimentos sociais.

14.5.3 Isolamento e Alienação

Ocorre, geralmente, com grupos cuja atividade os afasta do convívio da sociedade mais ampla. Este é o caso dos marinheiros, estivadores, mineiros, trabalhadores volantes, garimpeiros etc. Como *exemplo*, podemos citar: os recentes movimentos dos "bóias-frias" dos canaviais da VI Região paulista e os garimpeiros de Serra Pelada. Estes elementos são especialmente suscetíveis à participação em movimentos sociais, principalmente dos mais violentos: seus vínculos com a ordem estabelecida são muito fracos e assim encontram-se sempre dispostos a derrubá-la.

14.5.4 Mudança de Status Social

Se a mobilidade ascendente torna uma pessoa até certo ponto insegura em sua posição nos novos grupos, a perda ou a ameaça de perda de status atual é mais desconcertante ainda, predispondo as pessoas a participar de movimentos que, no seu entender, podem impedir a sua derrocada. Um *exemplo* ilustrativo encontra-se na história recente dos Estados Unidos: a maior resistência às manifestações lideradas por Martin Luther King encontrava-se entre os elementos das classes trabalhadoras que tinham podido fugir de bairros mistos para se estabelecerem em casas de bairros "impermeáveis" aos residentes negros — seu receio era de que a igualdade reivindicada rebaixasse seu status habitacional. No Brasil, a perda do poder aquisitivo da classe trabalhadora levou, em algumas grandes cidades, seus componentes à necessidade de morarem em favelas, e isto fez recrudescer as lutas pela melhoria desses locais de moradia.

14.5.5 Ausência de Laços Familiares

Pessoas que não precisam preocupar-se com a manutenção dos membros de uma família ou cujos laços familiares se enfraquecem, como ocorre com os adolescentes, na busca de afirmação pessoal, estão mais propensas, por serem até certo ponto imaturas e instáveis, a preencher o vazio de suas vidas e a sanar seus conflitos emocionais através de movimentos sociais. Como exemplo, podemos referir-nos às eclosões de movimentos religiosos orientais entre os jovens, no Brasil. No passado, o movimento dos *hippies* era um exemplo típico (o movimento *punk* ainda não se estruturou suficientemente para ser representativo).

14.5.6 Desajustamento Pessoal

Necessitamos de uma distinção: os desajustados “permanentes” são aqueles que se apresentam com alterações patológicas de personalidade, ou então, isolados dos demais, em virtude de seu talento (tanto limitado — escritores de pouco sucesso — quanto amplo — grandes personalidades que comandaram movimentos sociais). Mais numerosos do que estes são os desajustados “temporários”: os desempregados diplomados, os novos imigrantes, os veteranos desmobilizados (muito comum após a guerra do Vietnã) formam um dos contingentes que engrossam as fileiras dos movimentos sociais; entretanto, tão logo a sociedade os reintegre, geralmente têm diminuído o seu interesse em continuar nos movimentos.

14.6 SITUAÇÕES SOCIAIS PROPICIADORAS

Os movimentos sociais geralmente aparecem quando as próprias condições imperantes em uma sociedade favorecem sua emergência e disseminação. Os principais fatores são:

- a) **correntes culturais** — consistem em pequenas modificações em traços e padrões culturais, cujo lento acúmulo acaba por alterar a organização e, por vezes, a estrutura de uma sociedade. Para que se possa identificar uma corrente cultural é necessário que seja evidente a sua característica de continuidade, apesar de os fatores causais serem múltiplos. Um dos exemplos mais nítidos é a lenta emancipação da mulher na sociedade, que propiciou o surgimento de movimentos para acelerá-la. Outro exemplo seria a difusão dos conceitos de igualdade que originariam vários movimentos de cunho racional ou étnico: se os Estados Unidos foram pioneiros nos movimentos para o direito dos negros, no Brasil também tais grupos tomaram impulso nos últimos anos;
- b) **desorganização social ou anomia** — toda sociedade em mudança apresenta certo grau de desorganização que, quando acentuada, conduz à anomia, estado de ausência de normas. Para Maclver (*Apud* Merton, 1970: 256), a anomia “é um estado de espírito no qual o senso de coesão social — mola principal da moral — está quebrado ou fatalmente enfraquecido”. A desorganização social, assim como a anomia, trazem

do confusão e incerteza aos membros da sociedade, pois já não encontram mais nas tradições um guia para o seu comportamento, e verificam que suas relações sociais estão deterioradas, conduz ao florescimento dos movimentos sociais. Estes crescem em número e adeptos à medida que:

- * 1. a percepção de que os líderes das comunidades são indiferentes às necessidades dos indivíduos;
2. a percepção de que pouco pode ser realizado numa sociedade, que seja considerada como basicamente imprevisível e onde falte ordem;
3. a percepção de que as metas da vida se afastam em vez de se realizarem;
4. um senso de futilidade; e
5. a convicção de que não se pode contar com associados pessoais para apoio social e psicológico" (Merton, 1970: 239).

Exemplo: movimentos sociais que precipitaram a queda da dinastia Pahlevi, no Irã;

- c) **descontentamento social** — este estado pode ser conceituado como a disseminação, na sociedade, de uma insatisfação comum, decorrente, de modo geral, de três fatores:

- **privação relativa** — pode ser considerada como o descompasso entre o que as pessoas possuem e o que imaginam que deveriam ter. **Exemplo:** é o que acontece com os migrantes da área rural em relação aos bens industrializados, tentativamente apresentados nas televisões das cidades;
- **percepção da injustiça** — em qualquer nível social, alguns grupos podem sentir-se vítimas de injustiça social, já que o critério não é objetivo, mas um juízo de valor subjetivo. O fato de ser injusto nada significa; somente quando percebido como tal é que alimenta a incidência dos movimentos sociais. **Exemplo:** a situação de privação de infra-estrutura dos bairros da periferia da cidade de São Paulo, que originou a formação da Sociedade de Amigos do Bairro (SAB), na década de 50;
- **incoerência de status** — situação em que as diferentes posições ocupadas por uma pessoa não são coincidentes.

14.7 CARACTERÍSTICAS DE APOIO

As principais características de apoio à eficácia dos movimentos sociais encontram-se na:

- a) **dedicação e apoio dos membros** — para cuja conquista e manutenção lança-se mão de discursos, slogans, ideologias, insígnias e propaganda em larga escala;
- b) **liderança carismática e administrativa** — esses dois papéis devem ser claramente separados: o líder carismático apresenta em alto grau a capacidade de congregar as massas, obtendo o seu apoio para as finalidades e objetivos do movimento; por sua vez, o líder administrativo tem a seu cargo a estratégia, a delegação de deveres e responsabilidades, a coleta de fundos, a organização e o papel de relações públicas;
- c) **liderança efetiva** — para que o movimento não se esfale através da luta ideológica de seus participantes, há necessidade de uma efetiva liderança, tanto carismática quanto administrativa.

Apêndice - Glossário

AÇÃO SOCIAL. De forma ampla, pode ser conceituada como todo esforço organizado, visando alterar as instituições estabelecidas. De forma particular, é conceituada pelos autores que utilizam a abordagem da ação na análise sociológica da sociedade, sendo que os principais representantes são Max Weber e Talcott Parsons. Para Weber, a ação social seria a conduta humana, pública ou não, a que o agente atribui significado subjetivo; portanto, é uma espécie de conduta que envolve significado para o próprio agente. Por sua vez, Parsons tem como ponto de partida a natureza da própria ação: toda ação é dirigida para a consecução de objetivos. Um indivíduo (ator), esforçando-se por atingir determinado objetivo, tem de possuir algumas idéias e informações sobre os "objetos" que são relevantes para a sua consecução, além de ter alguns sentimentos a respeito deles, no que concerne às suas necessidades; e, finalmente, tem de fazer escolhas. Outro aspecto é a necessidade de possuir certos padrões de avaliação e seleção. Todos esses elementos ou aspectos de motivação e avaliação podem tornar-se sociais por intermédio do processo de interação (veja **INTERAÇÃO**). Assim, a ação social é vista por Parsons como comportamento que envolve orientação de valor e como condu-

ta padronizada por normas culturais ou códigos sociais (veja **CÓDIGOS**).

ACOMODAÇÃO. É um processo social com o objetivo de diminuir o conflito entre indivíduos ou grupos, reduzindo o conflito ou mesmo encontrando um novo **modus vivendi** (veja **MODUS VIVENDI**). É um ajustamento formal e externo, aparecendo apenas nos aspectos externos do comportamento, sendo pequena ou nula a mudança interna, relativa a valores, atividades e significados.

ACULTURAÇÃO. Processo pelo qual duas ou mais culturas diferentes, entrando em contato contínuo, originam mudanças importantes em uma delas ou em ambas.

ADAPTAÇÃO. De maneira ampla, significa o ajustamento biológico do ser humano ao ambiente físico em que vive. Pode também ser aplicada à vida em sociedade, que ocasiona o surgimento de certo denominador comum entre os componentes de uma sociedade particular, certo grau de adesão e conformidade às normas estabelecidas, que varia com a margem de liberdade e de autonomia que o meio social permite ao indivíduo.

AGREGADOS. Constituem uma reunião de pessoas frouxamente aglomeradas que, apesar da proximidade física, têm um mínimo de comunicação e de relações sociais. Apresentam

as seguintes características: anônimo, não-organização, limitado contato social, insignificante modificação no comportamento dos componentes, são territoriais e temporários. Os principais agregados são: **manifestações públicas** (agregados de pessoas reunidas deliberadamente com determinado objetivo); **agregados residenciais** (apesar de seus componentes estarem próximos, mantêm-se relativamente estranhos; não há, entre eles, contato e interação e também não possuem organização); **agregados funcionais** (constituem uma zona territorial onde os indivíduos têm funções específicas); **multidões** (agregados pacíficos ou tumultuosos de pessoas ocupando determinado espaço físico).

AGRUPAMENTOS SOCIAIS. Englobam os grupos (veja GRUPOS) e os "quase grupos": agregados (incluindo as multidões), público e massa (veja AGREGADOS, MULTIDÃO, PÚBLICO e MASSA).

ALIENAÇÃO. Processo que deriva de uma ligação essencial à ação, à sua consciência e à situação dos indivíduos, pelo qual se oculta ou se falsifica essa ligação de modo que o processo e seus produtos apareçam como indiferentes, independentes ou superiores aos homens que são, na verdade, seus criadores. No momento em que a uma pessoa o mundo parece constituído de coisas — independentes umas das outras e não relacionadas — indiferentes à sua consciência, diz-se que esse indivíduo se encontra em estado de alienação. Condições de trabalho, em que as coisas produzidas são separadas do interesse e do alcance de quem as produziu, são consideradas alienantes. Em sentido amplo afirma-se que é alienado o indivíduo que não tem visão — política, econômica, social — da sociedade e do papel que nela desempenha.

ANIMISMO. Consiste na crença de que todas as coisas, animadas ou inanimadas, estão dotadas de almas pessoais que nelas residem; é a crença em seres espirituais, isto é, almas, espíritos e espectros.

ANOMIA. Ausência de normas. Aplica-se tanto a sociedade quanto a pessoas: significa estado de desorganização social ou pessoal ocasionado pela ausência ou aparente ausência de normas.

ANTINOMIA. Situação em que as normas de um grupo ou sociedade são contraditórias ou opostas entre si.

ANTROPOMORFISMO. É um tipo de pensamento religioso, ou crença, que estende atributos humanos, tanto físicos como psíquicos, à divindade.

AREAS CULTURAIS. Áreas geográficas onde há semelhança, em relação aos traços, complexos e padrões culturais de grupos humanos (veja TRAÇOS, COMPLEXOS e PADRÕES CULTURAIS).

ASSIMILAÇÃO. Processo social em virtude do qual indivíduos e grupos diferentes aceitam e adquirem padrões comportamentais, tradição, sentimentos e atitudes da outra parte. É ajustamento interno e indício da integração sócio-cultural, ocorrendo principalmente nas populações que reúnem grupos diferentes. Em vez de apenas diminuir, pode terminar com o conflito (veja CONFLITO).

ASSOCIAÇÕES. São organizações sociais cuja característica é ser mais especializada e menos universal do que as instituições (veja INSTITUIÇÕES); em consequência, apresentam, em geral, determinadas adaptações às classes sociais, grupos profissionais, categorias biológicas (veja CATEGORIAS), grupos de interesses etc.

ATITUDE. Processo da consciência individual que determina a real ou possível atividade do indivíduo no mundo social. Para alguns autores é ainda a tendência de agir de maneira coerente com referência a certo objeto (Thomas).

AUTORIDADE. É dotado de autoridade o indivíduo que exerce um poder legítimo (veja PODER e LEGITIMIDADE).

BUROCRACIA. Organização com cargos hierarquizados, delimitados por

normas, com área específica de competência e de autoridade, dotados tanto de poder de coerção quanto da limitação desta, onde a obediência é devida ao cargo e não à pessoa que o ocupa; as relações devem ser formais e impessoais, sem apropriação do cargo que, para ser preenchido, exige competência específica; todos os atos administrativos e decisões têm de ser formulados por escrito.

CAPITALISMO. Sistema em que os meios de produção são de propriedade privada de uma pessoa (ou grupo de pessoas) que investe o capital; o proprietário dos meios de produção (capitalista) contrata o trabalho de terceiros que, portanto, vendem a sua força de trabalho para a produção de bens. Estes, depois de vendidos, permitem ao capitalista, não apenas a recuperação do capital investido, mas também a obtenção de um excedente — o lucro. Tanto a compra dos meios e fatores de produção quanto a venda dos produtos, resultantes da atividade empresarial, realizam-se no mercado de oferta e procura de bens e serviços, existente na sociedade capitalista.

CASTA. Um sistema de castas compõe-se de um número muito grande de grupos hereditários, geralmente locais, rigidamente endogâmicos, dispostos numa hierarquia de inferioridade e superioridade; correspondem geralmente a diferenciações profissionais, são impermeáveis a movimentos de mobilidade social (veja MOBILIDADE SOCIAL), são reconhecidos por lei e possuem quase sempre um fundo religioso.

CATEGORIAS. Pluralidade de pessoas que são consideradas como uma unidade social pelo fato de serem efetivamente semelhantes em um ou mais aspectos (Fichter). Não há necessidade de proximidade ou contato mútuo para que as pessoas pertençam a uma categoria social.

CIDADE. É um aglomerado permanente, relativamente grande e denso, de indivíduos socialmente heterogêneos (Wirth).

CIÊNCIA. É todo um conjunto de atitudes e de atividades racionais, dirigidas ao sistemático conhecimento com objeto limitado, capaz de ser submetido à verificação (Trujillo).

CIVILIZAÇÃO. Grau de cultura bastante avançado no qual se desenvolvem bem as Artes e as Ciências, assim como a vida política (Winick). Características essenciais da civilização: as hierarquias sociais internas, a especialização, as cidades e as grandes populações, o crescimento das matemáticas e a escrita (Childe).

CLÃ. Grupo de parentes baseado numa regra de descendência, geralmente medida tanto pela linha masculina quanto pela linha feminina (parentesco através de um dos pais) e numa regra de residência (mesma localidade). Os membros do clã traçam sua linha de ascendência a partir de um antepassado original, que pode existir somente no passado mitológico: um animal, um ser humano, um espírito ou uma característica da paisagem.

CLASSE SOCIAL. É um agrupamento legalmente aberto, mas na realidade semifechado; solidário; antagônico em relação a outras classes sociais; em parte organizado, mas principalmente semi-organizado; em parte consciente da sua unidade e existência, e em parte não; característico da sociedade ocidental a partir do Século XVIII; é multivinculado, unido por dois liames univinculados, o ocupacional e o econômico (ambos tomados no sentido mais lato) e por um vínculo de estratificação social no sentido da totalidade dos seus direitos e deveres essenciais, em contraste com os direitos e deveres basicamente diferentes das outras classes sociais (Sorokin).

CÓDIGOS. Representam modelos culturais que exercem determinado "constrangimento" sobre a ação de indivíduos e grupos; são normas de conduta, cujo poder de persuasão ou de dissuasão repousa, em parte, nas sanções (veja SANÇÕES), positivas ou negativas, de aprovação ou desaprovação, que as acompanham.

COMPETIÇÃO. Forma mais elementar e universal de interação, consistindo em luta incessante por coisas concretas, por status ou prestígio; é contínua, e geralmente inconsciente e impessoal.

COMPLEXOS CULTURAIS. Conjunto de traços ou um grupo de traços associados formando um todo integral (veja **TRAÇOS CULTURAIS**).

COMPORTAMENTO COLETIVO. É um comportamento que caracteriza os componentes dos agregados, especificamente das multidões, e que não se constitui na simples soma dos comportamentos individuais, mas que se configura como um comportamento determinado ou influenciado pela presença física de muitas pessoas, com certo grau de interação entre elas (veja **INTERAÇÃO**). Apresenta, geralmente (quando a multidão se torna ativa), as seguintes fases: **Controle exercido pela presença de outrem** (modificando os comportamentos individuais); **"Reação circular"** (influência de cada indivíduo sobre o comportamento do outro e vice-versa); **"milling"** (movimento de indivíduos, uns em redor dos outros, ao acaso e sem meta); **excitação coletiva** (o comportamento excitado fixa poderosamente a atenção dos integrantes; sob sua influência os indivíduos tornam-se emocionalmente excitáveis; a decisão pessoal dos indivíduos é mais rapidamente quebrada); **contágio social** (disseminação rápida, impensada e irracional de um estado de espírito, de um impulso ou de uma forma de conduta que atraem e se transmitem aos que originariamente se constituíam em meros espectadores e assistentes).

COMUNICAÇÃO. Processo pelo qual idéias e sentimentos se transmitem de indivíduo para indivíduo, tornando possível a interação social (veja **INTERAÇÃO**). É fundamental para o homem, enquanto ser social, e para a cultura. Pode dar-se através de meios não vocais, sons inarticulados, palavras (linguagem falada ou escrita) e símbolos.

COMUNIDADE. É essencialmente ligada ao solo, em virtude de seus

componentes viverem de maneira permanente em determinada área, além da consciência de pertencerem, ao mesmo tempo, ao grupo e ao lugar, e que funcionam em conjunto, no que tange aos principais assuntos de suas vidas. Têm consciência das necessidades dos indivíduos, tanto dentro como fora de seu grupo imediato e, por essa razão, apresentam tendência para cooperar estreitamente

COMUNISMO. Como o socialismo (veja **SOCIALISMO**), o comunismo é mais uma doutrina econômica do que política. Consiste em uma filosofia social ou sistema de organização social baseado no princípio da propriedade pública, coletiva, dos meios materiais de produção e de serviço econômico; encontra-se unido a doutrinas que se preocupam em formular os procedimentos mediante os quais pode ser estabelecido e conservado. Sob este aspecto, difere do socialismo, por preconizar a impossibilidade da reforma e de sua instauração em uma sociedade pela aplicação de medidas fragmentárias e de caráter lento. Outro ponto de discordância apresenta-se no que se refere à renda: se ambos os sistemas consideram válidas as rendas advindas do trabalho (não aquelas, porém, que derivam da propriedade), o socialismo admite que a renda seja medida pela capacidade pessoal ou pelo rendimento social manifestado pela competência dentro do sistema coletivo, ao passo que o comunismo aspira suprimir até mesmo este último tipo de competência: o lema comunista é "dê a cada um segundo sua capacidade e a cada um segundo suas necessidades". Nenhum dos países atuais, simpli-ficadamente denominados comunistas, atingiram este estágio: encontram-se na fase de "ditadura do proletariado" ou "democracia popular".

CONDUTA. Consiste no comportamento humano **autoconsciente**, isto é, comportamento controlado pelas expectativas (veja **EXPECTATIVA DE COMPORTAMENTO**) de outras pessoas.

CONFLITO. Luta consciente e pessoal, entre indivíduos ou grupos, em que cada um dos contendores almeja uma solução, que exclui a desejava pelo adversário.

CONFORMIDADE. Seria a ação orientada para uma norma (ou normas) especial, compreendida dentro dos limites de comportamento por ela permitidos ou delimitados. Desta maneira, dois fatores são importantes no conceito de conformidade: os limites de comportamento permitidos e determinadas normas que, consciente ou inconscientemente, são parte da motivação da pessoa.

CONSCIÊNCIA DE CLASSE. Consiste no fato de dar-se conta ou perceber as diferenças que existem entre a própria situação de classe e a de outro indivíduo ou indivíduos. Essas atitudes podem consistir num sentimento de inferioridade ou de superioridade, respectivamente, se os outros pertencerem a classes sociais (veja CLASSE SOCIAL) superiores ou inferiores. Podem dar lugar a um sentimento de oposição ou de hostilidade, à medida que se percebem as diferenças de interesses, em sociedades que possuem a luta de classes, ou simplesmente um sentimento de afastamento ou reserva, devido à diferença de usos sociais, costumes e ideologias das diferentes classes.

CONSCIÊNCIA COLETIVA. Soma de crenças e sentimentos comuns à média dos membros da comunidade, formando um sistema autônomo, isto é, uma realidade distinta que persiste no tempo e une as gerações (Durkheim).

CONSENSO SOCIAL. Conformidade de pensamentos, sentimentos e ações que caracterizam os componentes de determinado grupo ou sociedade (Willians).

CONTATO. É a fase inicial da estimulação, sendo as modificações resultantes denominadas interação (veja INTERAÇÃO). É um aspecto primário e fundamental do processo social (veja PROCESSO SOCIAL), porque do contato dependerão todos os outros processos ou relações sociais. Divide-se em: **contatos**

diretos (aqueles que ocorrem por meio da percepção física, portanto, realizados face a face); **contatos indiretos** (realizados através de intermediários — com os quais se terá um contato direto — ou meios técnicos de comunicação); **contatos voluntários** (derivados da vontade própria dos participantes, de maneira espontânea, sem coação); **contatos involuntários** (derivam de imposição de uma das partes sobre a outra); **contatos primários** (pessoais, íntimos e espontâneos, em que os indivíduos tendem a compartilhar de suas experiências particulares; envolvem elemento emocional, permitindo certa fusão de individualidades que dão origem ao "nós"); **contatos secundários** (são contatos formais, impessoais, racionais e calculados, geralmente superficiais, envolvendo apenas uma faceta da personalidade); **contatos do "nosso grupo"** (fundamentados no fenômeno do etnocentrismo (veja ETNOCENTRISMO) com a supervalorização da cultura e dos costumes. Há uma tendência para a identificação com os membros do grupo, mantendo relações baseadas em simpatia, sentimento de lealdade, amizade e até mesmo altruísmo); **contatos do "grupo alheio"** (contato com pessoas estranhas, cuja cultura e costumes são menosprezados. Considerados estranhos, forasteiros, adversários ou inimigos, os sentimentos que eles despertam são de indiferença ou inimizade); **contatos categóricos** (resultam da classificação que fazemos de uma pessoa desconhecida, baseada em sua aparência física, com a pele, feições, profissão etc., de acordo com as características atribuídas a ela pelo "nosso grupo"); **contatos simpáticos** (baseados em qualidades manifestadas pelos indivíduos e não em características de categorias) (vide CATEGORIA).

CONTROLE SOCIAL. Conjunto das sanções (veja SANÇÕES) positivas e negativas a que uma sociedade recorre para assegurar a conformidade das condutas aos modelos estabelecidos (Rocher). O controle

social pode ser **informal** (natural, espontâneo, baseado nas relações pessoais e íntimas que ligam os componentes do grupo) e **formal** (artificial, organizado, exercido principalmente pelos grupos secundários) (veja GRUPO SECUNDÁRIO, onde as relações são formais e impessoais).

COOPERAÇÃO. É o tipo particular de processo social em que dois ou mais indivíduos ou grupos atuam em conjunto para a consecução de um objetivo comum. É requisito especial e indispensável para a manutenção e continuidade dos grupos e sociedades.

COSTUMES. Normas de conduta coletiva, obrigatória, dentro de um grupo social.

CRENÇA. Aceitação como verdadeira de determinada proposição, que pode ou não ser comprovada. Tem a possibilidade de ser tanto intelectual (crença científica) como emocional, falsa ou verdadeira. A realidade da crença independe da verdade intrínseca e objetiva de dada proposição (ou a ausência dela).

CRESCIMENTO. Transformação definida e contínua, determinada quantitativamente, com relação à magnitude; difere do desenvolvimento (veja DESENVOLVIMENTO) por ser uma variação **unidimensional**, que se limita a determinado setor da organização social, ao passo que desenvolvimento abrange os diferentes setores da sociedade, de forma harmônica, constituindo-se em um fenômeno **multidimensional**.

CULTURA. Forma comum e aprendida da vida, que compartilham os membros de uma sociedade, e que consta da totalidade dos instrumentos, técnicas, instituições, atitudes, crenças, motivações e sistemas de valores que o grupo conhece (Foster).

CULTURA DE "FOLK". É pequena, homogênea, isolada; economicamente auto-suficiente e de tecnologia simples; com divisão do trabalho rudimentar e baseada, principalmente, em sexo, parentesco e idade; ágrafa

ou com escrita rudimentar e, nesse último caso, constituindo-se em mero complemento da tradição oral; relativamente integrada, com modos de vida intimamente relacionados, e possuindo uma concordância mútua; comportamento fortemente padronizado, em bases convencionais; tradicional, espontânea, não crítica e com forte senso de solidariedade grupal; mudança cultural e social lenta (veja MUDANÇA CULTURAL e MUDANÇA SOCIAL), possuindo formas de controle tradicionais (veja CONTROLE SOCIAL) e não organizadas, com cunho de espontaneidade, isto é, informais; sociedade familiar e sagrada, com animismo e antropomorfismo (veja ANIMISMO e ANTROPOMORFISMO) manifestos; ausência de mercado, de moedas e do conceito "lucro", com economia baseada na troca (Redfield). Opõe-se à **civilização**.

CULTURA DE MASSA. É a divulgação, sem que se possa contestá-las ou debatê-las, de mensagens pré-fabricadas, cuja mediocridade prevê sua aceitação por pessoas de qualquer nível de conhecimento e idade mental, nivelando "por baixo" as informações, uniformizando o uniforme e sintetizando os lugares-comuns, com a finalidade de tornar a cultura um conjunto semelhante, constante e não questionado.

DEMOCRACIA. Filosofia ou sistema social que sustenta que o indivíduo, apenas pela sua qualidade de pessoa humana, e sem consideração às suas qualidades, posição, status, raça, religião, ideologia ou patrimônio, deve participar dos assuntos da comunidade e exercer nela a direção que proporcionalmente lhe corresponde.

DESEJO. Expressão de impulsos inatos insatisfeitos; na busca da satisfação, o desejo seria a força motivadora, a base de todas as ações.

DESENVOLVIMENTO. Ocorre como uma inter-relação de contraponto entre a diferenciação (fator de divisibilidade da sociedade estabelecida) e a integração (fator de unificação, em novas bases, das estru-

turas diferenciadas). Desta maneira, para haver desenvolvimento, é necessário que haja uma integração adequada dos elementos diferenciados, abrangendo as seguintes etapas: **processo** (qualquer transformação definida e contínua, que ocorra numa estrutura preexistente); **segmentação** (tipo intermediário entre **processo** e as transformações da estrutura social); **transformação estrutural** (surgimento de complexos de organizações e papéis qualitativamente novos); **integração** (elemento unificador das estruturas diferenciadas) (Smelser).

DESORGANIZAÇÃO SOCIAL. É um estado relativo e, como a estabilidade, existe em diferentes graus. Em toda sociedade, sempre operam dois conjuntos de forças, os que criam estabilidade e os que produzem instabilidade. Numa sociedade estável, há, um equilíbrio entre ambos. Quando os últimos se tornam mais poderosos do que os primeiros, ocorre a desorganização social; esta é, portanto, uma perturbação no equilíbrio das forças, o que produz uma desintegração das instituições (veja INSTITUIÇÕES) e um enfraquecimento de seu controle. A sociedade é, então, envolvida por todos os tipos de problemas sociais (veja PROBLEMAS SOCIAIS) (Koenig).

DESVIO. O comportamento em desvio é conceituado não apenas como um comportamento que infringe uma norma por acaso, mas também como comportamento que infringe determinada norma para a qual a pessoa está orientada naquele momento; o comportamento em desvio consiste, pois, em infração motivada.

DIFUSÃO CULTURAL. Processo de transferência dos traços culturais de uma região a outra ou de uma parte da cultura a outra (veja TRAÇOS CULTURAIS).

DISTÂNCIA SOCIAL. É a medida das diferenças de posições sociais ou status (veja STATUS) entre indivíduos e grupos. Existe pouca ou nenhuma distância social entre pessoas com posição social semelhan-

te ou idêntica e, ao contrário, a distância social se revelará grande entre pessoas com posições sociais diferentes, tendendo a aumentar à medida que essas diferenças forem maiores e mais numerosas.

DIVISÃO DO TRABALHO. Distribuição de seres humanos, pertencentes à mesma comunidade, em ocupações interdependentes e complementares.

EDUCAÇÃO. É a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destina (Durkheim).

EFEITOS PERVERSOS. Efeitos não desejados, e geralmente opostos, de ações intencionais, visando a um objetivo específico.

ELITE. Compreende as pessoas e os grupos que, graças ao poder que detêm ou à influência que exercem, contribuem para a ação histórica de uma coletividade, seja pelas decisões tomadas, seja pelas idéias, sentimentos ou emoções que exprimem ou simbolizam (Rocher).

EMPRESA. Complexo de atividades econômicas, desenvolvidas sob o controle de uma entidade jurídica (pessoa ou pessoas físicas, sociedade mercantil ou cooperativa, instituição privada sem fins lucrativos e organizações públicas).

ENDOCULTURAÇÃO. Processo de aprendizagem e educação em uma cultura, desde a infância até a idade adulta (veja CULTURA).

ESPAÇO SOCIAL. É uma espécie de universo constituído pela população humana; não havendo seres humanos, ou existindo apenas um, não há espaço social. Dessa maneira, espaço social é totalmente diverso do espaço geográfico, cuja existência independe dos seres humanos.

ESTADO. É uma nação politicamente organizada. É constituído, portanto,

pelo povo, território e governo. Engloba todas as pessoas dentro de um território delimitado — governo e governados.

ESTAMENTO. Constitui uma forma de estratificação social com camadas sociais mais fechadas do que as classes (veja CLASSE SOCIAL) e mais abertas do que as castas (veja CASTAS), reconhecidas por lei e geralmente ligadas ao conceito de honra.

ESTEREÓTIPOS. São construções mentais falsas, imagens e idéias de conteúdo alógico, que estabelecem critérios socialmente falsificados. Os estereótipos baseiam-se em características não comprovadas e não demonstradas, atribuídas a pessoas, a coisas e a situações sociais, mas que, na realidade, não existem.

ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL. Diferenciação de indivíduos e grupos em posições (status), estratos ou camadas, mais ou menos duradouros e hierarquicamente sobrepostos. Características: tem caráter social, é antiga, é onipresente, é diversa em suas formas, tem influência, isto é, as coisas mais importantes, mais desejadas e, freqüentemente, mais escassas na vida humana constituem os materiais básicos, que são desigualmente distribuídos entre os componentes das diversas camadas.

ESTRUTURA DA CIDADE. Consiste num produto da interação competitiva entre as pessoas, as facilidades de mercado, as agências de transporte e de comunicação, os tipos de funções exercidas e a sua localização (Hollingshead).

ESTRUTURA SOCIAL. Partindo da constatação de que os membros e os grupos de uma sociedade são unidos por um sistema de relações de obrigação, isto é, por uma série de deveres e direitos (privilégios) recíprocos, aceitos e praticados por eles, a estrutura social refere-se à colocação e à posição de indivíduos e de grupos dentro desse sistema de relações de obrigação. Em outras palavras, o agrupamento de indivíduos, de acordo com posições, que resulta dos padrões essenciais

de relações de obrigação, constitui a estrutura social de uma sociedade (Brown e Barnett).

ETNOCENTRISMO. Atitude emocional que sustenta o grupo, a raça ou a sociedade a que uma pessoa pertence, superiores a outras entidades raciais, sociais ou culturais. Tal atitude se encontra associada ao desprezo pelo estrangeiro ou forasteiro, assim como por seus costumes.

EXPECTATIVA DE COMPORTAMENTO. Consiste no que as pessoas ao redor do indivíduo esperam dele, no que se refere à sua conduta em determinadas situações sociais.

FAMÍLIA. Grupo social caracterizado pela residência comum, pela cooperação econômica e pela reprodução. A família é constituída pelos pais e seus filhos.

FATO SOCIAL. É toda maneira de agir, fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior, que é geral na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter (Durkheim).

FEUDALISMO. Sistema social vigente na Europa Ocidental, aproximadamente entre os Séculos X e XVII, com características políticas, econômicas, jurídicas e militares particulares. Sob este aspecto, abrange também outras regiões que, à semelhança da Idade Média européia, possuíam instituições de estilo feudal (Egito antigo, Índia, Império Bizantino, mundo árabe, Império Turco, Japão etc.). As características determinantes do feudalismo apresentam: um desenvolvimento extremo dos laços de dependência de homem para homem, com uma "classe" (veja ESTAMENTO) de guerreiros especializados que ocupam os escalões superiores da hierarquia (veja ESTRATIFICAÇÃO — juridicamente fundamentada); um parcelamento máximo do direito da propriedade; uma hierarquia oriunda dos direitos sobre a terra (proveniente do parcelamento), e que corresponde à hierarquia dos laços de dependência pessoal; um par-

celamento do poder público, criando em cada região uma hierarquia de instâncias autônomas que exercem, no seu próprio interesse, poderes normalmente atribuídos ao Estado e, em épocas anteriores, quase sempre da efetiva competência deste. A concepção política baseia-se, portanto, nas relações individuais e estrutura-se na hierarquia e na fidelidade entre vassalos e suseranos, com pouca autoridade central, sendo o rei, na maioria dos casos, o mais alto suserano. Economicamente, a terra é o elemento fundamental da riqueza: sua fragmentação, acompanhada do estabelecimento de laços pessoais, cria o sistema de suserania e vassalagem: quem doa a terra é o senhor feudal ou suserano; quem a recebe, podendo transmiti-la a seus descendentes, é o vassalo.

FOLCLORE. Conjunto orgânico de modos de sentir, pensar e agir peculiares às camadas populares das sociedades "civilizadas" ou históricas, caracterizado pela espontaneidade.

FOLKWAYS. Padrões não obrigatórios de comportamento social exterior, que constituem os modos coletivos de conduta, convencionais ou espontâneos, reconhecidos e aceitos pela sociedade; regem a maior parte da vida cotidiana, mas não são impostos.

FORÇAS PRODUTIVAS. As relações de produção (veja **RELAÇÕES DE PRODUÇÃO**) são constituídas, numa sociedade de classes, por uma dupla relação que engloba as relações dos homens com a natureza de produção material. São elas: relação dos agentes de produção com o objeto e relação com os meios de trabalho, sendo que a última origina as forças produtivas.

FORÇAS SOCIAIS. De modo geral, pode ser entendida como todo estímulo ou impulso efetivo que conduz a uma ação social. De forma concreta, uma força social representa o consenso por parte de um número suficiente de membros de uma sociedade, que tenha a finalidade de acarretar uma ação ou

mudança social de certa índole. No plural — forças sociais — é utilizada para designar os impulsos básicos típicos, ou motivos, que conduzem aos tipos fundamentais de associação e de formação de grupos.

FUNÇÕES LATENTES. Consequências não pretendidas, não esperadas e, inclusive, não reconhecidas.

FUNÇÕES MANIFESTAS. Finalidades pretendidas e esperadas das organizações.

GOVERNO. Como entidade objetiva, refere-se aos indivíduos e órgãos que têm a responsabilidade de conduzir a ação do Estado. Um Governo exerce um controle imperativo no âmbito de um território definido onde reivindica, com êxito, o monopólio da força.

GRUPOS. Formam uma coletividade identificável, estruturada, contínua, de pessoas sociais que desempenham papéis recíprocos, segundo determinadas normas, interesses e valores sociais, para a consecução de objetivos comuns (Fichter).

GRUPOS PRIMÁRIOS. São caracterizados por uma íntima cooperação e associação face a face. São primários sob vários aspectos, principalmente porque são fundamentais na formação da natureza social e nos ideais do indivíduo. O resultado dessa associação íntima é, psicologicamente, certa fusão das individualidades num todo comum, de modo que o próprio ego individual se identifica, pelo menos para vários fins, com a vida e os propósitos comuns ao grupo. Possivelmente a maneira mais simples de descrever essa totalidade consiste em apresentá-la como "nós", porque envolve a espécie de simpatia e de identificação mútuas para os quais o "nós" é a expressão natural (Cooley).

GRUPOS DE REFERÊNCIA. Exercem ascendência sobre os indivíduos pela natureza e modo de identificação que neles despertam. Geralmente, a pessoa não pertence (mas pode pertencer) ao grupo de referência, que tem o condão de influenciá-lo, originando uma "assimilação" psi-

cológica, funcionando como quadro de referência para as aspirações, tomada de consciência, opiniões, atitudes e padrões de comportamento do indivíduo.

GRUPO SECUNDÁRIO. Possui certas características que se apresentam como opostas às do grupo primário. As relações geralmente são estabelecidas por contato indireto (veja CONTATO) e, no caso de serem por contato direto, são passagens e desprovidas de intimidade; as relações são ainda formais e impessoais. No grupo secundário, a consciência de "nós" é fraca, o tipo de contato é predominantemente secundário e categórico (veja CONTATO SECUNDÁRIO e CONTATO CATEGÓRICO), a posição dos membros define-se em relação aos papéis que lhes cabem (veja PAPÉIS), sendo sua participação limitada à contribuição que prestam.

HABITAT. Área apropriada para ocupação por uma espécie, grupo ou pessoa. Pode ter alguma significação associativa, porquanto se refere a uma área em que se realizam todas as atividades essenciais à vida (Anderson).

HÁBITO. Forma de conduta individual, mecanizada ou automatizada pelo indivíduo.

HINTERLAND. Área que é fonte de sustento e de matérias-primas para uma outra área, geralmente uma metrópole industrial, e que se constitui, ao mesmo tempo, em mercado para seus produtos.

HIPÓTESES. São formulações provisórias do que se procura conhecer, de cuja ajuda necessitamos para explicar fatos, descobrindo seu ordenamento; são supostas respostas para o problema ou o assunto de pesquisa. A hipótese, uma vez verificada (com a certeza de ser válida ou plausível e sustentável) pela pesquisa empírica, pode-se transformar em teoria (veja TEORIA).

HOMO FERUS. Animal humano que, devido ao isolamento total de outros seres humanos, foi privado, durante os primeiros anos de vida, de interação com eles (veja INTERAÇÃO), fator essencial para sua so-

cialização (veja SOCIALIZAÇÃO), e que, por este motivo, não adquiriu, ou o fez apenas de forma rudimentar, personalidade e cultura.

IDEOLOGIA. Sistema de idéias peculiar a determinado grupo social, condicionado quase sempre pela experiência e interesses desse grupo. A função da ideologia consiste na conquista ou conservação de determinado status social do grupo e de seus membros (veja SÍMULUS). Atitudes ou doutrinas políticas, econômicas ou filosóficas desempenham, geralmente, funções de ideologia. Mais precisamente, é o conjunto de idéias, crenças, doutrinas próprias a uma sociedade ou a uma classe (veja CLASSE). No contexto de uma sociedade, a ideologia pode estar em harmonia com os valores que prevalecem na própria sociedade, ou opor-se a eles. Não deixa, entretanto, de ficar afetada pela experiência dentro dessa sociedade. Assim, há uma ideologia do socialismo, uma ideologia da livre empresa, uma ideologia da sociedade industrial, marcadas pelas variáveis dos momentos históricos que percorrem (Delorenzo).

IMITAÇÃO. O ato de copiar, consciente e intencionalmente, determinado comportamento.

IMPERIALISMO. Domínio ou ecológico, ou econômico, ou político, ou cultural de um grupo sobre outro.

INDIVÍDUO. O ser apenas biológico, que se distingue de pessoa social (veja PESSOA SOCIAL).

INDUSTRIALISMO. Fase de aperfeiçoamento técnico avançado, alcançado por intermédio da ciência aplicada, cujas características típicas são a produção em larga escala e o emprego da energia mecânica, um mercado amplo, uma mão-de-obra especializada com uma complexa divisão de trabalho e uma urbanização acelerada. O processo de industrialização (veja INDUSTRIALIZAÇÃO) seria o início do industrialismo; este também ocasiona profundas modificações sociais e no âmbito do trabalho propriamente dito, criando novas linhas de estratificação entre os trabalhadores, institucionalizando

a mobilidade social (veja MOBILIDADE SOCIAL) e originando nova estrutura diferenciada de classes, fazendo surgir novas formas de vida especificamente industriais; mediante a institucionalização da oposição de classes, transforma os trabalhadores, de assalariados necessitados, em portadores industriais de uma função. O industrialismo estende a mecanização não somente à maior parte da indústria, senão também, em certa medida, à agricultura; origina, em grau cada vez mais amplo, a produção em grande escala, a extrema especialização e a extensa e complexa divisão de trabalho; acelera o desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte; produz profundas alterações nos grupos primários e secundários (veja GRUPOS PRIMÁRIOS e GRUPOS SECUNDÁRIOS) e nos processos sociais (veja PROCESSO SOCIAL).

INDUSTRIALIZAÇÃO. Consiste na aplicação da mecanização em larga escala à produção industrial, propiciando a emergência dos fenômenos de urbanização (e sendo por ela influenciada), o aumento rápido da população (explosão populacional) e da mobilidade (geográfica e social) dessa população, a ruptura das hierarquias tradicionais de posição, a transformação das sociedades de castas, estamentos e classes sociais fechadas (veja CASTA, ESTAMENTO e CLASSE SOCIAL) em sociedades abertas de classe, a alteração dos sistemas de valores e de padrões de comportamento e, até, a criação de uma situação de inadaptação aguda e de alienação para o trabalhador, inicialmente estranho à indústria; também se observam alterações do status profissional (veja STATUS), das capacidades (qualificações) dos trabalhadores (operários e empregados), da vida familiar, da situação jurídico-social das mulheres, da tradição e do hábito de consumo de bens; da mesma maneira, a oposição entre empresários e trabalhadores torna mais aguda a luta de classes.

INFRA-ESTRUTURA. É a estrutura econômica formada das relações de

produção e das forças produtivas (veja RELAÇÕES DE PRODUÇÃO e FORÇAS PRODUTIVAS).

INTERAÇÃO. É a ação social, mutuamente orientada, de dois ou mais indivíduos em contato (veja CONTATO). Distingue-se da mera interestimulação em virtude de envolver significados e expectativas em relação às ações de outras pessoas. Podemos dizer que a interação é a reciprocidade de ações sociais.

INTERESSES. Desenvolvem-se quando o indivíduo tem conhecimento de algo, sente algo ou deseja algo; encarados subjetivamente, os interesses são desejos (veja DESEJO); objetivamente, são carências.

INSTITUIÇÕES SOCIAIS. Consistem numa estrutura relativamente permanente de padrões, papéis e relações que os indivíduos realizam segundo determinadas formas sancionadas e unificadas, com o objetivo de satisfazer às necessidades sociais básicas (Fichter). As características das instituições são: têm finalidade e conteúdo relativamente permanentes, são estruturadas, possuem estrutura unificada e valores. Além disso, devem ter **função** (a meta ou o propósito do grupo, cujo objetivo seria regular suas necessidades) e **estrutura** composta de **pessoal** (elementos humanos), **equipamentos** (aparelhamento material ou imaterial), **organização** (disposição de pessoal e do equipamento, observando-se uma hierarquia — autoridade e subordinação), **comportamento** (normas que regulam a conduta e as atitudes dos indivíduos).

ISOLAMENTO. Falta de contato ou de comunicação entre grupos ou indivíduos. Produz no indivíduo não socializado, quando mantido inteiramente afastado do convívio de outros seres humanos, o **homo ferus** (veja HOMO FERUS); quando o isolamento for pronunciado, mas não total, produz mentalidade retardada. Depois que o indivíduo estiver socializado, o isolamento prolongado provocará a diminuição das funções mentais, podendo che-

gar à loucura. Quanto ao grupo, o isolamento produz costumes sedimentados, cristalizados, que praticamente não se alteram.

LEGITIMIDADE. Implica a aceitação do poder por uma pessoa ou grupo, pois este(s) age(m) em conformidade com os valores acatados pelos subordinados (veja PODER).

LEI. Regra de comportamento formulada deliberadamente e imposta por uma autoridade especial.

LEI CONSUETUDINÁRIA. Lei fundada nos costumes.

LIBERALISMO. Conjunto de idéias e doutrinas cuja finalidade é assegurar a liberdade individual nos diversos campos da sociedade — político, econômico, religioso, da moral etc. —, sem a interferência ou imposição de grupos estruturados ou do próprio Estado. Visa assegurar o bem-estar humano sem subordinação a preconceitos de qualquer tipo.

LUTA DE CLASSES. Esforço de uma classe (veja CLASSE SOCIAL) para conseguir uma posição ou condição de maior bem-estar na comunidade, com respeito aos direitos, privilégios e oportunidades de seus membros.

MACROSSOCIOLOGIA. Estudo das relações intergrupais, dos padrões abrangentes de organização social e da estrutura social, da comunidade e da sociedade (veja ORGANIZAÇÃO SOCIAL, ESTRUTURA SOCIAL, COMUNIDADE e SOCIEDADE).

MARGINALIDADE. Tem diversas acepções. Para Stonequist, é a **personalidade marginal**: o homem marginal é aquele que, através da migração, educação, casamento ou alguma outra influência, abandona um grupo social ou cultural sem realizar um ajustamento satisfatório em outro e encontra-se na margem de ambos sem pertencer a nenhum. Segundo os estudos da DESAL, ocorre a **marginalidade cultural**: estado em que uma categoria (veja CATEGORIAS) social encontra-se sob a influência de outra categoria, mas devido a barreiras culturais se acha impedida de participar ple-

na e legitimamente do grupo que a influencia (sociedade moderna e tradicional, maioria e minoria étnica etc.). Lewis considera que a marginalidade é sinônimo de **cultura da pobreza**: composta por um conjunto de normas, valores, conhecimentos, crenças e tecnologia que é organizado e utilizado por indivíduos de uma sociedade, a fim de permitir a sua adaptação ao meio em que vivem; características principais: ausência de participação efetiva e integração nas principais instituições; grande densidade populacional, condições precárias de habitação e um mínimo de organização; ausência da infância, iniciação precoce no sexo, abandono do lar, famílias centradas na mãe; sentimentos de desespero e de dependência. A CEPAL conceituou **marginalidade ecológica**: más condições habitacionais aliadas às más condições sanitárias, escassez de serviços urbanos, baixo nível de instrução, precários padrões alimentares, baixa qualificação profissional e instabilidade ocupacional. De acordo com Rosemblüth, existe a **marginalidade política**: grupos marginais são aqueles grupos de pessoas que têm certas limitações em seus direitos reais de cidadania e pelas quais não podem participar de forma estável no processo econômico, nem têm a possibilidade de alcançar mobilidade vertical ascendente. Finalmente, Quijano considera marginalidade como **falta de integração**: é um modo não básico de pertencer e de participar na estrutura geral da sociedade. Marginalidade é um problema inerente à estrutura de qualquer sociedade e varia em cada momento histórico.

MASSA. Conjunto de elementos em que: a) o número de pessoas que expressam opiniões é incomparavelmente menor do que o das que as recebem; a massa é uma coleção abstrata de indivíduos, recebendo impressões e opiniões já formadas, veiculadas pelos meios de comunicação de massa; b) a organização da comunicação pública impede ou dificulta a resposta imediata e efetiva às opiniões externadas publi-

camente; c) as autoridades controlam ou fiscalizam os canais por meio dos quais a opinião se transforma em ação; d) os agentes institucionais têm maior penetração; a massa, portanto, não tem autonomia, sendo reduzida à formação da opinião independente através da discussão.

MÉTODO. É um conjunto de regras úteis para a investigação; é um procedimento cuidadosamente elaborado, visando provocar respostas na natureza e na sociedade e, paulatinamente, descobrir sua lógica e leis (Calderón).

MICROSSOCIOLOGIA. Estudo das relações interpessoais, dos processos sociais, do status e do papel de todas as interações padronizadas (ou não) ocorridas no seio de grupos organizados ou em situações não estruturadas (veja PROCESSO SOCIAL, STATUS, PAPEL, INTERAÇÃO, GRUPOS SOCIAIS).

MIGRAÇÃO. Movimento espacial de indivíduos ou grupos (ou até de populações) de um **habitat** para outro.

MINORIA (RACIAL, CULTURAL, NACIONAL). Grupo racial, cultural ou de nacionalidade, autoconsciente, em procura de melhor status (veja STATUS) compartilhado do mesmo **habitat** (veja **HABITAT**), economia, ordem política e social com outro grupo (racial, cultural ou de nacionalidade), que é dominante (ecológica, econômica, política ou socialmente) e que não aceita os membros do primeiro em igualdade de condições (Pierson).

MOBILIDADE SOCIAL E CULTURAL. Por **mobilidade social** entende-se toda passagem de um indivíduo ou de um grupo de uma posição social para outra, dentro de uma constelação de grupos e de estratos sociais. Por **mobilidade cultural** entende-se um deslocamento similar de significados, normas, valores e veículos (Sorokin).

MODO DE PRODUÇÃO. As relações técnicas de produção ou processo de produção, ou processo de trabalho (veja PROCESSO DE TRABALHO)

LHO) executadas sob determinadas relações de produção (veja **RELAÇÕES DE PRODUÇÃO**) originam o modo de produção. Exemplo: escravista, feudal, capitalista etc.

MODUS VIVENDI. É uma espécie de arranjo temporário que possibilita a convivência entre elementos e grupos antagônicos e a restauração do equilíbrio afetado pelo conflito (veja **CONFLITO**). O antagonismo é temporariamente regulado e desaparece como ação manifesta, embora possa permanecer latente.

MORES. Padrões obrigatórios de comportamento social exterior que constituem os modos coletivos de conduta, tidos como desejáveis pelo grupo, apesar de restringirem e limitarem o comportamento. São moralmente impostos e considerados essenciais ao bem-estar do grupo. Quando se infringe um **more**, há desaprovação moral e até sanção vigorosa (veja **SANÇÕES**).

MOVIMENTOS SOCIAIS. Ação ou agitação concentrada, com algum grau de continuidade, de um grupo que, plena ou vagamente organizado, está unido por aspirações mais ou menos concretas, segue um plano traçado e se orienta para uma mudança das formas ou instituições da sociedade existente (ou um contra-ataque em defesa dessas instituições) (Neumann).

MUDANÇA CULTURAL. Qualquer alteração na cultura, sejam traços, complexos, padrões ou toda uma cultura (veja **TRAÇOS**, **COMPLEXOS** e **PADRÕES CULTURAIS**).

MUDANÇA SOCIAL. É toda transformação, observável no tempo, que afeta, de maneira que não seja provisória ou efêmera, a estrutura ou o funcionamento da organização social de dada coletividade e modifica o curso de sua história. É a mudança de estrutura resultante da ação histórica de certos fatores ou de certos grupos no seio de dada coletividade (Rocher).

MULTIDÃO. Agregado pacífico ou tumultuoso de pessoas que ocupam determinado espaço físico. Possui as seguintes características: é de-

sordenada, descontrolada, anônima, desinibida; pode ser fanática, é constituída de unidades uniformes; os tins e os sentimentos estão enquadados pelo mais baixo denominador comum; a interação manifesta-se em termos de emoções generalizadas; os participantes adquirem segurança e poder; apresenta uma idéia fixa; pode dar expressão aos motivos inconscientes, reforçados pelo caráter cumulativo e circular de interexcitação. Apresenta os seguintes tipos: **multidões casuais** (têm existência momentânea, organização frouxa e raramente apresentam unidade); **multidões convencionais ou auditório** (o comportamento se expressa de modo preestabelecido e regularizado, possuindo duração limitada); **multidão ativa, turba ou turbamulta** (caracterizada pela existência de um alvo ou objetivo para o qual se canaliza a ação, que, em geral, é agressiva e destrutiva); **multidões em pânico** (o estímulo dentro do grupo exalta e intensifica a sensação de pânico, aumentando o caráter irracional da ação, voltada para a fuga de um perigo comum); **multidão expressiva** (a excitação é descarregada, sem regras preestabelecidas, através do simples movimento físico que tem a finalidade de afrouxar a tensão; não se dirige a um objetivo determinado).

MUTIRÃO. Sistema de trabalho (não assalariado) entre vizinhos e amigos que implica reciprocidade.

NAÇÃO. É um povo (veja POVO) fixado em determinada área geográfica. Para alguns autores, seria um povo com certa organização. Para que haja uma nação, é necessário haver um ou mais povos, um território e uma consciência comum. Quando outros elementos aparecem — identidade de língua, religião, etnia —, reforçam a unidade nacional.

NORMA. Qualquer modo ou condicionante de conduta socialmente aprovada.

OPINIÃO PÚBLICA. Consiste nas opiniões sobre assuntos de interesse da nação, livres e publicamente expressas por homens que não parti-

cipam do governo e reivindicam para suas opiniões o direito de influenciarem ou determinarem as ações, o pessoal ou a estrutura de governo (Spier).

ORDEM SOCIAL. Refere-se a certa qualidade, isto é, ao funcionamento sem choques, no seio da sociedade, da ação recíproca de indivíduos, grupos ou instituições, e por este motivo compreende valores de eficiência, coerência lógica, moralidade etc.

ORGANIZAÇÃO DA CIDADE. É constituída pelos seguintes processos: **concentração** (significa a reunião em massa de seres humanos e de utilidades em determinadas áreas que apresentam condições favoráveis às necessidades de sustento); **centralização** (é a organização das funções humanas em torno de um ponto central onde ocorre, com maior frequência, a interação social, econômica e cultural); **segregação** (quando, através da competição, determinados tipos de população e de atividades específicas são separados); **invasão** (significa a penetração, em determinada área, de tipos de população ou tipos de funções diferentes daqueles que a ocupam); **sucessão** (é o deslocamento completo dos antigos moradores que são substituídos por um novo grupo de população, ou a substituição de um tipo de utilização do terreno por outro); **descentralização** (tendência para o deslocamento de populações e de funções de menor poder competitivo — à medida que as áreas centralizadas atingem o máximo de sua capacidade funcional — para áreas periféricas); **rotinização ou fluidez** (é o movimento diário de ida e volta da população entre o seu local de residência e os locais de trabalho, de comércio, de diversão etc.)

ORGANIZAÇÃO SOCIAL. Partindo da constatação de que os membros e os grupos de uma sociedade são unidos por um sistema de relações de obrigação, isto é, por uma série de deveres e direitos (privilegios) recíprocos, aceitos e praticados por eles, a organização social refere-se aos sistemas de relações de obriga-

ção que existem entre os grupos que constituem determinada sociedade. Distingue-se da estrutura social que se refere à colocação e posição de indivíduos e de grupos dentro desse sistema de relações de obrigação (Brown e Barnett).

PADRÕES CULTURAIS. Conjunto de complexos culturais. O conceito de padrão implica maior integração e inter-relação dos elementos como unidade semi-independente, num todo (veja COMPLEXOS CULTURAIS).

PAPEL. É o padrão de comportamento esperado e exigido de pessoas que ocupam determinado status (veja STATUS). Portanto, as maneiras de comportar-se, esperadas de qualquer indivíduo que ocupe certa posição (status), constituem o papel associado com aquela posição.

PARENTESCO. Reconhecimento social e expressão do vínculo genealógico, tanto consanguíneo quanto por afinidade.

PESQUISA. Investigação sistemática levada a efeito no universo real: sempre se orienta pelas teorias anteriores (veja TEORIA) e se esforça em relacionar com elas, logicamente, todas as novas descobertas e invenções, verificando, assim, o alcance da teoria anterior, modificando-a ou rejeitando-a (Delorenzo).

PESSOA SOCIAL. Indivíduo humano socializado e possuidor de status e papéis.

PLANEJAMENTO SOCIAL. Intervenção do Estado ou do poder público na organização da sociedade. Exige uma ordem de prioridades, de acordo com as necessidades. Geralmente especifica várias limitações de tempo à sua realização, da mesma forma que indica métodos de execução, inclusive a distribuição de recursos apropriados. É setorial, diferindo, portanto, da planificação, que é global.

PODER. Capacidade que um indivíduo ou grupo de indivíduos tem de provocar a aceitação e o cumprimento de uma ordem.

POVO. Refere-se a um agrupamento humano com cultura semelhante

(língua, religião, tradições) e antepassados comuns; supõe certa homogeneidade e desenvolvimento de laços espirituais entre si.

PRECONCEITO. Atitude social (veja ATITUDE) que surge em condições de conflito (veja CONFLITO) com a finalidade de auxiliar a manutenção do status ameaçado (veja STATUS).

PRESSÃO SOCIAL. Conjunto das influências que se exerce sobre os indivíduos ou grupos com o propósito de modificar sua conduta, para conseguir certos objetivos claramente definidos. Com um sentido mais restrito, entende-se que é uma forma de opinião pública (veja OPINIÃO PÚBLICA), cujo peso se faz valer com frequência perante os funcionários públicos ou os corpos legislativos, para levar a cabo determinadas ações a respeito de problemas sociais (veja PROBLEMAS SOCIAIS) concretos (Watson).

PROBLEMA SOCIAL. É considerado como um problema de relações humanas que ameaça seriamente a própria sociedade ou impede as aspirações importantes de muitas pessoas. Um problema social existe quando a capacidade de uma sociedade organizada, para ordenar as relações entre as pessoas, parece estar falhando (Raab e Slznick).

PROCESSO SOCIAL. Qualquer mudança ou interação social (veja INTEIRAÇÃO) em que é possível destacar uma qualidade ou direção contínua ou constante. Produz aproximação — cooperação, acomodação, assimilação (veja verbetes próprios) — ou afastamento — competição, conflito (veja estes verbetes).

PROCESSO DE TRABALHO. Designa geralmente as relações do homem com a natureza e é denominado também de relações técnicas de produção ou processo de produção.

PROPRIEDADE. Consiste nos direitos e deveres de uma pessoa (o proprietário) ou de um grupo que se ergue contra todas as demais pessoas ou grupos, no que concerne a certos bens escassos (Davis). Por conseguinte, o direito de propriedade refere-se tanto a coisas concretas, objetos palpáveis, quan-

to a coisas impalpáveis, e apresenta três tipos distintos: o **direito de uso**, o **direito de controle** e o **direito de disposição**.

PÚBLICO. Conjunto de indivíduos em que: a) é praticamente igual o número de pessoas que expressam e recebem opiniões; b) a organização da comunicação pública permite uma resposta imediata e efetiva a uma opinião publicamente expressa; c) a opinião, formada através dessa discussão, encontra possibilidades de transformar-se em ação efetiva, mesmo contra o sistema de autoridade vigente, se necessário; d) a instituição de autoridade não tem penetração: o público é, portanto, mais ou menos autônomo em suas ações.

RELAÇÕES DE PRODUÇÃO. As atuações do homem sobre a natureza (processo de trabalho — veja **PROCESSO DE TRABALHO** —, processo de produção ou relações técnicas de produção) não são isoladas: na produção e distribuição necessárias ao consumo, o homem relaciona-se com outros seres humanos, sob uma forma social historicamente determinada, originando as relações de produção concretas dessa época.

RELIGIÃO. Constitui um sistema unificado de crenças e práticas relativas a coisas sagradas, isto é, a coisas colocadas à parte e proibidas — crenças e práticas que unem, numa comunidade moral única, todos os que as adotam (Durkheim)

REVOLUÇÃO. Mudança brusca e profunda na estrutura social (veja **ESTRUTURA SOCIAL**) ou em aspectos importantes dela. Distingue-se da simples mudança social (veja **MUDANÇA SOCIAL**) pelo seu alcance e velocidade. Pode ser ou não acompanhada de violência e desorganização temporária. O essencial na revolução é a mudança brusca e não a violência que muitas vezes a acompanha.

SANÇÕES. A palavra "sanções" tem duplo sentido. Em primeiro lugar, e de uso mais comum, "aplicar sanções" significa aplicar penalidades por determinadas condutas que violem disposições legais, regulamentos, usos ou costumes, ou criar res-

trições e proibições que cerceiam a liberdade de conduta. Num segundo sentido, entendeu-se por "sanção" qualquer forma de aprovação de um ato ou forma de conduta determinados, ou a aprovação com que se ratifica a validade de algum ato, uso ou costume.

SETORES DA ECONOMIA. **Setor primário:** abrange as atividades rurais como agricultura, pecuária e indústrias extrativas; **setor secundário:** corresponde às atividades industriais, indústria de transformação; **setor terciário:** inclui todos os serviços, comércio, bancos, transportes, seguros, educação etc.

SÍMBOLO. Por sua forma e natureza, os símbolos evocam, perpetuam ou substituem, em um determinado contexto, algo abstrato ou ausente.

SINCRETISMO. Processo de fusão de elementos ou traços culturais, dando como resultado um traço ou elementos novos (veja **TRAÇOS CULTURAIS**).

SISTEMA SOCIAL. Uma pluralidade de indivíduos que desenvolve interações (veja **INTERAÇÕES**), segundo normas e significados culturais compartilhados.

SOCIALISMO. Em sua essência, o socialismo é muito mais um conceito econômico que político; baseia-se no princípio da propriedade pública (coletiva) dos instrumentos materiais de produção. Diferentemente do que ocorre em uma economia de mercado (veja **CAPITALISMO**), o capital das empresas não é propriedade privada, mas pertence à coletividade, representada pelo Estado. Na realidade, o socialismo não pressupõe a abolição total da propriedade privada, mas somente a dos meios de produção (bens de capital), que passam do domínio público, mantendo-se a propriedade individual dos bens de consumo e de uso. Por outro lado, no sistema socialista, inexistente o capital particular, auferidor de lucros, em função do que é acionada e impulsionada toda a economia de mercado: o estímulo que dinamiza a economia deverá ser o ideal de progresso, assim como o desejo coletivo de alcançar níveis elevados de bem-

-estar econômico e social. As decisões sobre o objeto, o volume e os preços da produção não são da alçada do administrador de empresa, mas constituem metas estabelecidas no planejamento governamental.

SOCIALIZAÇÃO. Processo pelo qual ao longo da vida a pessoa humana aprende e interioriza os elementos sócio-culturais do seu meio, integrando-os na estrutura de sua personalidade sob a influência de experiências de agentes sociais significativos, adaptando-se assim ao ambiente social em que deve viver (Rocher).

SOCIEDADE. Estrutura formada pelos grupos principais, ligados entre si, considerados como uma unidade e participando todos de uma cultura comum (Fichter).

SOCIOLOGIA. Estudo científico das relações sociais, das formas de associação, destacando-se os caracteres gerais comuns a todas as classes de fenômenos sociais, fenômenos que se produzem nas relações de grupos entre seres humanos.

SOLIDARIEDADE. Condição do grupo que resulta da comunhão de atitudes (veja ATITUDES) e de sentimentos, de modo a constituir o grupo em apreço uma unidade sólida, capaz de resistir às forças exteriores e mesmo de tornar-se ainda mais firme em face de oposição vinda de fora (Pierson).

SOLIDARIEDADE MECÂNICA. Característica da fase primitiva da organização social que se origina das semelhanças psíquicas e sociais (e, até mesmo, físicas) entre os membros individuais. Para a manutenção dessa igualdade, necessária à sobrevivência do grupo, deve a coerção social, baseada na consciência coletiva (veja CONSCIÊNCIA COLETIVA), ser severa e repressiva. O progresso da divisão do trabalho faz com que a sociedade de solidariedade mecânica se transforme.

SOLIDARIEDADE ORGÂNICA. A divisão do trabalho, característica das sociedades mais desenvolvidas, ge-

ra um novo tipo de solidariedade, não mais baseado na semelhança entre os componentes (solidariedade mecânica), mas na complementação de partes diversificadas. O encontro de interesses complementares cria um laço social novo, ou seja, um outro tipo de princípio de solidariedade, com moral própria, e que dá origem a uma nova organização social — solidariedade orgânica. Sendo seu fundamento a diversidade, a solidariedade orgânica implica maior autonomia, com uma consciência individual mais livre.

STATUS. É o lugar ou posição que a pessoa ocupa na estrutura social (veja ESTRUTURA SOCIAL), de acordo com o julgamento coletivo ou consenso de opinião do grupo. Portanto, o status é a posição em função dos valores sociais correntes na sociedade. Pode apresentar-se como status legal e/ou social. **Status legal** é uma posição caracterizada por direitos (reivindicações pessoais apoiadas por normas) e obrigações (deveres prescritos por normas), capacidades e incapacidades, reconhecidas pública e juridicamente, importantes para a posição e as funções na sociedade. **Status social:** abrange características da posição que não são determinadas por meios legais. Portanto, difere do status legal por ser mais amplo e abarcar outras características de comportamento social além das estipuladas por lei. Além de legal e social, os status podem ser atribuídos ou adquiridos. **Status atribuído:** independe da capacidade do indivíduo; é-lhe atribuído mesmo contra sua vontade, em virtude de seu nascimento. **Status adquirido:** depende do esforço e do aperfeiçoamento pessoal. Por mais rígida que seja a estratificação de uma sociedade (veja ESTRATIFICAÇÃO) e numerosos os status atribuídos, há sempre possibilidade de o indivíduo alterar seu status através de habilidade, conhecimento e capacidade pessoal. Esta conquista do status deriva, portanto, da competição (veja COMPETIÇÃO) entre pessoas e grupos, e constitui vitória sobre os demais. Outras formas de status são: **Status principal,**

básico ou **chave** (é o status mais significativa para a sociedade, já que as pessoas possuem tantos status quantos torem os grupos de que participam); **status posicional** (aparece quando determinados aspectos — família, educação, ocupação e renda — e alguns índices exteriores — modos de falar, maneiras de se portar etc. — caracterizam o indivíduo como representante de determinado grupo ou classe social, sendo portador de certo prestígio. Portanto, é a posição social atribuída pelos valores convencionais correntes na sociedade ao grupo ou categoria — veja CATEGORIA — do qual o indivíduo é um representante); **status pessoal** (é a posição social real determinada pelas atitudes e comportamentos daqueles entre os quais o indivíduo vive e se movimenta, fazendo com que pessoas, com idêntico **status posicional**, tenham, mercê de suas qualidades particulares, diferentes **status pessoais**).

SUPERORGÂNICO. Abrangido pelas Ciências Sociais, tem seu início justamente quando os estudos físicos (inorgânico) e biológicos (orgânico) do homem e de seu universo terminam. O superorgânico é observado no mundo dos seres humanos em interação e nos produtos dessa interação: linguagem, religião, filosofia, ciência, tecnologia, ética, usos e costumes e outros aspectos culturais e da organização social.

SUPRA-ESTRUTURA. Divide-se em dois níveis: o primeiro, a estrutura jurídico-política, é formado pelas normas e leis que correspondem à sistematização das relações de produção já existentes (veja **RELAÇÕES DE PRODUÇÃO**); o segundo, a estrutura ideológica (filosofia, arte, religião etc.), justificativa do real, é formado por um conjunto de idéias de determinada classe social (veja **CLASSE SOCIAL**) que, através de sua ideologia (veja **IDEOLOGIA**), defende seus interesses.

TABU. Designa imposições (principalmente proibições) de mérito, apresentadas como inquestionáveis, isto é, de cuja origem e validade não é lícito indagar. Encontra-se

na base das religiões ágrafas, nas quais inexistem esforços de justificação racional. Por vezes, essas imposições coincidem com preceitos, conduzindo à ordem social ou a práticas higiênicas, mas não se cogita, mesmo nesses casos, de qualquer fundamento de ordem lógica.

TEORIA. Consiste num sistema de proposições ou hipóteses (veja **HIPÓTESES**) que têm sido constatadas como válidas (ou plausíveis) e sustentáveis.

TIPO IDEAL. As construções de tipo ideal fazem parte do método tipológico criado por Max Weber que, até certo ponto, se assemelha ao método comparativo. Ao comparar fenômenos sociais complexos, o pesquisador cria tipos ou modelos ideais, construídos a partir de aspectos essenciais dos fenômenos. A característica principal do tipo ideal é não existir na realidade, mas servir de modelo para a análise de casos concretos, realmente existentes.

TOTEM. Animal, planta ou objeto do qual deriva o nome de um grupo ou clã (veja **CLÃ**), e que se constitui supostamente em seu ancestral ou está relacionado de maneira sobrenatural com um antepassado. Sobre o totem recai tabu alimentício (veja **TABU**) e se manifestam atitudes especiais.

TOTEMISMO. Forma de organização social e prática religiosa que supõe, de modo típico, uma íntima associação entre o grupo ou clã (veja **CLÃ**) e seu totem (veja **TOTEM**).

TRAÇOS CULTURAIS. A menor parte ou componente significativo da cultura (veja **CULTURA**).

TRADIÇÃO. Aspectos culturais, material e espiritual, transmitidos oralmente, de geração a geração, através de hábitos, usos e costumes (veja **USOS**).

TRANSCULTURAÇÃO. Processo de difusão e infiltração de complexos ou traços culturais de uma para outra sociedade ou grupo cultural; troca de elementos culturais (veja **TRAÇOS** e **COMPLEXOS CULTURAIS**).

TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS. Constituem etapas de mudança social (veja **MUDANÇA SOCIAL**). Apresentam as seguintes formas: I. Transformação definida e contínua — **processo**. II. Transformação definida e contínua em uma direção específica: a) determinada quantitativamente, com relação à magnitude — **crescimento**; b) determinada quantitativamente em relação a uma diferenciação estrutural ou funcional — **evolução**; c) determinada quantitativamente de acordo com sua concordância com padrão de valores — **progresso**; d) determinada em relação a outro objeto ou sistema, segundo sua compatibilidade no seio de um processo comum — **adaptação** (MacIver e Page).

USOS. Normas de conduta coletiva; não são consideradas obrigatórias.
UTOPIA. Designa o regime social, econômico e político que, por ser perfeito e ideal, não pode ser encontrado em nenhum lugar.

VALOR. Consiste em qualquer dado que possua um conteúdo empírico acessível aos membros do grupo e uma significação com relação à qual é, ou poderá ser, objeto de atividade (Thomas).

VIZINHANÇA. Significa contato, interação (veja **CONTATO** e **INTERAÇÃO**) e intercâmbio entre pessoas que se conhecem: é uma área em que os residentes dão-se pessoalmente, desenvolvem o hábito de se visitarem, trocam diversos artigos e serviços e, de modo geral, desenvolvem certas atividades conjuntas.

Bibliografia

- ABEL, Theodore. *Os fundamentos da teoria sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- AGUIAR, Neuma (org.). *Hierarquias em classes*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
- ANDERSON, Walfred A. & FREDERICK, B. Parker. *Uma introdução à sociologia*. 2.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- ANDREOTTI NETO, Nello. *Curso de sociologia para estudantes*. São Paulo, Ridel, 1976.
- ARGYLE, Michael. *A interação social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo, Martins Fontes/EUB, 1982.
- . *Temas de sociologia contemporânea*. 2.ed. Lisboa, Presença, 1969.
- . *Novos temas de sociologia contemporânea*. Lisboa, Presença, 1964.
- AUGRAS, Monique. *Opiniã pública; teoria e pesquisa*. 2.ed. Petrópolis, Vozes, 1974.
- AVISHAR, Rajel & JAN, Mijael. *El grupo como marco educativo*. Tel Aviv, Ijud Habdonim, 1964.
- AZEVEDO, Fernando de. *Princípios de sociologia*. 9.ed. São Paulo, Melhoramentos, 1964.
- BASTIDE, Roger (org.). *Usos e sentidos de termo "estrutura"*. São Paulo, EDUSP, 1971.
- BEALS, Ralph & HOIJER, Harry. *Introducción a la antropología*. Madrid, Aguillar, 1969.
- BELTRÃO, Pedro Calderan. *Sociologia da família contemporânea*. Petrópolis, Vozes, 1970.
- BENEDICT, Ruth. *Padrões de cultura*. Lisboa, Livros do Brasil, s. d.
- BERGER, Peter L. *Perspectivas sociológicas; uma visão humanística*. 4.ed. Petrópolis, Vozes, 1978a.
- . *A construção social da realidade*. 4.ed. Petrópolis, Vozes, 1978b.
- BERRY, David. *Idéias centrais em sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- BERTELLI, Antônio R. et alii (org.). *Sociologia do conhecimento*. 2.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

- BERTRAN, Alvin L. & associados. *Sociologia rural*. São Paulo, Atlas, 1973.
- BETTELHEIM, Charles. *A luta de classes na União Soviética*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- BIESANZ, John & BIESANZ, Mavis. *Introdução à ciência social*. São Paulo, Nacional, 1972.
- BIRNBAUM, Pierre & CHAZEL, François. *Teoria sociológica*. São Paulo, HUCITEC/EDUSP, 1977.
- BLAU, Peter M. (org.). *Introdução ao estudo da estrutura social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- & SCOTT, W. Richard. *Organizações formais; uma abordagem comparativa*. São Paulo, Atlas, 1970.
- BOAS, Franz. *Cuestiones fundamentales de antropología cultural*. Buenos Aires, Solar/Hachete, 1964.
- BOGARDUS, Emory S. *A evolução do pensamento social*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1965. 2 v.
- BOSCHI, Renato Raul (org.). *Movimentos coletivos no Brasil urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- BOTTOMORE, T. B. *A sociologia como crítica social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- *As classes na sociologia moderna*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
- *Introdução à sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1965a.
- *As elites e a sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar, 1965b.
- BOTTOMORE, Tom & NISBET, Robert (orgs.). *História da análise sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- BOUDON, Raymond. *A desigualdade das oportunidades*. Brasília, EUB, 1973.
- *Métodos quantitativos em sociologia*. Petrópolis, Vozes, 1971.
- *Efeitos perversos e ordem social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
- BOUTHOU, Gaston. *História da sociologia*. 3.ed. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.
- BRANDÃO LOPES, Juarez Rubens. *Desenvolvimento e mudança social*. 3.ed. São Paulo, Nacional/MEC, 1976.
- BROOM, Leonard & SELZNICK, Philip. *Elementos de sociologia*. Rio de Janeiro. Livros Técnicos e Científicos, 1979.
- BUCKLEY, Walter. *A sociologia e a moderna teoria dos sistemas*. São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1971.
- CAPLOW, Theodore. *Sociología fundamental*. Barcelona, Vicenz-Vives, 1975.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *As idéias e seu lugar; ensaios sobre teorias do desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes, 1980.
- & IANNI, Octávio (org.). *Homem e sociedade*. 2.ed. São Paulo, Nacional, 1965.
- CASO, Antonio. *Sociología*. 15.ed. México, Limusa Wiley, 1969.
- CASTELLS, Manuel. *Movimentos sociales urbanos*. 6.ed. México, Siglo Veinteuno, 1980.
- CASTRO, Anna Maria de & DIAS, Edmondo Fernandes. *Introdução ao pensamento sociológico*. Rio de Janeiro, Eldourado Tijuca, 1975.
- CERVO, Amado Luiz & BERVIAN, Pedro Alcino. *Metodologia científica; para uso dos estudantes universitários*. 2.ed. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1978.

- CHASE, Stuart. *Introdução às ciências sociais*. São Paulo, Sociologia e Política, 1956.
- CHAUNN, Pierre. *A história como ciência social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- CHINOY, Ely. *Sociedade; uma introdução à sociologia*. 2.ed. São Paulo, Cultrix, 1971.
- CHURCHMAN, C. West. *Introdução à teoria dos sistemas*. 2.ed. Petrópolis, Vozes, 1972.
- CIVITA, Victor (ed.). *Nietzsche; obras incompletas*. São Paulo, Abril Cultural, 1974.
- COHEN, Bruce. *Sociologia geral*. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1980.
- COHEN, Percy S. *Teoria social moderna*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- COHN, Gabriel. *Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979.
- . *Sociologia: para ler os clássicos*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977.
- COULSON, Margaret A. & RIDDELL, David S. *Introdução crítica à sociologia*. 2.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
- CURY, Antonio. *Organização e métodos: uma perspectiva comportamental*. São Paulo, Atlas, 1983.
- CUVILLIER, Armand. *Introdução à sociologia*. São Paulo, Nacional, 1966.
- . *Manual de sociologia*. Coimbra, Coimbra Editora, 1965. 3 v.
- DAHRENDORF, Ralf. *Ensaio de teoria da sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar/EDUSP, 1974.
- . *Las clases sociales y su conflicto en la sociedad industrial*. Madrid, Rialp, 1962.
- DAVIS, Kingsley. *A sociedade humana*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961. 2 v.
- . *et alii. Cidades: a urbanização da humanidade*. 2.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- DELORENZO Neto, A. *Sociologia aplicada à administração; sociologia das organizações*. 7.ed. São Paulo, Atlas, 1980.
- . *Sociologia aplicada à educação*. São Paulo, Duas Cidades, 1974.
- DEMO, Pedro. *Sociologia; uma introdução crítica*. São Paulo, Atlas, 1983.
- DEUS, Jorge Dias de (org.). *A crítica da ciência; sociologia e ideologia da ciência*. 2 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- DRUCKER, Peter F. *Uma era de descontinuidade*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- DURKHEIM, Émile. *A ciência social e a ação*. São Paulo, DIFEL, 1975.
- . *O suicídio*. Lisboa, Presença, 1973a.
- . *De la división del trabajo social*. Buenos Aires, Schapire, 1973b.
- . *As regras do método sociológico*. 4.ed. São Paulo, Nacional, 1966.
- DUVIGNAUD, Jean (dir.). *Sociologia; guia alfabético*. Rio de Janeiro, Forense/Universitária, 1974.
- EISENSTADT, S. N. *Modernização: protesto e mudança*. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
- . *Modernização e mudança social*. Belo Horizonte, Editora do Professor, 1968.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

- ETZIONI, Amitai. *Análise comparativa de organizações complexas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
- *Organizações modernas*. São Paulo, Pioneira, 1967.
- & ETZIONI, Eva (comp.). *Los cambios sociales; fuentes, tipos y consecuencias*. México, Fondo de Cultura Económica, 1968.
- FAIRCHILD, Henry Pratt (org.). *Diccionario de sociologia*. 4.ed. México, Fondo de Cultura Económica, 1966.
- FERNANDES, Florestan. *A sociologia numa era de revolução social*. 2.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- *Capitalismo dependente; classes sociais na América Latina*. 2.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1974.
- *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 2.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. 2.ed. São Paulo, Pioneira, 1971.
- *Elementos de sociologia teórica*. São Paulo, Nacional, 1970.
- FICHTER, Joseph H. *Sociologia*. São Paulo, Editora Pedagógica Universitária, 1973.
- FIRTH, Raymond. *Elementos de organização social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
- FLESCHE, Rudolf. *The art for clear thinking*. London, Collica Books, 1961.
- FORACCHI, Marialice M. & MARTINS, José de Souza. *Sociologia e sociedade*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. *História das civilizações*. 2.ed. São Paulo, Atlas, 1976.
- FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. São Paulo, Forense, 1970.
- FREYRE, Gilberto. *Sociologia*. 4.ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1967. 2 v.
- FOSTER, G. M. *Las culturas tradicionales y los cambios técnicos*. México, Fondo de Cultura Económica, 1964.
- GALBRAITH, John Kenneth. *O novo estado industrial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- GALLIANO, A. Guilherme. *Introdução à sociologia*. São Paulo, Harper & Row do Brasil, 1981.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- GERMANI, Gino. *Sociologia da modernização*. São Paulo, Mestre Jou, 1974.
- GERTH, Hans & MILLS, C. Wright. *Caráter e estrutura social*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973.
- GIDDENS, Anthony. *As idéias de Durkheim*. São Paulo, Cultrix, 1981.
- *Novas regras do método sociológico*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- *A estrutura de classes das sociedades avançadas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- GINSBERG, Morris. *Psicologia da sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar, 1966.
- GOODE, William J. *A família*. São Paulo, Pioneira, 1970.
- & HATT, Paul K. *Métodos em pesquisa social*. 2.ed. São Paulo, Nacional, 1968.
- GREEN & JOHNS. *Introducción a la sociología*. Barcelona, Labor, 1969.

- GUIA PRÁTICO DE ANTROPOLOGIA. São Paulo, Cultrix, 1971.
- GUILLAUME, Pierre et alii. *Desenvolvimento das classes sociais*. Porto, Rés, 1976.
- GURVITCH, Georges (org.). *El concepto de classes sociales*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1970.
- . *Los fundadores franceses de la sociología contemporánea: Saint-Simon y Proudhon*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1955.
- . *Tratado de sociología*. Buenos Aires, Kapelusz, 1962. 2 v.
- GUSMÃO, P. Dourado de. *Manual de sociologia*. 5.ed. Rio de Janeiro, Forense/Universitária, 1977.
- . *Teorias sociológicas*. 2.ed. Rio de Janeiro, Forense, 1968.
- HADDOCK LOBO, Roberto Jorge. *História econômica geral e do Brasil*. 4.ed. São Paulo, Atlas, 1973.
- HAUSER, Philip M. et alii. *Panorama da população mundial*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1965.
- HEER, David M. *Sociedade e população*. São Paulo, Pioneira, 1972.
- HEINTZ, Peter. *Poder y prestigio*. Buenos Aires, Editorial Universitária de Buenos Aires, 1968.
- HERSKOVITS, Melville J. *Antropologia cultural*. São Paulo, Mestre Jou, 1963. 3 v.
- HIRANO, Sedi. *Castas, estamentos e classes sociais*. São Paulo, Alfaômega, 1974.
- HIRST, Paul O. *Evolução social e categorias sociológicas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- HOEBEL, R. Adamson & FROST, Everett L. *Antropologia cultural e social*. São Paulo, Cultrix, 1981.
- HORKHEIMER, Max & ADORNO, Theodor W. *Temas básicos de sociologia*. São Paulo, Cultrix, 1973.
- HORTON, Paul B. & HUNT, Chester L. *Sociologia*. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1980.
- HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. 10.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
- IANNI, Octávio. *Teorias de estratificação social*. 2.ed. São Paulo, Nacional, 1973.
- INKELES, Alex. *O que é sociologia*. São Paulo, Pioneira, 1967.
- JACCARD, Pierre. *Introdução às ciências sociais*. Lisboa, Horizonte, 1974.
- JOHNSON, Harry M. *Introdução sistemática ao estudo da sociologia*. Rio de Janeiro, Lidador, 1960.
- KAHN, J. L. *El concepto de cultura; textos fundamentales*. Barcelona, Anagrama, 1975.
- KEESING, Felix M. *Antropologia cultural*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961. 2 v.
- KERR, Clark. *A sociedade multidimensional*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- KLUCKHOHN, Clyde. *Antropologia; um espelho para o homem*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1963.
- KOENIG, Samuel. *Elementos de sociologia*. 2.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 190.
- KRADER, Lawrence. *A formação do estado*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- KROEBER, A. L. et alii. *Organização social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
- LAKATOS, Eva Maria. *Estrutura e organização social em Israel*. Osasco, Faculdade Municipal de Ciências Econômicas e Administrativas, 1970.

- LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo, Atlas, 1983. Capítulo 2.
- . *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo, Atlas, 1985b.
- LANE, Robert E. & SEARS, David O. *A opinião pública*. Rio de Janeiro, Zahar, 1966.
- LEÃO, A. Carneiro. *Fundamentos de sociologia*. 5.ed. São Paulo, Melhoramentos, 1963.
- LEE, Alfred McClung (org.). *Princípios de sociologia*. São Paulo, Herder, 1962.
- LEFÈBVRE, Henri. *Sociologia de Marx*. Rio de Janeiro, Forense, 1966.
- LEINHARDT, Godfrey. *Antropologia social*. 2.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- LENHARD, Rudolf. *Sociologia geral*. 2.ed. São Paulo, Pioneira, 1973.
- LINTON, Ralph. *O homem; uma introdução à antropologia*. 3.ed. São Paulo, Martins, 1959.
- LITTLEJOHN, James. *Estratificação social; uma introdução*. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Totemismo hoje*. Petrópolis, Vozes, 1973.
- LUKÁCS, Gyorgy et alii. *Estrutura de classes e estratificação social*. 2.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
- MACHADO NETO, A. L. & MACHADO NETO, Zahidé. *Sociologia básica*. São Paulo, Saraiva, 1975.
- MACHIAVELLI. *O príncipe*. São Paulo, Exposição do Livro, s.d.
- MACIVER, R. M. & PAGE, Charles H. *Sociologia*. Madrid, Tecnoç, 1972.
- MACK, Raymond & SNYDER, Richard C. *El analisis del conflicto social*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1974.
- MAGEE, Bryan. *As idéias de Popper*. 3.ed. São Paulo, Cultrix, 1979.
- MAIR, Lucy. *Introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Uma teoria científica da cultura*. Rio de Janeiro, 1962.
- MANNHEIM, Karl. *Diagnóstico de nosso tempo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967a.
- . *Ideologia e utopia*. 2.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1967b.
- . *Sociologia sistemática*. São Paulo, Pioneira, 1962.
- MARCONI, Marina de Andrade & PRESOTTO, Zelia Maria Neves. *Antropologia; uma introdução*. São Paulo, Atlas, 1985.
- . *Técnicas de pesquisa*. São Paulo, Atlas, 1985a.
- MARCUSE, Herbert. *O fim da utopia*. São Paulo, Perspectiva, 1969.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- MARTINDALE, Don. *La teoría sociológica; natureza y escuelas*. Madrid, Aguillar, 1971.
- MARX, Karl. *El capital*. México, Fondo de Cultura Económica, 1975a. 3 v.
- . *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975b.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1974.
- . *Ensaio de sociologia*. São Paulo, Perspectiva, 1969.
- MENDRAS, Henri. *Princípios de sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.

- MERTON, Robert K. *Sociologia; teoria e estrutura*. São Paulo, Mestre Jou, 1970.
- MILIBAND, Ralph. *O estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- MILLS, C. Wright. *A imaginação sociológica*. 2.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1969a.
- *A nova classe média*. Rio de Janeiro, Zahar, 1969b.
- *A elite do poder*. 2.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
- MILLS, Theodore M. *Sociologia dos pequenos grupos*. São Paulo, Pioneira, 1970.
- MONTAGU, Ashley. *Introdução à antropologia*. São Paulo, Cultrix, 1972.
- MORRIS, R. N. *Sociologia urbana*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- MÜLLER, Antonio Rubbo. *Elementos basilares da organização humana*. São Paulo, Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1957 (mimeo).
- NÉRICI, Imídeo Giuseppe. *Introdução à lógica*. 5.ed. São Paulo, Nobel, 1978.
- NEVES, José Adolfo Pereira. *Desenvolvimento e população*. São Paulo, Atlas, 1973.
- NICOLAI, André. *Comportamento econômico e estruturas sociais*. São Paulo, Nacional, 1973.
- NOGUEIRA, Oracy. *Pesquisa social*. São Paulo, Nacional, 1968.
- NOVA, Sebastião Vila. *Desigualdade, classe e sociedade*. São Paulo, Atlas, 1982.
- *Introdução à sociologia*. São Paulo, Atlas, 1981.
- OGBURN, William F. & NIMKOFF, Meyer F. *Sociología*. Madrid, Aguillar, 1971.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo, Pioneira, 1976.
- OSSOWSKI, Stanislaw. *Estrutura de classes na consciência social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.
- PARSONS, Talcott. *Sociedades; perspectivas evolutivas e comparativas*. São Paulo, Pioneira, 1969.
- *La estructura de la acción social*. Madrid, Guadarrama, 1968, 2 v.
- *Ensayos de teoría sociológica*. Buenos Aires, Paidós, 1967.
- (org.). *A sociologia americana*. São Paulo, Cultrix, 1970.
- & SHILS, Edward A. *Hacia una teoría general de la acción*. Buenos Aires, Paidós, 1967.
- PASTORE, José. *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*. São Paulo, T. A. Queiroz/EDUSP, 1979.
- PASCHOALI, Antonio. *Comunicación y cultura de masa*. 2.ed. Caracas, Monte Avila, 1972.
- PEREIRA, João Baptista Borges. *A escola secundária numa sociedade em mudança*. São Paulo, Pioneira, 1969.
- PEREIRA, Luiz (org.). *Populações "marginais"*. São Paulo, Duas Cidades, 1978.
- (org.). *Urbanização e subdesenvolvimento*. 2.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- & FORACCHI, Marialice M. *Educação e sociedade*. 6.ed. São Paulo, Nacional, 1974.
- PETITFILS, Jean-Christian. *Os socialistas utópicos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- PIERSON, Donald. *Teoria e pesquisa em sociologia*. 9.ed. São Paulo, Melhoramentos, 1965.

- (org). *Estudos de ecologia humana*. São Paulo, Martins, 1970a.
- (org.). *Estudos de organização social*. São Paulo, Martins, 1970b.
- PIN, Emile. *As classes sociais*. São Paulo, Duas Cidades, 1964.
- PINTO, L. A. Costa & BAZZANELLA, W. *Processos e implicação do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
- PLOLITZER, Georges. *Princípios elementares de filosofia*. 9.ed. Lisboa, Prelo, 1979.
- *et alii*. *Princípios fundamentais de filosofia*. São Paulo, Hemus, s.d.
- POPPER, Karl S. *Autobiografia*. São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1977.
- *A lógica da pesquisa científica*. 2.ed. São Paulo, Cultrix, 1975a.
- *Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária*. São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1975b.
- *Conjecturas e refutações*. Brasília, EUB, s.d.
- POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- *et alii*. *Sartre y el estructuralismo*. Buenos Aires, Quintana, 1968.
- POURSIN, Jean-Marie & DUPUY, Gabriel. *Malthus*. São Paulo, Cultrix, 1975.
- POVIÑA, Alfredo. *Diccionario de sociología a través de los sociólogos*. Buenos Aires, Astrea, 1976. 2 v.
- *La sociología contemporânea*. Buenos Aires, Arayú, 1955.
- QUAGLIA, Vicente. *Sociologia: princípios e problemas*. São Paulo, Obelisco, 1964.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Bairros rurais paulistas*. São Paulo, Duas Cidades, 1973.
- RADCLIFFE-BROWN, A. R. *Estrutura e função na sociedade primitiva*. Petrópolis, Vozes, 1973.
- RAISON, Timothy (org.). *Os precursores das ciências sociais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.
- REDFIELD, Robert. *O mundo primitivo e suas transformações*. São Paulo, Sociologia e Política, 1964.
- *Civilização e cultura de folk*. São Paulo, Martins, 1949.
- REX, John. *Problemas fundamentais da teoria sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- RICHTA, Radovan. *Revolução científica e técnicas e transformações sociais*. Porto, Firmeza, 1973.
- RIGOL, Pedro Negre. *Sociologia do terceiro mundo*. Petrópolis, Vozes, 1977.
- ROCHER, Guy. *Talcott Parsons e a sociologia americana*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.
- *Sociologia geral*. Lisboa, Presença, 1971. 5 v.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Trabalhadores, sindicatos e industrialização*. São Paulo, Brasiliense, 1974.
- ROSE, Caroline B. *Iniciação ao estudo da sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- RUMNEY, Jay & MAIER, Joseph. *Manual de sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1957.
- SALMON, Wesley C. *Lógica*. 4.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- SANTOS, Theotonio dos. *Conceito de classes sociais*. Petrópolis, Vozes, 1982.

- SCHADEN, Egon. *Aculturação indígena*. São Paulo, Pioneira/EDUSP, 1969.
- SCHILLING, Kurt. *História das idéias sociais*. 2.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
- SCOTSON, John. *Introdução à sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- SELZNICK, P. *A liderança na administração; uma interpretação sociológica*. Rio de Janeiro, FGV, 1972.
- SHAPIRO, Harry L. (org.). *Homem, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1966.
- SICHES, Recásens. *Tratado de sociologia*. Porto Alegre, Globo, 1965. 2 v.
- SINGER, Paul & BRANT, Vinicius Caldeira (org.). *São Paulo; o povo em movimento*. Petrópolis, Vozes/CEBRAP, 1980.
- SKIDMORE, William. *Pensamento teórico em sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- SMELSER, Nell J. *A sociologia da vida econômica*. São Paulo, Pioneira, 1968.
- SMITH, T. Lynn. *Sociologia da vida rural*. Rio de Janeiro, CEB, 1946.
- SOROKIN, Pitirim A. *Novas teorias sociológicas*. Porto Alegre, Globo, 1969.
- . *Sociedade, cultura e personalidade*. Porto Alegre, Globo, 1968. 2 v.
- . *Tendências básicas de nossa época*. Rio de Janeiro, Zahar, 1966.
- . *Social mobility*. New York, Harper and Brothers, 1927.
- SOUTO, Cláudio. *Teoria sociológica geral*. Porto Alegre, Globo, 1974.
- SOTELO, Ignácio. *Sociologia da América Latina*. Rio de Janeiro, Pallas, 1975.
- STEWART, Elbert W. & GLYNN, James A. *Sociologia; uma introdução*. São Paulo, Atlas, 1978.
- STRASSER, Hermann. *A estrutura normativa da sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- SZMRECSANYI, Tamás & QUEDA, Oriowaldo (org.). *Vida rural e mudança social*. São Paulo, Nacional, 1973.
- THOMPSON, Van Houten. *As ciências do comportamento; uma interpretação*. São Paulo, Atlas, 1975.
- TIMASHEFF, Nicholas. *Teoria sociológica*. 2.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.
- TITIEV, Mischa. *Introdução à antropologia cultural*. Lisboa, Fundação Calouse Gulbeinkian, 1963.
- TOURAINÉ, Alain. *Em defesa da sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- TRUJILLO FERRARI, Alfonso. *Fundamentos de sociologia*. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1983.
- . *Microsociologia*. Campinas, Capelli, 1980.
- . *Metodologia da ciência*. 2.ed. Rio de Janeiro, Kennedy, 1974.
- TUMIN, Melvin M. *Estratificação social*. São Paulo, Pioneira, 1970.
- VEBLÉN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa*. São Paulo, Pioneira, 1965.
- VELHO, Octávio Guilherme et alii (org.). *Estrutura de classes e estratificação social*. 7.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- VIRTON, P. *Os dinamismos sociais; iniciação à sociologia*. São Paulo, Pioneira, 1967.
- WEBER, Max. *Economia y sociedad*. México, Fondo de Cultura Económica, 1974.

- *História sociológica da cultura*. São Paulo, Mestre Jou, 1970.
- *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Pioneira, 1967.
- *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1963.
- *Fundamentos da sociologia*. Porto, Rés, s.d.
- *et alii. Sociologia da burocracia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1966.
- WILLEMS, Emílio. *Antropologia social*. 2.ed. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.

SOCIOLOGIA GERAL

Esta Edição, revista e ampliada, tem por finalidade atualizar os conhecimentos em uma área dinâmica como a Sociologia, desenvolvendo e complementando partes já analisadas e acrescentando tópicos referentes ao aspecto atual dos movimentos sociais. Acompanha esta obra o livro Sociologia Geral: Leituras, Seminários e Tópicos para Discussão, cuja finalidade é permitir uma plena atividade discente, através de leituras e análises de texto, sugestão de temas para desenvolver seminários, questões e tópicos para discussão em classe. Por ser uma ciência relativamente nova, a Sociologia tem suscitado grandes controvérsias, com o aparecimento de várias escolas e correntes de pensamento, cujas construções teóricas subordinam-se a diferentes posicionamentos metodológicos e criam uma linguagem particular, nem sempre de compreensão fácil para os não-iniciados. Assim, a natureza e o caráter dinâmico da Sociologia dificultam seu estudo, sobretudo àqueles que mantêm seu primeiro contato com esse ramo do conhecimento. Tendo em vista diminuir esses problemas e permitir um acesso mais fácil aos grandes temas sociológicos é que este texto foi escrito. Nele as questões centrais da Sociologia são mostradas e colocadas, sem sectarismos, uma frente às outras, familiarizando o leitor com o mundo sociológico e com seus grandes nomes, ao mesmo tempo que, não ficando apenas em um plano abstrato, o texto é enriquecido com inúmeras situações extraídas do mundo real. No final encontra-se um glossário de termos e expressões mais usualmente encontrados em textos de Sociologia.

NOTA SOBRE A AUTORA

EVA MARIA LAKATOS é graduada em Jornalismo pela Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero e pós-graduada em Ciências Sociais. Mestre e Doutora em Ciências, Doutora em Filosofia (Metodologia Científica) e Livre-Docente em Sociologia, pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, onde foi vice-diretora. É professora de Sociologia e Metodologia Científica em graduação e pós-graduação nessas mesmas instituições. É autora de dois livros de **Sociologia geral**, um Livro-texto e outro com Leituras, Seminários e Tópicos para Discussão editados pela Atlas, e trabalhos sobre Estrutura e Organização Social e Comunidades.

APLICAÇÃO

Livro-texto para a disciplina INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA ou SOCIOLOGIA, nos cursos de Ciências Sociais, Administração, Economia, Comunicação Social, Psicologia, Direito, Pedagogia, Serviço Social, Filosofia, História, Geografia e Estudos Sociais.

publicação atlas



9 788522 405695